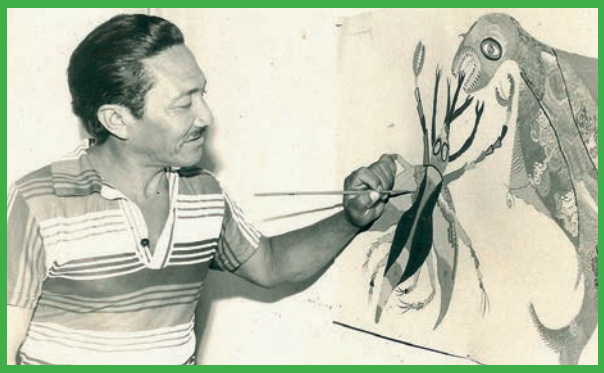
MENSAGEM À ASSEMBLEIA 2024

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

HOMENAGEM A
CHICO DA SILVA



Chico da Silva [Crédito: Acervo Arquivístico do Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará – Coleção Chico da Silva]

FDZILVA

Chico da Silva – Nascido na região do Alto Tejo, no Acre, entre 1910 e 1922 (data desconhecida), filho de mãe cearense e pai indígena peruano. Mudou-se para o Ceará aos seis anos de idade, onde viveu e produziu grande parte de sua obra. Suas pinturas retratam as memórias de infância na Amazônia, apresentando composições figurativas com animais fantásticos, seres mitológicos e espíritos da floresta.

No Ceará, moldou uma notável trajetória artística. Sua presença foi marcante no Pirambu, bairro na periferia de Fortaleza, onde residiu até seu falecimento, em 1985. Com pinturas utilizando carvão e cacos de telha nos muros da Praia Formosa, Chico da Silva evoluiu para a composição de um ateliê coletivo, envolvendo jovens da comunidade onde vivia, fundando a Escola do Pirambu. Por volta de 1963, incorporou novos elementos, figuras, tamanhos e formatos em suas obras, que cresceram em dimensão com a colaboração direta de artistas como Babá (Sebastião Lima da Silva), Chica da Silva (Francisca Silva – sua filha), Claudionor (José Claudionor Nogueira), Ivan (Ivan José de Assis) e Garcia (José dos Santos Gomes), o único integrante do movimento ainda vivo.

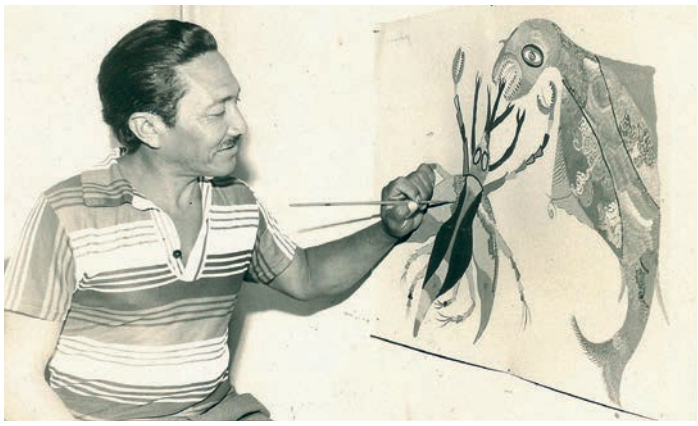
O imaginário fantástico do artista, que dava vida a seres míticos da fauna e da flora através de sua obra, deixou uma marca indelével, **reconhecida com a menção honrosa na Bienal de Veneza de 1966.**

Chico da Silva é reconhecido como um dos principais artistas brasileiros. Com exposição na Pinacoteca do Ceará, assim como na mostra apresentada em São Paulo, destaca a Escola do Pirambu como outra contribuição significativa de Chico da Silva, apresentando o maior número de trabalhos realizados pelos integrantes desse movimento artístico.

MENSAGEM À ASSEMBLEIA 2024

HOMENAGEM A **CHICO DA SILVA**

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO



Chico da Silva (capa - aba)
Acervo Arquivístico
do Museu de Arte
da Universidade
Federal do Ceará
Coleção Chico da Silva

Obra tombo 0841 (capa)
Chico da Silva
(Cruzeiro do Sul, Alto Tejo, AC,
Brasil, 1910 - Fortaleza, CE,
Brasil, 1985)
Sem título (detalhe), 1982
Acrílica sobre tela
151,4 x 200 x 5 cm
Coleção Pinacoteca do Ceará

Obra tombo 0836 (pág. 12 e 187)
Chico da Silva
(Cruzeiro do Sul, Alto Tejo, AC, Brasil,
1910 - Fortaleza, CE, Brasil, 1985)
Sem título, 1974 Acrílica sobre
eucatex 152,5 x 223,3 x 5,1 cm
Coleção Pinacoteca do Ceará

Obra tombo 0858 (pág. 60)
Chico da Silva
(Cruzeiro do Sul, Alto Tejo, AC,
Brasil, 1910 - Fortaleza, CE,
Brasil, 1985)
Sem título (detalhe), sem data
Guache sobre papel mongolfier
38,8 x 47,8 x 4,1 cm
Coleção Pinacoteca do Ceará

Obra tombo 0850 (pág. 62 e 215)
(e detalhes nas laterais das páginas
ao longo do relatório entre as
páginas 63 e 291).
Chico da Silva
(Cruzeiro do Sul, Alto Tejo, AC, Brasil,
1910 - Fortaleza, CE, Brasil, 1985)
Sem título (detalhe), 1978 Acrílica
sobre tela
67 x 89,7 x 3,4 cm
Coleção Pinacoteca do Ceará

Obra tombo 0854 (pág. 167)
Chico da Silva
(Cruzeiro do Sul, Alto Tejo, AC,
Brasil, 1910 - Fortaleza, CE,
Brasil, 1985)
Sem título, sem data
Guache e grafite sobre papel
mongolfier 60,7 x 61,9 x 4,1 cm
Coleção Pinacoteca do Ceará

Obra tombo 0856 (pág. 241)
Chico da Silva
(Cruzeiro do Sul, Alto Tejo, AC,
Brasil, 1910 - Fortaleza, CE,
Brasil, 1985)
Sem título, sem data
Guache, nanquim e grafite
sobre papel mongolfier
65,8 x 63,8 x 4,1 cm
Coleção Pinacoteca do Ceará

Obra tombo 0857 (pág. 142)
Chico da Silva
(Cruzeiro do Sul, Alto Tejo, AC,
Brasil, 1910 - Fortaleza, CE,
Brasil, 1985)
Sem título (detalhe), sem data
Guache e grafite sobre papel
mongolfier 49,4 x 64,7 x 4,1 cm
Coleção Pinacoteca do Ceará

Obra tombo 0843 (pág. 145)
Chico da Silva
(Cruzeiro do Sul, Alto Tejo, AC,
Brasil, 1910 - Fortaleza, CE,
Brasil, 1985)
Caboclo Peruano, 1944
Guache e nanquim sobre papel
51,6 x 68,8 x 4,1 cm
Coleção Pinacoteca do Ceará

Obra tombo 0847 (pág. 257)
Chico da Silva
(Cruzeiro do Sul, Alto Tejo, AC, Brasil,
1910 - Fortaleza, CE, Brasil, 1985)
Sem título, 1943
Nanquim e lápis de cor sobre papel
mongolfier 31,2 x 42,9 x 4,1 cm
Coleção Pinacoteca do Ceará

(pág 277)
Chico da Silva
Sem título, sem data, Acervo
da Pinacoteca do Ceará, Foto
de Cesar Barreto

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

ABERTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 31ª LEGISLATURA

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

GOVERNADOR
ELMANO DE FREITAS DA COSTA

VICE-GOVERNADORA
JADE AFONSO ROMERO

CASA CIVIL	MAXIMILIANO CESAR PEDROSA QUINTINO DE MEDEIROS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO	RAFAEL MACHADO MORAES
CONTROLADORIA E OUVIDORIA-GERAL DO ESTADO	ALOISIO BARBOSA DE CARVALHO NETO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO	LUÍS MAURO ALBUQUERQUE ARAÚJO
SECRETARIA DA ARTICULAÇÃO POLÍTICA	WALDEMIR CATANHO DE SENA JÚNIOR
SECRETARIA DAS CIDADES	JOSÉ JÁCOME CARNEIRO ALBUQUERQUE
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR	SANDRA MARIA NUNES MONTEIRO
SECRETARIA DA CULTURA	LUISA CELA DE ARRUDA COELHO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	MOISÉS BRAZ RICARDO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	JOÃO SALMITO FILHO
SECRETARIA DA DIVERSIDADE	MITCHELLE BENEVIDES MEIRA
SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS	MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	ELIANA NUNES ESTRELA
SECRETARIA DO ESPORTE	ROGÉRIO NOGUEIRA PINHEIRO
SECRETARIA DA FAZENDA	FABRÍZIO GOMES SANTOS
SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	ANTÔNIO NEI DE SOUSA
SECRETARIA DA IGUALDADE RACIAL	MARIA ZELMA DE ARAÚJO MADEIRA
SECRETARIA DA JUVENTUDE	ADELITTA MONTEIRO NUNES
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA	VILMA MARIA FREIRE DOS ANJOS
SECRETARIA DAS MULHERES	JADE AFONSO ROMERO
SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA	ORIEL GUIMARÃES NUNES FILHO
SECRETARIA DA PROTEÇÃO ANIMAL	CÉLIO STUDART BARBOSA
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO	SANDRA MARIA OLIMPIO MACHADO
SECRETARIA DOS POVOS INDÍGENAS	JULIANA ALVES
SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL	ONÉLIA MARIA MOREIRA LEITE DE SANTANA
SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS	MARCOS ROBÉRIO RIBEIRO MONTEIRO
SECRETARIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	ROSEANE OLIVEIRA DE MEDEIROS
SECRETARIA DA SAÚDE	TÂNIA MARA SILVA COELHO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	SAMUEL ELANIO DE OLIVEIRA JUNIOR
SECRETARIA DO TRABALHO	VLADYSON DA SILVA VIANA
SECRETARIA DO TURISMO	YRWANA ALBUQUERQUE GUERRA
CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO	RODRIGO BONA CARNEIRO

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO – SEPLAG

SECRETÁRIA	SANDRA MARIA OLIMPIO MACHADO
SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	NAIANA CORRÊA LIMA PEIXOTO
SECRETÁRIO EXECUTIVO DA GESTÃO E GOVERNO DIGITAL	AULER GOMES DE SOUSA
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA	RAIMUNDO AVILTON MENESES JÚNIOR
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE POLÍTICAS ESTRATÉGICAS PARA LIDERANÇAS	ANTÔNIO ROZIANO PONTE LINHARES
ASSESSORIA ESPECIAL DA SECRETARIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	RÉGIS MEIRELES BENEVIDES
ASSESSORIA JURÍDICA	DALIENE PAULA DA SILVEIRA FORTUNA LOPES
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E OUVIDORIA	ANA LÚCIA LIMA GADELHA
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	DHÁFINE MAZZA NUNES
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA RESULTADOS	LARA MARIA SILVA COSTA
COORDENADORIA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	LUCIANA CAPISTRANO DA FONSÊCA MOURA
COORDENADORIA DE GESTÃO FINANCEIRA E DE PROJETOS	RÉGIS MEIRELES BENEVIDES, RESPONDENDO
COORDENADORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E ALIANÇAS COM O PÚBLICO E PRIVADO	TICIANA DA MOTA GENTIL PARENTE
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE COMBATE À POBREZA	ISAÚ CHAVES NETO
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS	RENATA RODRIGUES MOTA FABIO DA SILVA MIRANDA
COORDENADORIA DE GESTÃO DOS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	DEBORAH MITHYA BARROS ALEXANDRE
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DO APOSENTADO	GUIRLANDA DE FÁTIMA TÁVORA PONTE
COORDENADORIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DO ESTADO	VANESSA MACHADO ARRAES
COORDENADORIA DE GESTÃO DE COMPRAS	VALDIR AUGUSTO DA SILVA
COORDENADORIA DE GESTÃO PATRIMONIAL E RECURSOS LOGÍSTICOS	OTÁVIO NUNES DE VASCONCELOS
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	-
COORDENADORIA DE ATRAÇÃO E SELEÇÃO DE LIDERANÇAS	ADRIANO OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE
COORDENADORIA DE DESEMPENHO E DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇAS	MARIA HELENA RODRIGUES CAMPELO
COORDENADORIA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS	LORENA BRAGA WENDT FERNANDES
COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E PLANEJAMENTO	SILVIANE TORRES DA COSTA
COORDENADORIA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	SANDRO NEY CASSIANO RODRIGUES
COORDENADORIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA	CARMEN SILVIA DE CASTRO CAVALCANTE
UNIDADE DE GERENCIAMENTO DE PROJETO CEARÁ MAIS DIGITAL	JACKELINE OLIVEIRA NOBRE RECAMONDE
INSTITUTO DE SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARÁ	JOSÉ OLAVO PEIXOTO FILHO
INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ	ALFREDO JOSÉ PESSOA DE OLIVEIRA
ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ	DULCE ANE PITOMBEIRA DE LUCENA CAPISTRANO
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ	VILANI PINHEIRO FALCÃO
FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ	JOSÉ JUAREZ DIÓGENES TAVARES

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO – SEPLAG

COORDENAÇÃO GERAL
LARA MARIA SILVA COSTA

ORIENTAÇÃO TÉCNICA
FRANCISCO ROMÁRIO CORREA SILVA

ELABORAÇÃO E ASSESSORIA
ANA CRISTINA LIMA GOUVEIA SOARES
ANNA CAROLLINE BOTELHO DE ARAÚJO
CLÁUDIA MARIA DE PONTES VIANA
EVELINE MARIA CORDEIRO BRANDÃO
FRANCISCA MARIA SOUSA MOREIRA
FRANCISCO AILSON ALVES SEVERO FILHO
FRANCISCO MENEZES DE FREITAS
JOÃO GABRIEL ARAÚJO SILVA
JOSÉ FÁBIO SOUSA DIOGO
JOSÉ WAGNER ALVES FERNANDES
KARINE MACHADO CAMPOS FONTENELE
ISADORA GONÇALVES COSTA OSTERNO
LUIZ CARLOS HOLANDA ANTERO
MARIA LÚCIA HOLANDA GURJÃO
MATHEUS FROTA BRAGA
RAFAEL PARAÍSO SOUTO MAIOR MALTA
SAMARA DA SILVA TRAJANO
SAMUEL GOMES CERQUEIRA
SANDRA MARIA BRAGA
VIRGÍNIA DANTAS SOARES TEIXEIRA

DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS
DANIEL IVO DE ANDRADE
JOÃO PAULO ALENCAR DA SILVA
PRISCILA MORAIS CITÓ
RAPHAELL DYEGO CRUZ VAZ
YGOR SAMPAIO DA CRUZ

IMPRENSA
ANA FLÁVIA DE OLIVEIRA GOMES
THIAGO AUGUSTO CAFARDO THOMAZ

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DO CEARÁ – IPECE

ELABORAÇÃO E ASSESSORIA
ALEXSANDRE LIRA CAVALCANTE
ANA CRISTINA LIMA MAIA
APRÍGIO BOTELHO LÓCIO
CLEYBER NASCIMENTO DE MEDEIROS
DANIEL CIRILO SULIANO
JIMMY LIMA DE OLIVEIRA
JOSÉ FREIRE JÚNIOR
NICOLINO TROMPIERI NETO
PAULO ARAÚJO PONTES
RAFAELA MARTINS LEITE MONTEIRO
VITOR HUGO DE OLIVEIRA SILVA
WITALO DE LIMA PAIVA
RAQUEL DA SILVA SALES
RAYÉN HEREDIA PENALOZA

CASA CIVIL
NARA JULLYANA RODRIGUES
ALVES DE OLIVEIRA
MARINA BRASIL NOGUEIRA

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

EQUIPE SETORIAL DE COORDENAÇÃO E COLABORAÇÃO – ÁREAS DE PLANEJAMENTO

ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ
EMANUELA DOS SANTOS PINHEIRO
JAMILLE DOS SANTOS DE MOURA
DANDARA RAMOS SALES

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ
LUIZ DE OLIVEIRA COSTA JÚNIOR
FRANCISCO GLAYBER CARTAXO BARROS
JARIER DE OLIVEIRA MORENO
ANTÔNIO DIMAS SIMÃO DE OLIVEIRA

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ S.A.
CYNTHIA FERNANDES CAVALCANTE
DANILO GURGEL SERPA
FLÁVIA BEZERRA BRASIL RAMALHO
MARIA INÊS CAVALCANTE STUDART MENEZES

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ
DANIELLE SILVA PINTO

ASSESSORIA ESPECIAL DA VICE-GOVERNADORIA
ANTÔNIA DE PÁDUA CAMPOS FILHO
CARLA MELO DA ESCÓSSIA
EMMANUELLE ALCÂNTARA DE OLIVEIRA
FERNANDA PINTO PACHECO FRANÇA
LUANA CARLA BANDEIRA SOBRINHO
LUCIANA GIRÃO DA SILVA
PAULO ITALO CARLOS SALES ALVES
SAMILLY CAVALCANTE LIMA
WENDY CAMELO VITORIANO
YURI BARROS LIMA

CASA CIVIL
LEILIANE DOS SANTOS SILVA
REGINA ESTELA BENEVIDES LIMA

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO CEARÁ
ANTÔNIO ODÁLIO GIRÃO DE ALMEIDA
ARTHUR SAMIR BEZERRA VALE
NYCOLAS BERNARD COSTA MORAES
RÔMULO C. MOREIRA DANTAS

COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DO CEARÁ
AFONSO DE OLIVEIRA CASTRO II
BRUNO ROBERTO MOTA STELLA
RODRIGO JOSÉ CHACON DE MESQUITA

COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS
LUCIANA ALBUQUERQUE GUIMARÃES

COMPANHIA DA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ
ALEXANDRE SANTOS FREIRE
DENILSON MARCELINO FIDELIS
MARIA LUCIANDRE MELO
SARAH FURTADO FREIRE
THIAGO ARAÚJO MESQUITA

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ
ADRIANA SILVA GONÇALVES
ANDRELIA DE FREITAS LIMA
BÁRBARA OLIVEIRA COSTA FAVA
FRANCISCO JOILSON MARTINS GOMES
JESSYCA COSTA BARROS
MARCONDES RODRIGUES SOBREIRA

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM
KEILLA FARIAS CASTRO

COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ
IARA AMARAL LOURENÇO
SAMUEL DE OLIVEIRA LINS
VANESSA MARIA BARBOSA NASCIMENTO

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ
ANTÔNIO ELDAIR DA CUNHA
JOSÉ TEÓFILO BRAGA NETO

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS DO CEARÁ
CARLOS EDUARDO DOS SANTOS MARINO
JOÃO FRANCISCO FREITAS PEIXOTO
RIVALDO PINHEIRO FILHO

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
FRANCISCO HERMÍNIO DE SOUZA JUNIOR
MARIA JOYCE MAIA COSTA CARNEIRO
MARILCE STENIA RIBEIRO MACÊDO

CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO
BARBARA SUELLEN RODRIGUES DA SILVA
JOSÉ OTACILIO DE ASSIS JÚNIOR
JUANNA JESSIKA DA SILVA DAMASCENO
MARIA DO SOCORRO FERNANDES DE SOUZA

CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
MARIA JUSSARA LAROCA FIGUEIREDO DOS SANTOS
SANDRA MENDES CARNEIRO LIMA SOARES

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO CEARÁ
ALANDILSON DO NASCIMENTO FORTE
ANTÔNIO MARCOS ALVEA SOUSA
EDUARDO XAVIER CRISPIM
MANOEL HELDER DE MIRANDA
WANDERGLEIDSON ALVES CORDEIRO

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
ANA KELY FERREIRA DE OLIVEIRA SOUSA MARTINS
ANDREZA GUIMARÃES VENÂNCIO
DANIELLE SHARON OLIVEIRA DA SILVA
LEANDRO CHAGAS BEZERRA
LORENA MARIA MOREIRA CHAGAS
SERGIANA MENDES CABRAL

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO CEARÁ
ANTÔNIO TARCISO COELHO PINTO
ITAMAR TEIXEIRA BEZERRA
LUZIETE MENDONÇA LEONCIO

EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ
ANA CIONE RODRIGUES ALVES
ANA LÚCIA PEREIRA GOMES
JOSÉ CLERTON EVELMO FARIAS JÚNIOR
MÁRCIO ADRIANO CASTRO LIMA
MARIA LÚCIA RABÊLO DE ANDRADE
RAIMUNDO OSMAN LIMA
RICARDO LEITE SOARES
VERA LÚCIA CARNEIRO DE SOUSA

ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ
AMILCA ALVES NASCIMENTO RODRIGUES
CINARA TEIXEIRA FERNANDES
DULCE ANE PITOMBEIRA DE LUCENA CAPISTRANO
FLÁVIA LIVINO DE CARVALHO COSTA
JOÃO JORGE LIMA PEREIRA
JOSINELDE MARIA COELHO DA SILVA
MARCUS AUGUSTO SILVA FERREIRA
VANESSA NOBRE ALVES

ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA
AMON ELPÍDIO DA SILVA
GENI CARMEM CLEMENTINO ALVES
IVANA LEILA CARVALHO FERNANDES
LUCIANO PAMPLONA DE GÓES CAVALCANTI

FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
ANA CAROLINA ALBUQUERQUE FREITAS DA ROCHA
JAMILLE RODRIGUES BRAGA

FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS
MARIA DO SOCORRO SEGUNDO DA FONSECA
MARIA NAYDE DE MAGALHÃES MACEDO
SUELDE MARIA GONÇALVES MONTENEGRO

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ
MICHELINE SILVA ROCHA
SÂNGELA RODRIGUES SILVA

FUNDAÇÃO DE TELEDUCAÇÃO DO CEARÁ
AILZA MATEUS SAMPAIO NETA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
AURILENE PEREIRA MOURA MOREIRA
PAOLO GIUSEPPE LIMA DE ARAÚJO
THIAGO COSTA SILVA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ
EDILIA RODRIGUES CHAGAS
KALINY KÉLVIA SIQUEIRA LIMA
ROSA MEIRE ALVES GUIMARÃES

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI
ADRIANA LINO HONORATO
CIBELLE TEIXEIRA DE OLIVEIRA
JOSÉ FELIPE DE LIMA ALVES
JOSÉ JÚLIO DE BRITO NETO
LUIZ MARIVANDO BARROS
RICARDO SARAIVA DA ROCHA

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ
FRANCINEIDE DE MORAIS BEZERRA

INSTITUTO DE SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARÁ
FRANCISCA LUZITELMA SANTOS CARACAS
JESSICA GOMES DO NASCIMENTO

INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ
JESUINO MAIA LIMA
MARIA DAS GRAÇAS FARIAS PEDROSA
LUCIANO BEZERRA DA SILVA
SARA MARIA SPINOSA JUVÊNCIO

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ
LAURA ARCELINA AVELINO DA SILVA TEIXEIRA
SONARA CAPAVERDE

NÚCLEO DE TECNOLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL DO CEARÁ
ADRIANA VASCONCELOS NUNES DO REGO
SOLON NOGUEIRA DE LIMA
VANÊSSA ARAÚJO DE SOUSA

PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ
CELYNE SILVA PAIVA
MANUELA CHAVES LOUREIRO CÂNDIDO

POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ
CAIO DANIEL DA SILVA OLIVEIRA
JOÃO ANTÔNIO BARBOSA GADELHA

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DANIELA RIBEIRO DE LIMA
GIACOMINA MARIA AMÉLIA BORRINI DE FREITAS
JAMILE COSTA PESSOA CAMPELO
MARIA VANIA PIRES COSTA
ROSA MARIA CHAVES

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO
ANTONIA AURINETE DE ALMEIDA BRAGA
SUZY HELLEN TAVARES CAVALCANTE FROTA
VERÔNICA SOUSA DOS SANTOS CORREIA

SECRETARIA DA ARTICULAÇÃO POLÍTICA
ANTÔNIO CARLOS DE FREITAS SOUZA
ISABELLE KAREN
MÁRIO MAGNO DE OLIVEIRA SILVA
MIGUEL BRAZ MOREIRA
POLIANA SOUZA DE OLIVEIRA
WALDEMIR CATANHO DE SENA JÚNIOR

SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR
ALINE LINHARES HOLANDA
ANNA MARIA CAVALCANTE
RAISA SILVESTRE FERREIRA

SECRETARIA DA CULTURA
ANA CLAUDIA MOREIRA DA SILVA
BRUNO PEREIRA FRANÇA
JOÃO FERREIRA DE ALMEIDA JUNIOR
LUCIVÂNIA DOS SANTOS BARROS
NELSON GOMEZ SANTA CRUZ JUNIOR
PATRÍCIA MARIA APOLÔNIO DE OLIVEIRA
PAULO REGIS DOS SANTOS OLIVEIRA
SAMYR PEREIRA PONTES
SARAH ALVES ZANETTI
VANESSA CABRAL

SECRETARIA DA DIVERSIDADE
CARLA MANUELA DA SILVA VIEIRA
SAMILLA DE OLIVEIRA AIRES
VIVIANA BEZERRA DE MESQUITA

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
JOSÉ IRAN DA SILVA
LUCIA MARIA GOMES
MARIA ELISAUDIA DE ALMEIDA PEREIRA
MARIA TERLA SILVA CARNEIRO DOS SANTOS

SECRETARIA DA FAZENDA
GUILHERME ZIMNY TOLEDO
LUIZ ROBERTO ANDRADE DE ARAÚJO FILHO

SECRETARIA DA IGUALDADE RACIAL
JACKSON DA SILVA RODRIGUES
LUCAS MATEUS SOBRINHO DE LIMA
TAINARA ALEXANDRE LOPES
WANESSA NHAYARA MARIA PEREIRA BRANDÃO

SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA
BRUNO FACUNDO BRAGA
CLÉA MESQUITA LOPES
FRANCISCO CARLOS NOBRE JÚNIOR
JOAQUIM FIRMINO FILHO
LUCAS SOUZA DOS SANTOS
MARCIANO COELHO DE SOUZA
TÂNIA MARIA CUNHA ALVES

SECRETARIA DA JUVENTUDE
DANTE ALIGHIERI GASPAR LIMA
JOÃO BOSCO CHAGAS RIBEIRO

SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA
ROSANA DE FATIMA RODRIGUES DE FIGUEIREDO
LUIZ VIEIRA DE FRANÇA NETO

SECRETARIA DA PROTEÇÃO ANIMAL
ESTEVÃO SAMPAIO ROMCY
PAULA MAGALHÃES ROCHA
PAULO FRANCISCO BARBOSA SOUSA

SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL
CYNTHIA MONTEIRO NOGUEIRA
JACIARA FRANÇA DE DEUS SILVA
SANDRA MARIA FERREIRA DE MORAIS
SEBASTIÃO LOPES ARAÚJO
VIRGÍNIA CÉLIA BARBOSA SANTANA

SECRETARIA DA SAÚDE
ARIANE ARAÚJO DE LIMA
FELIPE ASSUNÇÃO JATAÍ
JOÃO WASHINGTON MENESES
JOELIA RODRIGUES DA SILVA
LUIZA DE MARILAC BARROS ROCHA
MARIA APARECIDA GOMES RODRIGUES FAÇANHA
MARIA DE JESUS DE SOUSA CAVALCANTE
MATHEUS ANTÔNIO MAGALHÃES FARIAS CATUNDA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
FRANCISCO VANDERLAN CARVALHO VIEIRA FILHO
JOSÉ ELERI DE SOUSA

SECRETARIA DAS CIDADES
CLEIDIANE BARROS CÂNDIDO VASCONCELOS
ÍDIMA SILVIA FERREIRA RODRIGUES
KARLA DAYANE ROCHA DO NASCIMENTO LIRA
LILIAN MARTINS NINA

SECRETARIA DAS MULHERES
SARAH GLEICIANE DE ARAÚJO SILVA

SECRETARIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS
ADRIANA MELO SANTOS MARTINS
ALBERTO ANTUNES E SILVA OLIVEIRA
MARIA LUDMILLA CAMPOS DE MORAES
SABRINA LIRA MESQUITA
VERIDIANA GROTTI DE SOÁREZ

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ
ESAÚ MATOS RIBEIRO
LÍLIA MICHELE DA COSTA SOUZA

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ALINE SAMARA SANTOS XAVIER
ANANDA ARNAUD ALVES
CAMILA BRAZ ALMEIDA DANTAS
FRANCIELE BEZERRA DA SILVA
GLADEANNE MARIA LIMA NOGUEIRA
IVNA BAQUIT CAMPOS BASTOS
JEANNE D'ARC CAVALCANTI MOREIRA
JOSÉ AGUIAR BELTRÃO JUNIOR
MARCELLO GONÇALVES MILLIOLE
PATRÍCIA MARIA CAMPOS PINHEIRO
PEDRO HENRIQUE MARTINS LOPES

SECRETARIA DO ESPORTE
ANTÔNIO ERINALDO PAES DE ALMEIDA
FABÍOLA LINHARES BEZERRA
HERMANO ABREU RODRIGUES

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
ALEX DE OLIVEIRA SARAIVA
KARYNA LEAL RAMOS
MAIK DOS SANTOS BARBOSA
MÁRIO FREIRE NETO

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
CIDIA QUEIROZ DE VASCONCELLOS
LIDIANE ANDRADE MATEUS
ROSÂNGELA MARIA VIANA GUERRA
SANDRA VIRGÍNIA AUSTREGÉSILO GUEDES
SILVIANE TORRES DA COSTA

SECRETARIA DO TRABALHO
ANÍBAL JOSÉ DE SOUZA
BRUNO RAFAEL BERNARDON
EVA AMORIM
JIDLAFE ROSA RODRIGUES

SECRETARIA DO TURISMO
DANIELLE SOUZA DA SILVA
HEMILLY MOURÃO

SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS
JULIANA BARROS DE OLIVEIRA
ANA LÚCIA ARAGÃO ALVES

SECRETARIA DOS POVOS INDÍGENAS
JORGE DA SILVA GOMES
JULIANA ALVES
LEILIANE MARIA ALVES DA SILVA
ROSA DA SILVA SOUSA

SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS
JOÃO GABRIEL DUARTE DA FONSECA
HELOISA HELENA GARCIA MOTA
HELOISA DE AQUINO CÂMARA
MARIA DE FÁTIMA SALES MONTEZUMA
RAMON FLÁVIO GOMES RODRIGUES
RAFAELE RIBEIRO RAMOS
SÉRGIO MOREIRA CÂMARA

SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL
LUIZ CARLOS FERNANDES MOREIRA
NARTAN DA COSTA ANDRADE

SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS HIDRÁULICAS
ALEXANDRO SALES BESERRA
LUCE KARINE SOARES BALREIRA
MARCOS ANDRÉ LIMA DA CUNHA
REJANE LIMA DOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS
ALCIDES MARIA DO NASCIMENTO PARENTE
ALEXANDRE PINTO DE SOUSA
DIANA CORDEIRO SANFORD DE MEDEIROS
FILIPE BRAID CARANNANTE
RAUL SERAFIM PONTE
VÂNIA MARIA NOBRE

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
CRISTOVAM COLOMBO CIRQUEIRA FERREIRA FILHO
FRANKLIN DE SOUSA TORRES
GONÇALO EDUARDO BARRETO ARAÚJO
RAFAEL BRAGA MALVEIRA
TALYTA DO VALE NEPOMUCENO
THIAGO OLIVEIRA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO
ÂNGELA MÁRCIA FERNANDES ARAÚJO
ALBERTO SERGIO HOLANDA BANHOS

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE
EDILSON HOLANDA COSTA FILHO
INAHYÊ DOURADO LIMA
THOMAZ PIRES CASSUNDÉ

SUMÁRIO

PRONUNCIAMENTO DO GOVERNADOR 13

DESTAQUES 2023 23

DESENVOLVIMENTO ESTADUAL 63

CEARÁ - DESEMPENHO ECONÔMICO E SOCIAL 64

DESEMPENHO DOS EIXOS DA POLÍTICA DE GOVERNO 119

GESTÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2023 137

DESEMPENHO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL 143

EIXO CEARÁ ACOLHEDOR 145

ACESSO À TERRA E MORADIA; ASSISTÊNCIA SOCIAL; INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

EIXO CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA PARA RESULTADOS 167

GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS; GESTÃO FISCAL; PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E TRANSPARÊNCIA, ÉTICA E CONTROLE

EIXO CEARÁ DE OPORTUNIDADES 187

AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO; COMÉRCIO E SERVIÇOS; INDÚSTRIA; INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE; PESCA E AQUICULTURA; TRABALHO E EMPREENDEDORISMO E TURISMO

EIXO CEARÁ DO CONHECIMENTO 215

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO; CULTURA E ARTE; EDUCAÇÃO BÁSICA; EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EDUCAÇÃO SUPERIOR

EIXO CEARÁ PACÍFICO 241

JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

EIXO CEARÁ SAUDÁVEL 257

SAÚDE, SANEAMENTO BÁSICO E ESPORTE E LAZER

EIXO CEARÁ SUSTENTÁVEL 277

ENERGIAS, MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

PRONUNCIAMENTO DO GOVERNADOR

MENSAGEM DO **GOVERNADOR ELMANO DE FREITAS** À **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DEPUTADO EVANDRO SÁ BARRETO LEITÃO, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ;

EXCELENTÍSSIMAS SENHORAS DEPUTADAS;

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DEPUTADOS;

SECRETÁRIOS DE ESTADO E DEMAIS AUTORIDADES PRESENTES;

SERVIDORES DESTA CASA;

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES;

POVO DO MEU QUERIDO CEARÁ,

Ao iniciarmos este ano legislativo, o segundo do meu mandato como governador do Estado do Ceará, tenho a honra de submeter a esta Assembleia Legislativa, em obediência aos preceitos legais, a Mensagem do ano de 2024 relativa às ações realizadas em 2023.

Ocasião em que reforço meu mais profundo respeito e consideração a esta Casa, local onde tive a felicidade de servir, por dois mandatos, como deputado estadual e que cumpre papel inestimável na estruturação de uma sociedade mais democrática, justa e inclusiva.

Aproveito este momento inicial para parabenizar o presidente Evandro Leitão e toda sua equipe pelo trabalho realizado ao longo dos últimos anos. A Assembleia Legislativa do Ceará, hoje, destaca-se não apenas pela atuação parlamentar, mas se tornou referência nacional na prestação de serviços ao povo cearense em diversas áreas, como saúde, responsabilidade social e cidadania, educação e atendimento às mulheres, entre outras.

Bom, senhoras e senhores, antes de destacar as ações do Governo do Ceará relativas ao ano passado, quero ressaltar que chegamos a este 2024 em um momento muito especial para nosso país, com o fechamento do primeiro ano do terceiro mandato do presidente Lula.

O Brasil da união e da reconstrução está acontecendo, meus amigos e amigas, e os resultados já podem ser notados em diversas áreas. O diálogo com estados e municípios voltou, os investimentos em áreas como saúde, educação e moradia foram retomados a todo vapor, o preço dos alimentos baixou e a inflação foi contida. Isso reflete na recuperação da dignidade e na melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro.

Aliás, meu agradecimento especial ao presidente Lula e ao time do Governo Federal por todo o carinho e atenção com o Ceará. Seguiremos de mãos dadas na luta pelo desenvolvimento pleno do nosso estado, melhorando os serviços, gerando emprego e proporcionando uma condição de vida mais digna ao nosso povo.

Por isso, assim como eu disse aqui nesta tribuna exatamente um ano atrás, reafirmo que não descansarei nem um minuto sequer, enquanto todos os cearenses não estiverem tendo uma vida melhor, com educação de qualidade, mais saúde, segurança para ir e vir, e o básico, alimentando-se de forma adequada todos os dias.

Inclusive, aproveito para iniciar nosso balanço de 2023 falando sobre essa questão da segurança alimentar. Como todos sabemos que a fome não espera, que a FOME TEM PRESSA, essa foi a primeira grande ação de meu governo. Uma iniciativa da qual trago os números, senhoras e senhores, com muito orgulho e satisfação. Como resultado de um esforço conjunto, coordenado pela primeira-dama Lia de Freitas, lançamos o Programa Ceará sem Fome.

Distribuimos mais de 4 milhões e quinhentas mil refeições nas 1.080 Unidades Sociais Produtoras de Refeições, as cozinhas cadastradas no Ceará sem Fome. Neste ano, esse número será bem maior, não tenho dúvidas, uma vez que já atingimos a marca atual de 100 mil refeições distribuídas diariamente. É alimento digno para nossos irmãos e irmãs cearenses que, até pouco tempo atrás, não tinham o que comer.

Em paralelo a isso, entregamos o Cartão Alimentação do Ceará Sem Fome a 43.357 famílias em extrema pobreza nos 184 municípios cearenses. São famílias que recebem, todos os meses, o valor de 300 reais. Dinheiro para pôr comida na mesa. E que, consequentemente, movimenta o comércio local e aquece a economia das nossas cidades.

Ainda na área da Proteção Social, o Mais Nutrição já distribuiu 720 mil quilos de alimentos para 134 entidades cadastradas. Um programa pioneiro e que, há anos, ajuda a garantir segurança alimentar a milhares de cearenses. Além disso, todos os meses, o Cartão Mais Infância transfere renda para 150 mil famílias em situação de vulnerabilidade. Já o Vale-Gás Social distribuiu mais de 630 mil tíquetes no ano passado, beneficiando 210 mil famílias em todo o estado.

O Governo seguiu priorizando, no ano passado, ações em benefício às nossas crianças, em especial no período da primeira infância. Esse olhar cuidadoso tem sido fundamental para o desenvolvimento sócioemocional e educacional de cada menino e menina cearense. O Programa Mais Infância Ceará chegou a 637 equipamentos funcionando em 2023, sendo 237 brinquedopraças, 197 brinquedocreches, 36 Praças Mais Infância e o Cidade Mais Infância, sucesso absoluto com mais de 53 mil visitantes, além de 130 Centros de Educação Infantil, entre outros.

Aliás, por falar em CEI, aproveito para destacar nossos resultados da Educação. Chegamos a 71% da nossa rede funcionando em tempo integral, com a implementação de mais 80 escolas nesse modelo.

Sabemos que a jornada escolar com o dia inteiro fortalece a aprendizagem, amplia o vínculo com a comunidade escolar, melhora a segurança alimentar do estudante, previne a violência e abre novas possibilidades para a juventude. Nesse início de ano letivo, já estamos ampliando para 75% da rede, e a meta para os próximos anos é universalizar esse sistema em nosso estado.

Para isso, contamos com a valorosa colaboração do Ministério da Educação, que tem sido grande parceiro do Governo do Ceará na implementação e ampliação de políticas públicas na área. Meu mais sincero e profundo agradecimento ao amigo e ministro Camilo Santana por todo o apoio, e parabéns pelo brilhante trabalho realizado em Brasília.

A educação do Ceará segue como referência nacional em todos os níveis. Seja no ensino básico, em que, segundo o último Ideb, 87 das 100 melhores escolas são cearenses; seja na transição do ensino médio para a educação superior. O Enem de 2023 mostrou isso: de acordo com dados divulgados recentemente, batemos recorde de participação entre concluintes do ensino médio inscritos na prova, com 80%, enquanto a média nacional foi de 46%.

Aliás, 2023 foi de ótimas novidades também no ensino superior, com o anúncio de um campus do ITA em nosso estado, um dos mais respeitados institutos de educação do país. A ordem de serviço, inclusive, foi assinada no último mês de janeiro, em um emocionante evento realizado na Base Aérea de Fortaleza com o presidente Lula e ministros de Estado.

Também demos continuidade à expansão da educação superior do Ceará, com anúncio de novos campi da UECE em Aracati, Canindé e Quixeramobim, e novos cursos das nossas universidades estaduais em Crateús, Mombaça, Tauá, Fortaleza, Camocim e Acaraú. São mais oportunidades para os jovens do interior do estado.

Seguiremos ampliando os investimentos em educação, porque temos a real noção de que a educação é o principal caminho para termos um estado mais justo, humano e desenvolvido.

Falando em desenvolvimento, em 2023 o Ceará recebeu a primeira planta de Hidrogênio Verde do país. Instalado no Pecém, o empreendimento é um marco e confirma o pioneirismo do estado na produção da energia sustentável. Além disso, assinamos um pré-contrato para instalação de nova usina de Hidrogênio Verde e mais 12 memorandos de entendimentos com grandes players do mercado nacional e internacional, totalizando 35 documentos assinados.

São mais de 50 bilhões de dólares em investimentos e a perspectiva de gerar milhares de empregos aos cearenses. Isso significa que estamos fazendo nossa parte para um mundo mais limpo e sustentável, além de acelerarmos o desenvolvimento do nosso estado.

Por falar em geração de postos de trabalho, o estado criou quase 54 mil novas vagas em 2023, o segundo melhor resultado do Nordeste. E não mediremos esforços nem investimentos para que o Ceará supere esse resultado em 2024. Gerar emprego e renda para nosso povo garante dignidade e comida na mesa, e é nossa prioridade absoluta.

Outro dado positivo foi a quantidade de empresas abertas no ano passado em nossa Junta Comercial: 104.640. Um dado que reforça a vocação empreendedora dos cearenses. Graças ao processo de desburocratização que implementamos, uma empresa pode ser aberta de forma online em poucos minutos.

Seguindo na área econômica, o Porto do Pecém registrou movimentação de quase 3 milhões de toneladas de placas de aço, além de 482.930 contêineres, um crescimento de 16% em relação a 2022.

Um dos principais vetores de desenvolvimento para o estado é nossa vocação turística. Mais de 5,6 milhões de passageiros nacionais e internacionais passaram pelo Ceará em 2023. Sabemos dos desafios nessa área, principalmente para retomarmos os voos que foram descontinuados durante a pandemia, e estou pessoalmente empenhado em dialogar com as companhias aéreas nesse sentido.

Seguiremos trabalhando dia e noite pelo crescimento da nossa economia. O Ceará já deu mostras suficientes de que tem a infraestrutura necessária e consolidada para receber novos investidores, sejam eles do mercado nacional ou internacional.

Senhoras deputadas e senhores deputados, no ano passado esta Casa aprovou uma medida de extrema importância para a população da Região Metropolitana de Fortaleza: o VaiVem. Nesta primeira fase, o programa garante passagem gratuita de ida e volta aos estudantes que se deslocam entre municípios da Região Metropolitana de Fortaleza. E, ainda neste semestre, vamos ampliar o VaiVem para os cearenses

que estão desempregados, um benefício para que nossa população possa procurar emprego sem precisar gastar dinheiro com a passagem.

Por falar em mobilidade urbana, nossos sistemas sobre trilhos, o Metrô e o VLT, transportaram 16 milhões de passageiros no ano passado em Fortaleza, Região Metropolitana, Sobral e Cariri.

Nosso objetivo, agora, é concluir o Ramal Aeroporto do VLT Parangaba-Mucuripe, que tem previsão de atender mais de 30 mil usuários por dia.

Com relação às estradas, mais de 540 quilômetros de rodovias foram pavimentadas, restauradas ou duplicadas em 2023, garantindo mais segurança nos deslocamentos dos motoristas e mais rapidez no escoamento da produção.

Uma ótima notícia aos cearenses será a ordem de serviço, prevista para os próximos dias, do primeiro lote de duplicação da BR-116, que terá 21 quilômetros. Uma demanda que levei ao Governo Federal desde o início do ano passado e que, agora, está muito próxima de se concretizar.

Aliás, as obras do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, continuam a avançar no território cearense em parceria com o Governo do Estado. A ordem de serviço para a continuação da ferrovia Transnordestina já foi assinada. Com 101 km no total, os lotes 4 e 5 preveem obras entre os municípios de Acopiara, Piquet Carneiro e Quixeramobim.

São obras que significam mais desenvolvimento ao estado e, sobretudo, geração de milhares de empregos aos cearenses. Outra área que representa desenvolvimento, geração de empregos e também proteção ambiental, urbanização, saúde e dignidade é o Saneamento Básico.

Para universalizar o esgotamento sanitário no Ceará, firmamos uma Parceria Público-Privada (PPP) que alcança 24 municípios, com as Regiões Metropolitanas de Fortaleza e do Cariri. São R$ 19 bilhões para 30 anos de operação, com obras já em andamento, que vão fazer muita diferença na vida de quase metade da população cearense e assegurar 90% de cobertura de esgotamento até 2033.

Amigas e amigos, o Governo do Estado segue trabalhando para garantir moradia digna aos cearenses. Em 2023, foram entregues 1.008 unidades habitacionais nos Residenciais Santo Sátiro e Cidade Jardim V, em Fortaleza, por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Também entregamos 5.112 títulos de domínio, em 123 municípios, e 2.085 títulos de propriedade urbana pelo Programa Papel da Casa. Isso significa a realização de um sonho para milhares de famílias, que agora têm a garantia e a segurança jurídica de que o imóvel que elas moram lhes pertence e ficará para as próximas gerações.

Na área da infraestrutura hídrica, retomamos as obras dos lotes 3 e 4 do Cinturão das Águas do Ceará, que somam mais de R$ 500 milhões em investimentos. Por meio do Projeto Malha D´Água, demos prosseguimento à construção do sistema adutor Banabuiú/Sertão Central, que terá quase 700 km e garantirá a segurança hídrica de 9 sedes municipais e 38 distritos cearenses.

Bem, senhoras e senhores, como já divulgamos, a previsão para este ano é de seca em nosso estado. Por isso, desde o ano passado, um comitê envolvendo várias secretarias se reúne semanalmente para discutir as principais ações para mitigar os efeitos de uma possível estiagem aos cearenses. Estamos atentos e

faremos todos os esforços necessários para que não falte água em nenhum canto deste estado. Água é vida! Agua é campo fértil e comida na mesa!

Somente no ano passado, o Governo do Ceará entregou 2.187 cisternas de placas, beneficiando 9 mil pessoas de 26 municípios, e instalou 192 poços, além da implementação de sistemas de abastecimento em municípios como Uruburetama, Mauriti e Crateús. São ações que garantem água, sobretudo, para os pequenos produtores.

Em apoio à vida no campo, o Estado lançou a 37ª edição do Programa Hora de Plantar. Com investimento de R$ 26 milhões, beneficiamos 155 mil agricultores em 182 municípios. São 2,5 mil toneladas de milho, 231 toneladas de feijão, 180 toneladas de sorgo forrageiro, 10 toneladas de algodão, entre outros produtos.

Além disso, implementamos 364 projetos de produção em dezenas de municípios, distribuímos mais de 5 mil kits de pesca para os pescadores artesanais e repovoamos açudes.

O Governo do Ceará estará sempre de mãos dadas com nossos agricultores e agricultoras.

Outra área de fundamental importância para os cearenses é a Segurança Pública. Seguimos empenhados no combate às facções criminosas. E isso se fortalece com a plena atividade do nosso Centro Integrado de Segurança Pública (Cisp).

A proximidade física das sedes da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social com suas vinculadas, Polícia Civil, Polícia Militar, Centro de Inteligência, Corpo de Bombeiros e Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública (Supesp), agiliza a tomada de decisão, incentiva a realização de operações conjuntas e fortalece também o desenvolvimento de ações preventivas.

Investimos em chamamento de concursados, aquisição de armamentos e viaturas para as duas polícias e equipamentos para a Perícia Forense. Tudo isso para assegurar as melhores condições de trabalho para nossos homens e mulheres que dedicam suas vidas a garantir um melhor ambiente para a nossa população. Nesse sentido, seguimos também avançando na implantação do BPRaio e do Sistema de Videomonitoramento. Com as novas bases no Interior, a cobertura chega a 75% da população cearense. Assim, em 2023, alcançamos redução de 13,2% de homicídios em Fortaleza, na comparação com o ano anterior.

Mas sabemos que a Segurança não se faz apenas com o trabalho nas ruas. Por isso, a Administração Penitenciária está pautada não só no rigor legal para os apenados. Proporcionamos estudo, trabalho, qualificação e perspectivas reais de ressocialização. Isso começa por direitos básicos, como a emissão de documentos, como CPF e 2ª via de Certidão de Nascimento, que somaram mais de 6.500 em 2023. Passa ainda por assegurar escolarização: foram mais de 7.200 pessoas privadas de liberdade matriculadas na educação básica em 2023. Tivemos ainda 13 mil presos inscritos no Encceja e 5 mil inscritos no Enem.

Ainda no contexto de segurança, precisamos e estamos falando sobre o combate ao feminicídio. O assassinato de mulheres por questões de gênero é uma chaga social que estamos enfrentando com ações pioneiras. Criamos o Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher e Combate ao Feminicídio, onde debatemos de forma interinstitucional as políticas em implementação. E, de forma prática, estabelecemos, em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, o Programa Tempo de Justiça Mulher, para garantir que, em até 400 dias, aconteça todo o trâmite processual e o julgamento de acusados de feminicídio.

Mas nossa missão não é apenas garantir justiça. O combate se faz, prioritariamente, com enfrentamento, com prevenção. Por isso, temos o Ceará Por Elas, um programa que estabelece parceria com os municípios para a criação de uma rede de apoio e proteção às mulheres. São três eixos: Mulher Segura, Mulher Protagonista e Mulher Empreendedora. E o apoio do Governo do Ceará se dá com viaturas para a Patrulha Maria da Penha e equipamentos para funcionamento de serviço especializado em atendimento à mulher vítima de violência, entre outros. Ainda no compromisso de proteger nossas mulheres, lançamos o sistema de Medidas Protetivas de Urgência Virtuais (MPUs), para possibilitar o uso da internet para pedidos urgentes.

Sabemos que a segurança é um grande desafio, senhoras e senhores. E estamos aqui para enfrentar esse problema, não para escondê-lo. Com diálogo, investimentos e ações práticas de prevenção.

Na proteção às minorias, nossas novas secretarias têm selado parcerias importantes. Elaboramos um projeto pioneiro de letramento racial voltado para o Sistema Socioeducativo que foi escolhido pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania para ser piloto de uma política nacional. Na área de Direitos Humanos, instituímos o Sistema Estadual de Prevenção e Combate à Tortura.

Aos senhores deputados, tanto quanto eu, eleitos por escolha democrática, considero importante destacar que as nossas ações são realizadas em consonância com o que a sociedade civil escolheu por meio do nosso mecanismo de participação cidadã no planejamento governamental. Realizamos encontros presenciais nas 14 Regiões de Planejamento do Ceará para a construção do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027. Na segunda etapa, lançamos a Plataforma Ceará Participativo na internet, criando um sistema para a população votar nas diretrizes prioritárias e registrar novas proposições.

E o compromisso com o bem-viver de nossos cearenses precisa ir sempre além. Cuidar dos nossos patrimônios e proporcionar lazer, cultura, vivências em comunidade e práticas saudáveis não podem jamais deixar de estar no nosso norte.

No esporte, para os 50 anos do nosso Estádio Castelão, providenciamos uma série de melhorias, incluindo reforma completa do gramado, novo sistema de iluminação e novos telões de LED. Tudo para proporcionar melhores condições aos atletas e um espetáculo adequado aos torcedores. Também inauguramos mais Areninhas e atendemos, em 2023, 7.135 jovens pelo Programa Esporte Superação.

Na Cultura, a política estadual segue avançando na prática. Destaque para a inauguração do Museu Ferroviário, integrante do Complexo Estação das Artes, no Centro de Fortaleza, e para uma decisão que representa respeito pela trajetória dos cearenses: o tombamento definitivo do sítio histórico do Patu, em Senador Pompeu. Também registramos ocupação plena dos nossos demais equipamentos, como Museu da Imagem e do Som, Pinacoteca e Biblioteca Pública Estadual do Ceará, o que é motivo de muita alegria para todos que respiram a cultura.

Senhoras deputadas e senhores deputados, deixei para o fim desta mensagem uma outra área prioritária para o estado e vital para nossa população: a Saúde. Lançamos, no ano passado, o Plano Estadual de Redução das Filas de Cirurgias Eletivas. Foram 60.493 cirurgias realizadas, diminuindo drasticamente a fila de espera por um procedimento cirúrgico. Nossa meta é seguir no mesmo rumo em 2024 e, se possível, zerar completamente a fila.

Outra prioridade na Saúde é o tratamento oncológico. Realizamos mais de 6.300 procedimentos, entre cirurgias e tratamentos, e lançamos um Plano de Expansão da Rede Oncológica do Ceará. Em breve, todas as regiões do estado terão tratamento contra o câncer.

Aliás, o serviço de oncologia foi um dos setores que inauguramos no Hospital Regional do Vale do Jaguaribe, em Limoeiro do Norte. Cearenses de pelo menos 40 municípios têm agora acesso ao atendimento oncológico na unidade de saúde. Também entregamos o serviço Politrauma 24 horas do hospital, que conta com 70 novos leitos, sendo 10 deles de Terapia Intensiva.

Ainda na saúde, renovamos a frota de 40% das ambulâncias do SAMU e convocamos dois mil novos servidores do último concurso da Secretaria da Saúde.

Um importante reforço para garantir atendimento de qualidade aos cearenses em todas as unidades de saúde estaduais.

Sobre a Covid, em 2023, o Ceará aplicou mais de 8 milhões e 300 mil doses da vacina. Apesar de o pior já ter passado, peço a todos os cearenses que não baixem a guarda para a doença. Precisaremos tomar as doses de reforço todos os anos. Lembrem-se sempre: VACINAS SALVAM VIDAS!

E seguiremos trabalhando com muita atenção, junto ao Ministério da Saúde e secretarias municipais de saúde, para combater não apenas o Coronavírus, mas também causadores de doenças como meningite, paralisia infantil e sarampo. Com colaboração, informação, vacina e pesquisa contínua, esses males podem e devem ser erradicados.

É entendendo nosso papel, como Poder Público, de olhar por todos os nossos cidadãos e cidadãs, que seguimos para o segundo ano de gestão, comprometidos em aprimorar o cuidado com o povo e cientes de que precisamos nos guiar no rumo para o qual o desenvolvimento e a justiça social caminhem juntas. Reconheço que os desafios são grandes e que ainda temos muito a conquistar.

Senhoras e senhores que acompanham esta sessão, ao apresentar este extenso compilado de ações, que representam apenas parte do grande número de projetos que vêm sendo realizados pelo Governo do Ceará, destaco aqui nossa dedicada e competente vice-governadora Jade Romero, todo o time de secretários, dirigentes de órgãos vinculados e nossos servidores técnicos, fundamentais para o funcionamento de toda a engrenagem estadual.

Aos nobres parlamentares, deputadas e deputados, fica o meu mais sincero agradecimento pela parceria ao longo do ano passado, sempre respeitando a independência e autonomia dos poderes. E o pedido para que, em 2024, possamos seguir unidos em todas as ações que busquem a melhoria da qualidade de vida dos cearenses. O Estado do Ceará somos todos nós!

Muito obrigado e que Deus nos abençoe!

Elmano de Freitas
Governador do Estado do Ceará

DESTAQUES

2023

PROTEÇÃO SOCIAL

CEARÁ SEM FOME

MAIS DE

43.300

FAMÍLIAS BENEFICIADAS COM O CARTÃO CEARÁ SEM FOME

Concessão do Cartão Alimentação Ceará Sem Fome às famílias em extrema pobreza e vulnerabilidade social nos 184 municípios, no valor de **R$ 300 mensais**. Mais de 3 mil estabelecimentos cadastrados.

4,5

MILHÕES DE REFEIÇÕES

Implantação de mais de **mil Unidades Sociais Produtoras de Refeição (USPR)** do programa Ceará Sem Fome, atendendo a 178 municípios, oferecendo mais de **100 mil refeições diárias** através do programa.

MAIS INFÂNCIA CEARÁ

PROGRAMA MAIS NUTRIÇÃO

MAIS DE

720 MIL KG

DE ALIMENTOS ARRECADADOS E DISTRIBUÍDOS

O Programa Mais Nutrição beneficiou 134 entidades, selecionadas por meio de Edital Público, para receber alimentos de qualidade e contribuir com a redução da insegurança alimentar e nutricional de pessoas em situação de vulnerabilidade.

VALE GÁS SOCIAL DO GOVERNO DO CEARÁ

Concessão de mais de

630 MIL

tíquetes de gás, beneficiando mais de **210 mil famílias** em 2023.

MAIS INFÂNCIA

CARTÃO MAIS INFÂNCIA

150 MIL

FAMÍLIAS BENEFICIADAS

Concessão do benefício às famílias com crianças até 5 anos e 11 meses, distribuídas nos 184 municípios cearenses.

CIDADE MAIS INFÂNCIA

53.194

VISITANTES EM 2023.

66.346 KG

de alimentos não perecíveis arrecadados e distribuídos a

216 instituições.

20

Centros de Educação Infantil – CEIs em 2023

Totalizando 130.

34

Brinquedopraças em 2023

Totalizando 237.

47

Brinquedocreches em 2023

Totalizando 197.

4

Praças Mais Infância

Totalizando 36.

OUTRAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA

- Cofinanciamento dos **114 Centros de Referência Especializados de Assistência (CREAS)** em 108 municípios para a prestação do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI).

ALUGUEL SOCIAL

185

FAMÍLIAS AMPARADAS

Famílias vulneráveis e desabrigadas, residentes em áreas de risco em decorrência de fortes chuvas, em 9 municípios.

MAIS DE
18.800
ATENDIMENTOS

CASA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, equipamento que realiza serviços especializados e multidisciplinares aos menores que tenham testemunhado ou que estejam em situação de violência.

PROJETO ZONA VIVA

(espaços coletivos instalados em unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida).

Implantação de uma unidade no Residencial Habitacional José Euclides, no Jangurussu.

EDUCAÇÃO

IMPLANTAÇÃO DE

80

ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL

MAIS DE

71%

DA REDE EM TEMPO INTEGRAL

CERCA DE

1.200

BOLSAS DE EXTENSÃO DE PESQUISA TECNOLÓGICA

Concessão de bolsas

para consultores, formadores regionais, municipais e diagramadores de materiais didáticos e para criação de materiais de apoio feito para o uso dos professores e estudantes do ensino fundamental em sala de aula em todo o Estado.

- **2023 – início da cooperação para implementação do tempo integral no 9º ano.** Repasse de **R$ 2 mil** por aluno em jornada estendida.
- **131 escolas de Educação Profissional** beneficiadas com reformas e aquisição de equipamentos, como: notebook, projetores, kits laboratório e conjuntos escolares.
- Aquisição de equipamentos e reformas em **52 escolas do campo, indígenas e quilombolas**.
- **Combate à pobreza menstrual nas escolas:** distribuição de mais de 1 milhão de kits de absorventes para alunas do ensino médio da rede estadual.

CERCA DE

21 MIL

ESTUDANTES CUMPRIRAM ESTÁGIO CURRICULAR NAS ESCOLAS PROFISSIONALIZANTES

Oferecendo a oportunidade de se prepararem melhor para o mundo laboral com a associação entre o estudo e o mundo do trabalho.

OPORTUNIDADES

PRIMEIRO PASSO

MAIS DE

6.200

JOVENS CAPACITADOS NO PROGRAMA

PCO PROGRAMA CRIANDO OPORTUNIDADES

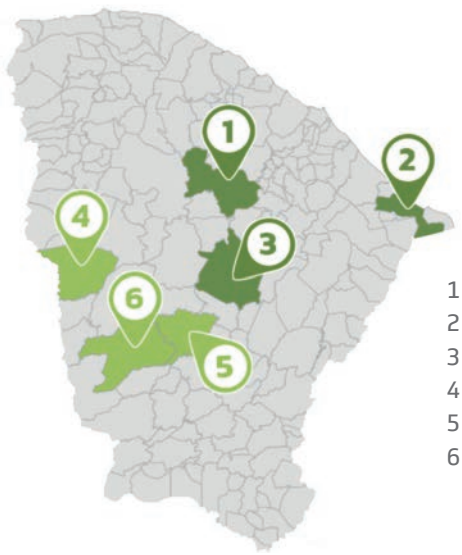
MAIS DE

6.500

PESSOAS QUALIFICADAS PELO PROGRAMA

EDUCAÇÃO SUPERIOR

EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES UECE



1 Canindé
2 Aracati
3 Quixeramobim
4 Crateús
5 Mombaça
6 Tauá

Novos campi em Aracati , Canindé e Quixeramobim

Curso de Medicina em Quixeramobim e Crateús e novos cursos em Mombaça e Tauá.

UECE - Direito em Fortaleza.
UVA - Ciências Contábeis e Engenharia de Pesca em Camocim, Agronomia e Pedagogia em Acaraú.

VAIVEM

Transporte gratuito a estudantes de Fortaleza e Região Metropolitana em sua 1ª fase.

2 passagens por dia, todos os dias, incluindo fins de semana, férias e feriados.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

HIDROGÊNIO VERDE

Entrega da licença prévia do Hub de Hidrogênio Verde à Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP S/A).

12

memorandos assinados em 2023

Totalizando 35.

1

pré-contrato assinado em 2023

Totalizando 4.

PORTO DO PECÉM

RECORDE DE MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINERES

CERCA DE

483 MIL

TEUs MOVIMENTADOS

16%

DE CRESCIMENTO COMPARADO A 2022

CERCA DE

3 MILHÕES

DE TONELADAS DE PLACAS DE AÇO MOVIMENTADAS

Produzidas pela ArcelorMittal Pecém, embarcadas em 81 navios.

TRABALHO

MAIS DE

104.600

EMPRESAS ABERTAS EM 2023
FONTE: JUCEC

MAIS DE

53.900

EMPREGOS GERADOS EM 2023
(JANEIRO A NOVEMBRO)
FONTE: CAGED

ARTESANATO

MAIS DE

3 MIL

PRODUTOS ARTESANAIS CERTIFICADOS COM O SELO DE AUTENTICIDADE

Em Reconhecimento das Obras de Arte Popular Cearense em 14 Regiões do Planejamento.

TURISMO

MAIS DE

5,6

MILHÕES

DE PASSAGEIROS

Passageiros nacionais e internacionais passaram pelo Aeroporto Internacional Pinto Martins.

INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

540 KM
DE ESTRADAS EM 2023

Serviços de Pavimentação Recuperação, restauração e duplicadas de estradas.

16
MILHÕES
DE PASSAGEIROS

Sistema sobre trilhos
(metrô e VLT).

ACESSO À TERRA E MORADIA

ENTREGA DE MAIS DE 1 MIL UNIDADES HABITACIONAIS

Residencial Santo Sátiro e Residencial Cidade Jardim V.

ENTREGA DE 2.085 TÍTULOS DE PROPRIEDADE URBANA

por meio do **Programa Papel da Casa.**

ENTREGA DE 5.112 TÍTULOS DE DOMÍNIO

distribuídos em 14 regiões, atendendo **123 municípios.**

APOIO À VIDA NO CAMPO

HORA DE PLANTAR

Programa de incentivo à produção agrícola, que proporciona incrementos significativos da produtividade agrícola e, consequentemente, no aumento na renda e na segurança alimentar de inúmeros cearenses.

INVESTIMENTO DE

R$ 26 MILHÕES

BENEFICIANDO MAIS DE 160 MIL AGRICULTORES EM 182 MUNICÍPIOS

- Distribuição de:
  Mais de **302.000 mudas** de cajueiro anão precoce.
- Mais de **42.000 mudas** de essências florestais (aroeira e sabiá).
- Quase **2.500.000 kg** de milho (híbrido e variedade).
- Mais de **170.000 kg** de sorgo forrageiro.
- **3.314 m³** de maniva de mandioca.
- Quase **2.300.000** raquetes de palma forrageira.

173
PROJETOS MANDALLA IMPLANTADOS EM 2023

1.786
PRODUTORES BENEFICIADOS

Implantação de 364 projetos de produção:
115 projetos de Irrigação na Minha Propriedade,
8 projetos Nossa Horta na Escola e
68 projetos de bovinocultura de leite.

Repovoamentos de açudes:
496
RESERVATÓRIOS
MAIS DE
5 MILHÕES
DE ALEVINOS

5.270 kits de pesca para pescadores artesanais:
rede de pesca, chumbadas, boias, colete salva-vidas, protetor solar, caixa de isopor e outros.

RECURSOS HÍDRICOS

CINTURÃO DAS ÁGUAS

TRECHO 01 – JATI / NOVA OLINDA

LOTE 1	LOTE 2	LOTE 3	LOTE 4	LOTE 5
Concluído e com água.	Concluído e com água.	Obras retomadas. **Investimento: R$ 319 MILHÕES.**	Obras em andamento. **Investimento: R$ 250 MILHÕES.**	Concluído e com água.

145,3 km *de adutoras*

76%
DE CONCLUSÃO

4,5
MILHÕES
DE PESSOAS
BENEFICIADAS

ABASTECIMENTO

EIXÃO DAS ÁGUAS

1ª etapa da duplicação (Castanhão-Curral Velho)

com financiamento federal.

R$ 646

MILHÕES

DE INVESTIMENTO

MALHA D'ÁGUA

Execução de

23,26 km de assentamentos

dos tubos da adutora.

1ª etapa Banabuiú/ Sertão CENTRAL

9 sedes municipais,

38 sedes distritais e

700 km de adutoras.

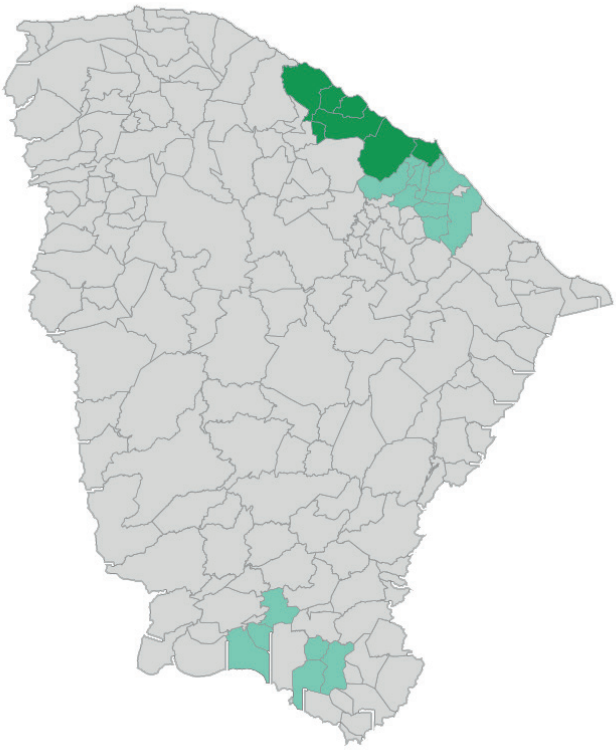
Instalação de 192 poços, BENEFICIANDO MAIS DE 5.100 PESSOAS

CERCA DE 2.200 cisternas de placa, BENEFICIANDO MAIS DE 9 MIL PESSOAS

Implantação de **seis Sistemas de Abastecimento de Água** nos municípios de Uruburetama (localidades de Santa Luzia, Boqueirão, Baixa Grande e João Pinheiro), Mauriti (Catanduva) e Crateús (Comunidade Ibiapaba).

SANEAMENTO BÁSICO

PPP DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO



Bloco 2

- Fortaleza
- Caucaia
- Paracuru
- Paraipaba
- São Gonçalo do Amarante
- São Luís do Curu
- Trairi

Bloco 1

- Aquiraz
- Cascavel
- Chorozinho
- Eusébio
- Guaiúba
- Horizonte
- Itaitinga
- Maracanaú
- Maranguape
- Pacajus
- Pacatuba
- Juazeiro do Norte
- Barbalha
- Farias Brito
- Missão Velha
- Nova Olinda
- Santana do Cariri

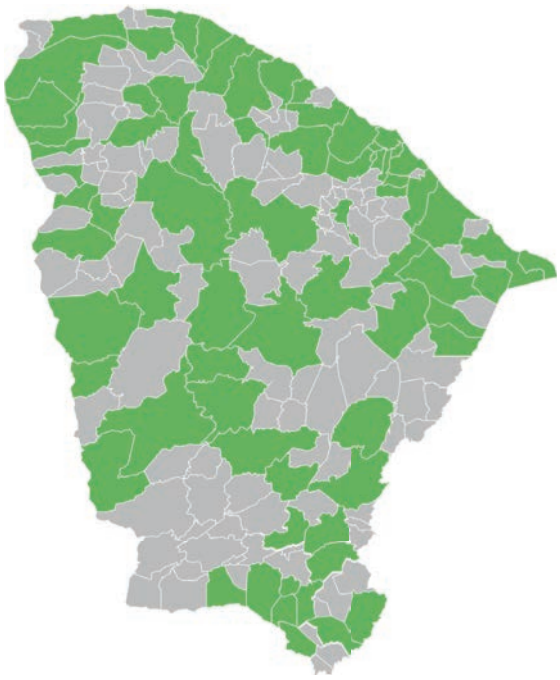
R$ 19 BILHÕES
CONCESSÃO DE 30 ANOS

- Com meta de investir 90% do valor até 2033.
- 24 cidades da Região Metropolitana de Fortaleza e do Cariri, beneficiando **4,3 milhões de pessoas.**

SEGURANÇA E JUSTIÇA

CENTRO INTEGRADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ

Entrega das novas sedes da Polícia Civil, da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social e do Centro de Inteligência do Ceará, localizadas no Centro Integrado de Segurança (CISP) 2ª Etapa.



Implantação do BPRaio e Sistema de Videomonitoramento

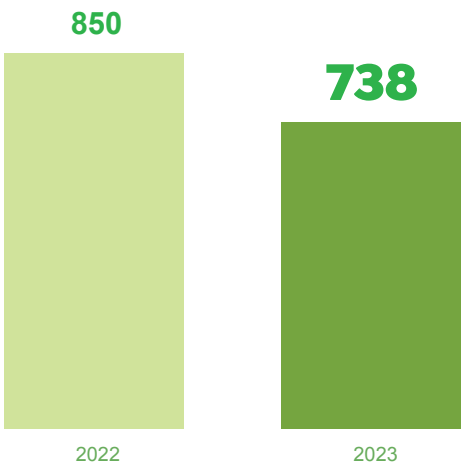
nos municípios de Nova Russas, Chorozinho, Campos Sales, Novo Oriente, Forquilha e Marco.

76 bases no total.

Cobertura de

75%

DO ESTADO.



REDUÇÃO DE

13,2%

DE HOMICÍDIOS em Fortaleza em comparação a 2022.

MAIS INVESTIMENTO EM SEGURANÇA PÚBLICA

- Mais **2 mil profissionais** convocados.
- Mais de **100 viaturas** entregues para todas as áreas da Segurança.
- **2.280 pistolas** para a PM.
- **150 submetralhadoras** para a PC.
- **R$ 15 milhões** em equipamentos para a Pefoce.

EDUCAÇÃO E CIDADANIA NO SISTEMA PRISIONAL

- Implantação de **8 salas de aula no Sistema Penitenciário**, construídas com mão de obra carcerária por meio do projeto SOU CAPAZ.
- Emissão de **6.589 documentações civis básicas** (RG, CPF e 2ª Via de Certidão de Nascimento) para pessoas privadas de liberdade.

13 MIL
INSCRITOS NO ENCCEJA PPL 2023

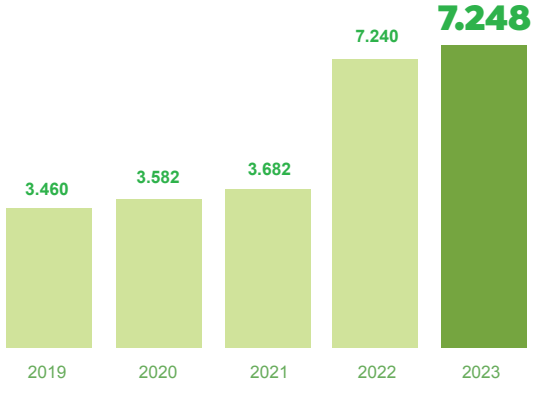
Recorde de inscritos, representando 61,47% da população carcerária.

CERCA DE 60 MATRICULADOS NO ENSINO SUPERIOR

Na modalidade de Ensino a Distância (EAD).

1.080
INSCRITOS NA 18ª OLIMPÍADA BRASILEIRA DE MATEMÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS (OBMEP)

5 MIL
INSCRITOS NO ENEM PPL 2023



7.248
matrículas de pessoas privadas de liberdade

na educação básica, aumento de quase **96,8%** em relação a 2021.

Mais de

12 MIL

pessoas privadas de liberdade com avaliações aprovadas no **Projeto Livro Aberto**, proporcionando remição de pena.

Inauguração da Unidade Prisional de Ensino, Capacitação e Trabalho de Tianguá.

2º lugar no Ranking Prisional

do Selo de Gestão Qualificada em Serviços Penais da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN).

- **Reconhecimento nacional de 4 unidades prisionais (UP) do Ceará** que estão entre as melhores unidades do Brasil no Ranking Prisional do Selo de Gestão Qualificada em Serviços Penais da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), são elas:
  - UP Irmã Imelda Lima Pontes (6º lugar),
  - UP Feminina Desembargadora Auri Moura Costa (16º lugar),
  - UP Feminina de Sobral (18º lugar),
  - UP Feminina do Crato (22º lugar).

- **Ação pioneira: tratamento de hormonioterapia** ofertado para mulheres trans e travestis da Unidade Prisional Irmã Imelda Lima Pontes.

MULHERES, DIVERSIDADE, POVOS TRADICIONAIS E DIREITOS HUMANOS

Lançamento do **Programa Tempo de Justiça Mulher**: iniciativa para dar mais celeridade aos casos de feminicídio.

Lançamento do **Programa Ceará por Elas**, uma ação pioneira de articulação do Governo do Ceará com os municípios, para prevenção à violência, combate à discriminação e promoção da autonomia econômica.

Lançamento do **Sistema de Medidas Protetivas de Urgência Virtual (MPUs)**: Parceria das Secretarias das Mulheres e da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS).

- **Criação do Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher e Combate ao Feminicídio.**

- **Elaboração de projeto pioneiro de letramento racial** voltado para o Sistema Socioeducativo, escolhido pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania para ser projeto-piloto de política nacional.

- Instituição do **Sistema Estadual de Prevenção e Combate à Tortura (SEPCT)**, consolidação do **Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura (CEPCT)** e criação do **Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura (MEPCT)** por meio da Lei nº 18.660 de 27/12/2023.

Lançamento da campanha **"Ceará da Diversidade contra a LGBTfobia"**, tendo três pilares de sustentação: Promoção, Proteção e Cidadania.

Lançamento do projeto-piloto do **Escritório Popular da Juventude (EPJ)**, iniciativa pioneira no Brasil.

CULTURA

Implantação do **Museu Ferroviário**, no Complexo Estação das Artes.

Tombamento definitivo do sítio histórico do Patu, localizado no município de Senador Pompeu.

- Apoio a 30 organizações da sociedade civil pelo **II Edital Escolas Livres da Cultura** para executar projetos de formação em 15 cidades do Estado.

GESTÃO

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO & REGIONALIZADO

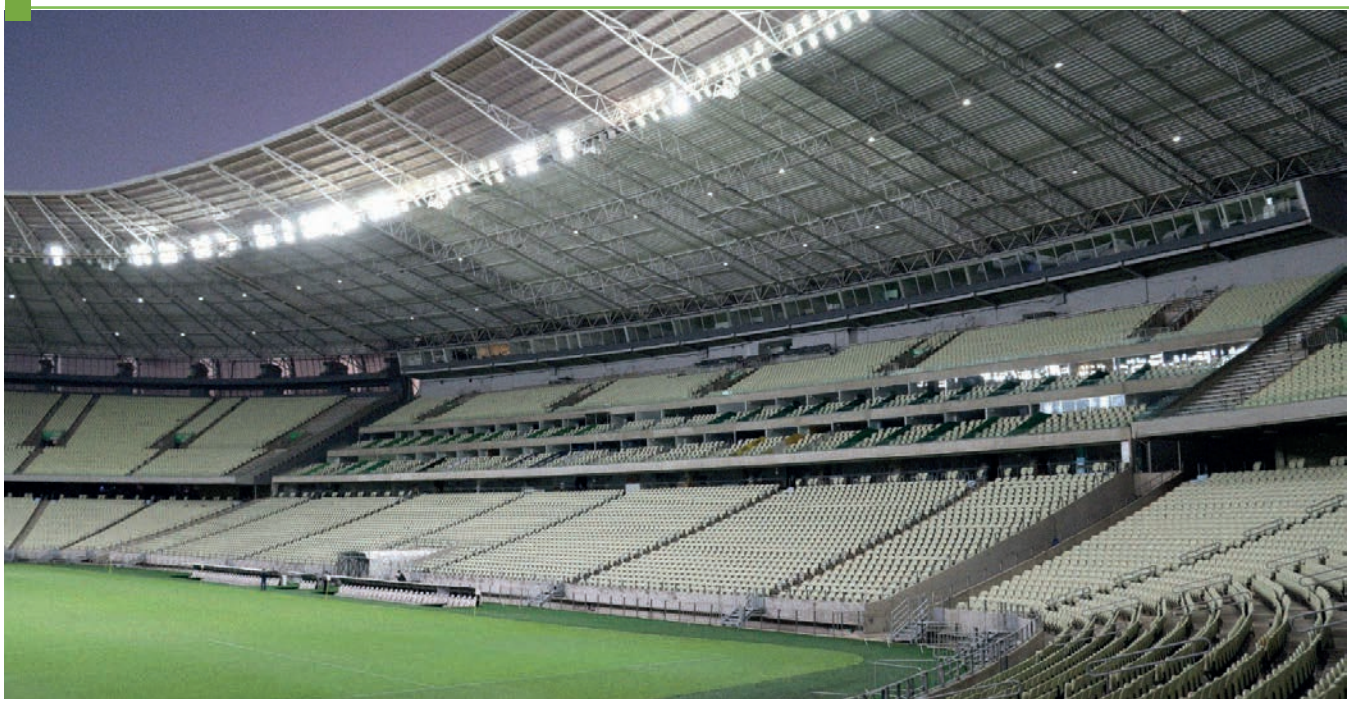
Retomada da **Participação Cidadã** no planejamento governamental: realização dos Encontros Regionais na elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 com objetivo de escutar as demandas da população cearense. Os encontros contaram com mais de 6.600 participantes das 14 Regiões de Planejamento.

MAIS DE
8 MIL
PARTICIPANTES
NO MEIO VIRTUAL

Lançamento da **Plataforma Ceará Participativo** para a população indicar diretrizes prioritárias e fazer novas proposições ao fim dos encontros regionais.

ESPORTE

ARENA CASTELÃO



R$ 15,2

MILHÕES INVESTIDOS

Conclusão da reforma do gramado.

Novos placares eletrônicos.

Novo sistema de iluminação do campo.

Cinco grupos geradores e dois painéis de comando.

Sistema de iluminação cênica.

Manutenção do sistema de som.

ESPORTE SUPERAÇÃO

ESPORTE SUPERAÇÃO

MAIS DE

7.100

JOVENS ATENDIDOS

Em modalidades esportivas realizadas pelos 145 núcleos do Projeto Esporte Superação.

MEIO AMBIENTE E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Sistema de painéis de energia solar fotovoltaica em 14 escolas da rede pública estadual.

Ampliação da rede de distribuição da Cegás em 55,11 km.

Plantio de mudas nativas em uma área total de 100 ha nas 14 regiões do Ceará.

Entrega de 7 Centrais Municipais de Reciclagem.

SAÚDE

MAIS DE

65 MIL

PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS ELETIVOS REALIZADOS EM 2023

Lançamento do Plano Estadual de Redução das Filas de Cirurgias Eletivas, Exames Complementares e Consultas Especializadas.

HRVJ

2 NOVOS SERVIÇOS

ONCOLOGIA:
atendimento para
40 municípios.

POLITRAUMA 24 HORAS:
beneficiando 20 municípios.
Ao todo, são 70 novos leitos, sendo 10 na Unidade de Terapia Intensiva (UTI), 30 leitos de observação na emergência e 30 leitos de internação neste setor.

Compromisso: Plano de Expansão da Rede Oncológica do Ceará, um investimento para a realização de mais de **6.300 procedimentos**, entre cirurgias e tratamentos.

Renovação de 40%

da frota do SAMU 192 Ceará:

60 novas ambulâncias.

DESENVOLVIMENTO ESTADUAL

1978
VALIVA

CEARÁ – DESEMPENHO ECONÔMICO E SOCIAL

PANORAMA SOCIOECONÔMICO E PERSPECTIVAS

Após o ano de 2022, onde o Ceará registrou um crescimento econômico com intensidade menor, dado um ambiente de inflação mais alta e com juros elevados, reduzindo os investimentos na indústria e o consumo das famílias, o ano de 2023 registrou um maior ritmo de crescimento, após o início da trajetória de queda da taxa de juros Selic bem como uma desaceleração do crescimento da inflação, contribuindo para o reaquecimento do consumo das famílias, o que repercutiu de forma positiva no setor de Serviços, mais notadamente no comércio cearense, bem como nas atividades econômicas ligadas ao turismo, como alojamento, alimentação, transporte e entretenimento.

O setor da Indústria cearense experimentou mais um ano de queda na produção, novamente influenciado pelo desempenho da atividade de transformação, no qual ainda não conseguiu se recuperar da conjuntura adversa presente no ano de 2022. Por outro lado, a produção de energia continua sendo um importante vetor de crescimento econômico no setor industrial do Ceará, dada a continuidade do crescimento dos investimentos privados em usinas eólicas e solares.

O Governo do Estado do Ceará vem mantendo o compromisso de equilíbrio fiscal em suas contas públicas, apesar das perdas de arrecadação de ICMS causadas pelas medidas tomadas pelo Governo Federal, em julho de 2022, onde reduziram-se as alíquotas de combustíveis, eletricidade e telecomunicações. A manutenção do equilíbrio fiscal vem permitindo ao governo estadual realizar investimentos públicos em áreas estratégicas para o seu desenvolvimento, como recursos hídricos, energias renováveis e transporte, contribuindo para elevar a competitividade da economia cearense, estimulando, dessa forma, os investimentos privados nos diversos setores produtivos do Ceará.

Ao lado desse desempenho econômico, o Governo do Ceará vem priorizando políticas públicas de desenvolvimento infantil, principalmente para atender as crianças mais pobres, por meio do Programa Mais Infância e o Cartão Mais Infância. Também foram tomadas várias outras ações na área social, destacam-se as voltadas à inclusão social e defesa dos direitos humanos; ao combate emergencial à fome e a construção da soberania alimentar do Ceará, por meio do Programa Ceará sem Fome; à ampliação de áreas de regularização fundiária urbanas e rurais; à construção e melhoria de moradias; à redução das filas de cirurgias eletivas e ampliação da rede assistencial de saúde; à prevenção das violências e redução da criminalidade; à promoção da cultura cidadã; e à universalização da oferta de Ensino Fundamental em tempo integral, junto ao Programa Alfabetização na Idade Certa, mantendo o Estado em destaque nacional na área da educação pública pelos excelentes resultados apresentados no IDEB.

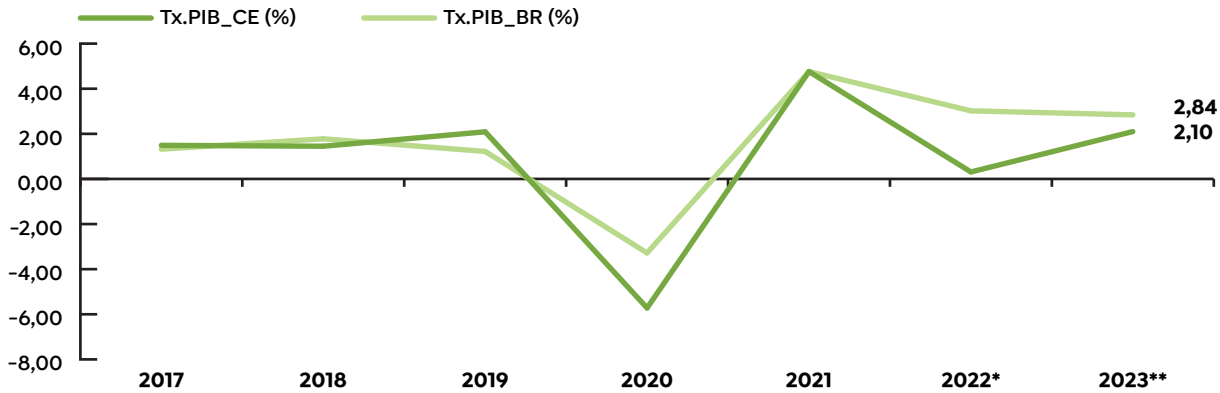
A seguir serão apresentados os elementos do panorama socioeconômico e as perspectivas da economia cearense.

A ECONOMIA CEARENSE

Segundo os últimos dados definitivos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relativos ao ano de 2021, o Ceará responde pela 13ª economia do País e pela 3ª da região Nordeste. O PIB cearense abrange 2,16% do PIB brasileiro e 15,68% do PIB Nordestino, correspondendo a R$ 194,88 bilhões. Sua economia está sustentada principalmente nas atividades ligadas aos Serviços (73,28%), seguidos das atividades da Indústria (20,49%), e da Agropecuária, que participa com 6,23%.

Ao se analisar a taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) para as economias do Brasil e do Ceará nos anos de 2017 a 2023 (Gráfico 1), verifica-se que no período de 2016 a 2019 ocorre um processo de recuperação econômica após a crise macroeconômica (2014-2016), decorrente do forte déficit fiscal do Governo Federal, da perda de confiança do setor privado na economia e da crise política. O processo de retomada do crescimento econômico foi interrompido pela crise de 2020, causada pelos efeitos da pandemia da Covid-19 iniciada em março de 2020. O biênio 2021-2022 é marcado pela retomada de crescimento do PIB após uma forte redução das restrições sanitárias a partir de uma grande cobertura vacinal no país. Segundo o IPECE, a previsão de crescimento da economia cearense para o ano de 2023 é de 2,10%, puxado pelo aumento do setor de Serviços, explicado em grande parte pelo aumento da atividade do comércio e das atividades ligadas ao turismo, a partir da desaceleração da inflação e do início de uma trajetória de queda da Selic.

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE CRESCIMENTO (%) REAL DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) CEARÁ X BRASIL, 2017-2023



	2017	2018	2019	2020	2021	2022*	2023**
Tx.PIB_CE (%)	1,49	1,45	2,09	-5,72	4,76	0,31	2,10
Tx.PIB_BR (%)	1,32	1,78	1,22	-3,28	4,76	3,02	2,84

Fonte: IBGE e IPECE. Elaboração: IPECE.

(*) O ano de 2022 é estimativa elaborada pelo IPECE e pode sofrer alteração quando o IBGE divulgar os dados definitivos. (**) O ano de 2023 é uma previsão elaborada pelo IPECE e pode sofrer alteração quando o IBGE divulgar os dados definitivos.

Analisando o comportamento setorial do PIB de acordo com a Tabela 1, verifica-se que o ano de 2021 foi marcado pela recuperação econômica, quando as atividades como comércio, alojamento, alimentação e transportes puxaram o crescimento do setor de serviços, a partir de uma maior circulação das pessoas vacinadas, beneficiando principalmente as atividades ligadas ao turismo. No ano de 2022, apesar da retomada do funcionamento da maior parte das atividades econômicas, a economia cearense sofreu com a forte inflação e a alta da taxa de juros Selic, afetando negativamente a atividade do comércio cearense a partir da redução do consumo das famílias. Para o mesmo ano, a economia brasileira foi beneficiada pelas exportações das *commodities* agrícolas e minerais.

TABELA 1 - TAXA DE CRESCIMENTO (%) (VARIAÇÃO EM VOLUME EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR) – VALOR ADICIONADO (VA) E PIB – CEARÁ E BRASIL – 2021, 2022 E ACUMULADO DO ANO ATÉ O 3º TRIMESTRE DE 2023

Setores/Atividades	2021		2022*		Acumulado do ano até o 3º Trimestre de 2023*	
	Ceará	Brasil	Ceará	Brasil	Ceará	Brasil
Agropecuária	-4,69	0,00	8,01	-1,13	-4,84	18,14
Indústria	9,96	5,04	-7,35	1,52	-1,49	1,16
Serviços	4,20	4,80	1,64	4,26	2,89	2,57
Valor Adicionado (VA)	4,61	4,54	0,20	3,14	1,48	3,27
Produto Interno Bruto (PIB)	4,76	4,76	0,31	3,02	1,62	3,19

Fonte: IPECE e IBGE. Elaboração: IPECE.

(*) São estimativas elaboradas pelo IPECE e podem sofrer alterações quando o IBGE divulgar os dados definitivos.

Analisando o comportamento do PIB em relação às Regiões de Planejamento (Tabela 2) de forma a dimensionar a concentração produtiva, mesmo dentro do Interior do Estado, pode-se observar que a Grande Fortaleza detém, em 2021, a maior participação em relação ao PIB do Ceará com 63,66%, seguida das duas outras Regiões de Planejamento que integram regiões metropolitanas cearenses, Cariri (7,53%) e Sertão de Sobral (4,36%). Verifica-se também que na análise histórica, quando se compara o ano de 2021 em relação ao ano de 2002, as regiões que registraram maiores ganhos de participação foram Litoral Norte (0,79 p.p.), Serra da Ibiapaba (0,68 p.p.), Cariri (0,33 p.p.) e Litoral Leste (0,32 p.p.). Em direção oposta, as regiões que apresentaram maiores perdas de participação, para a mesma base de comparação, foram: Grande Fortaleza, com perda de 0,82 p.p., Sertão de Sobral (-0,45%) e Sertão de Cratéus (-0,27 p.p.).

TABELA 2 - PARTICIPAÇÕES NO PIB, A PREÇOS CORRENTES, DE ACORDO COM A REGIÃO DE PLANEJAMENTO – CEARÁ – 2002, 2010, 2020 E 2021

Região de Planejamento	Produto Interno Bruto, a preços correntes (R$ 1.000)				Participação PIB Região/PIB Total (%)			
	2002	2010	2020	2021	2002	2010	2020	2021
Grande Fortaleza	18.516.703	51.923.686	103.097.733	124.055.246	64,48	65,45	61,77	63,66
Cariri	2.068.248	5.894.419	13.614.046	14.665.999	7,2	7,43	8,16	7,53
Sertão de Sobral	1.381.182	3.622.505	7.264.839	8.501.285	4,81	4,57	4,35	4,36
Vale do Jaguaribe	1.018.207	2.550.602	6.332.339	7.260.481	3,55	3,21	3,79	3,73
Serra da Ibiapaba	620.701	1.780.235	5.149.066	5.534.039	2,16	2,24	3,08	2,84
Litoral Oeste/Vale do Curu	804.664	2.298.862	4.350.379	4.816.992	2,8	2,9	2,61	2,47
Sertão Central	708.648	1.934.842	4.608.082	5.159.147	2,47	2,44	2,76	2,65
Litoral Norte	593.473	1.803.666	4.720.563	5.564.797	2,07	2,27	2,83	2,86
Centro Sul	775.540	2.075.409	4.533.949	4.976.622	2,7	2,62	2,72	2,55
Sertão de Crateús	654.656	1.511.740	3.564.765	3.911.763	2,28	1,91	2,14	2,01
Litoral Leste	516.095	1.393.528	3.616.559	4.138.994	1,8	1,76	2,17	2,12
Maciço de Baturité	457.269	1.136.465	2.614.279	2.795.862	1,59	1,43	1,57	1,43
Sertão de Canindé	369.881	865.371	2.111.643	2.096.511	1,29	1,09	1,27	1,08
Sertão de Inhamuns	233.574	544.970	1.336.294	1.407.065	0,81	0,69	0,80	0,72
Ceará	28.718.841	79.336.300	166.914.536	194.884.802	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Produto Interno Bruto dos Municípios/IBGE. Elaboração: IPECE.

SETOR AGROPECUÁRIO

As chuvas ocorridas nas regiões do Estado do Ceará no acumulado de 2023 ficaram em torno da média. Porém, as regiões do Cariri, Ibiapaba e Jaguaribana, que são grandes produtoras agrícolas, registraram desvio negativo, indicando um volume de chuva inferior ao normal considerado para essas regiões. O volume de chuva dessas regiões não foi suficiente para o bom desempenho da produção agrícola desses locais.

Diante disso, a estimativa da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas do Estado do Ceará para o ano de 2023 é de 496.024 toneladas, indicando queda de 26,92%, comparado com a safra de 2022, segundo informações apresentadas pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola LSPA/IBGE, e dados da Produção Agrícola Municipal (IBGE).

Esse resultado foi puxado principalmente pela queda da produção de milho, que apontou diminuição da produção de 30,5%, e pela redução de 29,6%, ambos comparados à produção de 2022. Vale ressaltar que milho e feijão representam juntos quase 90% do total de grãos produzidos no Ceará em 2023. A produção de fava também apontou redução em 2023 quando comparado com o ano de 2022. Enquanto a produção de arroz e algodão teve crescimento de 11,3% e 6,4%, respectivamente. Para 2023, a produção de tubérculos e raízes está estimada em 887 mil toneladas, quantidade próxima ao obtido em 2022 (Tabela 3).

TABELA 3 – PRODUÇÃO DE CEREAIS, LEGUMINOSAS E OLEAGINOSAS (T), CEARÁ, 2022-2023

Produção de Grãos	Produção (t) 2021	Produção (t) 2022	Produção (t) 2023	Variação (%) 2023/2022	Participação 2023
Milho	414.411	538.505	374.340	-30,49%	75,47%
Feijão	110.981	101.980	71.780	-29,61%	14,47%
Arroz	19.362	17.116	19.053	11,32%	3,84%
Fava	4.139	4.360	3.685	-15,48%	0,74%
Algodão	5.844	3.386	3.602	6,38%	0,73%
Total de Grãos	570.315	678.708	496.024	-26,92%	100,00%
Tubérculos e raízes	664.219	876.332	887.005	1,22%	-

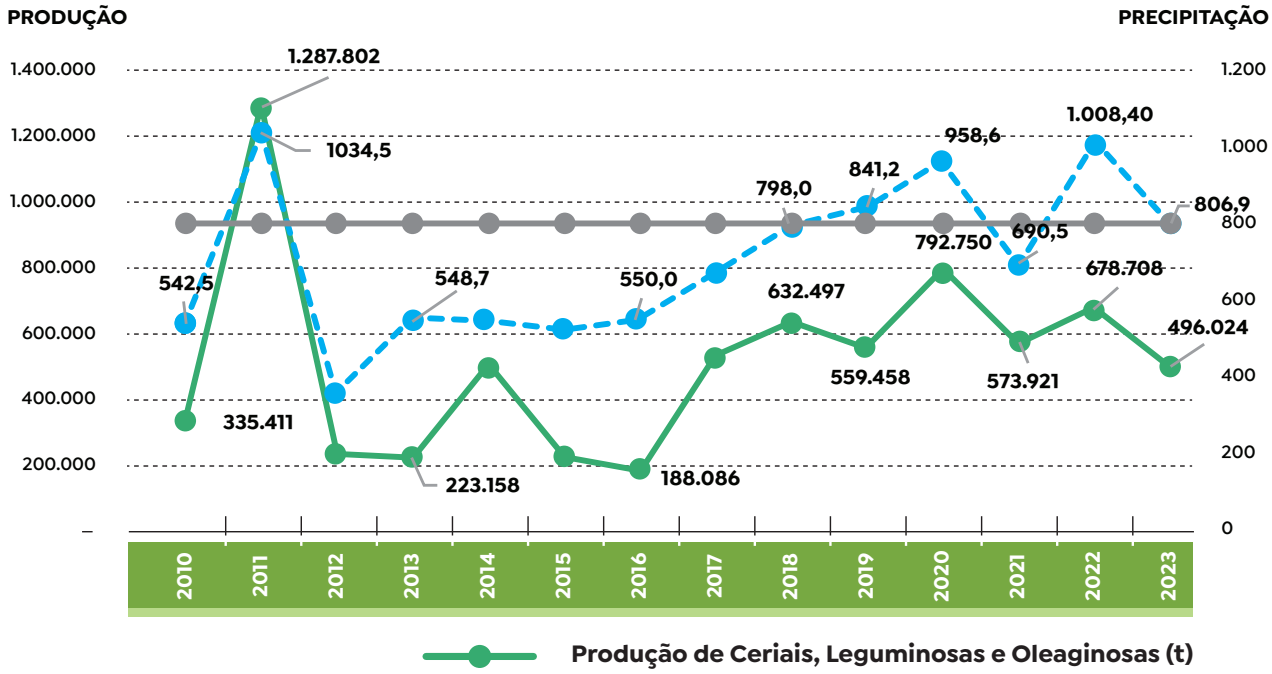
Fonte: PAM/IBGE. Elaboração: IPECE. Estimativa da produção de 2022 está sujeita à alteração.

NOTA: *Produtos medidos em mil frutos.

A precipitação pluviométrica anual de 2023 foi de 806,9 mm, representando um volume de chuvas bem próximo da Normal Climatológica Anual do Estado do Ceará (800 mm) (Gráfico 2). Porém, em geral, a quadra chuvosa se deu de forma bastante irregular, com grande volume de chuvas em fevereiro e março enquanto nos meses de abril e maio foram registrados baixos volumes, o que comprometeu o desempenho do setor agropecuário, principalmente as culturas de sequeiro.

A produção agrícola de cereais, leguminosas e oleaginosas do Ceará apresenta forte relação com o volume de chuva, conforme visto no Gráfico 2. Desse grupo, 90% é produção de sequeiro, com destaque para produção de milho e feijão. Dessa forma, a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas para o ano de 2023 indicou redução quando comparada com a produção de 2022, acompanhando assim o comportamento da precipitação pluviométrica do ano de 2023, que também registrou redução, ficando abaixo do volume de chuva ocorrido no ano passado.

GRÁFICO 2 – PRODUÇÃO DE CEREAIS, LEGUMINOSAS E OLEAGINOSAS (T) X PRECIPITAÇÃO PLUVIOMÉTRICA (MM), CEARÁ, 2010-2023



Fonte: PAM, LSPA/IBGE; FUNCEME. Elaboração: IPECE.

A Tabela 4 destaca as culturas de frutas e hortaliças que mais influenciaram na economia cearense em 2023. A estimativa para a produção de banana para o ano de 2023 foi de 464 mil toneladas, pouco maior que a produção obtida em 2022. A estimativa para a produção de maracujá (4,43%), mamão (2,47%), melancia (15,17%), goiaba (12,86%) e laranja (0,24%) também apontou crescimento para 2023, comparada com o ano anterior.

Já a produção de coco-da-baía (-22,06%), melão (-24,15%) e castanha de caju apresentou reduções na produção, comparada com o ano anterior.

Com relação às hortaliças, verificou-se aumento para a produção de tomate (8,14%), alface (18,02%) e pimentão (11,42%). Vale ressaltar que o tomate responde por mais da metade da produção de hortaliças.

TABELA 4 – PRODUÇÃO (T) OBTIDA E ESTIMATIVA DE FRUTAS E HORTALIÇAS NO CEARÁ – 2020-2022

Produção de Frutas	Produção 2021 (tonelada)	Produção 2022 (tonelada)	Produção (Estimativa) (tonelada) 2023	Variação (%) 2023/2022
Abacate	19.647	23.183	39.479	18,00%
Abacaxi*	378	1.109	1.354	193,40%
Banana (cacho)	412.103	440.017	464.797	6,80%
Castanha de caju	62.977	95.714	69.611	53,20%
Coco-da-baía*	386.112	572.328	446.081	48,70%
Goiaba	21.630	22.844	25.782	3,50%
Laranja	9.537	8.460	8.480	-11,30%
Limão	19.333	21.040	22.592	8,80%
Mamão	140.979	114.299	117.124	-18,90%
Manga	42.477	46.377	46.128	13,70%
Maracujá	177.291	148.013	154.576	-16,50%
Melancia	54.566	48.459	55.809	-11,20%
Melão	70.665	86.923	65.931	23,00%
Tangerina	3.020	3.358	3.642	11,20%
Tomate	166.889	170.059	183.897	1,90%
Uva	521	583	923	11,90%

Fonte: PAM/IBGE. Elaboração: IPECE. Estimativa da produção de 2022 está sujeita à alteração.

NOTA: *Produtos medidos em mil frutos.

O Ceará se destaca como exportador de frutas. Dentre as mais comercializadas internacionalmente destacam-se castanha de caju, melão, melancia e banana. Em 2022, tanto o valor quanto a quantidade das quatro principais frutas exportadas apresentaram redução, implicando assim em queda de participação. Ou seja, em 2021 a participação do valor exportado de frutas foi de 6,22% do valor total exportado pelo Ceará, em 2022 essa participação caiu para 5,76%.

Na análise para 2023, os dados correspondem ao período acumulado de janeiro a novembro. A participação do valor exportado de frutas indica crescimento, com 7,44%, a maior participação dos três últimos anos.

O valor das exportações cearenses de frutas de 2023, de janeiro a novembro, já soma US$ 140,8 milhões, com crescimento do valor exportado de melões (5,7%), banana (30,6%) e melancia (62,8%).

TABELA 5 – EXPORTAÇÕES DE FRUTAS, VALOR (US$) E PESO (KG), CEARÁ – 2020-2022

Frutas	2021		2022		2023*	
	Valor (US$)	Peso (Kg)	Valor (US$)	Peso (Kg)	Valor (US$)	Peso (Kg)
Castanha de caju	90.012.862	13.680.977	62.034.138	9.738.803	57.796.113	10.098.309
Melões frescos	57.025.101	77.235.337	53.441.780	64.267.535	56.466.153	56.167.500
Melancias frescas	10.446.459	20.970.518	10.231.399	15.869.825	16.652.912	22.203.611
Bananas frescas ou secas	7.920.484	19.628.023	4.144.287	8.917.151	5.412.286	10.846.378
Mangas frescas ou secas	1.458.490	3.081.171	1.525.327	2.076.255	1.744.256	1.895.163
Outras frutas não cozidas ou cozidas em água ou vapor, congeladas	1.647.380	1.103.753	1.580.215	1.372.653	1.383.768	844.462
Mamões (papaias) frescos	406.994	433.480	553.436	448.939	709.930	523.949
Outras frutas secas	101.935	5.120	656.994	24.257	327.680	9.094
Pitaias	162.936	92.138	172.677	33.451	234.589	44.251
Outras frutas frescas	226.121	15.101	88.988	3.872	28.761	14.033
Total das exportações de frutas	170.319.787	137.168.651	134.785.757	103.063.363	140.820.510	102.675.446
% Exportação frutas/Total Ceará	6,22	4,60	5,76	4,14	7,44	5,33

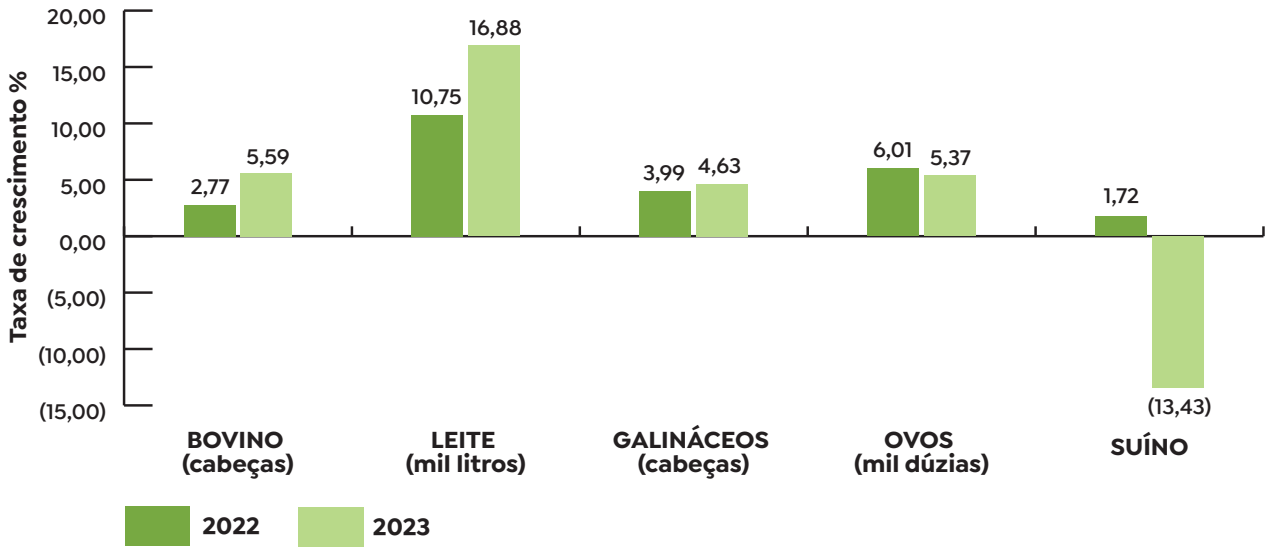
Fonte: comexstat/mdic. Elaboração: IPECE.

Nota: o valor de 2023 se refere ao acumulado de janeiro a novembro do ano.

As atividades da pecuária apresentaram resultados positivos na estimativa para o ano de 2023, comparado com o ano de 2022. A produção de leite mantém o ritmo de crescimento, com taxa de 16,88%, comparado com o ano anterior. O Ceará vem se destacando como o segundo maior produtor de leite, em termos de valores reais, da Região Nordeste e o oitavo maior do Brasil.

Outros destaques foram a produção de galináceos (4,63%), ovos (5,37%) e bovino (5,59), os quais também registraram aumento em 2023, comparada com o ano de 2022. Com relação à produção de suínos, a estimativa indicou variação negativa de -13,43%, comparada com 2022 (Gráfico 3).

GRÁFICO 3 - TAXA DE CRESCIMENTO DAS ATIVIDADES DA PECUÁRIA* - 2022-2023 (%) - CEARÁ.



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE. *Valores estimados sujeitos à alteração.

O setor Agropecuário do Ceará registrou queda de -4,69% em 2021, comparado com o ano de 2020, quebrando a sequência de crescimento que o setor vinha apresentando nos últimos quatro anos. Esse resultado foi influenciado pelo desempenho negativo da atividade agrícola (-11,38%), explicado pelo baixo volume de chuvas ocorridas no período da quadra chuvosa (fevereiro a maio) do Ceará. Além disso, as chuvas apresentaram distribuições irregulares no território do estado, o que causou quebra de safra da produção de grãos e redução da produção de frutas e hortaliças no ano de 2021, enquanto a atividade pecuária cresceu 5,36% em 2021, comparada com o ano anterior, impulsionada pela produção de leite e aves e ovos. A atividade Produção Florestal, Pesca e Aquicultura também registrou crescimento (9,27%) em 2021, com destaque para a produção de camarão e tilápia.

No acumulado do período de 2010 a 2021, o setor agropecuário cearense apresentou crescimento de 49,90%. Nesse mesmo período, o Nordeste e o Brasil também acumularam crescimento, com taxas de 32,73% e 35,09%, respectivamente. Dessa forma, mesmo com o setor Agropecuário do Ceará registrando queda em 2021, o desempenho do setor primário do estado, no acumulado de 2010 a 2021, se mantém acima da média de crescimento acumulado do Nordeste e do Brasil.

Na análise do Valor Adicionado Bruto do setor agropecuário por Regiões de Planejamento do Ceará, constatou-se que em 2021 a Região do Cariri obteve a maior participação do setor agropecuário, concentrando 13,79% do Valor Adicionado Bruto do setor agropecuário. Seguida pela região da Serra da Ibiapaba, com participação de 12,96%, e da região do Vale do Jaguaribe (12,27%). Essas regiões destacam-se por estarem situadas em áreas com sistema de irrigadas destinadas à produção de frutas e hortaliças, além de ser também a principal bacia leiteira do Ceará.

A região Grande Fortaleza apresentou-se como a quarta maior no setor agropecuário, com 10,25% de participação. Nela estão situados os municípios de Caucaia, Pacatuba, Maranguape, que se apresentam como núcleos de produção agropecuária, com o cultivo de hortaliças, frutas, e a criação de galináceos, suínos, ovinos e caprinos.

Entre as regiões com menores participações do VAB do setor agropecuário, em 2021, estão a região do Sertão de Canindé (1,95%) e Sertão dos Inhamuns (2,15%). Nessas regiões, a média observada do volume de chuva é a menor do Ceará, sendo as regiões que apresentam maior dificuldade para desenvolver atividades do setor agropecuário. Dentre as regiões que ganharam participação em 2021 comparado com 2020, destacam-se Centro Sul (1,15 p.p.) e Litoral Norte (0,57 p.p.). As regiões que mais perderam participação foram Maciço do Baturité (-0,64 p.p.) e Litoral Leste (-0,51 p.p.).

TABELA 6 – REGIÕES DE PLANEJAMENTO COM MAIORES PARTICIPAÇÕES NO SETOR AGROPECUÁRIO – CEARÁ – 2010, 2020 E 2021

Região de Planejamento	Valor Adicionado Bruto da Agropecuária, a preços correntes (R$ 1.000)			Participação Agropecuária Região/ Agropecuária Total Ceará		
	2010	2020	2021	2010	2020	2021
Cariri	390.710	1.355.160	1.436.016	11,18	14,25	13,79
Centro Sul	207.873	675.672	860.243	5,95	7,11	8,26
Grande Fortaleza	453.133	980.733	1.067.438	12,96	10,31	10,25
Litoral Leste	249.129	666.674	676.720	7,13	7,01	6,50
Litoral Norte	184.114	461.407	564.247	5,27	4,85	5,42
Litoral Oeste/Vale do Curu	228.926	428.679	450.312	6,55	4,51	4,33
Maciço de Baturité	265.103	499.876	480.902	7,58	5,26	4,62
Serra da Ibiapaba	351.872	1.299.196	1.349.070	10,07	13,66	12,96
Sertão Central	204.248	589.059	717.513	5,84	6,19	6,89
Sertão de Canindé	123.572	209.011	202.600	3,53	2,20	1,95
Sertão de Sobral	158.064	460.878	517.048	4,52	4,85	4,97
Sertão dos Crateús	161.577	527.796	587.348	4,62	5,55	5,64
Sertão dos Inhamuns	60.918	203.628	223.707	1,74	2,14	2,15
Vale do Jaguaribe	456.674	1.151.213	1.277.188	13,06	12,11	12,27
Total Geral	3.495.911	9.508.982	10.410.352	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

SETOR INDUSTRIAL

A presente seção faz uma análise da atividade industrial cearense nos últimos anos. Para tanto, considera a indústria geral e seus segmentos e aborda principalmente os anos de 2020 a 2023. Vale relembrar que o setor industrial é composto pelas atividades de extrativa mineral; de transformação; construção; e eletricidade, gás e água.

A análise se dá a partir do Valor Adicionado Bruto (VAB), o que possibilita avaliar o desempenho produtivo no período considerado. A análise considera três abordagens complementares. A primeira trata do desempenho relativo a partir das participações da Indústria e seus segmentos no VAB gerado por toda economia cearense, considerando os anos de 2020 e 2021 a partir de resultados definitivos. A segunda trata do crescimento estimado do VAB para os anos mais recentes, 2022 e 2023, para os quais não há dados definitivos como na abordagem anterior. Por fim, a terceira tem como objeto a atividade industrial nas regiões de planejamento do Estado do Ceará.

Antes, porém, é válido entender o conceito de VAB. O indicador é dado pela diferença entre o valor da produção industrial e o valor do consumo intermediário (dos bens e serviços consumidos no processo de produção), fornecendo, assim, uma medida de produto adicional, agregado à economia como resultado da atividade industrial. Trata-se, então, de uma medida que retrata aquilo que a Indústria, ou cada um de seus componentes, agrega ao produto total da economia[1].

Em 2021, o Valor Adicionado Bruto (VAB) da Indústria geral, no Ceará, foi de R$ 34,2 bilhões. O valor é nominalmente superior ao observado em 2020 e retrata um aumento expressivo de R$ 9,146 bilhões. Em particular, o resultado decorre principalmente da intensa variação nos preços industriais associada ao choque inflacionário que caracteriza o ano de 2021 e que se deu ainda sob os efeitos da realidade pandêmica no Brasil e no exterior. Setorialmente, o movimento pode ser explicado pela elevação no VAB das atividades de Transformação e Eletricidade, gás e água que o aumentaram, respectivamente, em R$ 7,289 bilhões e R$ 1,387 bilhões, ambos também em decorrência da alta nos índices de preços e de volume. Considerando o total da economia cearense, incluindo todas as atividades econômicas, o VAB foi de R$ 167,0 bilhões, uma expansão nominal de R$ 20,9 bilhões sobre 2020.

Considerando as participações, que de certo modo decorrem dos movimentos em valor, tem-se que, em 2021, a participação da Indústria geral na economia cearense registrou um forte crescimento, alcançando o percentual de 20,49%, o maior desde 2012. Tal taxa traduz uma alta de 3,33 pontos percentuais (p.p.) e é resultado de uma alta expressiva no índice de preços que potencializou as variações positivas em volume. Esse movimento altista nos preços demonstra o processo inflacionário que a atividade industrial atravessou em 2021. De todo modo, a indústria manteve, em 2021, uma importância relativamente maior nas economias nacional (25,85%) e regional (20,89%). A Tabela 7, a seguir, traz as participações para a Indústria geral e seus segmentos para os anos recentes, permitindo uma comparação com os resultados para o Brasil e o Nordeste.

1. O VAB pode ser calculado para todas as atividades econômicas, para Agropecuária e para os Serviços. A soma dos VAB de cada uma das atividades resulta no VAB total da economia, que uma vez adicionado dos impostos, líquidos de subsídios, resulta no Produto Interno Bruto (PIB).

TABELA 7 – PARTICIPAÇÃO NO VALOR ADICIONADO TOTAL DA ECONOMIA (%) – INDÚSTRIA E SEGMENTOS INDUSTRIAIS – BRASIL, NORDESTE E CEARÁ – 2019 A 2021

Brasil, Nordeste e Ceará	2019	2020	2021	Variação 2020-2021 (em p. p.)
Indústria Geral				
Brasil	21,80	22,51	25,85	3,34
Nordeste	18,47	19,10	20,89	1,79
Ceará	17,05	17,16	20,49	3,33
Indústria Extrativa				
Brasil	3,33	2,94	5,51	2,57
Nordeste	2,12	0,82	1,32	0,50
Ceará	0,51	0,20	0,32	0,13
Indústria da Transformação				
Brasil	14,97	12,34	13,91	1,57
Nordeste	9,68	9,02	10,55	1,53
Ceará	11,25	8,06	11,41	3,36
Construção				
Brasil	6,27	4,06	3,57	-0,50
Nordeste	7,82	4,65	4,17	-0,48
Ceará	6,83	4,68	4,22	-0,46
Eletricidades e Gás, Água e Esgoto				
Brasil	2,81	3,17	2,86	-0,31
Nordeste	3,26	4,61	4,85	0,23
Ceará	3,34	4,23	4,53	0,30

Fonte: IBGE/IPECE. Elaboração própria. Nota: Pontos Percentuais (p.p.)

Considerando os segmentos que compõem a Indústria Geral, a Indústria de Transformação registrou um ganho relevante de importância na economia cearense. Em 2021, a atividade elevou sua participação na economia em expressivos 3,36 pontos percentuais (p.p.), alcançando o percentual de 11,41%, o maior desde 2009. O movimento é explicado pela dinâmica dos preços relativos na atividade industrial. O movimento altista observado no conjunto da indústria se deu com maior intensidade no segmento da Transformação. O movimento cearense superou as altas nas participações registradas pelo país e pela região Nordeste e fez com que a Indústria de Transformação no Ceará se colocasse como uma atividade industrial relativamente mais importante.

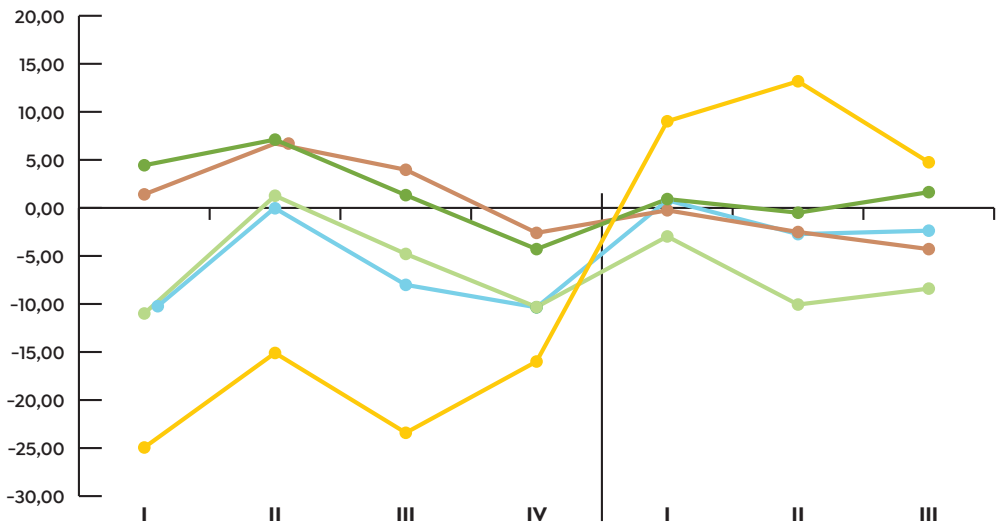
O segmento de Eletricidade, gás e água também apresentou, em 2021, uma alta participação, mas em menor intensidade do que a Transformação. No ano, a participação foi de 4,53%, indicando uma elevação de 0,30 p.p. em relação ao ano anterior. A despeito deste menor desempenho, a atividade assumiu a segunda posição como principal segmento industrial, superando a Construção. Esse movimento recente reforça o fato de que ao longo de duas décadas, a atividade vem ganhando uma relevância crescente na indústria e na economia cearense, como ocorre também na região Nordeste.

Por fim, a Construção apresentou uma redução de sua participação na economia estadual. Ao contrário dos seus pares, a atividade enfrentou deflação em 2021 e o movimento desfavorável dos preços relativos reduziu sua participação. Em 2021, a atividade perdeu o posto de segundo principal segmento industrial e alcançou o menor percentual de participação em toda a série histórica, com 4,22%. A taxa atual materializa uma redução de -0,46 p.p. na comparação com 2020. A perda de participação em 2021 foi um movimento comum ao país e ao Nordeste e evidencia um processo de deflação em nível nacional.

No tocante ao crescimento do VAB nos anos recentes, os resultados estimados para 2022 indicam para uma reversão no desempenho da atividade industrial. A Indústria Geral registrou uma retração de -7,35%, explicada pela dinâmica desfavorável na Indústria de Transformação. No período, o segmento registrou um recuo de -6,35% sobre igual período de 2021, após trimestres seguidos de recuo. Em boa medida, os números são explicados pelas restrições que se iniciaram ainda em 2021 e foram intensificadas em 2022. Em particular, a atividade sofreu com pressões de custos operacionais; com a alta da inflação e das taxas de juros. A atividade de eletricidade, gás e água também registrou um recuo de -20,04% na mesma base de comparação. Neste caso, a explicação reside na forte redução da geração de energia térmica após a produção intensa em 2021. Na contramão dos resultados acima, a Construção apresentou melhor dinamismo e registrou um crescimento de 2,0% em seu VAB em relação ao mesmo período do ano passado.

O Gráfico 4, a seguir, apresenta as taxas de crescimento real para o VAB da Indústria cearense e seus segmentos nos últimos trimestres, permitindo uma análise recente do desempenho do setor no Estado.

GRÁFICO 4 – TAXA DE CRESCIMENTO TRIMESTRAL (%) DO VALOR ADICIONADO BRUTO DA INDÚSTRIA GERAL E DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS – CEARÁ – 2022.I A 2023.III



	2022				2023		
Eletricidade, gás e água	-24,95	-15,10	-23,41	-15,99	9,02	13,18	4,75
Construção	4,44	7,11	1,33	-4,29	0,92	-0,50	1,64
Extrativa Mineral	1,41	6,70	3,97	-2,60	-0,25	-2,51	-4,29
Transformação	-10,99	1,27	-4,79	-10,32	-2,97	-10,06	-8,40
Indústria Geral	- 10,10	-0,04	-8,01	-10,35	0,79	-2,73	-2,37

Fonte: IPECE. Elaboração própria. Nota: variações trimestrais em relação ao mesmo trimestre do ano anterior; os resultados em 2022 e 2023 são preliminares e passíveis de revisão.

Os resultados acumulados até setembro de 2023 apontam para mais um ano de queda na produção da Indústria cearense, novamente influenciado pelo desempenho da atividade de Transformação, que não conseguiu se recuperar da conjuntura adversa presente desde 2022. No ano, na comparação com o mesmo período do ano anterior, a Indústria acumula um recuo de -1,49%. Como mencionado, a taxa é explicada principalmente pela Indústria de Transformação, que registra uma retração de -7,27% para a mesma comparação. De fato, as demais atividades com maior relevância na produção apresentam crescimentos para o período. A Construção, com alta de 0,70%, mantém-se resiliente e dá sequência a sua trajetória de crescimento apesar do menor ritmo. Eletricidade, gás e água seguem um período de recuperação em relação a 2022 e registram uma expansão de 8,64%.

Por fim, é válido observar a evolução da atividade industrial sob a ótica das regiões cearenses[2]. A Tabela 8, a seguir, apresenta o VAB industrial para as Regiões de Planejamento do Estado e a participação de cada uma destas no VAB industrial total do Ceará para os anos de 2020 e 2021. Nela é possível avaliar a evolução do valor adicionado a preços correntes e, principalmente, a importância relativa de cada região para a indústria cearense nos últimos anos.

TABELA 8 – VALOR ADICIONADO BRUTO DA INDÚSTRIA E PARTICIPAÇÃO NA INDÚSTRIA CEARENSE – REGIÕES DE PLANEJAMENTO DO ESTADO – 2020 E 2021

Região de Planejamento	Valor Adicionado Bruto da Indústria, a preços correntes (R$ 1.000)		Participação Indústria Região/Indústria Total Ceará (%)	
	2020	2021	2020	2021
Grande Fortaleza	18.356.015	25.813.327	73,18	75,41
Sertão de Sobral	1.137.202	1.520.777	4,53	4,44
Cariri	1.067.637	1.174.753	4,26	3,43
Litoral Leste	721.320	1.049.810	2,88	3,07
Vale do Jaguaribe	779.788	1.017.944	3,11	2,97
Litoral Norte	718.388	994.920	2,86	2,91
Litoral Oeste/Vale do Curu	612.092	742.075	2,44	2,17
Sertão Central	463.072	575.563	1,85	1,68
Serra da Ibiapaba	444.030	447.242	1,77	1,31
Centro Sul	241.929	285.001	0,96	0,83
Sertão dos Crateús	207.909	247.130	0,83	0,72
Maciço de Baturité	133.643	173.780	0,53	0,51
Sertão de Canindé	138.148	130.736	0,55	0,38
Sertão dos Inhamuns	63.171	57.655	0,25	0,17
Ceará	25.084.342	34.230.713	100,00	100,00

Fonte: IBGE e IPECE. Elaboração própria.

2. É necessário ressaltar algumas limitações associadas aos dados utilizados, a saber: (a) a análise se dá a partir dos dados de VAB, derivados do PIB dos municípios e cuja disponibilidade alcança o ano de 2021; (b) a análise considera valores correntes e participações estruturais, não se abordando as taxas reais de crescimento.

Em 2021, a Grande Fortaleza se manteve como a principal região industrial e aumentou sua relevância para o Estado. No ano, a região concentrou 75,41%, aumentando em 2,23 p.p. sua participação do VAB total da Indústria no Ceará. Na sequência, mantiveram-se as regiões do Sertão de Sobral e do Cariri com participações respectivas de 4,44% e 3,43%. Na Grande Fortaleza, a produção de metalurgia e minerais foi o principal destaque em 2021. Já no Sertão de Sobral e no Cariri, a produção de couros e calçados foi o principal segmento industrial.

Na comparação com 2020, as regiões da Grande Fortaleza, do Litoral Leste e do Litoral Norte foram as únicas a apresentar ganhos de participação na Indústria total do estado, com destaque absoluto para a capital e seu entorno. Nos litorais, o ritmo foi bem mais modesto, com altas de 0,19 p.p na porção leste e de apenas 0,04 p.p. na porção norte. Em ambas as regiões litorâneas, a atividade de geração de energia foi o maior destaque em 2021.

Na direção oposta, com perdas de participação na indústria cearense, se destacaram as regiões do Cariri e da Serra da Ibiapaba. Embora ocupe a terceira posição entre as regiões, a região do Cariri diminuiu sua participação em -0,82 p.p. na comparação entre 2021 e 2020. A região foi seguida pela Serra da Ibiapaba cuja redução foi de -0,46 p.p. na mesma comparação, levando sua participação para 1,31% no ano mais recente. Em 2021, na região serrana, a geração de energia também foi a principal atividade industrial.

Como de costume, a análise realizada sintetizou o desempenho da indústria cearense nos anos recentes. Os números refletem a consolidação do processo de retomada da economia após a pandemia que marcou o ano de 2020. Em 2021, a retomada se mostrou vigorosa e ajudou a suavizar as perdas acentuadas do ano anterior, com a indústria ganhando maior relevância na economia cearense. Nos anos seguintes, em 2022 e 2023, entretanto, novas restrições, ligadas mais diretamente ao ambiente macroeconômico nacional, voltaram a impor dificuldades para o crescimento do setor industrial, em particular para o segmento da transformação, impedindo o início de uma trajetória sustentável de expansão.

SETOR DE SERVIÇOS

A Tabela 9 apresenta a evolução do Valor Adicionado Bruto (VAB) do Estado do Ceará de 2016 a 2021. Conforme os dados, a série histórica revela que o setor de Serviços é o que apresenta a maior participação na composição do PIB estadual com mais de 70%.

De forma mais específica, no ano de 2021 o setor de serviços apresentou participação de 73,28% no valor adicionado cearense, seguido da Indústria, com uma participação de 20,49% e da Agropecuária, o menor deles, com participação de 6,23%.

Embora hegemônico, o setor de serviços vem perdendo participação desde 2019, quando apresentava um percentual de 77,80% no VAB estadual; em 2020 essa participação caiu para 76,33% e em 2021, conforme já visto, reduziu ainda mais, muito explicado pelo aumento de participação da Indústria em consonância à alta nos preços industriais neste último ano. Com isso, a participação do setor de serviços alcançou a sua menor participação no período em análise.

TABELA 9 – EVOLUÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES (%) NO VAB CEARENSE – 2016 A 2021

Atividades	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Agropecuária	4,70	5,75	5,17	5,14	6,51	6,23
Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	2,52	3,65	3,21	3,15	4,04	3,66
Pecuária, inclusive apoio à pecuária	1,62	1,56	1,50	1,52	1,93	2,08
Produção florestal, pesca e aquicultura	0,55	0,55	0,46	0,47	0,55	0,49
Indústria	19,20	17,07	18,09	17,05	17,16	20,49
Indústrias extrativas	0,16	0,28	0,31	0,30	0,20	0,32
Indústrias de transformação	8,20	8,47	9,27	8,67	8,06	11,41
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	3,83	3,85	3,67	3,85	4,23	4,53
Construção	7,00	4,48	4,83	4,23	4,68	4,22
Serviços	76,11	77,18	76,74	77,80	76,33	73,28
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	14,65	15,89	14,54	14,48	14,21	13,08
Transporte, armazenagem e correio	3,03	3,16	3,26	3,25	2,72	2,67
Alojamento e alimentação	2,99	3,19	3,34	3,70	2,83	3,32
Informação e comunicação	2,04	2,11	2,18	2,53	2,42	2,56
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	4,86	4,44	3,91	4,21	4,20	3,50
Atividades imobiliárias	10,59	10,37	10,49	10,06	10,98	9,84
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	7,59	7,36	8,01	8,11	7,37	8,01
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	23,34	23,68	23,67	23,98	24,75	23,00
Educação e saúde privadas	3,71	3,77	4,05	4,06	4,04	4,85
Outras atividades de serviços	3,30	3,20	3,30	3,43	2,80	2,45
Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços	2,06	2,01	2,15	2,28	1,95	1,76
Serviços domésticos	1,25	1,19	1,15	1,15	0,86	0,69

Fonte: Sistema de Contas Regionais/IBGE. Elaboração: IPECE.

As principais atividades do setor de serviços são administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social; comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas e atividades imobiliárias que registraram, em 2021, participação no VAB cearense de 23,0%; 13,08% e 9,84%, respectivamente.

Por outro lado, as atividades menos expressivas do setor de serviços são serviços domésticos e artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços com participações de 0,69% e 1,76% no VAB estadual.

Apesar da perda geral de participação do setor de serviços cearense, quatro atividades se destacam pelo ganho de participação na comparação dos últimos dois anos: educação e saúde privadas (+0,80 p.p.); atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares (+0,64 p.p.); alojamento e alimentação (+0,49 p.p.); e informação e comunicação (+0,14 p.p.). Nota-se que as maiores perdas de participação ocorreram justamente nas atividades mais representativas do setor de serviços.

Se compararmos com 2016, é possível notar que as atividades de educação e saúde privadas (+1,14 p.p.); informação e comunicação (+0,52 p.p.); atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares (+0,42 p.p.) e alojamento e alimentação (+0,33 p.p.) também vêm ganhando participação dentro da economia cearense revelando certa mudança estrutural da economia cearense e também dentro do setor de serviços nos últimos anos.

A Tabela 10 apresenta a evolução das participações das regiões de planejamento no valor adicionado da atividade de serviços – exclusive administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social – cearense para os anos de 2002, 2010, 2020 e 2021.

Em 2021, a Região da Grande Fortaleza concentrou 69,42% do VAB dos serviços cearenses, seguida pela região do Cariri (7,59%), Sertão de Sobral (4,13%), Vale do Jaguaribe (3,00%) e Litoral Norte (2,19%), sendo essas as cinco maiores participações. Destaca-se que a participação conjunta dessas cinco principais regiões reduziu-se de 88,19%, em 2002, para 86,33%, em 2021.

Na comparação entre os anos de 2002 e 2021, treze das catorze regiões ganharam participação no VAB dos serviços cearenses. Os três maiores ganhos de participação foram observados nas regiões do Cariri (+1,31 p.p.); Litoral Norte (+0,81 p.p.) e Sertão de Sobral (+0,71 p.p.). Por outro lado, a maior perda ocorreu na região da Grande Fortaleza (-5,36 p.p.), explicando a perda de participação observada no conjunto das cinco principais regiões.

O movimento de crescimento na atividade de serviços privados cearense está se dando de forma mais intensa na parte sul e norte do Estado, resultando em forte perda de participação da região da Grande Fortaleza, apesar desta última também ter registrado crescimento no período.

TABELA 10 – REGIÕES DE PLANEJAMENTO COM MAIORES PARTICIPAÇÕES NA ATIVIDADE DOS SERVIÇOS (EXCLUSIVE ADMINISTRAÇÃO, DEFESA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICAS E SEGURIDADE SOCIAL) – CEARÁ – 2002, 2010, 2020 E 2021

Região de Planejamento	Valor Adicionado Bruto dos Serviços, a preços correntes (R$ 1.000)				Participação Serviços Região/ Serviços Total Ceará			
	2002	2010	2020	2021	2002	2010	2020	2021
Grande Fortaleza	8.669.386	24.805.145	51.618.327	58.302.973	74,77	72,80	68,47	69,42
Cariri	728.340	2.428.091	6.018.238	6.372.643	6,28	7,13	7,98	7,59
Sertão de Sobral	396.694	1.243.605	3.092.759	3.468.892	3,42	3,65	4,10	4,13
Vale do Jaguaribe	270.060	785.251	2.241.741	2.518.466	2,33	2,30	2,97	3,00
Litoral Norte	160.902	504.017	1.568.822	1.843.377	1,39	1,48	2,08	2,19
Sertão Central	183.599	616.331	1.670.857	1.802.535	1,58	1,81	2,22	2,15
Centro Sul	247.607	786.775	1.714.138	1.794.588	2,14	2,31	2,27	2,14
Serra da Ibiapaba	163.826	557.439	1.647.837	1.739.187	1,41	1,64	2,19	2,07
Litoral Oeste/Vale do Curu	196.819	715.228	1.437.106	1.541.124	1,70	2,10	1,91	1,83
Sertão dos Crateús	169.922	484.926	1.240.098	1.310.695	1,47	1,42	1,64	1,56
Litoral Leste	147.666	421.349	1.105.815	1.198.670	1,27	1,24	1,47	1,43
Maciço de Baturité	106.672	284.974	836.405	872.014	0,92	0,84	1,11	1,04
Sertão de Canindé	96.623	268.242	721.148	740.140	0,83	0,79	0,96	0,88
Sertão dos Inhamuns	56.011	172.895	474.906	485.238	0,48	0,51	0,63	0,58
Ceará	11.594.125	34.074.269	75.388.196	83.990.541	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Produto Interno Bruto dos Municípios/IBGE. Elaboração: IPECE. Nota: Ordenado pelo ano mais recente.

Por sua vez, na Tabela 11 é apresentada a participação das regiões de planejamento no VAB da atividade de administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social cearense para os anos de 2002, 2010, 2020 e 2021.

Como pode ser destacado, a região da Grande Fortaleza no total do VAB da administração pública é hegemônica, com participação de mais 40% ao longo do período em análise. De forma mais específica, em 2002, a região concentrava 44,21%, tendo em 2021 tido uma leve perda, com percentual de 43,16%. De forma geral, a região manteve praticamente a participação considerando uma comparação de 19 anos.

Na sequência, a região do Cariri é a segunda com a maior participação no VAB da atividade de administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social do Estado do Ceará com leve variação de 2002 a 2021. Em 2021, a participação percentual da região foi de 11,41%, levemente maior quando comparada com 2002 (11,06%).

Destaque também, em 2021, para as regiões do Sertão de Sobral (5,89%), Litoral Norte (4,67%), Litoral Oeste/Vale do Curu (4,50%), Vale do Jaguaribe (4,58%), Sertão Central (4,44%) e Centro Sul (4,30%), todas apresentando participações acima de 4%.

TABELA 11 – REGIÕES DE PLANEJAMENTO COM MAIORES PARTICIPAÇÕES NA ATIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO, DEFESA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICAS E SEGURIDADE SOCIAL – CEARÁ – 2002, 2010, 2020 E 2021

Região de Planejamento	Valor Adicionado Bruto da Administração pública, a preços correntes (R$ 1.000)				Participação Administração pública Região/Administração pública Total Ceará			
	2002	2010	2020	2021	2002	2010	2020	2021
Grande Fortaleza	2.603.988	7.264.201	15.773.179	16.585.266	44,21	44,21	43,60	43,16
Cariri	651.697	1.822.420	4.170.675	4.385.792	11,06	11,09	11,53	11,41
Sertão de Sobral	323.333	926.915	2.070.921	2.263.520	5,49	5,64	5,72	5,89
Vale do Jaguaribe	273.842	735.407	1.625.763	1.759.368	4,65	4,48	4,49	4,58
Serra da Ibiapaba	220.113	633.653	1.439.756	1.555.892	3,74	3,86	3,98	4,05
Litoral Oeste/Vale do Curu	240.860	707.961	1.633.520	1.730.268	4,09	4,31	4,52	4,50
Sertão Central	264.722	716.459	1.604.550	1.704.245	4,49	4,36	4,44	4,44
Litoral Norte	249.916	736.046	1.661.121	1.795.815	4,24	4,48	4,59	4,67
Centro Sul	267.732	720.817	1.565.445	1.650.940	4,55	4,39	4,33	4,30
Sertão dos Crateús	251.746	670.760	1.419.417	1.541.404	4,27	4,08	3,92	4,01
Litoral Leste	136.117	378.475	842.641	897.286	2,31	2,30	2,33	2,34
Maciço de Baturité	171.107	473.187	1.031.565	1.117.644	2,90	2,88	2,85	2,91
Sertão de Canindé	140.998	390.456	815.929	886.431	2,39	2,38	2,26	2,31
Sertão de Inhamuns	94.253	253.546	522.793	551.413	1,60	1,54	1,45	1,44
Ceará	5.890.425	16.430.304	36.177.276	38.425.285	100,00	100,00	100,00	100,00

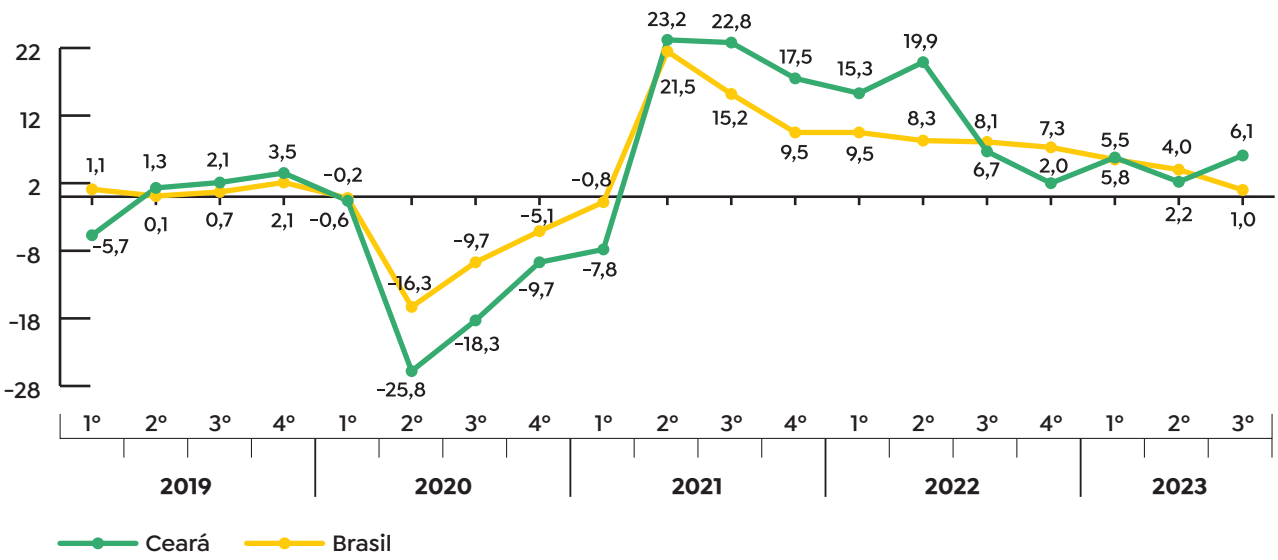
Fonte: Produto Interno Bruto dos Municípios/IBGE. Elaboração própria.

PESQUISA MENSAL DOS SERVIÇOS

Os serviços empresariais não-financeiros do Estado do Ceará apresentaram no terceiro trimestre de 2023 um forte crescimento de 6,1% quando comparado ao terceiro trimestre de 2022. Desde a forte queda ocorrida no primeiro trimestre de 2021, essa é a décima taxa positiva trimestral de crescimento alcançada pelo setor cearense. Esses resultados podem ser observados no Gráfico 5 abaixo.

Adicionalmente, destaca-se que esse crescimento se dá diante de uma base de comparação alta considerando o crescimento de 6,7% no terceiro trimestre de 2022 e o forte crescimento de quase 23% no terceiro trimestre de 2021 no bojo da retomada das atividades econômicas após a crise sanitária por conta da Covid-19.

GRÁFICO 5 - VARIAÇÃO TRIMESTRAL (%) DA PESQUISA MENSAL DOS SERVIÇOS – BRASIL/CEARÁ



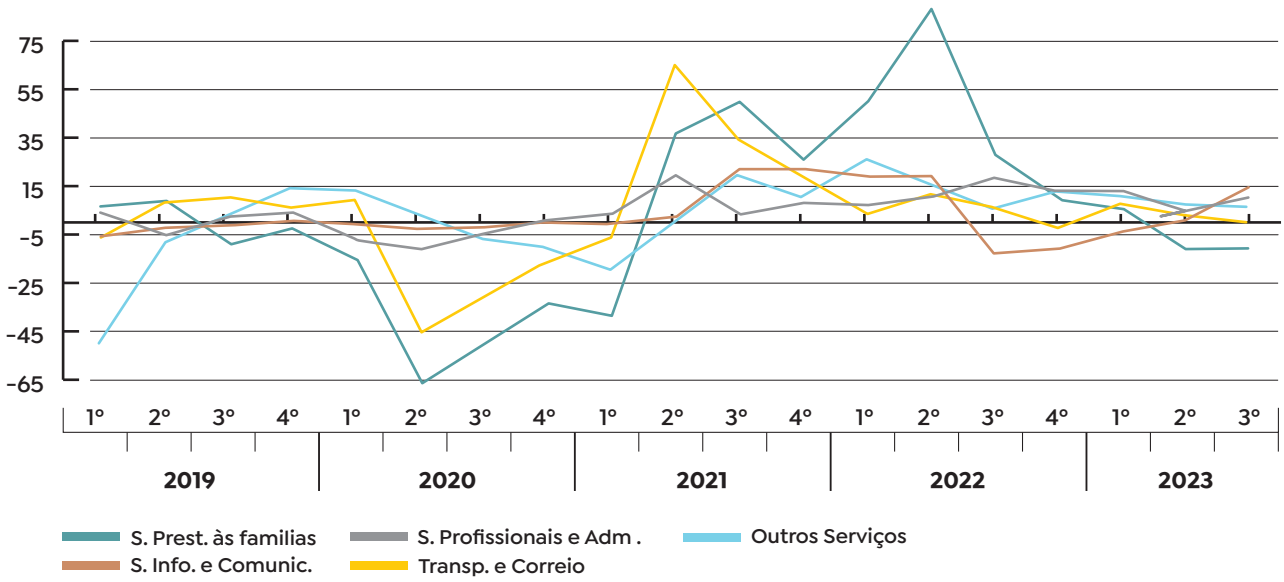
Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: IPECE.

O Gráfico 5 permite também observar que desde o segundo trimestre de 2021 os serviços empresariais não-financeiros do Brasil vêm apresentando taxas positivas, não obstante seguirem em um processo contínuo de desaceleração. Nesse terceiro trimestre de 2021 os serviços empresariais não-financeiros do Brasil cresceram apenas 1%.

Outro ponto de destaque para o setor cearense é que, apesar de também sinalizar desaceleração desde a recuperação pós-pandemia, tem-se uma maior robustez diante do crescimento mais acelerado quando se observa o trimestre anterior. De fato, com base nos dois primeiros trimestres de 2023 a atividade cearense indicava que iria desacelerar.

O Gráfico 6, por sua vez, apresenta o desempenho trimestral das cinco atividades que compõem os serviços empresariais não-financeiros do Ceará. Em termos das atividades que compõem os serviços empresariais não-financeiros cearenses, observa-se uma elevada dispersão entre eles. Dito de outro modo, os segmentos que compõem a PMS estadual apresentam taxas de crescimento dispersas, não obstante a partir do último trimestre de 2022 ocorrer uma menor dispersão entre elas.

GRÁFICO 6 - VARIAÇÃO TRIMESTRAL (%) DA PESQUISA MENSAL DOS SERVIÇOS – CEARÁ – ATIVIDADES



Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Como corolário, essa dispersão nos segmentos cearenses reflete-se em diferentes desempenhos no setor. Por exemplo, após as expressivas taxas de crescimento desde o segundo trimestre de 2021 os serviços prestados às famílias amargaram uma segunda retração ao recuar -9,5% nesse terceiro trimestre de 2023. Mas é importante observar que no terceiro trimestre de 2021 esse segmento havia crescido quase 30% e, portanto, esse recuo ocorreu diante de uma base de comparação alta.

Outro segmento que sinaliza sinais de arrefecimento é o de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio. No quarto trimestre de 2022 o segmento já havia apresentado recuo de -2,2% e com tendência de desaceleração após a recuperação desde o período pandêmico. Quando se analisam os três trimestres do ano de 2023 não obstante seu leve crescimento de apenas 0,4% no terceiro, claramente tem havido um processo de desaceleração.

O segmento dos serviços de informação e comunicação tem sido o grande destaque e em particular no terceiro trimestre de 2023 com crescimento de 14,6%. É uma atividade que vem apresentando um desempenho suave ao longo dos períodos, ou seja, não cresce de forma extraordinária, mas também não apresenta desempenho negativo elevado.

Um adendo que deve ser feito aos serviços de informação e comunicação. Por ser uma atividade que congrega o setor de telecomunicações e os serviços de tecnologia da informação, incorpora um serviço diretamente associado ao entretenimento bem como ao desenvolvimento de programas e consultoria em tecnologia, atividades contínuas e que não sofrem tanto impacto das condições conjunturais, como os serviços prestados às famílias.

Nesse mesmo contexto, têm-se também os serviços profissionais, administrativos e complementares. É um segmento que faz parte da dinâmica das economias modernas que são caracterizadas como intensas em serviços e, em particular, serviços que são prestados pelas empresas. Espera-se que também a longo prazo guarde certa estabilidade em termos de desempenho.

O segmento dos serviços profissionais, administrativos e complementares apresenta dentro

de sua atividade segmentos de serviços técnicos-profissionais e serviços administrativos e complementares. São serviços em franca ascensão nas economias modernas desde o final dos anos 1980 por conta das mudanças estruturais nas corporações, principalmente dentro da indústria, mediante a terceirização de tarefas ao invés de produzir diretamente na fábrica. Portanto, é um setor que deve puxar os serviços empresariais não-financeiros em geral, dada sua importância na estrutura produtiva da economia.

Semelhantemente ao segmento dos outros serviços, os serviços profissionais, administrativos e complementares cresceram fortemente nesse terceiro trimestre de 2023 com taxas de 10,5% e 7,2%, respectivamente.

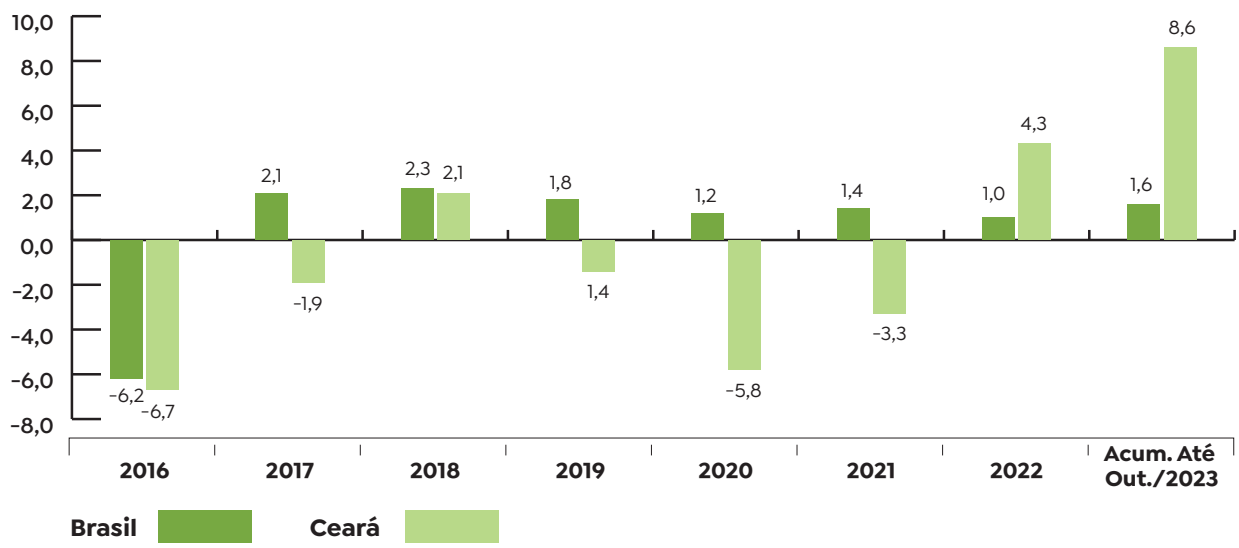
Quando comparados aos serviços de informação e comunicação, tanto os serviços profissionais, administrativos e complementares como os outros serviços vêm apresentando um contínuo crescimento e com baixo impacto sofrido no período pandêmico. No caso dos outros serviços, apesar de suas oscilações maiores e menores em termos de taxas positivas, pode-se observar uma tendência de desaceleração a partir do quarto trimestre de 2022.

PESQUISA MENSAL DO COMÉRCIO

A partir dos dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é possível observar que o varejo comum nacional registrou queda em 2016 de 6,2% e o Ceará queda de 6,7% como resultado da crise política e macroeconômica vivida naquele ano.

Todavia, em 2017, o País passou a registrar uma alta de 2,1%, ou seja, uma leve recuperação, comparado ao ano anterior, mas o Ceará registrou nova queda de 1,9%, intensificando ainda mais a crise vivida pelo setor. Por sua vez, em 2018, tanto o varejo comum nacional quanto o varejo comum cearense registraram altas de 2,3% e 2,1%, respectivamente. Com este resultado o varejo comum cearense apresentou a primeira variação positiva em três anos. No ano de 2019, o varejo cearense voltou a registrar queda de 1,4%, diferente do registrado pelo varejo comum nacional que registrou a terceira alta consecutiva de 1,8% (Gráfico 7).

GRÁFICO 7 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE VARIAÇÃO DAS VENDAS DO VAREJO COMUM – BRASIL E CEARÁ – 2016 AO ACUMULADO ATÉ OUTUBRO DE 2023 (%)



Fonte: PMC/IBGE.

Em 2020, as medidas adotadas de restrição sobre a atividade de comércio e também por conta das medidas de isolamento social, fazendo as pessoas ficarem a maior parte do seu tempo em casa, afetaram bastante o desempenho do varejo comum cearense, que registrou uma queda de 5,8% no referido ano. Diferentemente, o País registrou uma alta de 1,2%, mesmo diante dos efeitos da Covid-19, revelando que as medidas de isolamento social afetaram mais o varejo comum cearense (Gráfico 7).

Em 2021, o varejo comum cearense ainda se ressentia dos efeitos da pandemia e finalizou o ano com nova queda de 3,3%, enquanto o País registrou a quinta alta consecutiva com variação de 1,4%. Em 2022, o varejo comum cearense registrou a primeira alta expressiva de 4,3% depois de três anos sucessivos de queda, enquanto o varejo comum nacional apresentou nova alta de 1,0% (Gráfico 7).

Nota-se, assim, que entre os anos de 2016 e 2022, o varejo comum cearense apresentou apenas duas altas, em 2018 (+2,1%) e 2022 (+4,3%), ou seja, cinco quedas num período de sete anos, resultando numa queda acumulada em sete anos de 12,46%, enquanto o País registrou alta acumulada de 3,37%. Com isto, o varejo comum cearense apresentou nítida perda de participação no varejo comum nacional (Gráfico 7).

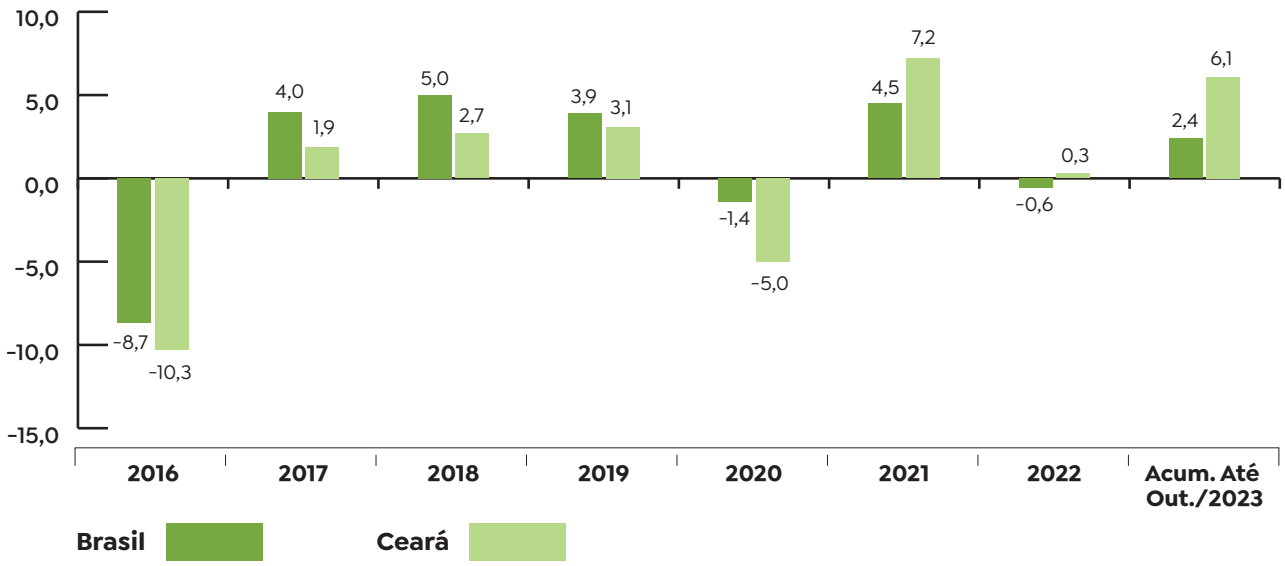
Contudo, no ano de 2023, o varejo comum cearense registrou um crescimento expressivo de 8,6% no acumulado até outubro do referido ano, revelando uma trajetória persistente de recuperação das vendas do varejo cearense nos últimos dois anos, enquanto o varejo comum nacional apresentou uma alta de apenas 1,6% na mesma comparação (Gráfico 7).

Pela análise do Gráfico 8 é possível observar que o varejo ampliado nacional, formado pelas vendas das atividades do varejo comum mais as vendas de veículos e materiais de construção, registrou queda, em 2016, de 8,7%, e o varejo ampliado cearense uma queda bem mais expressiva de 10,3% também como resultado da crise política e macroeconômica que elevou bastante a taxa de juros básica da economia impactando diretamente nas vendas destas duas últimas atividades.

Nos anos de 2017 a 2019, enquanto o varejo ampliado nacional registrou altas de 4,0%; 5,0%; e 3,9%, o varejo ampliado cearense também registrou altas menos expressivas de 1,9%; 2,7%; e 3,1%, revelando uma recuperação pós-crise macroeconômica mais tímida (Gráfico 8).

Em 2020, o varejo ampliado estadual sentiu muito mais os efeitos das medidas de controle sanitário que o varejo ampliado nacional apresentando queda de 5,0% contra uma queda de 1,4% observada no País (Gráfico 8).

GRÁFICO 8 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE VARIAÇÃO DAS VENDAS DO VAREJO AMPLIADO – BRASIL E CEARÁ – 2016 AO ACUMULADO ATÉ OUTUBRO DE 2023 (%)



Fonte: PMC/IBGE.

Em 2021, o varejo ampliado cearense esboçou uma forte recuperação nas vendas com alta de 7,2%, bem diferente da queda observada no varejo comum estadual, revelando que as vendas haviam sido puxadas especialmente por veículos e materiais de construção. Enquanto isso, o varejo ampliado nacional também registrou uma forte alta de 4,5% no mesmo ano (Gráfico 8).

O ano de 2022 não foi bom nem para o varejo ampliado nacional, que registrou queda de 0,6% e nem para o varejo ampliado cearense, que apresentou um crescimento tímido de apenas 0,3% na comparação com o ano anterior (Gráfico 8).

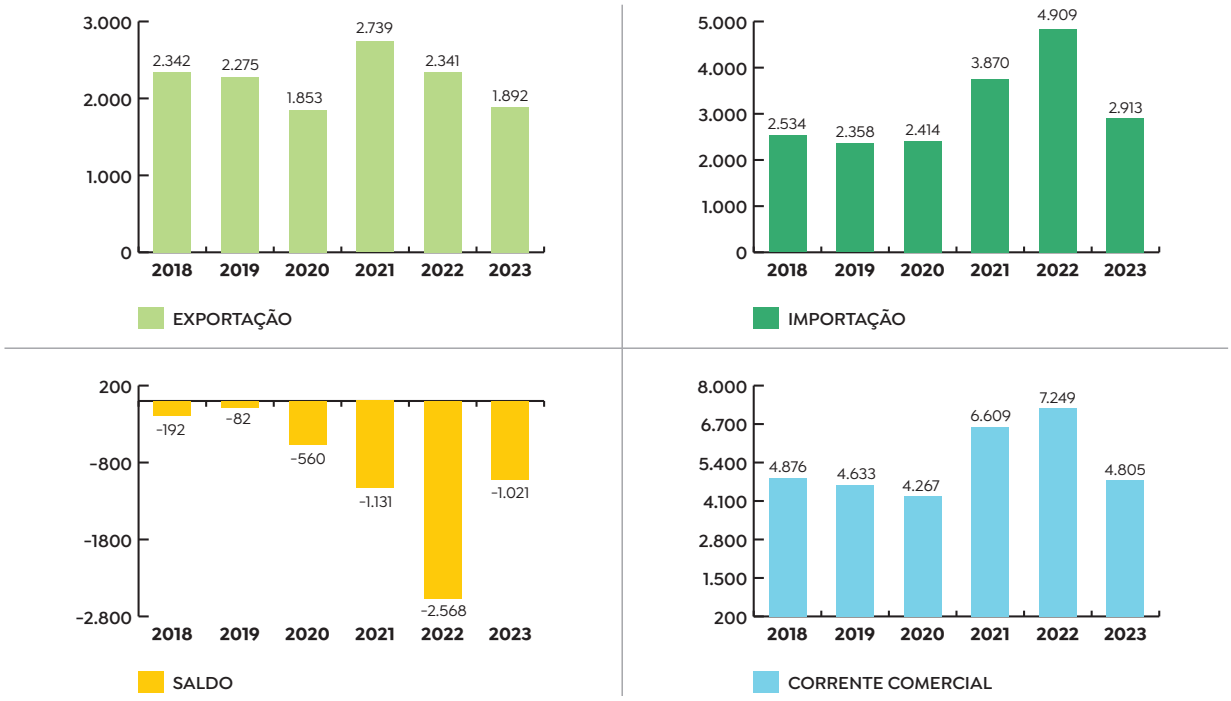
Diferentemente do varejo comum, o varejo ampliado cearense apresentou cinco altas e apenas duas quedas anuais no período de 2016 a 2022, resultando numa queda acumulada de 1,14% nesse período, bem diferente do crescimento acumulado de 6,09% observado nas vendas do País. Com isto, à semelhança do ocorrido no varejo comum cearense, o varejo ampliado cearense também apresentou perda de participação nas vendas do varejo ampliado nacional (Gráfico 8).

Todavia, o ano de 2023 também se revelou como um ano de forte recuperação também das vendas do varejo ampliado estadual, registrando um crescimento expressivo de 6,1% no acumulado até outubro do referido ano, superior ao crescimento observado nas vendas do varejo nacional, que foi de 2,4% na mesma comparação (Gráfico 8).

COMÉRCIO EXTERIOR

As exportações cearenses, no acumulado de janeiro a novembro de 2023, registraram o valor de US$ 1.892 milhões, indicando que ficará próximo do valor exportado de 2022, quando registrou o valor de US$ 2.341 milhões. As importações cearenses registraram valor de US$ 2.913 milhões, de janeiro a novembro de 2023, apontando forte redução quando comparado com o ano de 2022 que atingiu o valor de US$ 4.909 milhões. Diante dos valores de 2023, o saldo da balança comercial cearense registrou saldo negativo de US$ 1.021 milhões. A corrente de comércio somou o valor de US$ 4.805 milhões em 2023 (Gráfico 9).

GRÁFICO 9 – BALANÇA COMERCIAL DO CEARÁ EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO, SALDO, CORRENTE (US$ FOB MILHÃO) – 2018-2023*



Fonte: comexstat/mdic. Elaboração: IPECE.

Nota: Os valores de 2023 correspondem ao acumulado de janeiro a novembro do ano de referência.

No detalhamento das exportações cearenses por produtos, a pauta de 2023 continua sendo liderada pelos Produtos Metalúrgicos, com valor de US$ 1,0 bilhão, no acumulado de janeiro a novembro, respondendo por 53,75% do total exportado pelo estado. Em 2022, o valor exportado desse grupo ficou abaixo do valor de 2021, causando perda de participação.

Para encerrar o ano de 2023, é possível que o valor das exportações cearenses de ferro e aço fique mais próximo do valor de 2022. Os principais produtos exportados desse grupo foram "semimanufaturados de ferro ou aço não ligado" e "outras ligas de aço".

O grupo "calçados" foi o segundo mais exportado em 2023, com valor de US$ 249 milhões e participação de 13,16%. As exportações desse grupo apresentaram ritmo próximo do valor exportado em 2022.

As exportações de frutas no acumulado de janeiro a novembro de 2023 estão com valor acima do que foi exportado no ano todo de 2022, mostrando recuperação nesse último ano, porém ainda abaixo do valor registrado em 2021 (Tabela 12).

Dos dez principais grupos exportados, quando comparado o valor de janeiro a novembro de 2023 com o mesmo período de 2022, os grupos que apresentaram maiores crescimentos foram: peles e couros (31,07%), frutas (21,6%); gorduras e óleos animais ou vegetais; ceras de origem animal ou vegetal (15,12%)

Os setores da pauta de exportação do Ceará que apresentaram maiores reduções foram: combustíveis minerais e derivados (-51,52%), algodão (-48,64), ferro fundido, ferro e aço (-10,47%).

TABELA 12 – PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS – CEARÁ – 2021-2023*

Setores/Produtos	2021		2022		2023*	
	US$ FOB	Part. (%)	US$ FOB	Part. (%)	US$ FOB	Part. (%)
Ferro fundido, ferro e aço	1.610.988.696	58,81	1.150.601.629	49,16	1.016.974.230	53,75
Calçados e suas partes	225.451.512	8,23	292.372.187	12,49	249.053.016	13,16
Frutas frescas; cascas de frutos cítricos	170.319.787	6,22	134.785.757	5,76	140.820.510	7,44
Combustíveis minerais e seus derivados	34.691.463	1,27	172.815.885	7,38	71.048.636	3,76
Peixes e crustáceos, moluscos	102.320.677	3,74	82.244.951	3,51	66.455.778	3,51
Gorduras e óleos animais ou vegetais; ceras de origem animal ou vegetal	61.947.673	2,26	53.289.798	2,28	56.763.871	3,00
Preparações de produtos hortícolas, de frutas ou de outras	59.670.179	2,18	56.718.020	2,42	55.057.261	2,91
Peles e couros	47.165.234	1,72	32.517.026	1,39	38.649.701	2,04
Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento	28.834.965	1,05	34.041.982	1,45	34.190.344	1,81
Algodão	48.727.798	1,78	42.829.082	1,83	21.352.481	1,13
Demais produtos	348.984.652	12,74	288.321.769	12,32	141.659.071	7,49
Ceará	2.739.102.636	100,00	2.340.538.086	100,00	1.892.024.899	100,00

Fonte: comexstat/mdic. Elaboração: IPECE.

Nota: Os valores de 2023 correspondem ao acumulado de janeiro a novembro do ano de referência.

Ao analisar as importações cearenses no acumulado de janeiro a novembro de 2023, verificou-se que combustíveis minerais e seus derivados lideraram a pauta de importação com valor de US$ 725,25 milhões e participação de 25%. Dentro do grupo de combustíveis destacam-se hulha betuminosa e gasolina, exceto para aviação.

Em seguida, estão os produtos máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes com valor de US$ 387,2 milhões e participação de 13,29%, com destaque para células fotovoltaicas montadas em módulos ou em painéis. Em terceiro lugar da pauta estão os produtos químicos orgânicos, com valor importado de US$ 359,3 milhões e participação de 12,23%, com destaque para compostos heterocíclicos contendo ciclo oxazina.

Dentre os dez principais produtos da pauta de importação cearense no acumulado de janeiro a novembro de 2023, comparado ao mesmo período de 2022, apenas os grupos máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes (2,5%), ferro fundido, ferro e aço (24,65%) e obras de ferro fundido ou aço (1,8%) registraram aumento do valor importado.

Por outro lado, os grupos com queda mais expressivas foram: combustíveis minerais (-63,3%), cereais (-42,7%), gorduras e óleos animais ou vegetais (33,3%) (Tabela 13).

As importações de 2023 devem encerrar o ano com valor bem abaixo do registrado nos anos de 2021 e 2022, explicado pela redução das importações de combustíveis minerais e seus derivados, cereais e fibras sintéticas.

TABELA 13 – PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS – CEARÁ – 2021-2023*

Setores/Produtos	2021		2022		2023*	
	US$ FOB	Part. (%)	US$ FOB	Part. (%)	US$ FOB	Part. (%)
Combustíveis minerais e seus derivados	1.548.441.188	40,01	2.062.114.603	42,01	728.249.465	25,00
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes	393.581.837	10,17	448.344.836	9,13	387.227.959	13,29
Produtos químicos orgânicos	195.799.086	5,06	471.204.942	9,60	356.264.205	12,23
Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	277.149.677	7,16	407.360.246	8,30	319.732.159	10,98
Ferro fundido, ferro e aço	321.189.173	8,30	221.902.074	4,52	244.215.100	8,38
Cereais	280.227.738	7,24	367.403.141	7,48	194.246.261	6,67
Gorduras e óleos animais ou vegetais; ceras de origem animal ou vegetal	119.307.265	3,08	137.355.441	2,80	91.149.992	3,13
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes	100.685.559	2,60	124.254.980	2,53	90.281.335	3,10
Plásticos e suas obras	99.204.630	2,56	113.349.191	2,31	88.330.499	3,03
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	52.658.519	1,36	50.432.666	1,03	45.320.326	1,56
Demais produtos	482.119.521	12,46	504.907.388	10,29	368.173.780	12,64
Ceará	3.870.364.193	100,00	4.908.629.508	100,00	2.913.191.081	100,00

Fonte: comexstat/mdic. Elaboração: IPECE.

Nota: Os valores de 2023 correspondem ao acumulado de janeiro a novembro do ano de referência.

Em 2023 o município de São Gonçalo do Amarante continuou como o maior exportador cearense, respondendo por 56,21% do total exportado pelo Ceará. Porém uem apresentando redução do ualor exportado nos dois últimos anos. Fortaleza foi o segundo maior exportador do Estado, respondendo por 8,2% das exportações cearenses, seguido de Sobral (5,73%), Maracanaú (4,36%) e Icapuí (4,0%) (Tabela 14).

Dentre os dez principais municípios cearenses que exportaram no período de janeiro a nouembro de 2023, comparado com o mesmo período de 2022, seis apresentaram queda do ualor exportado. As maiores reduções ocorreram em Maracanaú (-47,9%), São Gonçalo do Amarante (-12,2%), Fortaleza (-10,7%) e Sobral (-8,0%). Os municípios que ampliaram as exportações, em termos de ualor, foram: Quixeramobim (68,1%), Icapuí (36,1%), Itapipoca (33,1%) e Eusébio (6,8%).

As exportações cearenses, do acumulado de janeiro a nouembro de 2023, foram realizadas por 61 municípios, em 2022 esse número foi de 62 municípios. Verificou-se que as exportações foram mais concentradas em 2023, quando nesse ano os dez principais municípios cearenses exportadores concentraram aproximadamente 88,6%. Em 2022 os dez principais municípios somaram 85,0% das exportações do estado.

TABELA 14 - PRINCIPAIS MUNICÍPIOS CEARENSES EXPORTADORES – 2021-2023*

Município	2021		2022		2023*	
	US$ FOB	Part. (%)	US$ FOB	Part. (%)	US$ FOB	Part. (%)
São Gonçalo do Amarante	1.606.967.423	58,67	1.249.906.158	53,40	1.063.591.389	56,21
Fortaleza	284.520.148	10,39	196.835.328	8,41	155.083.799	8,20
Sobral	117.265.190	4,28	128.174.391	5,48	108.488.217	5,73
Maracanaú	134.496.345	4,91	167.032.134	7,14	82.513.741	4,36
Icapuí	70.107.018	2,56	69.113.881	2,95	75.657.211	4,00
Itapipoca	42.963.387	1,57	48.170.009	2,06	57.971.963	3,06
Quixeramobim	21.115.064	0,77	26.603.544	1,14	41.140.680	2,17
Aquiraz	49.855.881	1,82	43.609.799	1,86	38.592.578	2,04
Eusébio	37.636.040	1,37	40.057.243	1,71	34.959.021	1,85
Horizonte	17.292.872	0,63	20.833.106	0,89	19.185.870	1,01
Demais produtos	356.883.268	13,03	350.202.493	14,96	214.840.430	11,36
Ceará	2.739.102.636	100,00	2.340.538.086	100,00	1.892.024.899	100,00

Fonte: comexstat/mdic. Elaboração: IPECE.

Nota: Os valores de 2023 correspondem ao acumulado de janeiro a novembro do ano de referência.

O município de Fortaleza foi o maior importador em 2023, com ualor de US$ 723,9 milhões e participação de 24,8%, desempenho abaixo do uerificado nos anos de 2021 e 2022. Na sequência estão São Gonçalo do Amarante, com participação de 21,2%; Caucaia (15,4%); Maracanaú (14,4%), e Aquiraz (11,3%) (Tabela 15).

Em 2023, as importações cearenses foram realizadas por 71 municípios, em 2022 esse número foi de 66 municípios. Os dez principais municípios importadores em 2023 concentraram 96,1%, mostrando-se mais concentrados do que em 2022, quando os dez principais participaram com 95,4%.

TABELA 15 - PRINCIPAIS MUNICÍPIOS CEARENSES IMPORTADORES – 2021-2023*

Município	2021		2022		2023*	
	US$ FOB	Part. (%)	US$ FOB	Part. (%)	US$ FOB	Part. (%)
Fortaleza	1.552.973.626	40,12	1.768.049.547	36,02	723.963.164	24,85
São Gonçalo do Amarante	782.274.429	20,21	1.230.588.083	25,07	617.598.863	21,20
Caucaia	559.269.077	14,45	532.003.166	10,84	447.799.846	15,37
Maracanaú	331.414.486	8,56	592.436.775	12,07	419.627.627	14,40
Aquiraz	268.379.801	6,93	402.858.926	8,21	328.309.758	11,27
Eusébio	75.522.368	1,95	75.127.780	1,53	86.587.067	2,97
Jaguaretama	0	0,00	0	0,00	76.941.320	2,64
Abaiara	0	0,00	18.195.876	0,37	40.770.585	1,40
Horizonte	49.733.610	1,28	34.596.804	0,70	34.684.902	1,19
Sobral	35.591.506	0,92	30.802.749	0,63	23.264.144	0,80
Demais produtos	215.205.290	5,56	223.969.802	4,56	113.643.805	3,90
Ceará	3.870.364.193	100,00	4.908.629.508	100,00	2.913.191.081	100,00

Fonte: comexstat/mdic. Elaboração: IPECE.

Nota: Os valores de 2023 correspondem ao acumulado de janeiro a novembro do ano de referência.

MERCADO DE TRABALHO

PANORAMA GERAL – PNAD CONTÍNUA

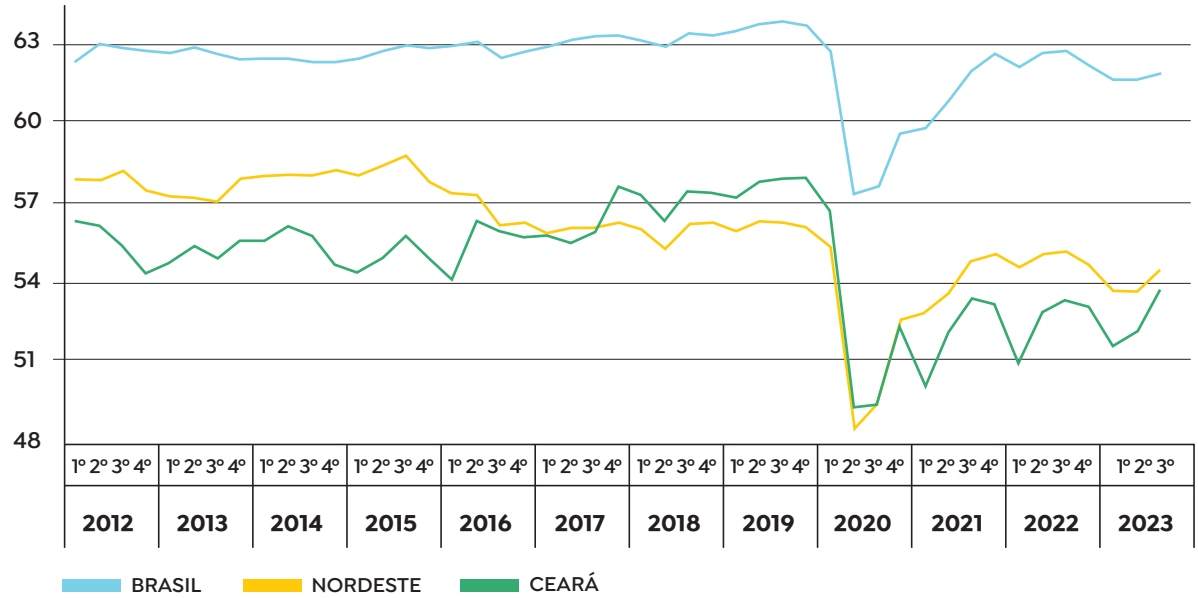
Com base nos dados da PNAD Contínua do IBGE o Gráfico 10 mostra que a taxa de participação do Estado do Ceará segue em franca recuperação no ano de 2023, tendo apresentado sua segunda alta seguida. Os dados também revelam que nesse terceiro trimestre de 2023 ocorreu um aumento desse percentual vis-à-vis ao mesmo trimestre do ano anterior.

Isso significa uma maior dinâmica no mercado de trabalho cearense considerando o crescimento de pessoas ocupadas e a expectativa daqueles em busca de ocupação a partir da sua condição por procura de trabalho.

Por outro lado, o Estado do Ceará tem apresentado uma taxa de participação aquém do período pré-pandêmico (primeiro trimestre de 2020), momento caracterizado por uma severa quebra estrutural na série histórica do mercado de trabalho.

Adicionalmente, a taxa de participação cearense apresentou forte oscilação em 2020 e 2021 tendo chegado a atingir uma mínima de 49,3% e superando a marca de 54% alcançada no primeiro trimestre de 2016, mínima histórica do indicador até então. Assim, é importante que se ressalte que o funcionamento do mercado de trabalho cearense em termos de taxa de participação foi alterado por conta da pandemia da Covid-19. De fato, mesmo quando se compara com a grave crise econômica de 2015-2016 a taxa de participação atual encontra-se em patamar inferior.

GRÁFICO 10 – TAXA DE PARTICIPAÇÃO – 1ºT./2012/3ºT./2023 – BRASIL/NORDESTE/CEARÁ



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

Atualmente, a taxa de participação encontra-se acima dos valores alcançados ao longo da pandemia, embora ainda bem abaixo dos 57,8% no terceiro trimestre de 2019. Em outras palavras, a taxa de participação cearense vem se mantendo abaixo do período pré-covid.

Já em 2023 essa melhora na condição de participação é resultado tanto do crescimento dos ocupados como dos desocupados. No caso dos primeiros houve um crescimento de 2,2%, enquanto aqueles que estão na condição de busca por emprego tiveram crescimento de 9,8%. Deve-se destacar que o aumento do número de desocupados não é resultado da piora do mercado de trabalho dada a elevação da ocupação; na verdade, isso é um reflexo da maior expectativa por ocupação na medida em que as pessoas entram na condição de atividade em busca por ocupação.

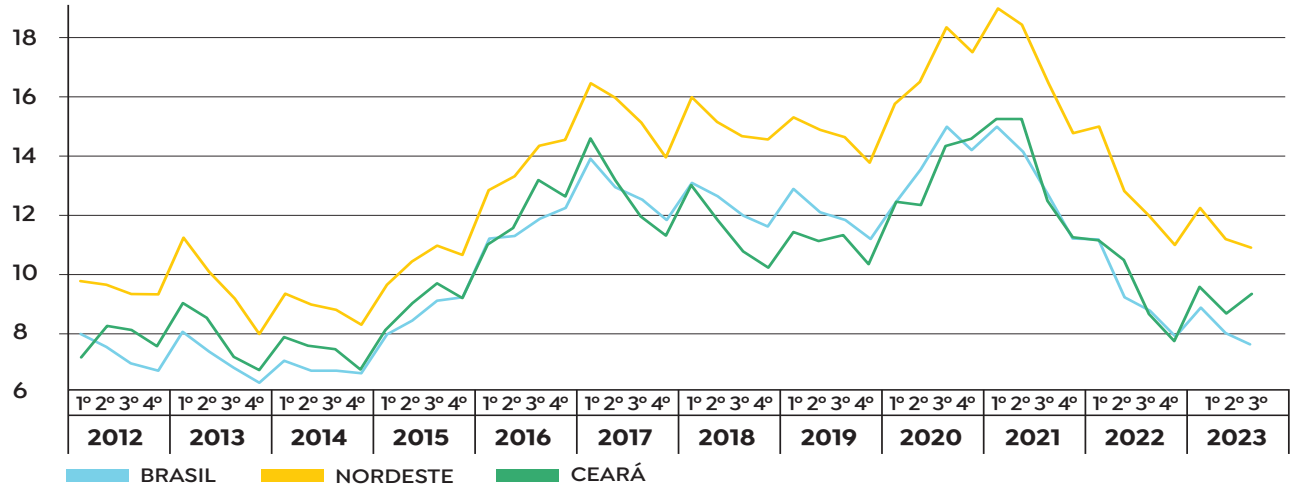
No Gráfico 11, por sua vez, são apresentados os dados da taxa de desocupação, indicador que mede uma pressão direta sobre o mercado de trabalho de pessoas que procuraram trabalho e estão disponíveis para começar a trabalhar diretamente.

A crise sanitária elevou fortemente a taxa de desemprego cearense ao longo de 2020 chegando a uma máxima histórica de 15,1% no primeiro e segundo trimestre de 2021. Com a abertura gradual das atividades econômicas a partir do terceiro trimestre de 2021 o mercado de trabalho cearense começou a apresentar recuperação, tendo o desemprego recuado fortemente a partir de então. No terceiro e no quarto trimestre de 2021 a desocupação do Estado do Ceará atingiu as taxas de 12,4% e 11,1%, respectivamente.

No ano de 2022, o desemprego seguiu em queda; no primeiro trimestre de 2022, mesmo diante da sazonalidade, a taxa caiu levemente quando comparado ao trimestre imediatamente anterior, alcançando a taxa de 11%. Por sua vez, no segundo trimestre de 2022, o desemprego continuou em queda, alcançado a taxa de 10,4%.

Em 2023, a taxa de desemprego do Estado do Ceará ficou ainda abaixo de dois dígitos, tendo alcançado 9,2% no terceiro trimestre de 2023, um pouco abaixo da região Nordeste e acima do Brasil, nos quais registraram 10,8% e 7,7%, respectivamente.

GRÁFICO 11 – TAXA DE DESOCUPAÇÃO – 1°T./2016/3°T./2023 – BRASIL/NORDESTE/CEARÁ



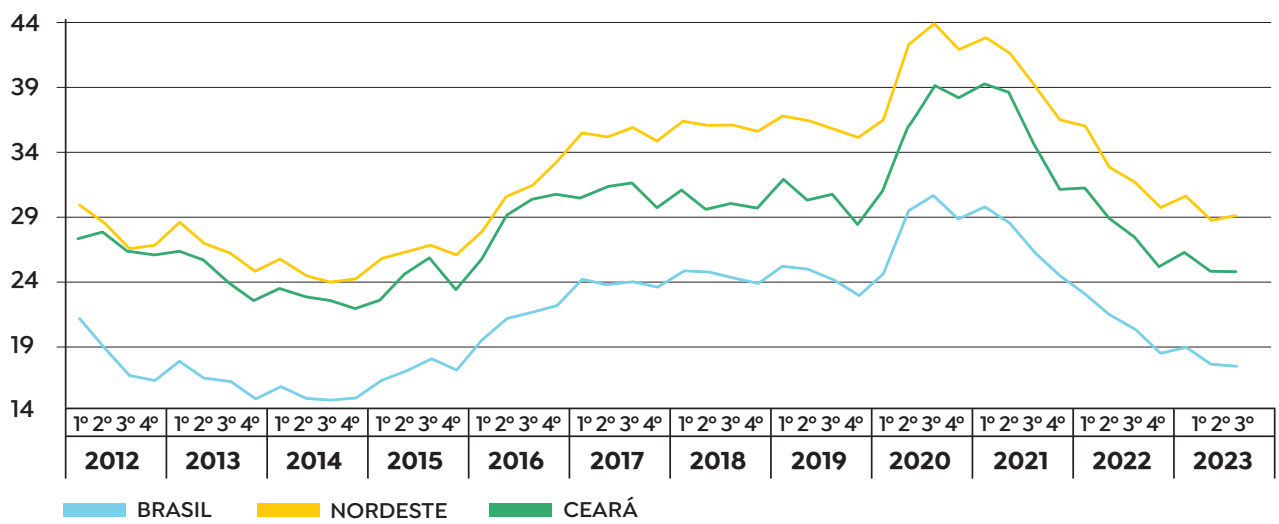
Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

Finalmente, no Gráfico 12 é apresentada a taxa composta de subutilização da força de trabalho. É um indicador mais abrangente do desemprego, que representa o percentual da população que expressa ter uma quantidade insuficiente de trabalho, seja em termos de oferta de postos de trabalho, seja por conta da insuficiência de horas trabalhadas.

Como pode ser observado abaixo, a taxa composta de subutilização da força de trabalho também segue em queda. Desde a máxima histórica de 39% no primeiro trimestre de 2021, ela segue em declínio tendo alcançado 27,5% nesse terceiro trimestre de 2022, uma redução de 6,8 pontos percentuais quando comparada ao mesmo trimestre do ano anterior.

Em 2023, os resultados da taxa composta de subutilização da força de trabalho do Ceará também refletem uma melhora na condição do mercado de trabalho. Quando comparado ao terceiro trimestre do ano de 2022 a taxa composta de subutilização da força de trabalho cearense reduziu-se em 2,9 pontos percentuais ao sair de 27,5% para 24,6%, percentual bem abaixo tanto do período pandêmico como também antes dele.

GRÁFICO 12 – TAXA COMPOSTA DA SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO – 1°T./2012/3°T./2023 – BRASIL/NORDESTE/CEARÁ



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

Empregos Formais – Caged

A Tabela 16 abaixo apresenta a evolução do saldo total de empregos formais gerados no País e no Estado do Ceará aberto pelas cinco maiores atividades para os anos de 2020 a 2023. Em 2020, como resultado das medidas de controle sanitário no combate a Covid-19, o Brasil gerou um saldo negativo de empregos de 192.144 vagas. Esta destruição de vagas no mercado de trabalho nacional concentrou-se completamente nas atividades de comércio (-66.427 vagas) e serviços (-305.895 vagas). Por fim, em 2020, o mercado de trabalho cearense conseguiu criar 6.379 vagas, mesmo diante das adversidades no momento, geradas especialmente pela construção civil.

Em 2021, o mercado de trabalho nacional apresentou forte recuperação, tendo gerado 2.779.664 vagas, sendo que o comércio e serviços responderam por quase 70% dos empregos criados no referido ano. O mercado de trabalho cearense também apresentou forte geração de empregos formais num total de 82.733 vagas, com destaque também para as atividades de comércio e serviços que responderam por 72% do total de vagas criadas. Com este desempenho, o mercado de trabalho estadual participou com 2,98% da geração de empregos formais do País em 2021.

O ano de 2022 continuou apresentando resultados bastante positivos para o mercado de trabalho nacional com geração de 2.013.166 vagas, quando as atividades de comércio e serviços participaram com 75% de todas as vagas criadas naquele ano. O mercado de trabalho cearense também apresentou um número expressivo de vagas criadas num total de 66.103 vagas, com as atividades de comércio e serviços respondendo por 77% delas. Neste ano, o mercado de trabalho cearense registrou aumento de participação no total de vagas geradas no país para 3,28%.

TABELA 16 - EVOLUÇÃO DO SALDO ANUAL DE EMPREGOS FORMAIS – BRASIL E CEARÁ – 2020, 2021, 2022 E ACUMULADO ATÉ OUTUBRO DE 2023

Atividades	2020	2021	2022	Acum. Até Out./2023
Saldo de Empregos Formais (Brasil)				
Agropecuária	36.760	146.110	63.855	109.698
Indústria	48.705	474.844	248.648	251.111
Construção	94.715	245.248	192.707	253.876
Comércio	-66.427	663.980	352.758	193.526
Serviços	-305.895	1.249.466	1.155.196	976.511
Total	-192.144	2.779.664	2.013.166	1.784.695
Estoque de Empregos Formais (Brasil)				
Agropecuária	1.475.619	1.621.729	1.685.584	1.795.282
Indústria	7.614.343	8.089.187	8.337.835	8.588.946
Construção	1.982.779	2.228.027	2.420.734	2.674.610
Comércio	8.650.271	9.314.251	9.667.009	9.860.535
Serviços	17.928.601	19.178.067	20.333.263	21.309.774
Total	37.651.595	40.431.259	42.444.425	44.229.120
Saldo de Empregos Formais (Ceará)				
Agropecuária	1.012	1.153	-21	1.671
Indústria	2.494	13.904	6.956	5.614
Construção	5.026	8.107	8.598	8.674
Comércio	-2.205	19.792	9.409	7.769
Serviços	52	39.777	41.161	30.191
Total	6.379	82.733	66.103	53.919

Estoque de Empregos Formais (Ceará)				
Agropecuária	21.082	22.235	22.214	23.885
Indústria	239.536	253.440	260.396	266.010
Construção	50.595	58.702	67.300	75.974
Comércio	230.681	250.473	259.882	267.651
Serviços	550.398	590.175	631.336	661.527
Total	1.092.292	1.175.025	1.241.128	1.295.047
Estoque de Empregos Formais (Ceará/Brasil) (%)				
Agropecuária	1,43	1,37	1,32	1,33
Indústria	3,15	3,13	3,12	3,10
Construção	2,55	2,63	2,78	2,84
Comércio	2,67	2,69	2,69	2,71
Serviços	3,07	3,08	3,10	3,10
Total	2,90	2,91	2,92	2,93

Fonte: Novo Caged. Ministério do Trabalho. Elaboração: IPECE.

Por fim, no acumulado de janeiro a outubro de 2023, o mercado de trabalho nacional novamente registrou uma forte geração de empregos formais num total de 1.784.695 vagas com atividade de comércio e serviços, sendo novamente o grande motor de geração de vagas com participação de 66% do total. Novamente, o mercado de trabalho cearense registrou uma boa quantidade de empregos criados num total de 53.919 vagas, novamente puxado pelo bom desempenho das atividades de comércio e serviços que participaram com 70% de todos os empregos criados. A participação dos empregos formais cearenses gerados no total do País caiu levemente para 3,02% nesse último período.

Como resultado da dinâmica dos empregos gerados nos últimos anos, a participação do estoque de empregos formais cearenses no total do País aumentou de 2,90%, em 2020, para 2,93%, em 2023. Parece algo inexpressivo, mas representa a manutenção de uma trajetória de crescimento ao longo dos anos. A atividade que mais ganhou participação no estoque de empregos formais do País foi a construção civil, que passou de 2,55%, em 2020, para 2,84%, em 2023. As atividades de comércio e serviços também registraram leve ganho de participação, ao passo que a agropecuária e a indústria vêm perdendo participação na comparação desses dois anos.

FINANÇAS PÚBLICAS

Ao observar-se as contas públicas até o mês de outubro de 2023, constata-se que as receitas correntes estavam praticamente estáveis, dada a redução de 0,08%, comparativamente ao ano de 2022, ver Tabela 17. É interessante notar que essa estabilidade ocorreu principalmente por conta da elevação das receitas de transferências, enquanto as receitas tributárias apresentaram queda.

Deve-se notar que, no ano de 2022, mais propriamente no mês de julho, foram adotadas medidas, pelo Congresso Nacional, que limitaram a alíquota do ICMS aplicada em alguns produtos, afetando a arrecadação de ICMS e, consequentemente, provocando a redução mencionada no parágrafo anterior. Esses impactos serão abordados com mais detalhes nos próximos parágrafos.

TABELA 17 – RECEITAS DO GOVERNO ESTADUAL ATÉ O MÊS DE OUTUBRO DE 2022 E 2023 (R$ 1.000.000,00 DE 10/2023)

Descriminação	Acumulado				
	2022		2023		Var (%)
	R$	%	R$	%	
Receitas correntes	26.698,16	97,54	26.677,69	94,99	-0,08
Receita tributária	12.036,94	43,98	11.726,39	41,76	-2,58
Transferências correntes	11.704,72	42,76	11.862,11	42,24	1,34
Outras receitas correntes	2.956,50	10,80	3.089,19	11,00	4,49
Receitas de capital	672,31	2,46	1.405,83	5,01	109,10
Operações de crédito	545,96	1,99	1.183,75	4,22	116,82
Outras receitas de capital	126,35	0,46	222,08	0,79	75,77
Total geral	27.370,48	100,00	28.083,52	100,00	2,61
Receitas correntes líquidas	25.894,11	94,61	25.831,54	91,98	-0,24

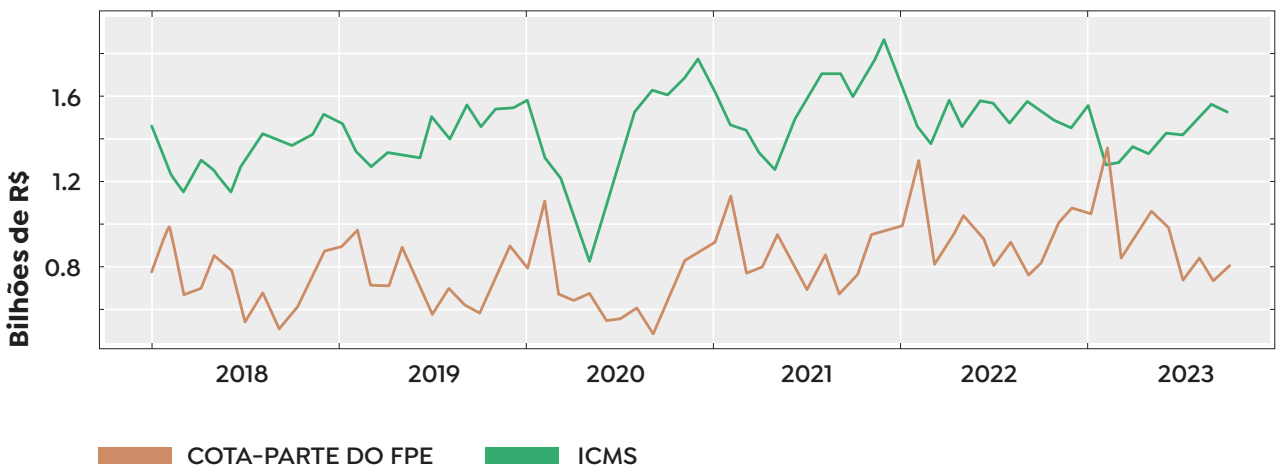
Fonte: STN/Sincofi Anexo 01 e 03 do RREO. Elaboração: IPECE.

Obs: Valores atualizados pelo IPCA.

Quanto às receitas de capital, constata-se que elas mais que dobraram, crescendo 109% entre os dois anos em análise, sendo o principal motivo dessa elevação o incremento das operações de crédito de 116%, no ano. Ainda na Tabela 17 é possível constatar que a Receita Corrente Líquida do Governo estadual apresentou um leve decréscimo de 0,24%.

Entre as principais receitas do Governo cearense estão as receitas de ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) e os repasses do FPE (Fundo de Participação dos Estados), o comportamento dessas receitas é apresentado no Gráfico 13. Como pode ser observado tanto as receitas de ICMS como do FPE, em 2020 e 2021, foram significativamente afetadas pela adoção das medidas de restrição ao contato social no Ceará e nos demais estados da federação. Porém deve-se mencionar que elas se recuperaram após o relaxamento destas medidas.

GRÁFICO 13 – PRINCIPAIS FONTES DE RECEITAS CORRENTES DO GOVERNO ESTADUAL – JAN/2018 A OUT/2023 (R$ 1,00 DE 10/2023)



Fonte: Siconfi/STN. Elaboração: IPECE.

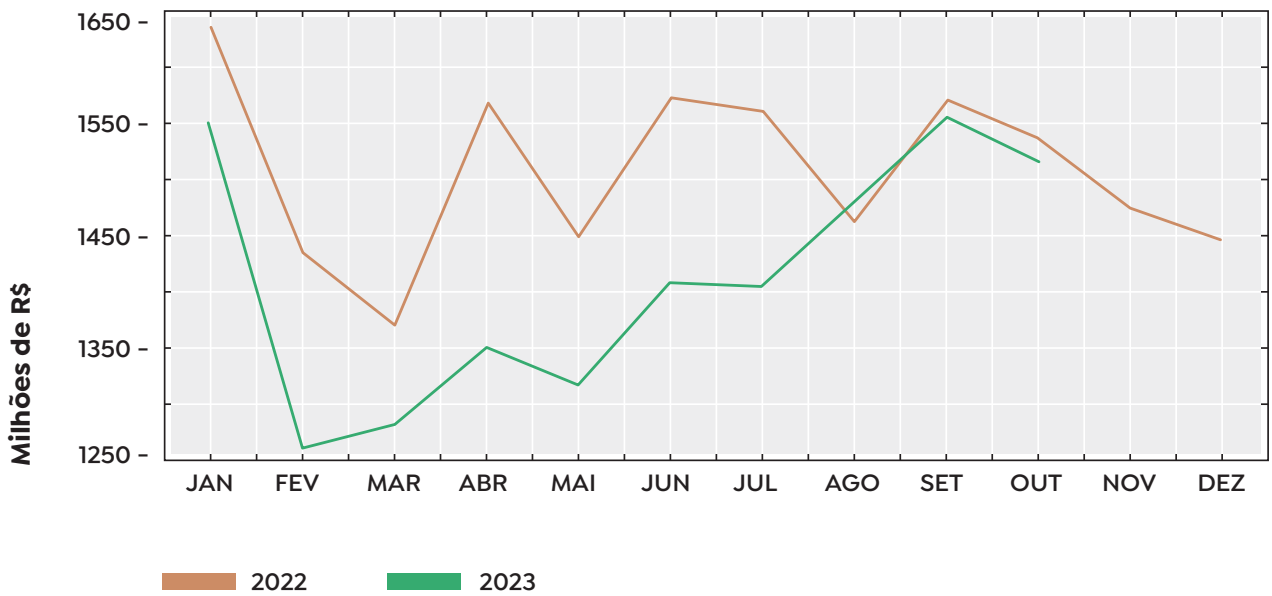
Obs: Valores atualizados pelo IPCA.

Com relação ao FPE, especificamente no ano de 2023, até o mês de outubro, apresentou um incremento de, aproximadamente, R$ 21 milhões, relativamente ao ano anterior. É interessante observar, ver Gráfico 13, que as transferências do FPE dos últimos meses da série disponível estão, aparentemente, abaixo das observadas no ano de 2022. De fato, considerando apenas o período de maio a outubro de 2023 as receitas do FPE estavam, aproximadamente, R$ 1,2 bilhão menores do que as observadas um ano antes. Assim, pode-se afirmar que o crescimento das receitas de FPE concentrou-se nos quatro primeiros meses do ano de 2023.

Como mencionado anteriormente, no mês de julho de 2022, foram estabelecidos, pelo Congresso Nacional, limites máximos para as alíquotas de ICMS de produtos como combustíveis, eletricidade e telecomunicações, sendo esperado que esse limite impactasse na arrecadação desse tributo pelos estados brasileiros.

Dessa forma, no Gráfico 14, é apresentado o comportamento da arrecadação de ICMS do Ceará nos anos de 2022 e 2023. O primeiro fato que chama a atenção é que, as receitas de ICMS de 2023 superam as de 2022 apenas no mês de agosto. Dessa forma, a arrecadação de ICMS do ano de 2023 foi, até o mês de outubro, R$ 1,03 bilhão inferior à observada em 2022.

GRÁFICO 14 – ARRECADAÇÃO MENSAL DE ICMS DO CEARÁ – 2022 E 2023 (ATÉ OUT/2023) (R$ 1,00 DE 10/2023)



Fonte: Siconfi/STN. Elaboração: IPECE.

Obs: Valores atualizados pelo IPCA.

Relativamente às despesas públicas estaduais, cujos dados são apresentados na Tabela 18, é possível constatar o crescimento de 11,89% das despesas correntes estaduais, quando se comparam os anos de 2022 e 2023. É interessante observar que o principal componente das despesas correntes, as despesas com pessoal, cresceram 15,1% até outubro de 2023.

TABELA 18 – DESPESAS DO GOVERNO ESTADUAL ATÉ O MÊS DE OUTUBRO DE 2022 E 2023 (R$ 1.000.000,00 DE 10/2023)

Descriminação	Acumulado				
	2022		2023		Var (%)
	R$	%	R$	%	
Despesas correntes	21.693,65	83,76	24.272,13	89,41	11,89
Pessoal e encargos sociais	12.663,97	48,89	14.574,36	53,69	15,09
Juros e encargos da dívida	610,11	2,36	928,00	3,42	52,10
Outras despesas correntes	8.419,57	32,51	8.769,77	32,30	4,16
Despesas de capital	4.207,34	16,24	2.875,06	10,59	-31,67
Investimentos	2.878,74	11,11	1.644,62	6,06	-42,87
Amortizações	1.187,91	4,59	1.181,96	4,35	-0,50
Inversões financeiras	140,68	0,54	48,48	0,18	-65,54
Total geral	25.900,99	100,00	27.147,19	100,00	4,81

Fonte: STN/Sincofi Anexo 01 do RREO. Elaboração: IPECE.

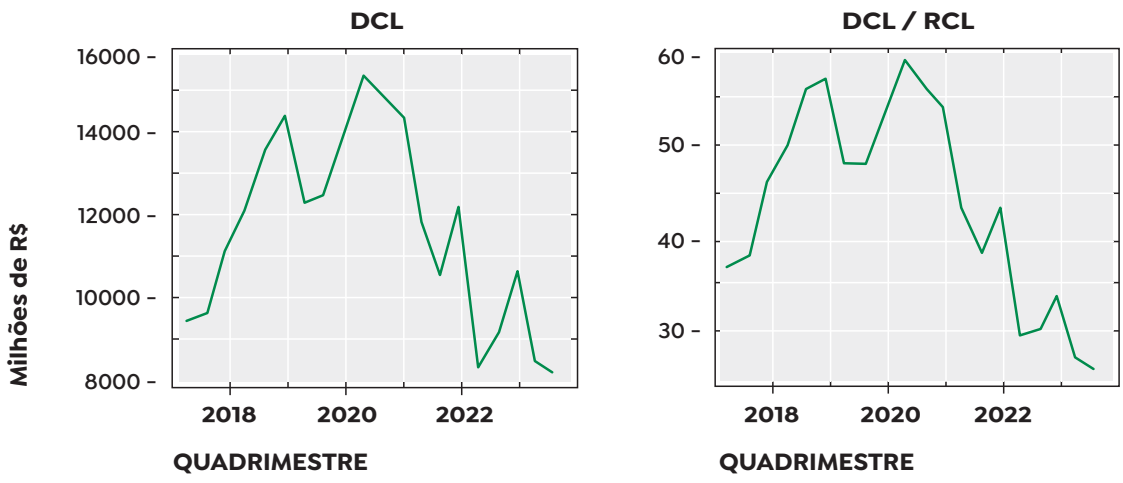
Obs: Valores atualizados pelo IPCA.

As despesas de capital apresentaram, entre os dois anos em análise, queda de 31,67%, sendo o desempenho da despesa com "Investimentos" a principal causa deste decremento. Dessa forma, observa-se que, apesar da elevação das operações de crédito, mencionada anteriormente, houve queda dos investimentos públicos cearenses.

Considerando-se a estabilidade da RCL do estado, entre 2023 e 2022, é possível supor que houve um aumento dos investimentos estaduais bancados por recursos de terceiros. Outra observação interessante, quando se comparam as informações das receitas e despesas, ver Tabelas 17 e 18, é que o valor dos investimentos e das amortizações são bastante próximos.

Por fim, um último indicador analisado neste documento é o comportamento da "Dívida Pública Consolidada Líquida" do Ceará, cujos dados são apresentados no Gráfico 15. Nesse gráfico é possível constatar que a dívida pública estadual apresentou tendência de crescimento entre os anos de 2017 e 2020. Posteriormente, entre os anos de 2020 e 2022 a tendência da DCL é de redução, representando menos de 27% da RCL no final do período em análise.

GRÁFICO 15 – DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA LÍQUIDA DO CEARÁ (R$ 1.000.000.000 DE 10/2023)



Fonte: SISCONFI. Elaboração própria.

PERSPECTIVAS DA ECONOMIA CEARENSE

O crescimento da economia mundial para o ano de 2023, conforme projeção do Fundo Monetário Internacional[3] (FMI), está previsto em uma taxa de 3,0%. Após um crescimento de 3,5% da economia mundial no ano de 2022, o ano de 2023 foi marcado pela implementação de política monetária restritiva na economia americana, assim como nas principais economias europeias, a partir do aumento das taxas de juros, com o objetivo de reduzir a alta inflacionária, causando o encarecimento do crédito e consequentemente diminuindo o volume de produção nas indústrias e o consumo das famílias. Além disso, a continuidade da guerra entre Rússia e Ucrânia continua sendo um limitador para a redução inflacionária, dado o encarecimento dos preços dos alimentos, da energia elétrica e do petróleo.

Para o ano de 2024, a previsão de crescimento da economia mundial é de 2,9%, num ritmo menor de crescimento do que comparado ao ano de 2023. Essa previsão leva em conta a continuidade do cenário de política monetária restritiva para a maioria das economias desenvolvidas, com a manutenção de taxas de juros elevadas para o controle inflacionário, encarecendo o crédito e consequentemente reduzindo o consumo das famílias e o investimento das empresas.

Em relação à economia brasileira, o ano de 2023 foi marcado pela safra recorde de soja no segundo trimestre, bem como o aumento do consumo das famílias no segundo semestre, como consequência de uma trajetória de queda da taxa de desemprego, da taxa de juros Selic e da desaceleração da inflação. Esse cenário macroeconômico também favoreceu o crescimento da economia cearense em 2023, puxado pelo crescimento do comércio e das atividades econômicas ligadas ao turismo, como alojamento, alimentação e transportes.

O setor da indústria cearense continuou apresentando resultados negativos em 2023, explicado pelo fraco desempenho da indústria de transformação, apesar dos bons resultados da produção de energia e da construção civil. É esperado que o problema estrutural não só da indústria cearense, como também de grande parte da indústria nacional, que vem ocorrendo desde o início da pandemia, seja revertida nos próximos anos a partir da trajetória de queda da taxa de juros Selic e na melhoria do ambiente macroeconômico. No caso do Ceará, a continuidade do equilíbrio das finanças públicas estaduais continuará favorecendo a capacidade de investimento público em relação à receita corrente líquida, contribuindo para a sustentabilidade do crescimento econômico estadual.

Dadas as perspectivas analisadas acima, o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE, projetou para o período 2023-2024, taxas de crescimento do PIB estadual de 2,10%, para 2023, de 1,91%, para 2024 e de 2,01% para 2025. Em resumo, os indicadores macroeconômicos verificados para o ano de 2022 e previstos para o período 2023-2025 são apresentados na Tabela 19 a seguir:

TABELA 19 – VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS DE 2022 E PREVISÕES PARA 2023-2025

Variáveis	2022	2023	2024	2025
Taxa de crescimento - PIB Brasil (%)	3,02	2,84	1,50	1,90
Taxa de crescimento - PIB Ceará (%)	0,31	2,10	1,91	2,01
PIB Ceará (R$ milhões)	206.806	220.735	233.769	246.814
Câmbio (R$ /US$) - Fim do período	5,21	4,99	5,03	5,10
Taxa de Juros SELIC - Fim do período (%a.a.)	13,75	11,75	9,25	8,50

Fonte: Relatório Focus/BACEN (01/12/2023) e IPECE.

OBS: Para o ano de 2022 a Taxa de câmbio é a comercial para venda (R$ /US$) - Fim do período, tendo como fonte o Banco Central do Brasil (BCB).

Os valores do PIB em 2022 são estimativas, enquanto para o período 2023-2025 são previsões, ambas realizadas pelo IPECE, para o caso do Ceará, e pelo IBGE e Focus/Bacen, para o caso do Brasil, passíveis de alterações quando forem divulgados os dados definitivos pelo IBGE.

3. Fundo Monetário Internacional (FMI): World Economic Outlook/Update de outubro de 2023.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO PERÍODO RECENTE

Nesta seção, faz-se uma análise sintética dos principais indicadores sociais do Estado do Ceará. O objetivo é mostrar um panorama da condição de vida dos cearenses nos últimos anos, procurando destacar os aspectos mais relevantes do comportamento demográfico do estado, das condições de vida, da educação, do emprego, da pobreza e desigualdade social. Dessa forma, espera-se que a análise desses indicadores contribua para o planejamento de ações e políticas públicas na esfera social, e que elas sejam capazes de atender e superar os desafios provocados pelas mudanças (atuais e futuras) do cenário social do Estado do Ceará.

Cabe inicialmente contextualizar a análise do conjunto de indicadores sociais, observando um fator exógeno fundamental para a compreensão de suas trajetórias nos anos recentes (2016 a 2022): a pandemia de Covid-19. O advento da pandemia global de Covid-19 estabeleceu um poderoso choque que condicionou o comportamento da série de indicadores, com repercussão no curto e no longo prazo, tanto naqueles indicadores específicos da área de saúde e morbidade, como nos indicadores demográficos, de educação e de pobreza e renda. Deve-se ressaltar, ainda, que os anos de 2020 e 2021 não têm os indicadores referentes aos domicílios, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) feita pelo IBGE. Devido à pandemia de Covid-19, o IBGE optou por cancelar a divulgação dos dados coletados nos anos de 2020 e 2021 pela PNADC referentes às características dos domicílios.

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Segundo os últimos censos demográficos (2010-2022), constata-se que o Ceará registrou um aumento absoluto em sua população de 342.576 habitantes, o que equivale a um crescimento relativo de 4% (Tabela 20).

TABELA 20 – POPULAÇÃO RESIDENTE – CEARÁ, NORDESTE E BRASIL – 1970/2022

Região	População Residente (n.º)					
	1970	1980	1991	2000	2010	2022
Brasil	93.134.846	119.011.052	146.825.475	169.799.170	190.755.799	203.080.756
Nordeste	28.111.551	34.815.439	42.497.540	47.741.711	53.081.950	54.658.515
Ceará	4.361.603	5.288.429	6.366.647	7.430.661	8.452.381	8.794.957

Fonte: Censos demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 e 2022 - IBGE. Elaboração: IPECE.

Verifica-se, ainda, que a população cearense representava 15,52% da população da região Nordeste e 4,68% da população do Brasil, em 1970. Na década de 1980 e 1990, estes percentuais apresentaram uma redução, retomando novamente o crescimento relativo a partir da década de 2000, observando-se em 2022 os valores de 16,09% e 4,33%, respectivamente, para o Nordeste e o País.

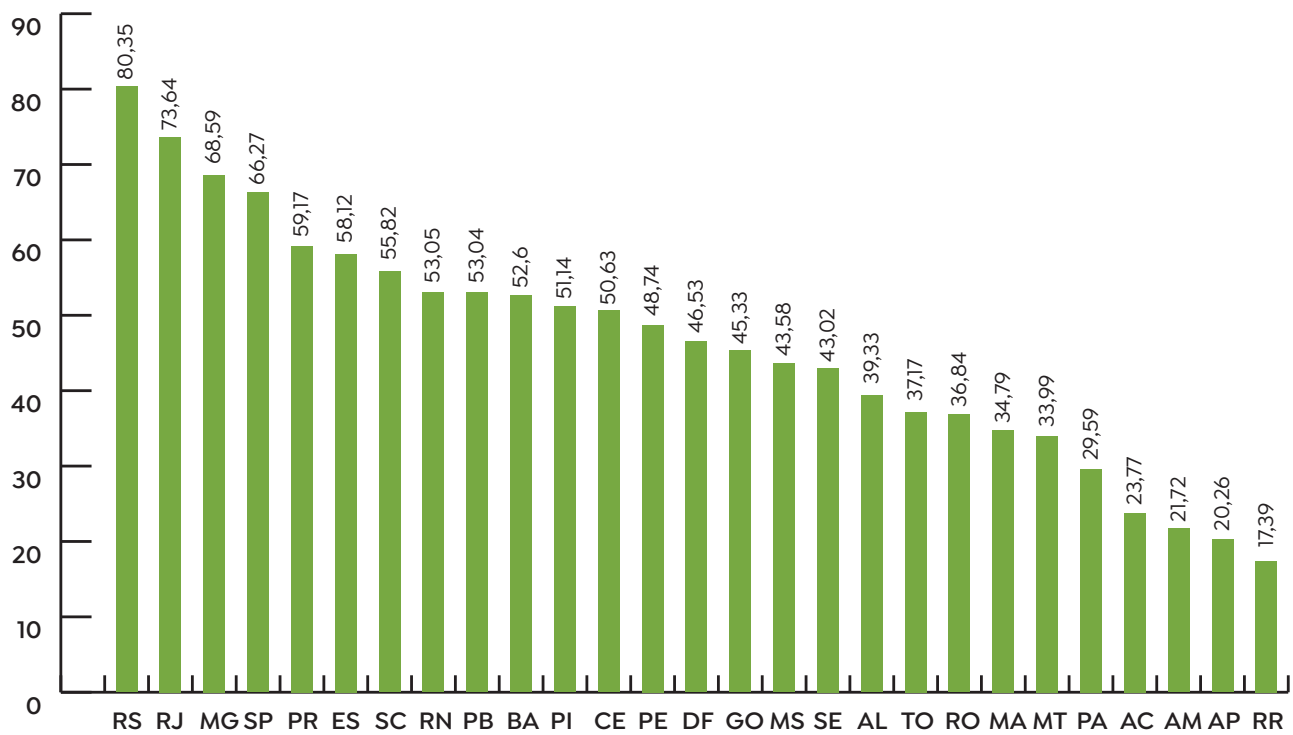
TABELA 21 – OS 10 MAIORES E OS 10 MENORES MUNICÍPIOS POR NÚMERO DE HABITANTES NO CEARÁ – 2022

Os 10 municípios com maior população no Ceará	Nº hab.	Os 10 municípios com menor população no Ceará	Nº hab.
Fortaleza	2.428.708	Umari	6.871
Caucaia	355.679	Altaneira	6.782
Juazeiro do Norte	286.120	General Sampaio	6.734
Maracanaú	234.509	Ereré	6.474
Sobral	203.023	Pacujá	6.175
Itapipoca	131.123	Potiretama	5.974
Crato	131.050	São João do Jaguaribe	5.855
Maranguape	105.093	Baixio	5.704
Iguatu	98.064	Guaramiranga	5.654
Quixadá	84.168	Granjeiro	4.841

Fonte: Censo Demográfico/IBGE. Elaboração IPECE.

O índice de envelhecimento no Ceará chegou a 50,63 em 2022, indicando que há 50,63 pessoas no Estado com 65 anos ou mais de idade para cada 100 crianças de 0 a 14 anos. No comparativo com os Estados nordestinos, o Ceará ficou abaixo, respectivamente, da Paraíba, Bahia e Piauí como mostra o gráfico 16.

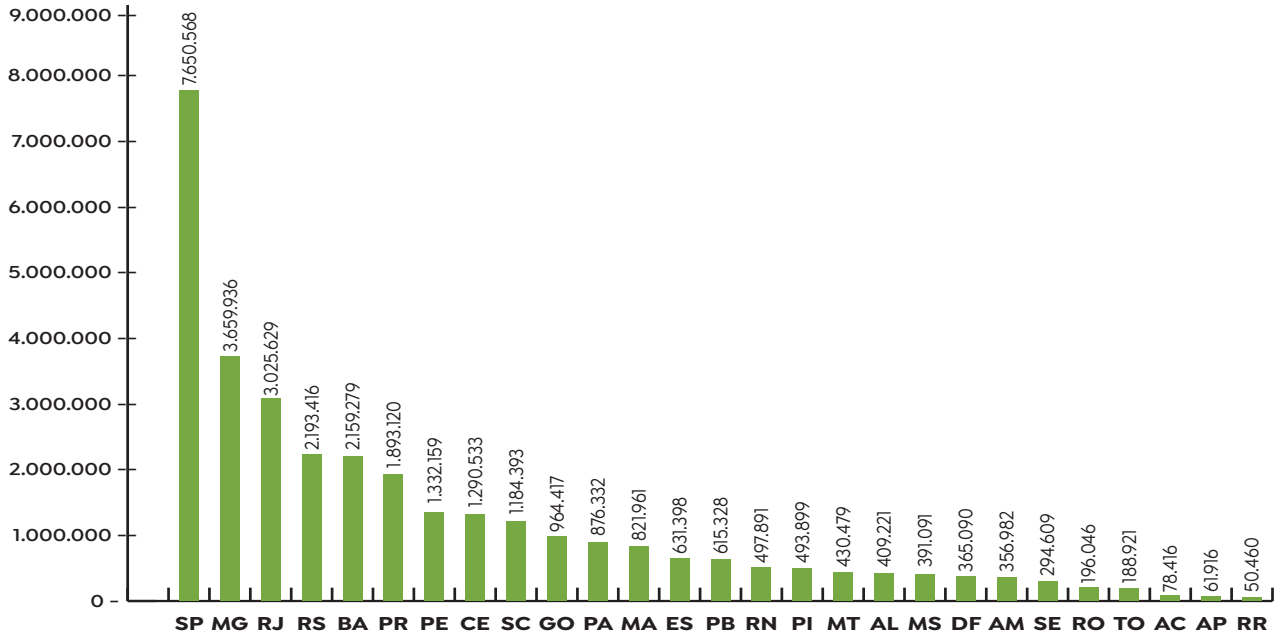
GRÁFICO 16 – ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO (RAZÃO) – UFS 2022



Fonte: Censo Demográfico /IBGE. Elaboração IPECE.

Mais especificamente no comparativo com os demais Estados o Ceará aparece em oitava posição entre os Estados com maior proporção de idosos[4]. Em 2022 atrás dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, Paraná e Pernambuco, como mostra o gráfico 17.

GRÁFICO 17 – POPULAÇÃO ACIMA DE 60 ANOS DE IDADE (IDOSOS) – UFS 2022



Fonte: Censo Demográfico IBGE. Elaboração IPECE.

O município de Fortaleza (365.976 idosos) concentra a maior população de idosos no Ceará, enquanto o município de Granjeiro a menor população (818 idosos). Seguida de Caucaia, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Sobral, Crato, Iguatu, Itapipoca, Maranguape e Crateús (Tabela 22).

TABELA 22 – 10 MAIORES E OS 10 MENORES MUNICÍPIOS DO CEARÁ COM POPULAÇÃO DE IDOSOS.

Município	10 maiores	Município	10 menores
Fortaleza (CE)	365.976	Altaneira (CE)	1.207
Caucaia (CE)	39.620	Ereré (CE)	1.184
Juazeiro do Norte (CE)	35.883	Moraújo (CE)	1.147
Maracanaú (CE)	27.547	Pacujá (CE)	1.112
Sobral (CE)	24.221	Baixio (CE)	1.079
Crato (CE)	19.212	Senador Sá (CE)	1.040
Iguatu (CE)	16.413	General Sampaio (CE)	988
Itapipoca (CE)	16.404	Potiretama (CE)	983
Maranguape (CE)	14.052	Guaramiranga (CE)	853
Crateús (CE)	13.442	Granjeiro (CE)	818

Fonte: Censo Demográfico IBGE. Elaboração IPECE.

Com quase dois mil pessoas com idade acima de 100 anos no Ceará. O estado apareceu entre os 10 Estados brasileiros com maior número dessa população, como mostra a tabela 4.

4. 1.º É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

TABELA 23 – OS DEZ (10) MAIORES E OS DEZ MENORES ESTADOS COM POPULAÇÃO ACIMA DE 100 ANOS DE IDADE EM 2022

10 maiores	População 100 anos ou mais	10 menores	População 100 anos ou mais
Bahia	5.336	Santa Catarina	667
São Paulo	5.095	Sergipe	531
Minas Gerais	4.104	Mato Grosso	492
Rio de Janeiro	2.712	Mato Grosso do Sul	468
Maranhão	2.470	Tocantins	322
Pernambuco	2.141	Distrito Federal	300
Ceará	1.999	Amapá	163
Pará	1.665	Rondônia	147
Rio Grande do Sul	1.536	Acre	142
Paraíba	1.330	Roraima	73

Fonte: Censo Demográfico IBGE. Elaboração IPECE.

Em relação a 2010 a população preta no Ceará aumentou 51,58%, sendo maior que o aumento no Brasil (42,28%). A população parda no Ceará também cresceu (8,81%) e houve, ainda, aumento de 172,37% da população indígena, conforme mostra a Tabela 24.

TABELA 24 – POPULAÇÃO E VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO POR COR OU RAÇA PARA O CEARÁ, NORDESTE E BRASIL: 2010 E 2022

População e variação da população	Cor ou raça	Brasil	Nordeste	Ceará
2010	Total	190.755.799	53.081.950	8.452.381
2022		203.080.756	54.658.515	8.794.957
Variação (%)		6,46	2,97	4,05
2010	Branca	91.051.646	15.627.710	2.704.732
2022		88.252.121	14.571.557	2.456.214
Variação (%)		-3,07	-6,76	-9,19
2010	Preta	14.517.961	5.058.802	392.733
2022		20.656.458	7.127.018	595.694
Variação (%)		42,28	40,88	51,68
2010	Amarela	2.084.288	631.009	105.307
2022		850.130	68.749	11.256
Variação (%)		-59,21	-89,10	-89,31
2010	Parda	82.277.333	31.554.475	5.230.214
2022		92.083.286	32.559.846	5.690.973
Variação (%)		11,92	3,19	8,81
2010	Indígena	896.917	232.739	20.697
2022		1.694.836	529.128	56.372
Variação (%)		88,96	127,35	172,37

Fonte: Censo Demográfico IBGE. Elaboração IPECE.

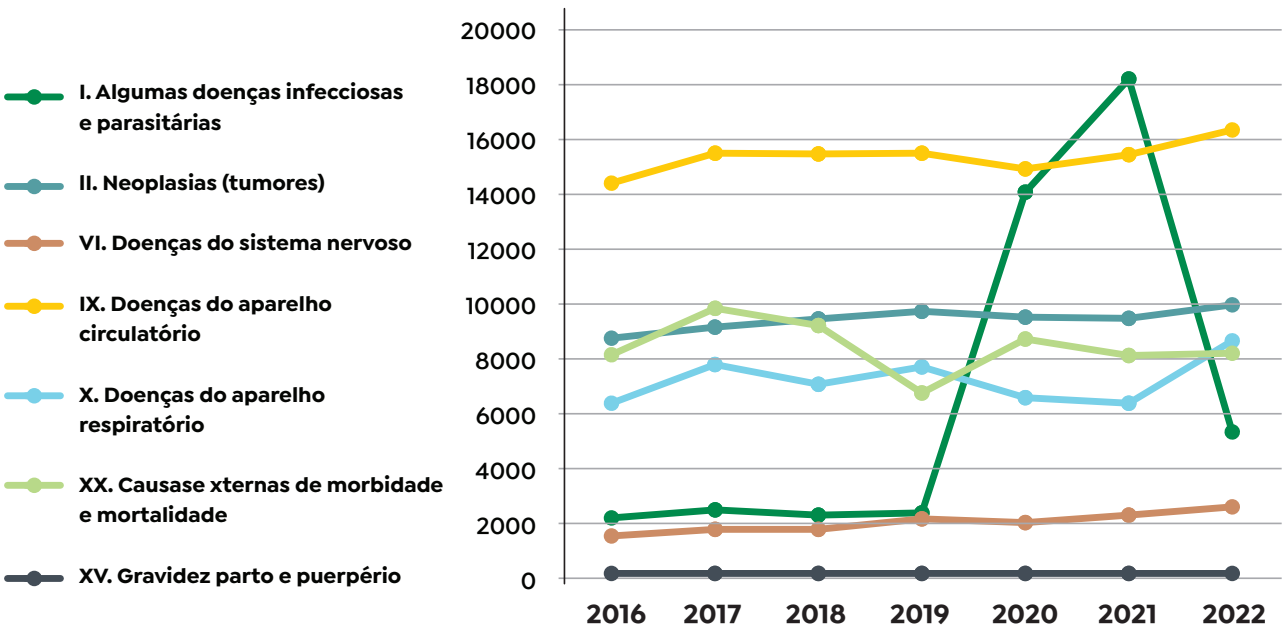
SAÚDE

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados pelo grave cenário de pandemia de Covid-19, o qual teve profundos impactos no bem-estar da população em nível nacional e em nível estadual. A saúde da população cearense foi comprometida diretamente pela pandemia. No período de fevereiro de 2020 a 23 de outubro de 2021, foram confirmados 943.021 casos[4] de Covid-19 no Estado.

Estabelecendo um quadro de óbitos entre as principais causas na população cearense (Gráfico 18) entre o período de 2019 a 2021, ocorre o aumento expressivo de mortalidade em decorrência do grupo de doenças infecciosas e parasitárias (667%), onde enquadra-se o vírus da Covid-19, bem como suas sequelas e efeitos tardios[5]. Entre o período de 2016 a 2019, esta causa de mortalidade apresentava uma média de 2.329 óbitos notificados. No entanto, com o início do cenário de crise sanitária, em 2021, passam a ser notificados 18.211 óbitos ocasionados por doenças infecciosas e parasitárias. Logo em seguida, após o ápice atingido em 2021, observa-se a redução expressiva de -71% em 2022, chegando a um total de 5.293 óbitos por tal grupo de causas.

Entre as causas externas de mortalidade, que englobam mortes violentas, acidentes de trânsito e lesões autoprovocadas, após um ápice observado em 2017, cujos óbitos foram registrados em 9.807, há uma oscilação nesta proporção, onde em 2022 são observados 8.170 óbitos em decorrência de causas externas no Ceará.

GRÁFICO 18 – PRINCIPAIS CAUSAS DE MORTALIDADE CID10– 2016 A 2022



Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. Elaboração IPECE.

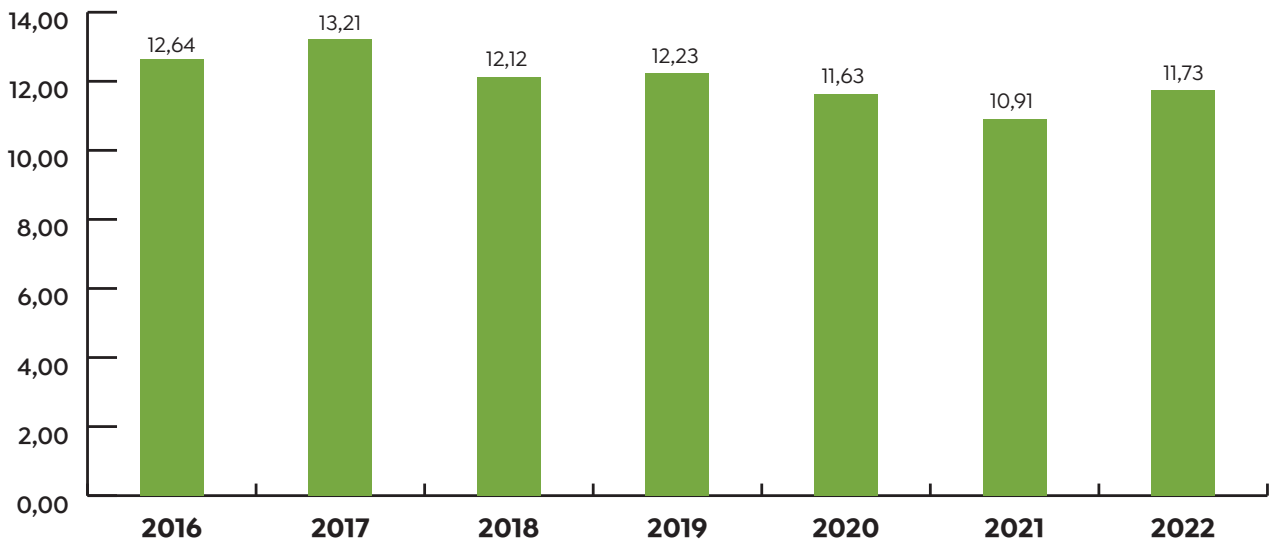
4. https://www.saude.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/9/2020/02/BOLETIM_COVID 19_N33_291021.pdf
5. Enfatiza-se a dificuldade em padronizar a codificação, junto à Organização Mundial da Saúde e ao Ministério da Saúde, das causas informadas de óbito em decorrência do Covid-19, tanto diretas quanto suas sequelas e efeitos tardios, e assim buscar a adaptação do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) no contexto da pandemia do Covid-19.

Além disso, cabe ressaltar que, entre outras causas de mortalidade englobadas dentro das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs), estão: neoplasias (câncer), doenças do aparelho circulatório e doenças do aparelho respiratório. É observada uma tendência crescente entre as três causas no período analisado (2016 a 2022). Sendo este aumento de 13,6% entre os óbitos em decorrência de neoplasias, assim como em doenças relacionadas ao aparelho circulatório, e 35% do aparelho respiratório. Indicando, portanto, que ações direcionadas ao atendimento primário de preuenções a estas comorbidades deuem receber maior atenção.

O indicador de mortalidade infantil continua sendo um dos principais indicadores para sinalizar sobre o níuel de desenuoluimento de uma sociedade, além de ser primordial para aualiar a qualidade da saúde prestada para gestantes e crianças.

Assim, o Gráfico 19 expressa a redução da taxa de mortalidade infantil no Ceará obseruada entre o período de 2016 a 2022, cuja uariação resultou em -7%. O que implica em uma melhora, apesar do cenário de pandemia.

GRÁFICO 19 – TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (TMI) CEARÁ – 2016 A 2022



Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. Elaboração IPECE.

A Razão de Mortalidade Materna (RMM), assim como a taxa de mortalidade em crianças menores de 5 anos, são indicadores que se encontram diretamente ligados aos Objetiuos de Desenuoluimento Sustentáueis (ODS) 3, em específico, metas 3.1 e 3.2 [6].

Para o referido indicador, entre 2016 e 2021, obserua-se um crescimento expressiuo desta taxa, que aduém de um contexto de crise sanitária, no qual os esforços de saúde pública estiueram concentrados em atendimentos de combate ao uírus da Couid-19. Assim, esta uariação foi representada por um aumento de quase 75% na RMM, que passou de 58,62 óbitos, em 2016, para mais de 102 óbitos maternos por mil N.V., em 2021. Uma uez controlado o cenário de pandemia, este indicador uolta a reduzir, apresentando uma uariação de -7,28%, quando comparado ao ano de 2016 e, portanto, chegando a 2022 com uma razão de 54,35 óbitos maternos por mil N.V.

Quanto à taxa de mortalidade na infância, esta não se mostrou muito afetada pela pandemia, chegando,

6. https://www.ipea.gov.br/ods/ods3.html

inclusive, a apresentar seu menor patamar em 2021 (12,47 óbitos maternos por mil N.V). No entanto, a variação deste indicador, considerando o período analisado, foi mais discreta (de -6,45%).

Por último, ainda relacionada aos indicadores de saúde maternoinfantil, a taxa de mortalidade neonatal, cuja variação correspondeu a -8,5%, passou de 8,78 óbitos entre crianças de 0 a 27 dias de vida/mil N.V., para uma taxa de 8 óbitos neonatal por mil N.V. em 2022 (Tabela 25).

TABELA 25 – TAXA DE MORTALIDADE NA INFÂNCIA (TMI) (POR MIL NASCIDOS VIVOS) E DE RAZÃO DE MORTALIDADE MATERNA (RMM) (POR 100 MIL NASCIDOS VIVOS) – 2016-2022

Indicador	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Taxa de Mortalidade na Infância	14,83	15,30	14,11	14,21	13,34	12,47	13,87
Razão de Mortalidade Materna (RMM)	58,62	65,73	68,45	58,06	94,38	102,34	54,35
Taxa de Mortalidade Neonatal	8,78	9,19	8,62	8,34	8,33	7,30	8,04

Fonte: MS/SVS/DASIS – Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC/ MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. Elaboração IPECE.

Observam-se também os casos de Acidente Vascular Cerebral (AVC) na população cearense em geral, assim como entre aqueles com 40 anos de idade ou mais. Em 2022 foram reportados 8.366 casos de AVC em pessoas com 40 anos ou mais[7]. Há, portanto, um crescimento de 9% nos registros de tal comorbidade, quando comparado ao ano de 2016, onde foram registrados 7.653 casos de AVC na população com 40 anos ou mais (Tabela 26). Para o ano de 2022, as taxas de internação não se encontravam disponíveis.

TABELA 26 – CASOS E TAXA DE INTERNAÇÃO POR ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL – 2016-2021

Taxa de Internação por AVC		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Faixa etária de 40 anos e mais	Casos de AVC	7.653	8.727	6.981	8.169	7.697	8.413	8.366
	Taxa de Internação	27,06	30,86	24,69	24,94	22,94	24,48	-
-	Casos de AVC	8.219	9.379	7.348	8.548	8.070	8.844	8.782
	Taxa de Internação	9,23	10,53	8,25	9,36	8,78	9,57	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará/IPECE. Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA).

Ao comparar com um crescimento mais discreto do total de casos de AVC registrado (7% entre 2016 e 2022), o que implica em um total de 8.782 casos em 2022, observa-se que a proporção destes casos em pessoas mais jovens diminuiu. O que antes representava um total de 7% dos casos, em 2016, passa a 5% em 2022. Indicando uma melhora nesta comorbidade em pessoas mais jovens.

O comportamento dos indicadores de oferta é de suma importância para analisar os investimentos e ações por parte do poder público em prol da melhoria da saúde da população.

Por exemplo, com relação às unidades de saúde, de 2016 a 2022, houve um aumento de 13% (505 unidades) na quantidade total destas mesmas, concluindo o ano de 2022 com 4.398 unidades de saúde ligadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) no Ceará. Com destaque para o aumento expressivo das Unidades de Pronto Atendimento (UPA) implantadas, dado que a quantidade destas aumentou em 50% no período, chegando a 57 unidades em funcionamento, em 2022, conforme mostra a Tabela 27.

7. Para o ano de 2022, as taxas de internação, não se encontravam disponíveis.

Entre as unidades específicas, os Centros de apoio à saúde da família se destacam por apresentar um aumento expressivo, uma vez que em 2016 existia apenas 1 no Ceará e, em 2022, existiam 126 destas unidades. Além disso, os Centros de Saúde ou Unidades Básicas de Saúde cresceram substancialmente, saindo de 194 unidades em 2016 para 2.153 unidades em 2022. Estas unidades de saúde formam a mais numerosa infraestrutura de saúde pública no Ceará.

As unidades de saúde secundária e terciária também cresceram no período. Por exemplo, o número de policlínicas saiu de 52 unidades para 65 unidades entre 2016 e 2022, representando um crescimento de 25% no período. Embora tenha havido uma redução no número de hospitais especializados (saindo de 32 para 26 unidades entre 2016 e 2022), observa-se um crescimento do número de hospitais gerais (saindo de 185 para 212 unidades). Esses números mostram uma ampliação considerável da rede de oferta de serviços de saúde secundária e terciária no Estado do Ceará.

TABELA 27 – UNIDADES DE SAÚDE LIGADAS AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), POR TIPO – CEARÁ – 2016-2021

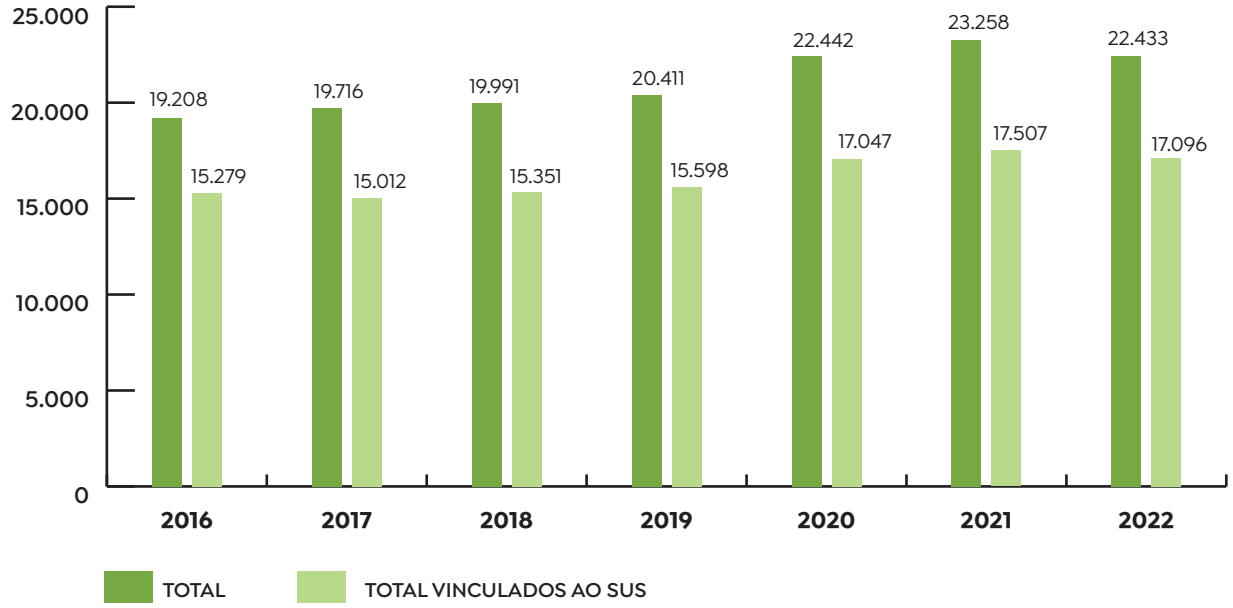
Discriminação	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Unidade de vigilância sanitária	72	73	73	75	72	76	80
Farmácia isolada	89	99	109	113	93	103	107
Centro de atenção hemoterápica (HEMOCE)	6	6	6	6	6	5	5
Pronto socorro geral e especializado	9	9	7	7	6	6	7
Centro de apoio à saúde da família	1	104	142	144	136	134	126
Unidade de serviço auxiliar de diagnóstico e terapia	159	171	184	164	171	181	190
Centro de atenção psicossocial	149	155	161	169	172	179	182
Unidade móvel pré-hospitalar	137	140	143	144	212	210	210
Unidade mista de saúde	32	25	24	24	31	19	15
Centro de saúde/Unidade básica de saúde	194	1.929	1.959	1.982	2.007	2.079	2.153
Posto de saúde	464	472	452	445	451	441	420
Consultório isolado	13	14	18	17	16	16	20
Clínica e ambulatório de especialidades	421	428	433	421	431	445	472
Unidade de pronto atendimento (UPA)	38	43	46	46	51	53	57
Policlínica	52	53	53	53	57	63	65
Laboratório central de saúde pública	9	8	8	10	12	13	13
Hospital especializado	32	34	38	39	31	30	26
Hospital geral	185	192	194	189	198	210	212
Total	3.893	3.980	4.079	4.048	4.187	4.301	4.398

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará/IPECE. Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA).

Nota: (1) Inclusive as unidades não especificadas.

Assim como o número de unidades de saúde, o total de leitos vinculados ao SUS também apresentou um aumento considerável em sua oferta durante os anos críticos da pandemia de Covid-19 (2020 e 2021), saindo de 19.208 em 2016 para 23.258 em 2021. Em 2022, a redução da demanda por leitos para casos de Covid-19, resultou numa redução dos leitos totais, os quais somam agora 22.433 unidades (Gráfico 20). Essa mesma tendência é observada para os leitos operados no Sistema Único de Saúde (SUS).

GRÁFICO 20 – LEITOS NO TOTAL E VINCULADOS AO SUS. CEARÁ – 2016 A 2022

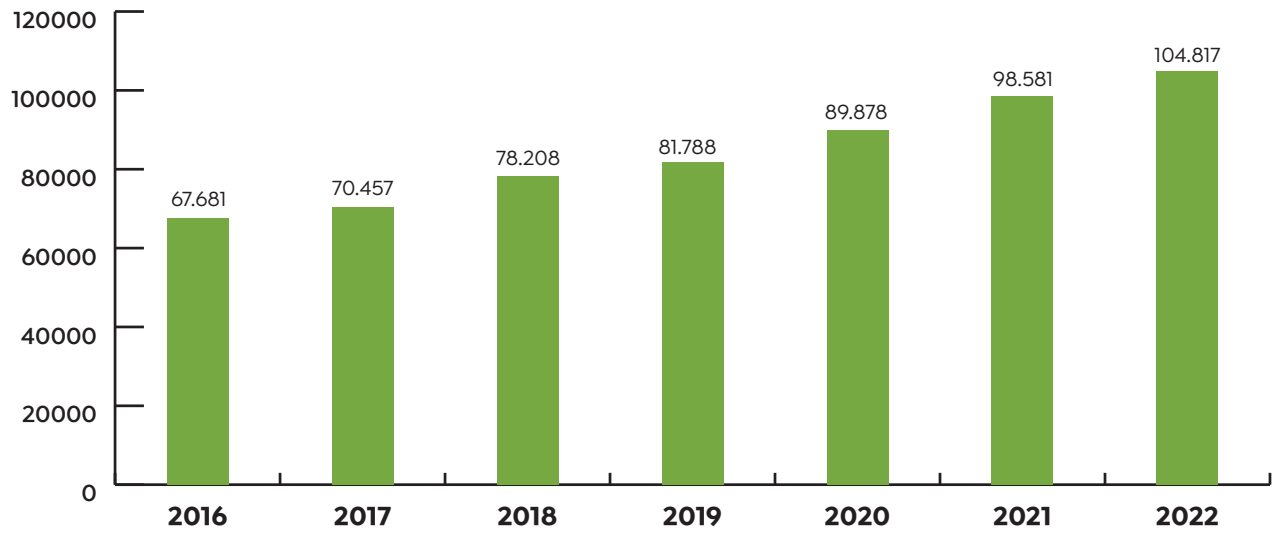


Fonte: Anuário Estatístico do Ceará/IPECE. Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA).

O lado da oferta quanto ao quadro de profissionais da área da saúde vinculados ao SUS também apresentou expressivo aumento entre 2016 e 2022, sendo este de 55%. Assim, em 2016, o Estado possuía um total de 67.681 profissionais contratados, enquanto, em 2022, contava com 104.817 profissionais de saúde.

Deve-se ressaltar que parte importante do aumento no quadro de profissionais da saúde veio a partir de 2020, com a necessidade de reforçar o quadro de saúde pública para o enfrentamento do Covid-19 (Gráfico 21). Entre 2019 e 2022, registrou-se um aumento de aproximadamente 23 mil profissionais de saúde vinculados ao SUS no Ceará.

GRÁFICO 21 – PROFISSIONAIS VINCULADOS AO SUS. CEARÁ – 2016 A 2022



Fonte: Anuário Estatístico do Ceará/IPECE. Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA).

Durante este período a necessidade de contratação foi focada entre aqueles profissionais que compunham a linha de frente, isto é, o maior aumento observado foi entre enfermeiros (42,1%), auxiliares técnicos (34,4%) e médicos (36,4%), conforme apresentado pela Tabela 28.

TABELA 28 – PROFISSIONAIS VINCULADOS AO SUS (POR 1.000). CEARÁ – 2016 A 2021

Profissionais por Especialidade	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Total de Profissionais de Saúde ligados ao SUS	67,7	70,5	78,2	81,8	89,9	98,6	104,8
Agentes comunitários	15,7	15,7	15,6	15,6	15,7	15,8	15,6
Auxiliares técnicos e outros	22,3	23,2	30,0	31,4	35,0	39,8	42,1
Dentistas	3,0	3,1	3,1	3,2	3,3	3,3	3,5
Enfermeiros	7,8	8,4	8,9	9,8	11,7	13,1	13,9
Médicos	12,5	13,1	13,2	13,7	15,2	16,5	18,6

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará./IPECE. Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA).

Finalmente, devem-se analisar os indicadores que dizem respeito à vigilância epidemiológica, isto é, indicadores que acompanham as doenças de notificação compulsória como a AIDS, dengue, hepatite, hanseníase, dentre outras. A Tabela 29 registra os casos confirmados com estas doenças no período de 2016 a 2022. Nesse período o aumento mais expressivo foi o de meningite, cujas notificações saltaram de 19 em 2016 para 316 em 2022, um aumento de 16 vezes em relação ao início da série. Em seguida, observa-se aumento das notificações de leptospiroses, os quais atingiram 102 casos em 2022. Este número é mais do que o dobro dos casos registrados em 2016. Também houve aumento nos casos de Leishmaniose (visceral e tegumentar) entre 2016 e 2022, assim como os casos de hepatite viral. Os casos de tuberculose aumentaram de 3.394 em 2016 para 4.054 em 2022, correspondendo a um crescimento de 19,5% no período. Os casos de dengue flutuaram substancialmente no período e atingiram 39.711 em 2022, sendo 5,1% a mais do que o registrado em 2016. As notificações de AIDS também apresentaram crescimento, saindo de 806 notificações em 2016 para 867 em 2022.

Na contramão das demais doenças, a Hanseníase foi a que apresentou redução do número de casos notificados. Em 2016, essa doença foi notificada 1.695 vezes, enquanto em 2022, os casos notificados foram de 1.153. Isso representa uma redução de aproximadamente 32%.

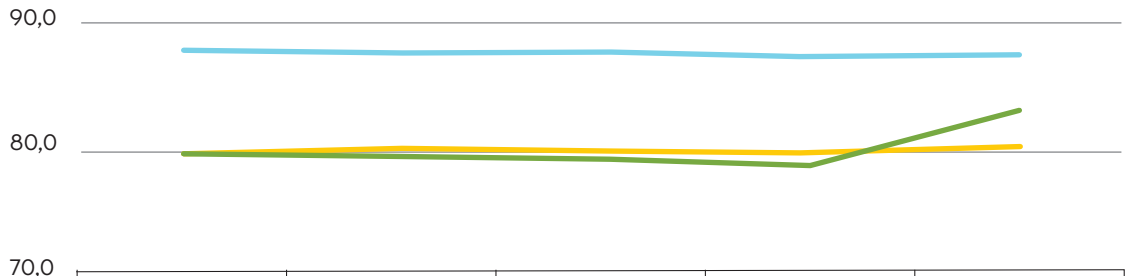
TABELA 29 – INDICADORES VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA – CEARÁ 2016 A 2022

Casos confirmados	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Tuberculose	3.394	4.591	3.955	4.919	3.052	3.627	4.054
Tétano acidental	19	13	8	13	10	62	12
Raiva	1						
Meningite	19	381	427	528	218	209	316
Leptospirose	48	27	47	114	49	46	102
Leishimaniose visceral	370	391	379	312	226	173	526
Leishimaniose tegumentar	394	399	390	531	615	503	435
Hepatite viral	451	411	547	533	313	345	484
Hanseníase	1.695	1.554	1.689	1.895	1.074	1.208	1.153
Febre tifoide		1	1	1	1		
Dengue	37.769	25.013	3.859	15.490	21.100	33.090	39.711
AIDS	806	895	870	879	712	752	867

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará./IPECE. Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA).

Em 2022 a proporção de domicílios com acesso à rede geral de distribuição de água foi considera-uelmente boa (82,6%). Vale salientar que lauar as mãos esteue entre as principais recomendações das autoridades de saúde para conter a dissemi-nação do coronauírus. Destaca-se que em 2020 e 2021, primeiros anos da pandemia, o Estado lançou um pacote de ações de alíuio à população, entre os quais podemos citar a isenção do pagamento das faturas da CAGECE, SISAR e a Suspensão de cobrança da Tarifa de Contingência (Gráfico 22).

GRÁFICO 22 – DISTRIBUIÇÃO DE DOMICÍLIOS COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA ADEQUADO. BRASIL, NORDESTE E CEARÁ 2016 A 2022



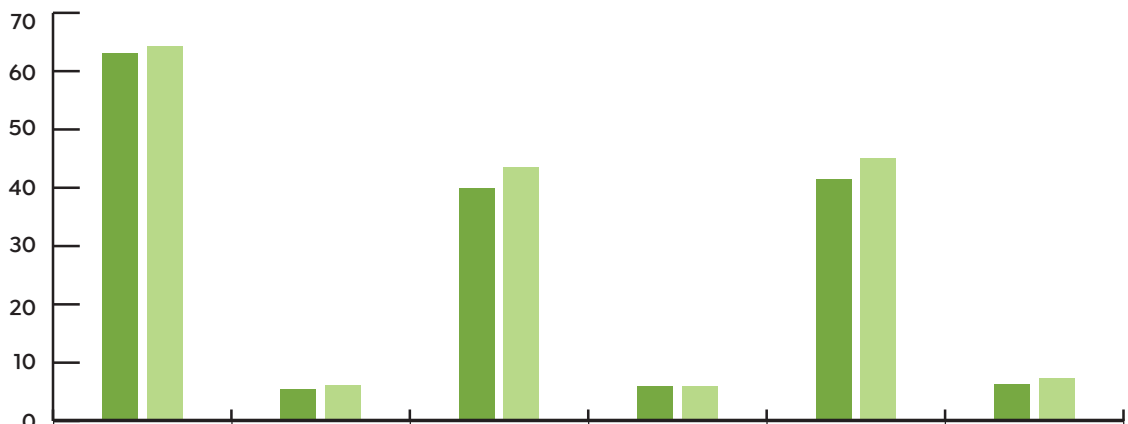
	2016	2017	2018	2019	2022
Brasil	85,8	85,7	85,8	85,5	85,5
Nordeste	79,7	80,1	80,0	79,9	80,3
Ceará	79,7	79,7	79,5	79,0	82,6

Fonte: PNAD C/ Anual. Elaboração IPECE.

Nota IBGE: A partir de 22 de julho de 2022, as estimativas deste tema passaram a ser divulgadas com base no novo método de ponderação da pesquisa, conforme a Nota Técnica 03/2021. Consequentemente, a série histórica dos indicadores foi atualizada.

Já a proporção de domicílios com acesso à rede geral ou rede pluvial, que era de 42,1% (2019), passou para 45,4%.

GRÁFICO 23 – DISTRIBUIÇÃO DE DOMICÍLIOS POR TIPO DE ESGOTAMENTO. BRASIL, NORDESTE E CEARÁ 2019 A 2022



	Rede geral ou rede pluvial	Fossa séptica ligada à rede	Rede geral ou rede pluvial	Fossa séptica ligada à rede	Rede geral ou rede pluvial	Fossa séptica ligada à rede
	BR		NE		CE	
2019	62,5	5,6	40,8	6,2	42,1	6,5
2022	63,5	6,3	44	6,2	45,4	7,4

Fonte: PNAD C/ Anual. Elaboração IPECE.

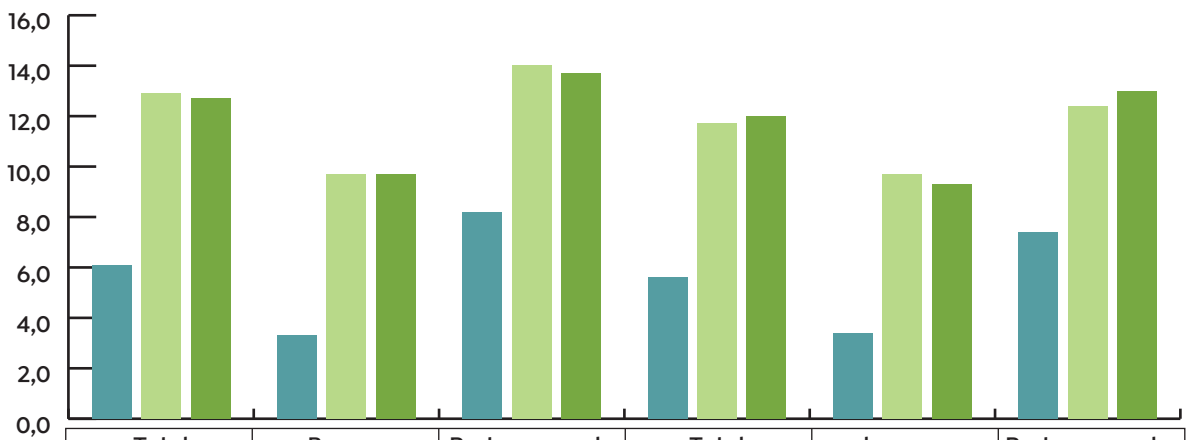
Nota IBGE: A partir de 22 de julho de 2022, as estimativas deste tema passaram a ser divulgadas com base no novo método de ponderação da pesquisa, conforme a Nota Técnica 03/2021. Consequentemente, a série histórica dos indicadores foi atualizada.

EDUCAÇÃO

A taxa de analfabetismo para pessoas de 15 anos ou mais é um dos principais indicadores do nível educacional de uma sociedade, à medida em que sua redução significa a progressiva incorporação da população no universo da cultura escrita. Na presente análise (Gráfico 24), manteve seu progressivo declínio nos três recortes geográficos considerados: Brasil, Nordeste e Ceará. A série histórica em apreço inicia em 2016, quando o analfabetismo atingia 7,2% dos brasileiros, 14,8% dos nordestinos e 15,2% dos cearenses. Em 2019, o analfabetismo atingia 5,6% dos brasileiros, 11,7% dos nordestinos e 12% dos cearenses.

Em 2022, a taxa de analfabetismo do Ceará foi de 12%, contra 11,7% do Nordeste; permanecendo em torno do dobro da taxa nacional, que foi de 5,6%. De modo geral, desde 2012 o Ceará apresentou taxas de analfabetismo inferiores às do Nordeste até 2019. Entre as pessoas pretas ou pardas com 15 anos ou mais de idade, 7,4% eram analfabetas no Brasil, mais que o dobro da taxa encontrada entre as pessoas brancas (3,4%). No Ceará, apesar da diferença ser menor que a encontrada no Brasil, a população negra tem taxa de analfabetismo 13% maior que a taxa geral do Estado (12%).

GRÁFICO 24 – TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS, POR COR/RAÇA DECLARADA – BRASIL, NORDESTE E CEARÁ, 2019 E 2022



	Total	Branca	Preta ou parda	Total	branca	Preta ou parda
	2019			2022		
BRASIL	6,1	3,3	8,2	5,6	3,4	7,4
NORDESTE	12,9	9,7	14,0	11,7	9,7	12,4
CEARÁ	12,7	9,7	13,7	12	9,3	13,0

Fonte: PNAD C/ Anual. Elaboração IPECE.

Nota IBGE: A partir de 22 de julho de 2022, as estimativas deste tema passaram a ser divulgadas com base no novo método de ponderação da pesquisa, conforme a Nota Técnica 03/2021. Consequentemente, a série histórica dos indicadores foi atualizada.

A segmentação segundo gênero mostra que a taxa de analfabetismo mantém uma persistente diferença entre homens e mulheres nos três recortes geográficos considerados: Brasil, Nordeste e Ceará. A discrepância é menor em níuel nacional, com as mulheres apresentando taxas de analfabetismo mais próximas às dos homens.

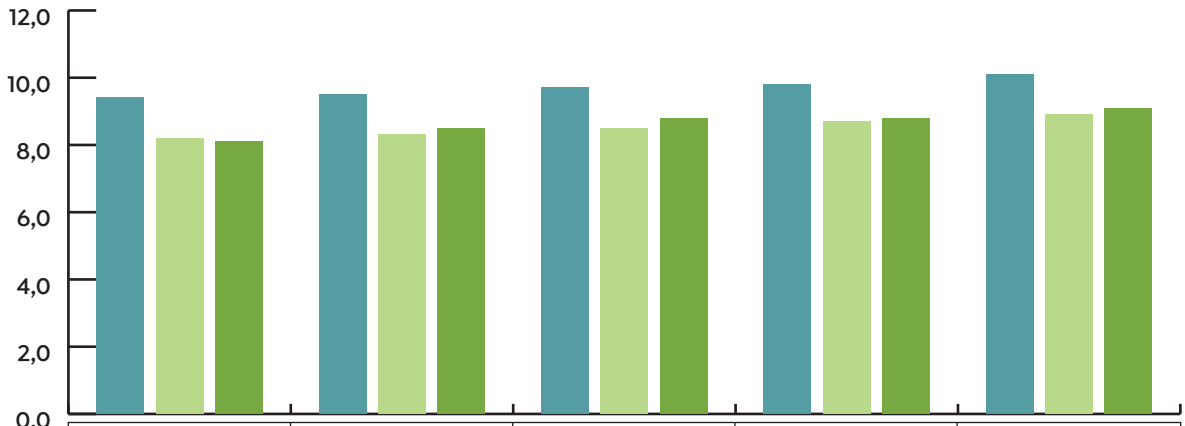
Em 2016, a diferença entre a taxa de analfabetismo de homens e mulheres no Brasil foi de 0,5 ponto percentual: 7% contra 6,5%. Essa diferença foi mantida em 2022, diante da redução dos patamares de analfabetismo de 5,9% para homens e 5,4% para mulheres.

No Nordeste e no Ceará a discrepância entre os gêneros mostra-se mais significativa, com a taxa de analfabetismo masculina afetando decisiuamente a taxa de analfabetismo geral, que se mantém aproximadamente o dobro da taxa nacional.

Em 2022, no Nordeste, a taxa de analfabetismo foi de 13,1% para homens e de 10,5% para mulheres. No Ceará é de 13,9% para os homens e 10,3% para mulheres. No contexto da tendência geral de queda nas taxas de analfabetismo é digno de nota o ritmo lento da queda da taxa masculina, em particular no Ceará.

A escolaridade média da população cearense acima de 15 anos de idade, que era de 8,1 anos de estudo em 2016, passou para 9,1 anos de estudo em 2022, ao passo que a média nacional passou de 9,4 para 10,1 anos de estudo, desse modo, o Ceará reduziu a diferença com relação à média nacional e superou sistematicamente a média da região Nordeste no período considerado (Gráfico 25).

GRÁFICO 25 – NÚMERO MÉDIO DE ANOS DE ESTUDO DAS PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS – BRASIL, NORDESTE E CEARÁ – 2016 A 2019 E 2022



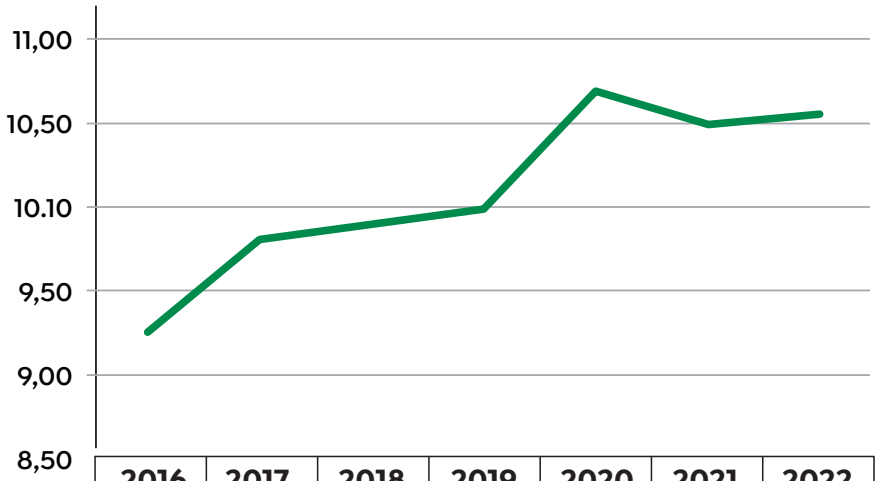
	2016	2017	2018	2019	2022
BRASIL	9,4	9,5	9,7	9,8	10,1
NORDESTE	8,2	8,3	8,5	8,7	8,9
CEARÁ	8,1	8,5	8,8	8,8	9,1

Fonte: PNAD C/ Anual. Elaboração IPECE.

Nota IBGE: A partir de 22 de julho de 2022, as estimativas deste tema passaram a ser divulgadas com base no novo método de ponderação da pesquisa, conforme a Nota Técnica 03/2021. Consequentemente, a série histórica dos indicadores foi atualizada.

Cresceu também a escolaridade média dos ocupados no Ceará. Em 2016 era de 9,26 anos e passou para 10,54 anos de estudo em 2022 (Gráfico 26).

GRÁFICO 26 – NÚMERO MÉDIO DE ANOS DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO DE 14 ANOS OU MAIS OCUPADA – CEARÁ



	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Número médio de anos de estudo da população Ocupada	9,26	9,80	9,91	9,98	10,69	10,49	10,54

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2012 a 2019 (acumulado de primeiras visitas, a partir de 2020 (acumulado de quintas visitas). Elaboração: IPECE.

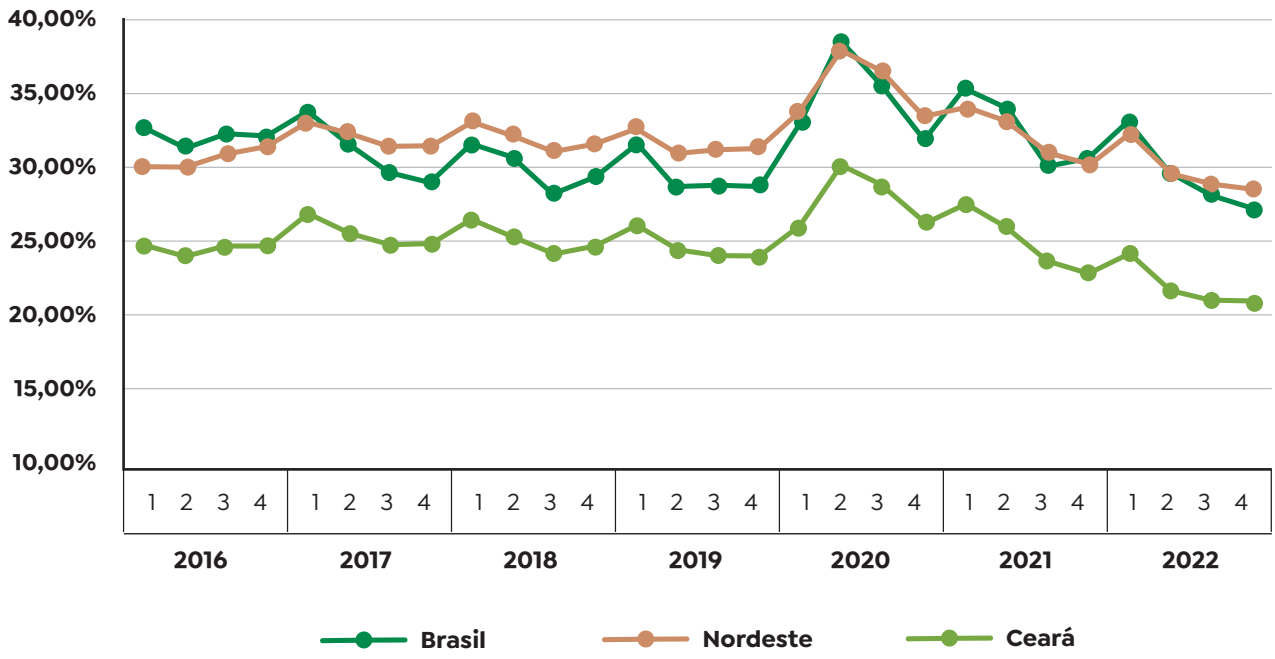
Quanto aos jovens que não estudam e não trabalham (Gráfico 27), cujo percentual do primeiro trimestre de 2016 correspondia a 32,44%, foi observada uma redução de -16,51% ao longo prazo quando comparado ao quarto trimestre de 2022 (27,09% dos jovens nesta situação).

Entre os anos de 2016 e 2019, a média desta proporção corresponde a 30,42%. Não obstante, com o início da pandemia, a partir do primeiro trimestre de 2020, a proporção de jovens sem frequentar a escola e sem trabalhar sofreu um aumento, em decorrência das condições adversas no mercado de trabalho para este público, bem como as dificuldades na adaptação ao sistema de ensino remoto. Assim, em 2020/T2 esta proporção atinge um ápice com 38,08% dos jovens cearenses nesta condição.

Uma vez que tal cenário foi se atenuando, a proporção de jovens sem estudar ou trabalhar também passou a reduzir, evidenciada pela clara tendência decrescente deste indicador, na qual em curto prazo (entre 2021/T4 e 2022/T4) observa-se a redução de 11%.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua divulgada pelo IBGE, em 2022/T4, no Ceará havia mais de 614.388 jovens que não estavam frequentando a escola e não estavam empregados no mercado de trabalho. A proporção observada para o Ceará é um pouco inferior à proporção observada para o Nordeste (28,37%), porém ainda apresenta uma diferença de quase 30% em relação ao Brasil (20,90%).

GRÁFICO 27 – PROPORÇÃO DE JOVENS QUE NÃO ESTUDAM E NÃO TRABALHAM – CEARÁ, NORDESTE E BRASIL



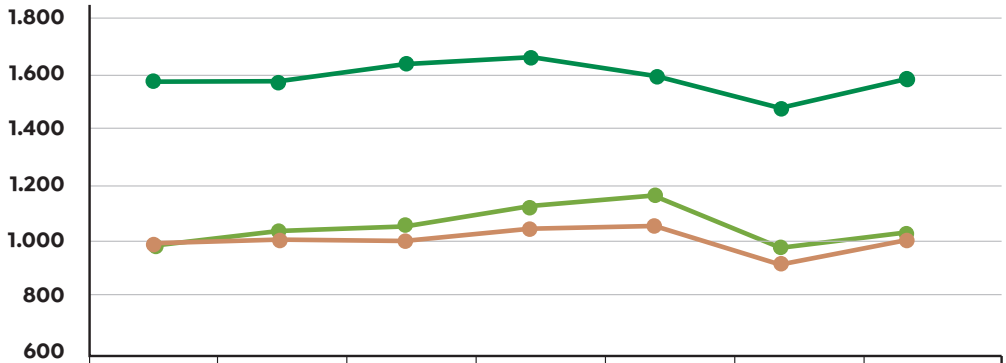
Fonte: PNADC/ IBGE. Elaboração IPECE.

RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE

No que se refere aos indicadores de pobreza e desigualdade de renda, houve uma melhora no ano de 2022, com aumento do rendimento per capita real médio tanto pela recuperação da renda do trabalho, por causa da retomada da economia no período pós-pandemia, como pelo aumento das transferências do programa Auxílio Brasil para famílias pobres. Após pagar uma média de R$ 214 para as famílias cearenses beneficiárias do programa, entre janeiro e junho de 2022, os valores das transferências aumentaram para R$ 408, em julho de 2022, e chegaram a uma média de R$ 607, entre agosto e dezembro de 2022.

Em 2022, o rendimento domiciliar per capita real médio mensal dos cearenses cresceu 5,2%, passando de R$ 986 para R$ 1.037 (em reais de 2022). Esse aumento, contudo, não foi suficiente para recuperar o nível de renda do período pré-pandemia. Ademais, o crescimento da renda média do Ceará foi inferior aos percentuais observados para o Nordeste e para o Brasil, que foram de 8,8% e 6,9%, respectivamente. Apesar disso, o rendimento per capita médio estadual permaneceu superior ao da região, fato que vem ocorrendo desde 2017, embora ambos ainda estejam bem abaixo da média nacional (Gráfico 28).

GRÁFICO 28 – RENDIMENTO DOMICILIAR PER CAPITA REAL MÉDIO MENSAL (EM REAIS DE 2022) – BRASIL, NORDESTE E CEARÁ – 2016 A 2022

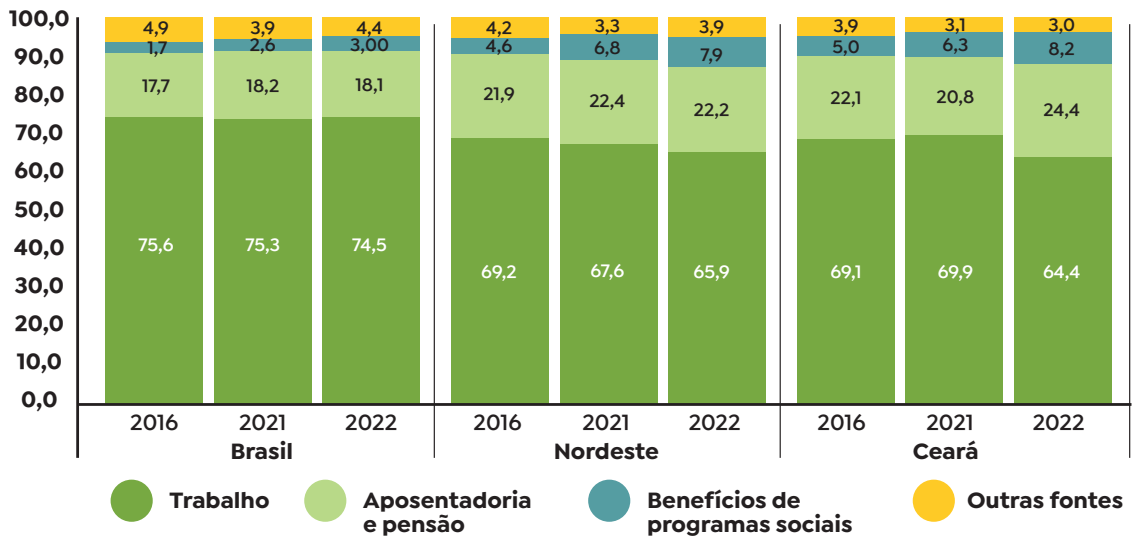


	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Brasil	1.579	1.586	1.644	1.668	1.596	1.484	1.586
Nordeste	999	1.017	1.009	1.053	1.063	929	1.011
Ceará	991	1.044	1.060	1.130	1.172	986	1.037

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2019, acumulado de primeiras visitas, e 2020-2022, acumulado de quintas visitas.

A partir do Gráfico 29, percebe-se que, embora tenha ocorrido uma recuperação do mercado de trabalho com a retomada das atividades econômicas, o principal responsável pelo aumento do rendimento domiciliar per capita no último ano foi o aumento das transferências dos programas sociais. Observa-se um aumento da participação dos benefícios sociais na renda total acompanhado de uma redução na participação da renda do trabalho, principalmente no Ceará e no Nordeste. Em 2022, o Ceará apresentou a maior participação dos benefícios sociais na renda total. Como o aumento das transferências do programa Auxílio Brasil beneficiaram famílias de todas as unidades da federação, esse maior percentual pode estar refletindo os efeitos dos benefícios sociais dos programas estaduais.

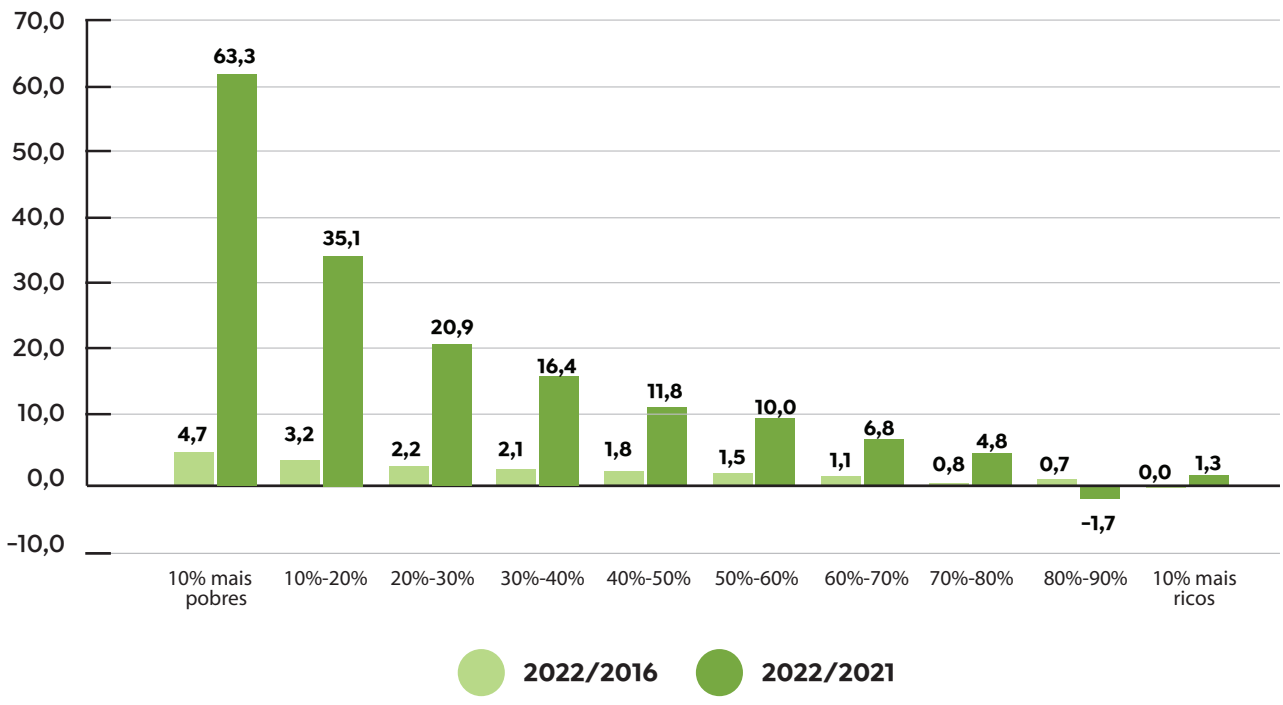
GRÁFICO 29 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO RENDIMENTO TOTAL, POR FONTE DOS RENDIMENTOS – BRASIL, NORDESTE E CEARÁ – 2016, 2021 E 2022



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016, acumulado de primeiras visitas, e 2021-2022, acumulado de quintas visitas.

Como as transferências de renda dos programas sociais são focalizadas nas camadas mais pobres da população, o aumento dos benefícios sociais fez com que a renda dos mais pobres crescesse acima da média dos demais estratos da população. Com a ajuda do Gráfico 30, abaixo, observa-se uma relação inversa entre a taxa de variação da renda média mensal e a posição na distribuição da renda até o nono decil, que apresentou uma taxa de variação negativa de -1,7%, enquanto a renda dos 10% mais ricos cresceu 1,3%, entre 2021 e 2022. Por outro lado, a renda dos 10% mais pobres cresceu 63,3%. A partir daí, a renda cresceu a taxas decrescentes variando de 35,1% para o segundo decil, que se refere às pessoas entre os 10% e os 20% mais pobres, até 4,8% para o oitavo decil.

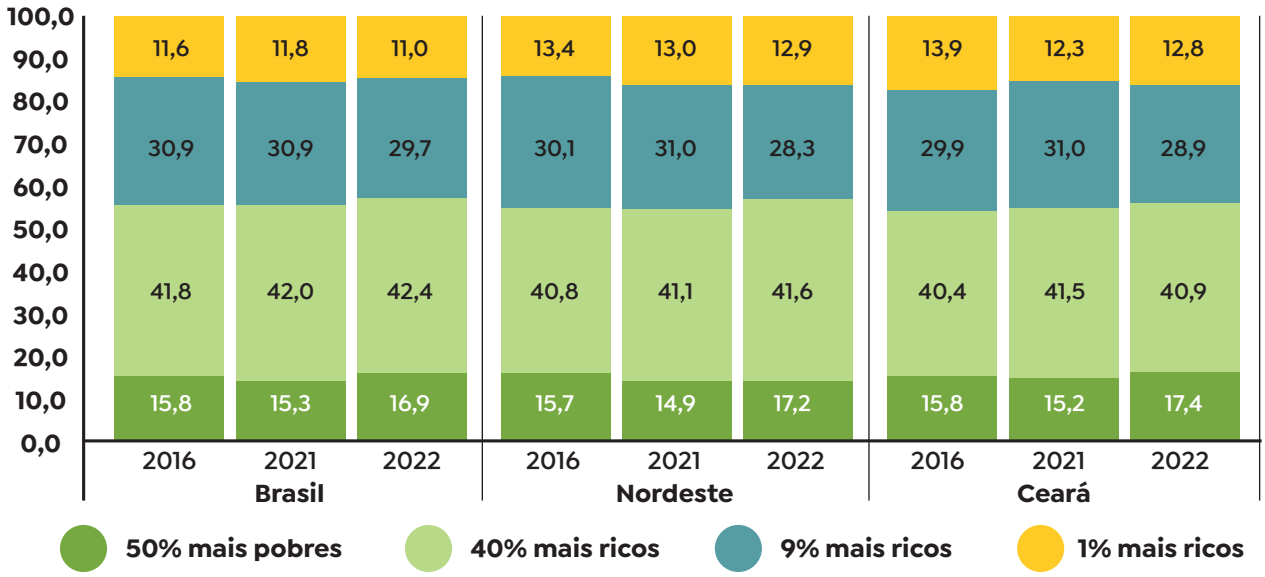
GRÁFICO 30 – TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO RENDIMENTO DOMICILIAR PER CAPITA REAL MÉDIO (EM REAIS DE 2022) POR DÉCIMOS DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA – CEARÁ – 2022/2016 E 2022/2021



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016, acumulado de primeiras visitas, e 2021-2022, acumulado de quintas visitas.

As maiores taxas de crescimento da renda dos décimos mais pobres da população fizeram aumentar a participação das camadas menos favorecidas na distribuição da renda total. Entre 2021 e 2022, a parcela da renda apropriada pelos 50% mais pobres aumentou, enquanto a dos 10% mais ricos caiu. No entanto, somente no Ceará, a renda acumulada pelo 1% mais rico aumentou levemente no último ano em relação ao anterior. Por outro lado, contudo, a parcela da renda dos 50% mais pobres no Estado é maior do que as observadas no Brasil e no Nordeste.

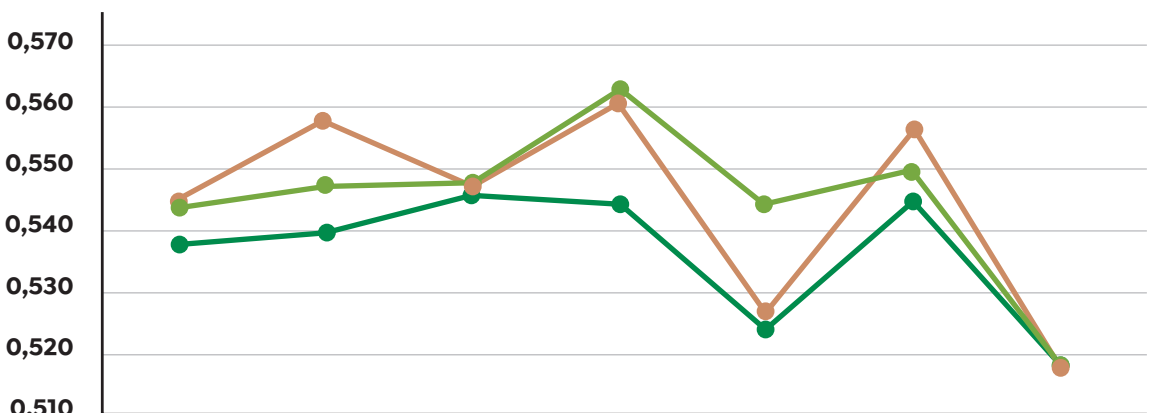
GRÁFICO 31 – PERCENTUAL DO RENDIMENTO TOTAL ACUMULADO POR ESTRATOS DA POPULAÇÃO – BRASIL, NORDESTE E CEARÁ – 2016, 2021 E 2022



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016, acumulado de primeiras visitas, e 2021-2022, acumulado de quintas visitas.

As mudanças na participação dos estratos da população na renda total podem ser avaliadas a partir do Índice de Gini, que mede o grau de concentração da distribuição do rendimento per capita sintetizando toda a informação sobre a desigualdade em um único valor numérico. Ele assume valores no intervalo entre 0 e 1, e quanto maior o seu valor, maior a desigualdade.

GRÁFICO 32 – ÍNDICE DE GINI DA DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO DOMICILIAR PER CAPITA MÉDIO MENSAL – BRASIL, NORDESTE E CEARÁ – 2016 A 2022



	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Brasil	0,537	0,539	0,545	0,544	0,524	0,544	0,518
Nordeste	0,544	0,557	0,546	0,560	0,526	0,556	0,517
Ceará	0,543	0,547	0,547	0,562	0,544	0,549	0,518

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2019, acumulado de primeiras visitas, e 2020-2022, acumulado de quintas visitas. Nota: Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano.

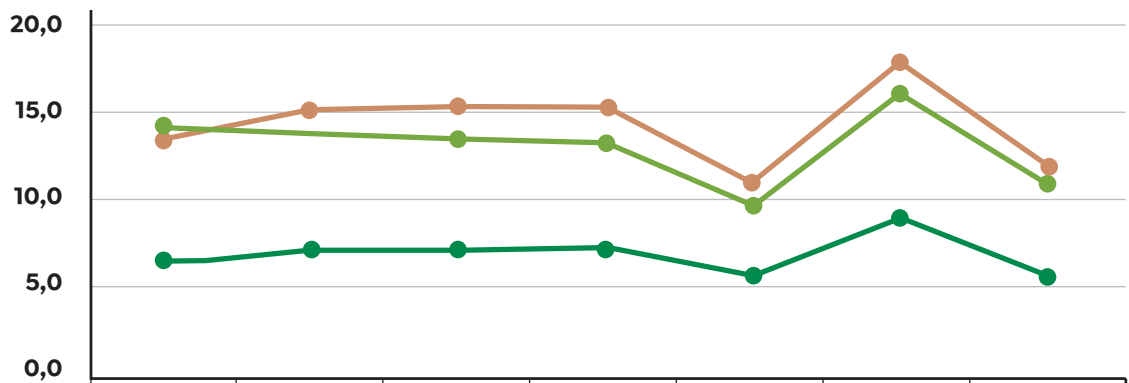
O Gráfico 32, acima, mostra a evolução do índice de Gini do rendimento per capita médio mensal entre 2016 e 2022. Como é possível observar, embora a desigualdade de renda tenha caído ao longo do período, essa tendência não foi uniforme. No período 2016-2019, houve um aumento consistente da desigualdade de renda, principalmente no Nordeste e no Ceará, que atingiu seu ápice em 2019. No ano seguinte, em 2020, que marca o início da pandemia da Covid-19, a desigualdade caiu por causa das transferências do Auxílio Emergencial. Mas, em 2021, ela voltou a subir por causa da interrupção do pagamento do auxílio durante os meses de janeiro a março, e o seu retorno entre abril e outubro com um valor de aproximadamente 1/3 do auxílio de 2020.

Comparando a evolução da desigualdade de renda nos últimos anos, percebe-se que, entre 2020 e 2021, o Índice de Gini do rendimento per capita médio mensal aumentou menos no Ceará (1%), passando de 0,544 para 0,549, do que no Nordeste (5,5%) e no Brasil (3,9%). Já em 2022, a desigualdade de renda no Ceará caiu -5,7%, enquanto o Nordeste e o Brasil apresentaram percentuais de redução de -6,9% e -4,8%, respectivamente.

Com relação aos indicadores de pobreza, especificamente a proporção de extremamente pobres, o Gráfico 33 mostra que o percentual de pessoas com renda domiciliar per capita menor que US$ 2,15/dia (PPC 2017), que corresponde à linha da pobreza extrema estimada pelo Banco Mundial para o acompanhamento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável – ODS 1. É possível notar que, após um período marcado pelo aumento e persistência da pobreza extrema em patamares elevados, o percentual de pessoas nessa condição caiu em 2020, voltando a subir em 2021 e caindo novamente em 2022, apresentando tendência similar ao indicador de desigualdade de renda no período, pelos mesmos motivos expostos acima relacionados à dinâmica das transferências de renda do Auxílio Emergencial e do Auxílio Brasil.

Entre 2020 e 2021, a extrema pobreza aumentou 62,2% no Ceará, 61,3% no Nordeste e 49% no Brasil. Já em 2022, o percentual de pessoas extremamente pobres caiu -31,6% no Estado, enquanto os percentuais de redução na região e no país foram de -32,9% e -34,8%, respectivamente. No entanto, no acumulado, entre 2016 e 2022, a maior redução da pobreza extrema ocorreu no Ceará (-22,3%) em comparação aos -13,8% do Nordeste e -12,8% do Brasil.

GRÁFICO 33 – PERCENTUAL DE PESSOAS COM RENDIMENTO DOMICILIAR PER CAPITA MENOR QUE US$ 2,15/DIA PPC 2017 (APROXIMADAMENTE R$ 202, EM REAIS DE 2022) – BRASIL, NORDESTE E CEARÁ – 2016 A 2022

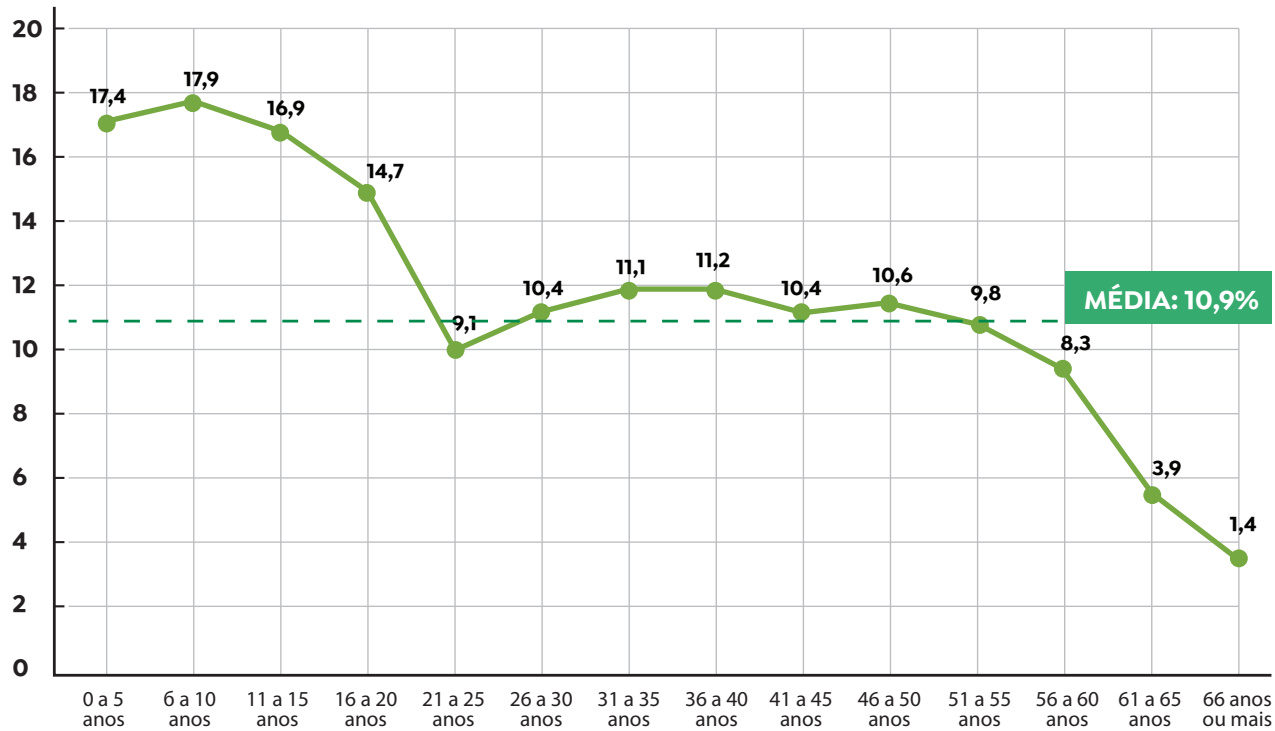


	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Brasil	6,7	7,3	7,4	7,3	6,0	9,0	5,9
Nordeste	13,7	15,2	15,3	15,3	10,9	17,6	11,8
Ceará	14,1	13,9	13,6	13,5	9,9	16	10,9

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2019, acumulado de primeiras visitas, e 2020-2022, acumulado de quintas visitas. Nota: Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano.

Apesar da redução da extrema pobreza no último ano, a questão mais grave diz respeito a sua maior incidência nos domicílios com crianças, sobretudo na primeira infância. O Gráfico 34 apresenta a proporção de pessoas em extrema pobreza por faixa etária no Ceará, considerando a linha de US$ 2,15/dia (PPC 2017), que corresponde a aproximadamente R$ 202, em reais de 2022. Verifica-se uma clara relação decrescente entre pobreza extrema e faixa etária, à medida que a idade aumenta a proporção de extremamente pobres tende a cair. Esse fato reflete tanto a relação de dependência das crianças em relação aos adultos nos domicílios mais pobres, mas também ao histórico da evolução das políticas sociais no Brasil que, inicialmente, eram focalizadas nos idosos, por meio da concessão de benefícios assistenciais como a aposentadoria rural não contributiva e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), por exemplo. Somente na segunda metade da década de 90, surgiram os programas de transferência de renda condicionada com o foco nas crianças e adolescentes. Todavia, enquanto a aposentadoria rural e o BPC pagam benefícios de um salário mínimo, o Auxílio Brasil pagava, em média, um valor um pouco abaixo de ½ salário mínimo no final de 2022, após o aumento no valor das transferências.

GRÁFICO 34 – PERCENTUAL DE PESSOAS COM RENDIMENTO DOMICILIAR PER CAPITA MENOR QUE US$ 2,15/DIA PPC 2017 (APROXIMADAMENTE R$ 202, EM REAIS DE 2022), POR FAIXA ETÁRIA – CEARÁ – 2022

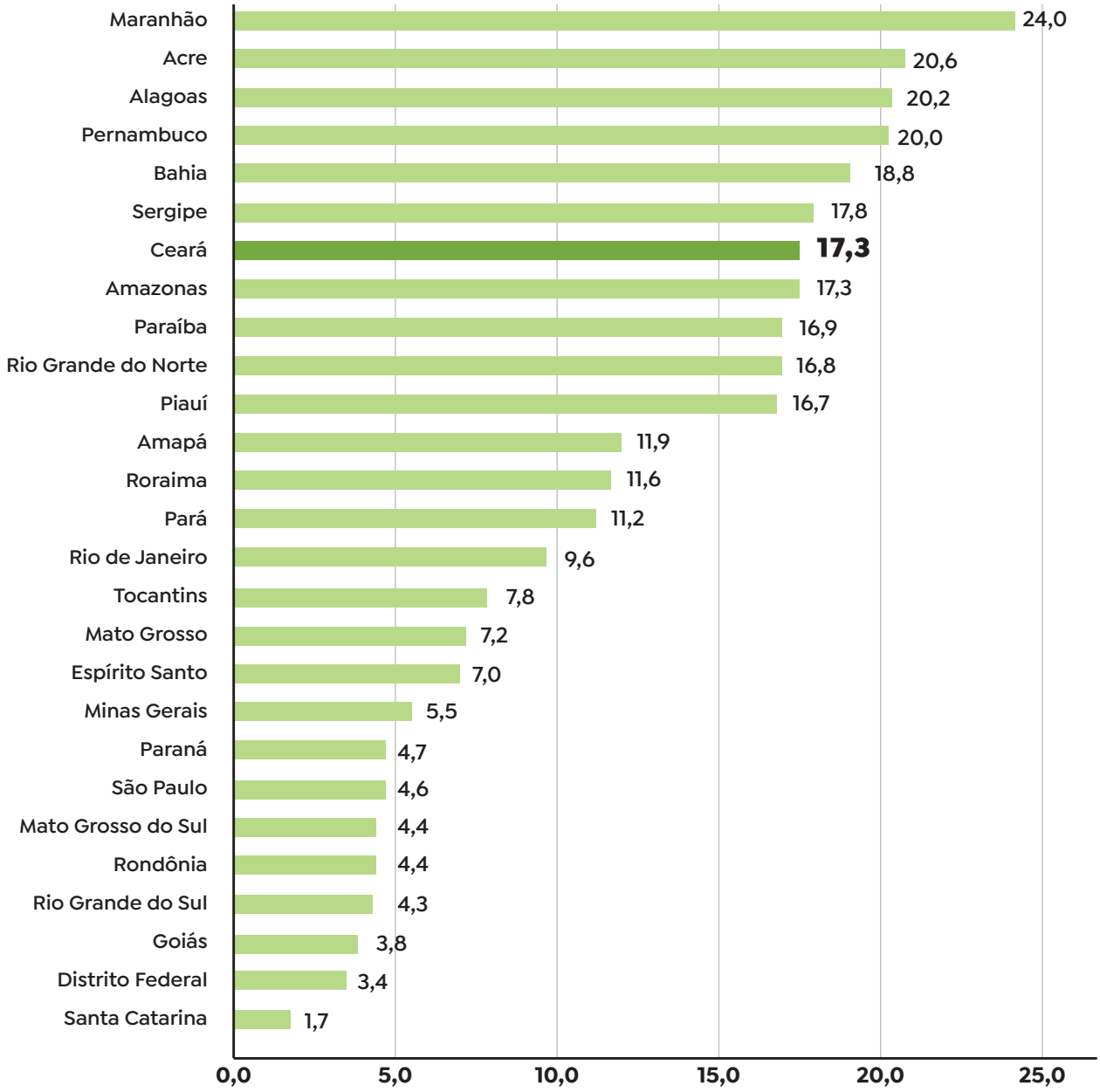


Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022, acumulado de quintas visitas.

Nota: Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano.

Na faixa etária dos 0 a 5 anos, 17,4% das crianças cearenses se encontravam em extrema pobreza, em 2022. Esse percentual, após atingir seu valor máximo (17,9%) entre as crianças de 6 a 10 anos, reduz-se para 16,9% entre crianças e adolescentes de 10 a 15 anos, e segue caindo até a faixa etária dos 21 a 25 anos de idade. A partir daí, permanece estável em torno da média estadual até a faixa etária de 51 a 55 anos. Da faixa etária dos 56 a 60 anos em diante, observa-se uma redução acentuada da extrema pobreza, associada muito provavelmente aos benefícios assistenciais não contributivos e às aposentadorias e pensões.

GRÁFICO 35 – PERCENTUAL DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS EM DOMICÍLIOS COM RENDIMENTO DOMICILIAR PER CAPITA MENOR QUE US$ 2,15 PPC 2017 (APROXIMADAMENTE R$ 202 EM REAIS DE 2022) – UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2022



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022, acumulado de quintas visitas.

Nota: Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano.

O Gráfico 35 permite comparar a posição do Ceará em relação às demais unidades da federação em termos da proporção de crianças na primeira infância, que corresponde à faixa etária de 0 a 6 anos, em situação de extrema pobreza. Em 2022, o Ceará ocupava a 7ª posição entre as unidades da federação com maiores taxas de extrema pobreza infantil, empatado com o estado do Amazonas. Enquanto, em 2021, o Ceará ocupava a 10ª posição. No entanto, deve-se ressaltar que, embora o Ceará tenha piorado sua posição, o percentual de crianças cearenses de 0 a 6 anos na extrema pobreza caiu de 22% para 17,3%, entre 2021 e 2022, considerando o critério do Banco Mundial.

DESEMPENHO DOS EIXOS DA POLÍTICA DE GOVERNO

DESEMPENHO DA BASE ESTRATÉGICA

CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA PARA RESULTADOS

TABELA 30 – INDICADORES ESTRATÉGICOS (2019-2023)

Indicadores/Unidade de medida	2019	2020	2021	2022	2023
Índice de Concentração Regional dos Investimentos (ICI)	1,0933	1,1486	1,1769	1,2070	ND
Índice de Eficiência nos Gastos do Setor Público Estadual (IEGSP)	37,16	44,17	43,47	ND	ND
Taxa de Investimento Público pela Receita Corrente Líquida (RCL)	10,59	11,29	13,86	12,78	ND

Fonte e Elaboração: Ipece.

[1] A Taxa calculada para 2022, o valor da RCL é uma previsão feita pela Sefaz, com dados até o mês de outubro de 2022.

ND: Dados não disponíveis pelas fontes oficiais de pesquisa.

O Ceará da Gestão Democrática para Resultados é o eixo de governo que objetiva garantir o crescimento constante, reduzindo a pobreza e as desigualdades, por meio da estratégia baseada no equilíbrio financeiro, fiscal e orçamentário e a realização de investimentos. A estruturação desse eixo foca no alcance de serviços públicos estaduais planejados e geridos de forma eficiente e efetiva, produzindo impactos e atendendo às necessidades dos cidadãos e demandas regionais, com transparência, controle social, equidade e sustentabilidade fiscal.

Este Eixo abrange os temas: Administração Geral, Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, Gestão Fiscal, Planejamento e Modernização da Gestão e Transparência, Ética e Controle. Para monitorar e avaliar o eixo foram definidos três indicadores estratégicos: Índice de Concentração Regional dos Investimentos (ICI), Índice de Eficiência nos Gastos do Setor Público Estadual (IEGSP) e Taxa de Investimento Público pela Receita Corrente Líquida (RCL).

O Índice de Concentração Regional dos Investimentos (ICI) permite o monitoramento dos investimentos públicos do Ceará, em uma perspectiva regional, comparando os investimentos per capita de uma Região de Planejamento com os do Estado. O Ceará é formado por 14 Regiões de Planejamento, criadas pela Lei Complementar nº 154 do ano de 2015. Essa regionalização tem sido utilizada nos instrumentos de planejamento legal, como, por exemplo, o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para o cálculo do ICI, no período 2017 a 2022, foram utilizados os dados de Investimentos Empenhados provenientes do Sistema Integrado de Orçamento e Financeiro (SIOF)[8], que tem como gestora a Secretaria do Planejamento e Gestão do Ceará (Seplag) e da população estimada (2017 a 2021) e do Censo de 2022 calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)[9].

A Região de Planejamento da Grande Fortaleza é composta por 19 municípios e possui elevada participação na atividade econômica do Ceará,

8. Disponível em https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-execucao-orcamentaria/. Acesso em 22 de dezembro de 2023.
9. Disponível em https://www.ibge.gov.br. Acesso em 22 de dezembro de 2023.

representando 63,66% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual, em 2021. Além disso, é a região com a maior concentração populacional do Estado, segundo o Censo 2022, com 44,41% da população cearense. E, segundo dados do SIOF/Seplag, em 2022, o Governo do Estado empenhou, aproximadamente, R$ 3,70 bilhões em investimentos em todo o Estado do Ceará, sendo a Região da Grande Fortaleza a que mais recebeu recursos (53,61%).

No entanto, quando se compara o Índice de Concentração Regional dos Investimentos (ICI), percebe-se que, em 2022, quatro regiões apresentaram concentração maior que 1, na sequência: Grande Fortaleza (1,2070); Cariri (1,1972); Sertão Central (1,1562); e Sertões de Crateús (1,0628). As demais Regiões de Planejamento tiveram valores inferiores a 1, indicando que os investimentos públicos per capita estão relativamente menos concentrados nessas regiões do que sua população. Em 2021, a Região do Cariri registrou um maior valor (1,3839) entre as 14 regiões, seguida pela Grande Fortaleza (1,1769) e Sertão dos Crateús (1,0749), o que demonstra o esforço do Governo em equilibrar os investimentos favorecendo o desenvolvimento sustentável e com mais equidade nas regiões do Estado.

Apesar dos constantes investimentos realizados pelo Governo do Ceará no interior do Estado, percebe-se uma retomada na concentração dos investimentos públicos na região da Grande Fortaleza a partir de 2018 e que vem aumentando ano a ano. Isto pode se dar, provavelmente, pela captação de investimentos para alavancar o desenvolvimento econômico do Estado concentrados em três projetos estratégicos, intitulados de "trinca de hubs": Hub Aéreo; Hub Portuário; e Hub de Dados. Somam-se ainda os investimentos de grandes grupos empresariais, como, por exemplo, a Companhia Siderúrgica do Pecém, a dinamarquesa Vestas, que produz turbinas eólicas em Aquiraz; a norte-americana Phoenix, que processa as escórias de aciaria da Companhia Siderúrgica do Pecém.

Em 2022, o ICI realizado foi igual a 1,2070, superior ao programado no PPA, corroborando-se que os investimentos públicos neste ano foram maiores na Grande Fortaleza do que no Estado. Em termos per capita, teve-se um investimento público na Grande Fortaleza de R$ 507,29 por habitante, enquanto no Ceará registrou-se um valor de R$ 420,28.

Vale ressaltar que o maior investimento, em 2022, foi destinado ao Eixo Ceará de Oportunidades, num total de R$ 1.711,2 milhões. Em relação aos Temas, o que recebeu mais investimentos foi o de Infraestrutura e Mobilidade, no total de R$ 1.630,1 milhões e, dentre os programas, destaca-se o de Infraestrutura e Logística (342), com valores empenhados de R$ 1.120,0 milhões (Superintendência de Obras Públicas e Secretaria das Cidades). Em segundo lugar tem-se o Eixo Ceará do Conhecimento (R$ 861,2 milhões), no Tema Educação Básica (R$ 388,2 milhões), com o Programa Desenvolvimento do Ensino Médio (433), que recebeu R$ 170,5 milhões.

O Índice de Eficiência nos Gastos do Setor Público Estadual (IEGSP) representa a razão entre as Despesas Empenhadas do Governo do Estado, com pessoal e encargos sociais, investimentos, inversões financeiras e outras despesas correntes, exclusive reserva de contingência, transferências aos estados e ao Distrito Federal, aos municípios, à União e ao exterior, aposentadorias e outros benefícios previdenciários do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), pensões especiais e pensões, exclusive do RGPS pelo Número de Vínculos Empregatícios no Setor de Administração Pública.

Para o cálculo do IEGSP, no período 2017 a 2021, foram utilizados os dados de Despesas Empenhadas provenientes do SIOF e dados acerca dos Vínculos Empregatícios no Setor de Administração Pública provenientes da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), ambos da Secretaria de Trabalho do Ministério da

Economia[10]. Em 2021, os Vínculos Empregatícios no Setor de Administração Pública foram estimados a partir do estoque (RAIS) de 2020, adicionado ao saldo acumulado (CAGED) até dezembro de 2021.

Até o final de 2023, não há dados disponíveis sobre Vínculos Empregatícios para o ano de 2022. Em 2020, o IEGSP foi de R$ 44,17 por trabalhador e em 2021 foi de R$ 43,47 por trabalhador. Pelos resultados apresentados, é possível verificar que o Governo do Ceará estava aumentando a eficiência nos gastos do setor público desde 2017 (32,50) até 2020 (+11,7 p.p.), tendo uma leve queda em 2021 de -0,7 p.p. em relação a 2020. Em 2021, o resultado foi abaixo em -17,6 p.p. em relação ao valor programado de R$ 58,9 por trabalhador.

É válido lembrar que para os anos de 2020 e 2021, não foi considerado o impacto causado pela pandemia da Covid-19, visto não haver informações suficientes para esta análise, diante disto é preciso verificar tal indicador com parcimônia.

A **Taxa de Investimento Público pela Receita Corrente Líquida (RCL)** verifica a Capacidade de Investimento do estado, utilizando o mesmo limite de arrecadação própria. Tal indicador é calculado por meio da razão entre os valores empenhados com Gastos de Investimento, realizados pelo governo do Ceará e o valor total da Receita Corrente Líquida (RCL) do estado. Quanto maior o resultado da taxa, significa que o Governo do Ceará está realizando mais investimentos, que irão promover desenvolvimento econômico, geração de emprego e renda.

Para o cálculo da Taxa de Investimento Público pela Receita Corrente Líquida (RCL), no período 2017 a 2022, foram utilizados os valores de investimentos empenhados provenientes do SIOF[11] e da RCL, os dados do Sistema da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)[12], que tem como gestora a Secretaria da Fazenda do Ceará (SEFAZ).

Em 2021, a Taxa de Investimento Público pela Receita Corrente Líquida (RCL) foi de 13,86% e, em 2022, foi de 12,78%. Pelos resultados apresentados, é possível verificar que o Governo do Ceará vinha aumentando os gastos com investimento pela RCL desde 2019. Em 2021, o resultado foi superior em 1,51 p.p. em relação ao valor programado de 11,27% e, em 2022, houve uma redução de 1,08 p.p.

É importante destacar que de 2015 a 2020, o Estado do Ceará vem mantendo a liderança sobre todas as Unidades da Federação no indicador "Taxa de Investimento", com o 1º lugar, valor igual a 100,0. Em 2021, o Estado do Ceará ficou em 2º lugar, neste indicador, e ficou na 8ª posição no Pilar "Solidez Fiscal". Já em 2022, o Estado caiu para a 6ª posição neste indicador, porém se manteve em 8º no Pilar "Solidez Fiscal", no Ranking de Competitividade dos Estados[13], elaborado pelo Centro de Liderança Pública (CLP).

10. Disponível em http://pdet.mte.gov.br. Acesso em 25 de outubro de 2022.
11. Disponível em https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-execucao-orcamentaria/. Acesso em 22 de dezembro de 2023.
12. Disponível em: anexo-3-rreo-receita-corrente-liquida-assinado48988.pdf. Acesso em 22 de dezembro de 2023.
13. Disponível em https://www.rankingdecompetitividade.org.br/. Acesso em 25 de outubro de 2022.

CEARÁ ACOLHEDOR

TABELA 31 – INDICADORES ESTRATÉGICOS (2019-2023)

Indicadores/Unidade de medida	2019	2020	2021	2022	2023
População extremamente pobre (%)	6,71	5,23	9,21	4,00	ND
População extremamente pobre na zona rural (%)	14,32	9,34	21,65	6,09	ND
População vivendo abaixo da linha de pobreza nacional (%)	14,86	10,51	17,43	11,82	ND
População jovem que não estuda e não trabalha (%)	29,27	34,44	32,23	29,34	ND

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019, acumulado de primeiras visitas, e 2020-2022, acumulado de quintas visitas.

Notas:

(*) Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano.

(**) O valor das linhas de pobreza e extrema pobreza são definidas pelos decretos do programa de transferência de renda federal vigente:

(1) Em 2019 e 2020 pelo decreto 9.396 de 30 de maio de 2018;

(2) Em 2021 pelo decreto 10.851 de 5 de novembro de 2021;

(3) Em 2022 pelo decreto 11.013 de 29 de março de 2022.

ND: Dados ainda não estão disponíveis pelas fontes oficiais de pesquisa.

O Eixo "Ceará Acolhedor" fundamenta-se num conjunto de políticas públicas pautadas na inclusão social dos segmentos vulneráveis, no respeito à pluralidade e à liberdade de escolhas e na garantia aos direitos humanos (CEARÁ, 2014[14]).

Com relação aos indicadores de pobreza do Ceará, os últimos dados do IBGE mostraram que entre 2021 e 2022, a fatia da população sobrevivendo na extrema pobreza e pobreza caiu. Vale salientar que nos primeiros anos da pandemia as pessoas com renda domiciliar per capita abaixo da linha da extrema pobreza, de acordo com o critério do Programa Auxílio Brasil, sucessor do Bolsa Família, aumentou consideravelmente, entre 2020 e 2021, no Ceará, passando de 5,23% para 9,21% e caindo em 2022 para 4,00%. Para o meio rural foi mais agravante, cresceu 9,34% para 24,65%, voltando a cair em 2022.

Esta piora acentuada em 2021, foi, principalmente, por causa da redução do valor do Auxílio Emergencial, transferência de renda do Governo Federal dado na pandemia. Após pagar benefícios que variavam de R$ 600 a R$ 1.800 por família, ao longo de 2020, o Governo Federal interrompeu o pagamento do benefício no final do ano, retomando-o em abril de 2021, com valores menores de, no máximo, R$ 375 para famílias monoparentais chefiadas por mulheres.

Para mitigar os efeitos da pandemia principalmente sobre a população socialmente mais vulnerável, o Ceará[15] também criou uma série de benefícios sociais como, por exemplo, o pagamento da conta de energia para famílias de baixa renda e o pagamento das contas de energia de bares e restaurantes que constam em atraso durante o período da pandemia, subsídio direto

14. Link para Livro Os 7 Cearás https://www.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/2014-Os7Cearas.pdf
15. ttps://www.ceara.gov.br/2022/04/18/confira-as-acoes-que-o-governo-do-ceara-vem-promovendo-no-combate-a-pandemia/

para contas de água de famílias do interior do Estado, Auxílio Cesta Básica para algumas categorias de profissionais autônomos, o Auxílio Catador para trabalhadores de reciclagem de materiais, o auxílio para os profissionais do setor de alimentação fora do lar e o Vale Gás Social. Este último se tornou recentemente uma política pública permanente.

Além da criação de novos benefícios, o Governo Estadual também autorizou a ampliação do número de famílias beneficiadas e aumentou o valor do benefício pago pelo Cartão Mais Infância Ceará (transferência de renda do governo do Ceará a famílias vulneráveis com crianças) às famílias beneficiárias do Bolsa Família, em situação de extrema pobreza e com crianças na primeira infância.

A proporção de jovens que não estudam e não trabalham apresentou queda em 2022 em relação aos anos mais críticos da pandemia de Covid-19. O valor observado foi de 29,3%, retornando a um patamar prévio à pandemia (29,3% em 2019). No entanto, esse percentual é ainda considerado elevado quando comparado à média nacional no mesmo ano, respectivamente 21,9%. Vale salientar que as políticas públicas para a juventude que tenham como foco a população jovem que não estuda e não trabalha devem levar em consideração a diversidade de grupos de jovens com níveis distintos de vulnerabilidades socioeconômica. Especificamente, essa premissa é parte da Lei. 17.086 de 25 de outubro de 2019, na qual foi criado o "Programa Superação: Uma Nova Geração de Políticas Públicas para a Juventude" no âmbito do Governo do Estado do Ceará.

CEARÁ DE OPORTUNIDADES

TABELA 32 – INDICADORES ESTRATÉGICOS (2019 – 2023)

Indicadores/Unidade de medida	2019	2020	2021	2022	2023
Índice de desigualdade de renda agregada municipal	0,54	0,53	0,72	ND	ND
Índice de Gini	0,562	0,543	0,549	0,518	ND
Participação da renda domiciliar per capita rural na renda domiciliar per capita total (%)	45,36	51,13	47,35	55,23	ND
Participação do Ceará nas exportações do Brasil (%)	1,03	0,89	0,98	0,70	0,612
Participação do PIB Ceará no PIB Brasil (%)	2,21	2,19	2,16	2,05	2,04 (1)
Razão PIB per capita Ceará/PIB per capita Brasil	0,51	0,51	0,50	0,47	0,47 (1)
Taxa de crescimento da produtividade do trabalho (%)	-0,2	3,29	8,50	-6,34	-1,44
Taxa de desocupação (%)	11,40	14,30	12,40	8,60	9,20
Posição do Ceará no ranking de competitividade dos estados (número)	12	10	12	13	12

Fonte: Ipece; Sedet.

ND: Dados não disponíveis pelas fontes oficiais de pesquisa.

(1) Valor do indicador é uma previsão elaborada pelo IPECE.

Dados parciais, sujeitos a alterações.

O Eixo Ceará de Oportunidades tem como resultado gerar desenvolvimento econômico sustentável, solidário, competitivo e integrado, alcançado nos espaços rurais e urbanos, considerando as identidades e as vocações dos territórios cearenses e o protagonismo dos diversos atores. Para isso, o Estado do Ceará definiu como estratégia promover o crescimento econômico do Estado com desenvolvimento territorial, com a geração de mais emprego, trabalho emancipado, renda e riqueza. Dessa forma, as políticas do Ceará buscam obter um crescimento econômico acima da média do crescimento nacional, dialogando com as lideranças do interior do Estado e captando os anseios e propostas capazes de responder ao grande desafio de garantir maior equidade regional ao desenvolvimento do Ceará.

Em relação à participação do PIB do Ceará no PIB do Brasil, em decorrência dos efeitos negativos na economia causados pela pandemia da Covid-19, o indicador reduziu-se de 2,21, em 2019, para 2,16 em 2021. De acordo com a estimativa para o ano de 2022, a participação atinge o patamar de 2,05. Apesar da retomada de crescimento da economia cearense verificado a partir do ano de 2021, o ritmo de crescimento do PIB do Ceará foi no mesmo nível de crescimento da economia do Brasil, onde a expansão concentrou-se de forma mais intensa nas atividades econômicas pertencentes ao setor de Serviços, principalmente naquelas ligadas ao turismo, como hospedagem, bares, restaurantes, transporte aéreo e rodoviário, beneficiadas pelo fim das restrições sanitárias a partir da ampla cobertura vacinal. Entretanto, o setor da indústria cearense ainda não se recuperou dos efeitos negativos causados pela pandemia da Covid-19, mais especificamente a indústria de transformação do Ceará, que ainda sofre com os efeitos de uma taxa de juros elevada, com a reorganização das cadeias produtivas e com os preços de produção em média ainda elevados, tornando-se um limitador para o crescimento econômico. Em decorrência disso a previsão para o ano de 2023 é de que a participação do PIB Ceará no PIB Brasil permaneça praticamente estável em relação ao ano de 2022, com uma participação igual a 2,04.

Quando pondera-se o indicador participação do PIB do Ceará no PIB do Brasil pelo tamanho populacional de ambas as economias, gera-se o indicador Razão PIB per capita Ceará/PIB per capita Brasil. Mesmo com os efeitos negativos na economia causados pela pandemia da Covid-19 no ano de 2020, este indicador se manteve no patamar do ano de 2019, com um valor igual a 0,51. Para o ano de 2021, mesmo com crescimento mais acelerado das atividades econômicas do setor de serviços que são ligadas ao turismo, como hospedagem, bares, restaurantes, transporte aéreo e rodoviário, beneficiadas pelo fim das restrições sanitárias a partir da ampla cobertura vacinal, o valor se manteve em 0,50. A estimativa para o ano de 2022 é de que a razão PIB per capita Ceará/PIB per capita Brasil apresente uma redução para 0,47, mantendo-se nesse patamar ainda em 2023, ainda sob os efeitos de um fraco desempenho do setor da indústria cearense. Isto quer dizer que se espera para os anos de 2022 e 2023 que o PIB per capita do Ceará represente aproximadamente 47% do PIB per capita do Brasil, mostrando que ainda há um grande desafio a ser superado para o atingimento da riqueza per capita nacional, isto é, para o alcance deste indicador no valor igual a 1.

Quanto à desigualdade de renda no Estado do Ceará, o Índice de desigualdade de renda agregada municipal, que analisa a distribuição do PIB via PIB per capita, registrou o maior valor em 2021 (0,72), com relação aos anos de 2019 (0,54) e 2020 (0,53), sendo o maior no período analisado, indicando que no segundo ano da pandemia a desigualdade da riqueza do Ceará aumentou. O comportamento de 2021 pode ser explicado pelo elevado desemprego. Outro fator que pode ter contribuído para a desigualdade da renda foi a redução do valor adicionado do setor agropecuário, afetando aqueles municípios cearenses que são produtores do setor primário e consequentemente reduzindo as rendas. O aumento da concentração da renda agregada

em 2021 ocorreu devido à maior diferença do PIB per capita dos municípios de São Gonçalo do Amarante, Eusébio, Maracanaú e Aquiraz.

Ao observar o Índice de Gini, que mede a diferença de renda, verificou-se que em 2020, que marca o início da pandemia da Covid-19, a desigualdade caiu por causa das transferências do Auxílio Emergencial. Mas, em 2021, ela voltou a subir por causa da interrupção do pagamento do auxílio durante os meses de janeiro a março, e o seu retorno entre abril e outubro com um valor de aproximadamente 1/3 do auxílio de 2020.

Analisando mais especificamente a renda rural, em 2022 houve um aumento considerável na razão entre a renda domiciliar per capita rural e a renda domiciliar per capita total, mais que compensando a queda observada no ano anterior. Pela primeira vez na série histórica foi observada a participação da renda domiciliar per capita rural superior a 50% da renda domiciliar per capita total cearense. Esse resultado deveu-se ao menor impacto da pandemia sobre os trabalhadores da zona rural e ao aumento da renda tanto por causa do Auxílio Emergencial quanto pelo aumento no valor dos produtos agrícolas, principalmente dos alimentos. Contudo, em 2021, a participação da renda rural apresentou uma leve redução, mas ficando ainda superior ao padrão observado pré-crise, revelando, novamente, uma melhora geral da renda gerada na zona rural cearense, resultando em melhoria do quadro de oportunidades no interior do estado.

A partir dos resultados observados no indicador de produtividade é possível concluir que a taxa de crescimento acumulada em quatro trimestres até o terceiro trimestre da produtividade por pessoal ocupado no mercado de trabalho cearense oscilou bastante no período analisado. Em 2019, observa-se uma desaceleração no ritmo de queda da produtividade que passou a ser de apenas 0,20%, explicado por uma alta na produção de 1,73% e de um crescimento acumulado nos postos de trabalho de 1,94%. Contudo, em 2020, ano em que o mercado de trabalho foi bastante afetado pela pandemia da Covid-19, observa-se uma nítida recuperação no nível da produtividade da força de trabalho cearense com alta acumulada em quatro trimestres até o terceiro trimestre de 3,29%.

Esse fenômeno é explicado por uma queda acumulada em quatro trimestres no valor adicionado bruto cearense de 4,31%, combinado com uma queda acumulada em quatro trimestres ainda maior no total da população ocupada na economia cearense de 7,36%, ou seja, a produtividade cresceu em função de uma retração muito mais forte no mercado de trabalho quando comparada ao nível de atividade econômica. Vale destacar que as perdas de trabalho ocorreram especialmente no grupo dos trabalhadores informais que representam o grupo de trabalhadores com menor qualificação e por consequência menor produtividade, fazendo o nível de produtividade da economia crescer em função daqueles que permaneceram ocupados mesmo num período de forte retração da atividade econômica estadual.

Em 2021, a produtividade por pessoal ocupada no mercado de trabalho cearense registrou uma alta acumulada em quatro trimestres até o terceiro trimestre de 8,50%, num patamar superior comparado ao ano de 2020, revelando uma certa aceleração do ritmo de crescimento da produtividade estadual. Dessa vez, o que explica o crescimento da produtividade estadual foi a notória recuperação da atividade econômica com alta acumulada em quatro trimestres até o terceiro trimestre de 2021 no valor adicionado bruto cearense de 4,25%, combinado com uma queda acumulada em quatro trimestres no total da população ocupada na economia cearense de 3,91%. Ou seja, em 2021, a produtividade cresceu em função, principalmente, da forte recuperação da atividade econômica e de uma forte retração nos postos de trabalho, sobrando novamente os trabalhadores mais qualificados.

O ano de 2022 revelou uma forte queda da produtividade por pessoal ocupado no mercado de trabalho cearense de 6,34% até o terceiro trimestre de 2022, explicado, dessa vez, por um tímido crescimento da produção de apenas 0,78% combinado com uma forte recuperação

dos postos de trabalho que registrou alta acumulada em quatro trimestres de 7,61%. Ou seja, a queda na produtividade por pessoal ocupado na economia cearense é explicada por uma geração mais robusta de novas ocupações que não têm se traduzido em produção na mesma magnitude, sinalizando que os empregos que foram gerados no ano de 2022 foram de menor qualificação técnica, especialmente ligados ao setor de serviços. Por fim, em 2023, observa-se novamente uma desaceleração no ritmo de queda da produtividade da força de trabalho cearense de 1,44%, revelando uma melhoria no último ano. Esse fato é explicado por uma alta acumulada em quatro trimestres na produção de 0,89% combinado com uma alta acumulada em quatro trimestres até o terceiro trimestre do mesmo ano de 2,36%.

No tocante à taxa de desocupação, que mostra razão entre o número de pessoas que estão desocupadas à procura de uma vaga no mercado de trabalho e o total de pessoas que estão na força de trabalho no mercado de trabalho cearense, é possível afirmar que foi de 12,0% da força de trabalho cearense no ano de 2017. Em 2019, ocorreu uma nova elevação da taxa de desocupação para 11,4% da força de trabalho. Em 2020, por conta das medidas de isolamento social e das restrições sobre várias atividades econômicas muitas pessoas perderam suas ocupações reduzindo bastante a renda das famílias e obrigando outros membros das famílias a buscarem trabalho, cujo efeito rebateu diretamente sobre um forte aumento da procura de trabalho e da taxa de desocupação, que alcançou a marca de 14,3% da força de trabalho cearense naquele ano. Em 2021, foi observada uma certa recuperação no mercado de trabalho estadual com queda na taxa de desocupação para 12,4%, mas ainda acima dos patamares pré-crise. No ano de 2022 é que a taxa de desocupação apresentou forte melhora, caindo para apenas 8,6%, o menor nível da série até então. Por fim, no ano de 2023 observou-se uma leve piora desse quadro quando a taxa de desocupação aumentou em 9,2%, em parte explicados pelo aquecimento geral do mercado de trabalho.

Outro fator que ajuda a explicar a melhora no cenário de oportunidades para a economia cearense é a análise da participação da pauta de exportações do estado na pauta de exportações nacionais. Em 2020, o Ceará perdeu participação nas exportações do país, fato explicado pela forte retração na demanda mundial provocada pela pandemia da Covid-19, que atingiu principalmente os bens manufaturados e os semimanufaturados, onde se concentra a nossa pauta. No entanto, em 2021, as exportações cearenses registraram crescimento de participação no total das exportações brasileiras, revelando recuperação frente às perdas observadas no ano anterior, havendo um indicativo de retomada das exportações cearenses. Porém nos anos de 2022 e 2023 observou-se perda de participação das exportações cearenses, dos dez principais setores da pauta exportadora cearense oito registraram queda do valor exportado, com maior intensidade de redução, ferro fundido e aço, frutas e peixes e crustáceos. Em geral, essa redução tem explicação na instabilidade da economia internacional.

O Indicador de competitividade dos estados também contribui para acompanhar o desempenho do Ceará comparando com os demais estados brasileiros. Dessa forma, observou-se que o Ceará subiu uma posição em 2023, assumindo o 12° lugar, quando em 2022 a colocação do Estado foi a de 13° no ranking. No ano de 2023, o Ceará se destacou nos critérios de educação, solidez fiscal, sustentabilidade ambiental, e sustentabilidade social.

CEARÁ DO CONHECIMENTO

TABELA 33 – INDICADORES ESTRATÉGICOS (2019-2023 [1])

Indicadores/Unidade de medida	2019	2020	2021	2022	2023
Diferença da escolaridade média entre os 25% mais ricos e os 25% mais pobres da população de 15 anos ou mais (anos de estudo)	3,36	2,92	2,69	2,77	ND
Escolaridade média das pessoas de 15 anos ou mais de idade (anos de estudo) [2]	8,8	ND	ND	9,1	ND
Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%) [2]	12,7	ND	ND	12,0	ND
Índice de qualificação dos trabalhadores (anos de estudo)	9,98	10,69	10,49	10,54	ND
Participação da economia criativa na massa salarial do Ceará (%) [3]	2,59	2,46	2,87	ND	ND

Fonte: SIDRA/PNAD C/IBGE e RAIS/ Ministério do Trabalho e Emprego. Elaboração IPECE.

(1) Dados de 2023 ainda não estão disponíveis pelas fontes oficiais de pesquisa.

(2) Segundo IBGE a partir de 01 de agosto de 2022, as estimativas deste tema passaram a ser divulgadas com base no novo método de ponderação da pesquisa, conforme a Nota Técnica 03/2021. Consequentemente, a série histórica dos indicadores foi atualizada.

(3) A última RAIS disponível refere-se ao ano de 2021.

ND: Dados não disponíveis pelas fontes oficiais de pesquisa.

A educação é reconhecida como um importante mecanismo de desenvolvimento econômico e de promoção do bem-estar social em qualquer sociedade. Estudos nacionais e internacionais reportam a importância dos investimentos em educação justificando que o acúmulo do capital humano, por meio da melhoria da escolarização da população é indispensável para o desenvolvimento sustentável dos países. Não apenas pelo seu retorno privado, ao traduzir maior grau de escolaridade em renda, mas também por seus retornos sociais, com efeitos positivos em várias esferas da vida social e econômica.

Nesse sentido, o Governo do Estado do Ceará vem concentrando esforços em construir um Ceará do Conhecimento com alicerces na qualidade da educação básica e no fortalecimento da pesquisa e inovação. Passando, desta maneira, pela cultura, pela economia criativa, pela educação profissional e qualificação do trabalhador cearense.

Nessa perspectiva, o Eixo do Ceará do Conhecimento abrange cinco temas estratégicos: Educação Básica, Educação Profissional, Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação e Cultura e Arte.

Para acompanhar esse eixo, lança-se mão de cinco indicadores. O primeiro diz respeito à "diferença da escolaridade média entre os 25% mais ricos e os 25% mais pobres entre a população de 15 anos ou mais". Houve uma redução desse indicador no ano de 2022 em comparação com o ano de 2019, indicando que uma pessoa do estrato mais elevado da renda (25% mais rico) possuía no ano de 2022, em média, 2,77 anos de estudos a mais que uma pessoa do estrato mais baixo (25% mais pobre), enquanto no ano de 2019 essa diferença era de 3,36 anos.

Em relação à escolaridade média da população de 15 anos ou mais no Ceará, percebe-se que, em 2022, esta chegou a 9,1 anos de estudo, um crescimento de 3,41% quando comparado a 2019. Considerando as etapas concluídas, em média, a população cearense tem o ensino fundamental completo, já que, para a conclusão dessa etapa, são necessários pelo menos nove anos de estudos completos.

O índice de qualificação dos trabalhadores é mensurado pela escolaridade média da população ocupada de 14 anos ou mais de idade. Este, por sua vez, apresentou no ano de 2022 um leve crescimento de 0,48% em relação a 2021,

chegando a 10,5 anos de estudos. Já em relação ao ano de 2019, o crescimento foi mais considerável, registrando-se uma elevação de 5,61%, dado que no ano de 2019 a escolaridade média era de 9,9 anos de estudo. Já a taxa de analfabetismo indicador conhecido pela razão entre o número de pessoas de 15 anos ou mais de idade que não sabem ler e escrever um recado ou bilhete simples no idioma que conhecem e o total de pessoas dessa mesma faixa etária, registrou uma leve redução no ano de 2022 (12,0%), quando comparado com o ano de 2019 (12,7%).

Por fim, nota-se que a participação da massa de salários pagos nas ocupações da economia criativa no total da massa de salários pagos no mercado de trabalho formal cearense apresentou crescimento ao longo do período de 2019 a 2021. Em 2019, essa participação foi de 2,59%, contudo, em 2020, por conta das medidas de isolamento social e de restrições sobre algumas atividades econômicas no combate à disseminação da pandemia da Covid-19, a participação da economia criativa na massa de salários pagos, registrou-se uma leve redução para 2,46%. Passado o auge da crise e com uma maior cobertura vacinal, a economia criativa passou a registrar uma participação de 2,87% do total da massa de salários pagos na economia estadual em 2021. A possível explicação para o aumento de participação observada em 2021 está no fato de ser um ano de forte recuperação das atividades que foram bastante penalizadas pelas medidas de combate à pandemia da Covid-19 e controle sanitário que ocorreram com maior intensidade em 2020, dado que são atividades econômicas que geram elevadas aglomerações. Sendo assim, em 2021 as atividades criativas registraram nítido ganho de participação na massa salarial paga aos empregos formais cearenses, em detrimento também da queda de massa salarial paga em outras atividades, especialmente aquelas ligadas à indústria.

Dessa forma, pelas informações apresentadas, percebem-se avanços importantes na formação do capital humano do Estado do Ceará. Os dados apontam para uma melhoria nos níveis de escolarização da população em geral. Contudo, os desafios ainda são muitos quando comparados a outros países que alcançaram a universalização da educação básica ainda na década de 1990. O Brasil e, consequentemente, o Estado do Ceará apresentam um progresso educacional tardio e lento.

Em um contexto adequado, a escolaridade média da população deveria somar, no mínimo, 12 anos de estudos completos, o que corresponderia à educação básica ou ensino médio completo. Porém, considerando que a taxa de crescimento anual é relativamente baixa, mantendo todas as condições atuais constantes, em regiões pobres como o Ceará, levaria mais de uma década para alcançar este resultado.

Em relação aos desafios a serem superados pelo direcionamento do Eixo Ceará do Conhecimento, destaca-se a redução da taxa de analfabetismo entre a população de 15 anos ou mais de idade. Apesar das melhorias verificadas ao longo dos últimos anos, a taxa de analfabetismo no Ceará permanece relativamente alta, quando comparada ao cenário nacional, representando assim, mais que o dobro da taxa brasileira. No entanto, é importante lembrar que as altas taxas de analfabetismo da população ainda são reflexos de problemas estruturais históricos, que impediram o acesso de milhões de pessoas à escola na idade certa, principalmente a população mais pobre.

Neste sentido, para erradicar o analfabetismo a longo prazo, é necessário que as crianças sejam alfabetizadas na idade certa. É neste cenário que o Estado do Ceará tem se destacado nacionalmente por implementar políticas públicas de alfabetização para as crianças na idade certa. Uma dessas políticas é o programa MAIS PAIC, que tem por objetivo promover a qualidade com equidade da educação básica, garantindo a aprendizagem dos estudantes cearenses na idade certa desde os primeiros anos do ensino fundamental.

CEARÁ PACÍFICO

TABELA 34 – INDICADORES ESTRATÉGICOS (2019-2023)

Indicadores/Unidade de medida	2019	2020	2021	2022	2023
Taxa de Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP) (número de casos por 100 mil habitantes)	540,85	587,25	520,93	494,24	450,78[1]
Taxa de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) (óbitos por 100 mil habitantes)	24,72	43,96	35,7	31,96	30,74[2]

Fonte: Supesp.

(1) Para o cálculo da taxa de CVP, estão contemplados os valores de janeiro a novembro de 2023. O que não reflete a taxa anual, visto que, para o cálculo, seriam necessários os doze meses do ano.

(2) Para o cálculo da taxa de CVLI, estão contemplados os valores de janeiro a novembro de 2023. O que não reflete a taxa anual, visto que, para o cálculo, seriam necessários os doze meses do ano.

Com o objetivo de promover uma sociedade justa, de convivência segura e tranquila, o eixo Ceará Pacífico tem como objetivo reduzir a criminalidade e garantir uma cultura de paz entre os cearenses por meio do amplo acesso aos mecanismos do poder público de segurança cidadã e de justiça efetiva, humanizada e integrada. Isso fica claro no que diz respeito à prevenção em lidar com problemáticas relacionadas aos crimes e violências que ocorrem em nosso âmbito social (CEARÁ, 2014).

A partir desta premissa, entende-se que a política de segurança cidadã promove estratégias que visam preservar a vida, sendo adotada primordialmente em combate ao problema da criminalidade, assim fazendo com que haja a convergência entre a segurança e os direitos fundamentais que competem ao indivíduo. Como preconiza a Constituição Cidadã, em um âmbito legal, a segurança é um direito social e compete o dever ao Estado promover a segurança pública para que exista uma preservação da ordem e haja a garantia deste direito a todos (BRASIL, 1988).

O Eixo 5, Ceará Pacífico, possui dois indicadores estratégicos que buscam alcançar uma sociedade cearense pacificada com amplo acesso à segurança e justiça efetivas, humanizadas e integradas que dizem respeito tanto à taxa de Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP) quanto à taxa de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI).

Entende-se por Crime Violento contra o Patrimônio (CVP) todos os crimes classificados como roubo (artigo 157 do Código Penal Brasileiro), exceto o roubo seguido de morte (latrocínio), que já é contabilizado nos indicadores de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI). Sendo roubo o ato de subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outro, mediante grave ameaça ou violência física à pessoa (ou não), ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência. Assim, a taxa de CVP busca dimensionar a criminalidade e violência de um modo geral e direcionar políticas e ações de Segurança Pública para tornar o Ceará um Estado mais seguro para seus cidadãos e visitantes.

O resultado do período consolida um histórico, iniciado a partir de 2021, de redução dos crimes aqui tipificados, consequência da intensificação das ações de policiamento ostensivo destacando-se aqui a expansão das unidades do Batalhão de Policiamento de Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas (BPRAIO), a realização de ações integradas, coordenadas pela Coordenadoria Integrada de Planejamento Operacional (Copol) e com a participação dos vários órgãos que compõem o Sistema de Segurança, aliada à utilização da tecnologia para maior assertividade no planejamento e à utilização dos dados levantados pelas áreas de inteligência que asseguram uma maior efetividade das abordagens realizadas.

A taxa de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) é um indicador que agrega os crimes de homicídio doloso, feminicídio, lesão corporal

seguida de morte e roubo seguido de morte (latrocínio). O indicador é importante para monitorar a letalidade intencional ocorrida no Estado e direcionar políticas e ações de Segurança Pública para tornar o Ceará um Estado mais seguro para seus cidadãos e visitantes.

O resultado do exercício demonstra uma tendência de manutenção da taxa do exercício anterior. No entanto, é importante ressaltar a redução já ocorrida desde 2021, quando pode-se observar uma redução de 30% nos crimes violentos letais intencionais (considera-se para essa afirmação a redução da taxa registrada em 2023 em comparação com a taxa de 2020). Ações de combate ao crime organizado, em que se utilizam ferramentas de análise de dados que apontam as áreas com tendência ao acontecimento desse tipo de crime, permitindo a realização de operações de prevenção, aliadas à expansão do videomonitoramento e a intensificação das operações integradas, contribuem para melhoria dos resultados obtidos até o momento. Ressalte-se ainda o compromisso do Governo do Estado, que mantém os investimentos em Segurança Pública, que garantem o aparato de equipamentos e tecnologia necessários para o desempenho das ações de segurança pública.

CEARÁ SAUDÁVEL

TABELA 35 – INDICADORES ESTRATÉGICOS (2019 – 2023)

Indicadores/Unidade de medida	2019	2020	2021	2022	2023
Taxa de mortalidade infantil (óbito por mil nascidos vivos)	12,23	11,63	10,71	11,73	11,68[1]
Razão da mortalidade materna (óbito por 100 mil nascidos vivos)	57,30	96,8	109,4	73,87	51,82[1]
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) por DCNTs (óbitos por 100 mil habitantes)[2]	268,2	257,9	255,7	261,1	222,3[3]
Taxa de mortalidade por causas externas (óbitos por 100 mil habitantes)[4]	74,8	94,5	88,4	92,8	78,4[3]

Fonte: Sesa. Elaboração Ipece.

(1) Dado sujeito a alteração, sem informação dos meses de novembro e dezembro de 2023.

(2) As quatro principais doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) consideradas no indicador são: neoplasias, diabetes, doenças do aparelho circulatório e doenças respiratórias crônicas.

(3) Dado sujeito a alteração, referente ao acumulado de janeiro a novembro de 2023 (gerado no dia 05/12/2023).

(4) As causas externas de óbito consideradas no indicador são: acidentes de transporte, envenenamentos, suicídios, agressões e intervenções legais.

A saúde cidadã é uma diretriz fundamental para o desenvolvimento humano, econômico, político, socioambiental e sustentável do Ceará. Estar saudável é um conceito dinâmico e abrangente, qualificado pela intervenção humana e resultante de um processo coletivo, a partir da interação entre determinantes culturais, econômicos, sociais e ambientais.

Dessa forma, a construção de um Ceará Saudável deve promover a garantia de direitos, a criação de ambientes favoráveis ao bem-estar, o desenvolvimento de hábitos saudáveis e o desenvolvimento de habilidades pessoais, bem como a mudança de estilos de vida. Com a finalidade de concretizar tais premissas, é imprescindível a articulação de diversos setores da sociedade, priorizando a participação social e o acesso da população ao conhecimento.

Além disto, faz-se fundamental a interação entre distintas políticas públicas, reorientando o modelo de atenção à saúde, com vistas à melhoria da qualidade de vida da população. Com isso, pretende-se favorecer a vigência de um Estado Saudável, promotor de uma cultura de paz, que compreenda ações articuladas e compartilhadas entre as polí-

ticas públicas de saúde, esporte, lazer, saneamento básico, educação, habitação, entre outras.

Nesta perspectiva, o Eixo Ceará Saudável contempla três Temas Estratégicos, quais sejam: Saúde, Esporte e Lazer e Saneamento Básico.

O indicador relacionado à taxa de mortalidade infantil estima o risco de um nascido vivo morrer durante o seu primeiro ano de vida. As taxas de mortalidade infantil são geralmente classificadas em altas (50 ou mais), médias (20-49) e baixas (menos de 20), em função da proximidade ou distância de valores já alcançados em sociedades mais desenvolvidas. Esses parâmetros devem ser periodicamente ajustados às mudanças verificadas no perfil epidemiológico. Altas taxas de mortalidade infantil refletem, de maneira geral, condições desfavoráveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico, enquanto que taxas reduzidas também podem encobrir más condições de vida em segmentos sociais específicos. No Estado do Ceará, mesmo com a pandemia essa taxa teve decréscimo e passou de 12,2 em 2019 para 11,73 em 2022, diferenciando da mortalidade materna que foi diretamente afetada pela Covid-19 nos anos de 2020 e 2021. Observa-se que no quadriênio (2020 a 2023) a taxa de mortalidade infantil apresentou uma média de 11,43 no período. Já em relação ao ano de 2023 a meta pactuada é de 9,70 e o resultado alcançado no período está em 11,68, o que representa 79,59% da meta pactuada no ano.

Entre as ações desenvolvidas para a redução do indicador relacionado à taxa de mortalidade infantil, cita-se: a expansão da rede de atenção maternoinfantil do Estado (ampliação da oferta de leitos de UTIN); implementação das Comissões de Prevenção à Mortalidade Materna, Infantil e Neonatal nas regiões de saúde; realização de reunião regional de avaliação do perfil epidemiológico da Mortalidade Materna, Infantil e Fetal; estudo sobre a capacidade existente de leitos neonatais no Estado do Ceará e dos vazios assistenciais com suas necessidades, ou seja, o levantamento do diagnóstico da rede maternoinfantil do Estado do Ceará; fortalecimento e estratificação de risco das gestantes durante o pré-natal, por meio da elaboração de estratégias que possam reduzir a mortalidade infantil; atuação dos Comitê Regionais de Prevenção à Mortalidade Materna, Infantil e Fetal com reuniões mensais e realização de oficina de qualificação do pré-natal na Atenção Primária à Saúde (APS).

A razão de mortalidade materna, por sua vez, é calculada como o número de óbitos maternos no ano corrente para cada 100 mil nascidos vivos do mesmo ano[16]. Este indicador estima a frequência de óbitos femininos, ocorridos até 42 dias após o término da gravidez, atribuídos a causas ligadas à gravidez, ao parto e ao puerpério. Por conseguinte, esta razão de mortalidade reflete a qualidade da atenção à saúde da mulher, pois taxas elevadas de mortalidade materna estão associadas à insatisfatória prestação de serviços de saúde a esse grupo, desde o planejamento familiar e a assistência pré-natal até a assistência ao parto e ao puerpério. Na análise deste indicador observou-se que o quadriênio 2020-2023 apresentou uma média de 82,67 na Razão de Mortalidade Materna, resultado este bastante impactado pela pandemia da Covid-19, onde os anos de 2020 e 2021 apresentaram razões superiores a 96%. O ano de 2022 apresentou razão de 73,87 e o de 2023 de aproximadamente 51,82.

O Ceará, na busca da redução dos indicadores de mortalidade maternoinfantil, vem estruturando a linha de cuidado maternoinfantil visando garantir melhor qualidade da atenção pré-natal, parto e puerpério, com enfoque na gestação de alto risco, com a finalidade de garantir assistência integral e de qualidade, qualificando a assistência na linha de cuidado maternoinfantil por meio da implementação de protocolos, qualificação de profissionais e dos pontos de atenção e definição de fluxos assistenciais nos três níveis de atenção nas cinco regiões de saúde do Estado do Ceará.

Outro importante indicador da saúde da população cearense é a taxa de mortalidade prematura por Doenças Crônicas não Transmissíveis – DCNTs. Este indicador é calculado como a razão entre o número de óbitos de pessoas entre 30 e 69 anos de idade por doenças do aparelho cardiovascular, neoplasias, diabetes mellitus e doenças respiratórias crônicas para cada 100 mil habitantes. Este indicador contribui para o monitoramento do impacto das políticas públicas na prevenção e no controle das DCNTs e em seus fatores de risco.

Com relação a esse indicador, pode-se verificar que entre os anos de 2020 e 2021 o seu desempenho se

16. O número de nascidos vivos é adotado como uma aproximação do total de mulheres grávidas.

mostrou favorável no Estado do Ceará, ocorrendo, entretanto, um aumento em 2022. Dessa forma, para uma maior redução da mortalidade prematura (30 a 69 anos) pelos principais grupos de DCNT, fazem-se necessárias ações de prevenção dessas doenças, promoção da saúde e cuidado integral, de maneira que envolvam-se, sobretudo, estratégias intersetoriais por meio de incentivo à alimentação saudável, à prática de atividades física e a programas de redução do consumo de álcool e do tabagismo. Finalmente, em 2023, evidenciou-se uma taxa de 222,3 óbitos por 100 habitantes de 30 a 69 anos (referente ao acumulado de janeiro a novembro).

Algumas ações vêm sendo desenvolvidas no Estado do Ceará a fim de melhorar o desempenho desse indicador. No âmbito da vigilância epidemiológica têm sido desenvolvidas as seguintes ações: avaliação e monitoramento de indicadores pactuados nos instrumentos de planejamento e gestão; divulgação e validação mensal do cenário epidemiológico da mortalidade prematura pelos principais grupos de DCNT disponibilizado na plataforma IntegraSUS; publicação de Boletins Epidemiológicos; participação em reuniões intrassetoriais, junto à Atenção Primária à Saúde, para o planejamento de ações integradas com esse setor; participação na construção do Plano Estadual de Atenção à Oncologia; Realização do I FÓRUM DANT: enfrentamento às neoplasias malignas, com a participação de profissionais da saúde, técnicos de vigilância e da atenção à saúde, Coordenadoria de Imunização da SESA, representantes do Instituto do Câncer do Ceará e do Instituto de Prevenção do Câncer e Universidade Estadual do Ceará. Por fim, também foram realizadas ações de Educação Permanente pela oferta do Curso Básico de Vigilância de Doenças Crônicas Não Transmissíveis e Curso Básico de Registradores de Câncer, tendo como público alvo os Coordenadores e Técnicos da Vigilância Epidemiológica das 22 ADS e registradores de câncer e coordenadores do Registro Hospitalar de Câncer (RHC).

Por fim, observa-se o comportamento da taxa de mortalidade por causas externas, são elas: acidentes de trânsito, envenenamentos, suicídios, agressões e intervenções legais. Taxas elevadas de mortalidade estão associadas à maior prevalência de fatores de risco específicos para cada tipo de causa externa. Em geral, as taxas são consideravelmente mais altas na população de adultos jovens, principalmente do sexo masculino. Variações das taxas de mortalidade específica podem também estar associadas à qualidade da assistência dos serviços de saúde no Ceará.

No ano de 2020, as causas externas foram responsáveis por 8.671 óbitos no Estado do Ceará, com a taxa de mortalidade atingindo 94,5 óbitos por 100 mil habitantes. No ano seguinte, 2021, o número foi de 8.157 óbitos, com uma taxa de 88,4 óbitos por 100 mil habitantes. Em 2022, foram registrados 8.161 óbitos, elevando a taxa para 92,8 óbitos por 100 mil habitantes, sendo o ano de 2020 até então a maior taxa registrada no período analisado. No terceiro quadrimestre de 2023, no Estado do Ceará, foram registrados 6.893 óbitos, resultando em uma taxa de mortalidade de 78,4 por 100 habitantes.

O aumento da taxa de mortalidade decorrente de causas externas pode ser impulsionado diante do crescimento dos índices de violências e acidentes, portanto, é imperativo direcionar esforços para investir na prevenção, fomentar uma cultura de paz e implementar ações estratégicas.

No campo da vigilância epidemiológica, foram realizadas diversas medidas até o presente momento com o objetivo de reduzir a mortalidade relacionada às causas externas, podendo citar: monitoramento mensal da taxa de mortalidade por causas externas; elaboração e divulgação dos boletins epidemiológicos; elaboração de protótipo para *dashboard* de causas externas que será disponibilizado na plataforma do IntegraSUS; realização do II Fórum de Vigilância DANT: Um olhar da Saúde para o Trânsito; orientações sobre notificação e preenchimento da ficha de violência interpessoal/autoprovocada para profissionais que atuam com essa temática; participação em reuniões sobre dados de violência para elaboração de política para população LGBTQIAPN+ promovidas pela Secretaria da Diversidade (Sediv); participação no Comitê Gestor de Mortalidade no Trânsito (CGDMAT), coordenado pela Secretária Municipal de Saúde de Fortaleza (SMS); construção de Cenário Epidemiológico da Mortalidade por Causas Externas para subsidiar hospital de trauma na Região Leste Jaguaribe/Sertão Central e realização do Curso Básico de Vigilância das Causas (Violências e Acidentes).

CEARÁ SUSTENTÁVEL

TABELA 36 – INDICADORES ESTRATÉGICOS (2019 – 2023)

Indicadores/Unidade de medida	2019	2020	2021	2022	2023
Açudes com melhoria da qualidade da água (%)	38,24	30	39,4	42,42	50
Cobertura florestal do Ceará (%) (1)	65,47	65,33	65,25	65,16	ND
Índice da qualidade da gestão ambiental municipal (%) (2)	ND	12	ND	14,13	ND
Participação do Ceará na geração de energia renovável no Brasil (%)	-	5,04	28,33	10,47	8,99
Rios com água de boa qualidade (%)	-	54,5	63,6	68,2	63,63 (3)

Fonte: Cogerh; Sema; Semace.

(1) Dados parciais, sujeitos a alterações.

(2) Dados disponíveis a cada dois anos.

(3) Dado sujeito a alteração, referente ao acumulado de janeiro a novembro de 2023.

ND: Dados não disponíveis pelas fontes oficiais de pesquisa.

O Eixo Ceará Sustentável procura em seu resultado estratégico garantir proteção ao meio ambiente, assim como utilizar de forma racional os recursos naturais. Para alcançar esse objetivo, o Estado do Ceará vem procurando implementar políticas de preservação ambiental associadas a alternativas e estratégias sustentáveis que viabilizem o desenvolvimento socioeconômico da população cearense.

A predominância do clima semiárido no Estado do Ceará, aproximadamente 93% de seu território, gera vulnerabilidade aos fenômenos da seca, marcada pela irregularidade pluviométrica temporoespacial, bem como pelas altas taxas de evapotranspiração, agravando ainda mais a escassez hídrica. Destacam-se, entretanto, as potencialidades do bioma caatinga e sua alta capacidade de resiliência, bem como as paisagens de exceção que configuram diferenciais climáticos e ambientais em decorrência do relevo, tanto pela altitude quanto pela proximidade do litoral. O conhecimento acerca da estrutura físico-ambiental do Estado é fundamental para o desenvolvimento de políticas voltadas ao convívio com o semiárido, de forma a garantir o acesso aos recursos naturais de forma sustentável e possibilitar a melhoria da qualidade de vida da população.

Os indicadores classificados como estratégicos permitem avaliar como está a condição geral dos recursos naturais no Estado e como o Governo vem administrando as políticas de conservação e preservação do meio ambiente. Garantir a boa qualidade da água dos açudes é de fundamental importância para garantir melhores condições de saúde à população, já que no Ceará a açudagem é uma das principais formas de armazenamento hídrico.

No ano de 2023, foi atingido o índice de 50% de melhoria na qualidade da água dos açudes. Para efeito de medir e avaliar a melhoria da qualidade das águas dos açudes selecionados está sendo empregado o Índice de Qualidade da Água para Reservatórios (IQAR), que adota variáveis (déficit de oxigênio dissolvido, clorofila-a, fósforo total, transparência, demanda química de oxigênio – DQO, tempo de residência, nitrogênio inorgânico total, cianobactéria e profundidade média) com relação direta à qualidade das águas de corpos hídricos superficiais de águas paradas. Diversos são os fatores que agem de forma positiva ou negativa na qualidade das águas, alguns naturais

e outros de origem antropogênica.

A melhoria da qualidade das águas armazenadas nos nossos reservatórios pode acontecer a partir de medidas estruturais, que requerem grande volume de recursos financeiros, ou por meio de uma intensa renovação da massa de água, que acontece de forma aleatória e incerta nas nossas condições hidrológicas, cujos efeitos são positivamente amplificados com os eventos de sangria.

Ainda no que corresponde aos recursos hídricos do Estado, o indicador Rios com Água de Boa Qualidade, que mede as condições das 11 Bacias Hidrográficas do Estado, está relacionado com o Grau de Adequação da Qualidade da Água (GAQA). Analisando o ano de 2023 em semestres, no primeiro, o percentual foi de 45,45%, havendo uma melhoria no segundo (de julho a novembro), quando atingiu o percentual de 81,82%. O baixo percentual observado no primeiro semestre pode ser resultante do carreamento de poluentes pelas chuvas em direção aos recursos hídricos, o que prejudica a qualidade da água. Importa ressaltar que a qualidade das águas dos rios é influenciada pela existência de um eficiente sistema de drenagem, de coleta e tratamento de efluentes e coleta de resíduos sólidos, além de educação ambiental, cuja competência de implementação envolve diversos órgãos do Estado. No total acumulado do ano de 2023, este indicador alcançou o valor de 63,63% (considerando os meses de janeiro a novembro).

A cobertura vegetal exerce diversas funções na manutenção do equilíbrio ambiental, seja para a conservação dos solos, para a regulação do clima e manutenção do conforto térmico e qualidade do ar, bem como para o fornecimento de habitat para diversas espécies. Este indicador busca medir o percentual de cobertura florestal no Estado do Ceará. Segundo dados de 2022 do MapBiomas, a cobertura florestal estadual é de 65,16%. As principais realizações que contribuem para esse desempenho são desenvolvidas, especialmente, a partir das entregas relativas às ações de fiscalização e monitoramento ambiental, plantio de mudas de espécies vegetais nativas, produção de mudas de espécies vegetais nativas que serão destinadas a projetos de florestamento, reflorestamento, arborização urbana e recuperação de áreas degradadas, implantação de unidades de conservação e realização de cadastro ambiental dos imóveis rurais lançados no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural. Ressalta-se que o decréscimo de 0,09 ponto percentual (p.p.) em 2022, em relação a 2021, engloba os efeitos advindos de atividades licenciadas, tais como Autorização de Supressão de Vegetação (ASV).

A qualidade da gestão ambiental nos municípios cearenses é medida pelo Índice da qualidade da gestão ambiental municipal e considera o Programa Selo Município Verde como referência para este cálculo. O Selo Município Verde é um Programa de Certificação Ambiental pública, instituído pela Lei Estadual nº13.304/03, alterada pela Lei nº16.128, de 14 de Outubro de 2016 e regulamentado pelos Decretos n.º27.073/03 e n.º27.074/03. É um instrumento da gestão pública estadual que identifica, a cada dois anos, os municípios que desenvolvem ações protetivas do meio ambiente com melhores resultados possíveis na salvaguarda ambiental, atendendo a critérios preestabelecidos de conservação e uso sustentável dos recursos naturais. Em 2019 e 2021 não houve dado do indicador, pois foram anos de capacitação. Em 2022, ocorreu a certificação de 26 municípios. O ano de 2023 foi mais uma vez de preparação e capacitação dos municípios, não havendo certificação, mas sim a realização de 16 seminários municipais. A nova certificação ocorrerá apenas em 2024.

O Programa tem como parâmetros a Sustentabilidade, Exequibilidade, Legitimidade, Confiabilidade e Equidade Seletiva. A participação do município dá-se inicialmente com a sua inscrição online desde que possua o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), condição indispensável para o município se inscrever no programa. Os municípios são avaliados a partir da documentação comprobatória a ser enviada conforme o Formulário de Avaliação, que possui oito Indicadores distribuídos em três Eixos Temáticos, a saber: Eixo 1 - Política Municipal de Meio Ambiente; Eixo 2 - Saneamento Ambiental e Saúde Pública; e Eixo 3 - Biodiversidade e Mudanças Climáticas, cujos programas, projetos e ações referem-se a 2022 e 2023.

A utilização de energias alternativas e renováveis é uma das principais impulsionadoras para alcançar a descarbonização da economia. Para medir o desenvolvimento do Ceará neste setor, analisa-se a participação do Estado na geração de energia renovável em relação ao Brasil, por meio das matrizes eólica e solar. As informações deste indicador são fornecidas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Para os anos de 2021 e 2022, o indicador alcançou os valores, respectivamente, 28,33% e 10,47%. Para o ano de 2023, o valor chegou a 8,99%.

O Ceará tem priorizado o investimento da produção de energia a partir de fontes ambientalmente sustentáveis, o que o torna um dos maiores estados do país nesse segmento, conforme é possível verificar pelo aumento significativo do número de licenças emitidas para empreendimentos de geração de energia por fonte de energia eólica e solar, entre 2020 e 2021, de 270% e 260%, respectivamente.

Em 2021, o Ceará atingiu a maior participação na geração de energia renovável em relação ao resto do país (28,33%), incentivada pela Lei nº 17.553 de 2021, que institui o Programa de Atração e Apoio a Geração de Energias Renováveis do Ceará, bem como formalizou o compromisso de adesão do estado às campanhas "Race to Zero" e "Under2 Coalition", no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a partir do Decreto nº 34.283 de 2021.

Já em 2022, houve o fortalecimento da matriz energética de baixo carbono, consolidado em decreto que institui o Plano Estadual de Transição Energética Justa – Ceará Verde, documento que possibilitará a criação de um ambiente favorável para atrair novos investimentos e financiamentos na área. Neste ano, o Estado alcançou 10,47% da geração deste tipo de energia.

Em 2023 (alcançou-se o valor de 8,99%), foi instituído o programa Renda do Sol, iniciativa que visa incentivar o uso da energia solar na zona rural do estado, com foco na geração de renda e redução da pobreza. O programa se propõe a incentivar a microgeração e minigeração distribuída de energia solar, proporcionando novas fontes de renda para as famílias cearenses, estimulando o uso de energia renovável e impulsionando o desenvolvimento social.

Destaca-se a importância desse tipo de geração de energia sustentável, e as condições naturais absolutamente propícias que o Estado do Ceará possui, configurando-se como grande polo para investimentos nesta área.

GESTÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2023

O Orçamento Público é o instrumento legal de planejamento e gestão dos recursos públicos, no qual todas as receitas e despesas públicas são alocadas. É através dele que se implementa a Matriz Programática do Governo, ou seja, o conjunto de programas e ações por meio dos quais se executam as políticas públicas.

Este capítulo visa apresentar uma síntese dos principais números da execução orçamentária do quadriênio 2020-2023, com ênfase no alcance dos resultados alcançados no exercício de 2023.

Sob a ótica das Receitas Públicas, as quais representam o conjunto de meios financeiros que o Estado dispõe para custear os bens e serviços públicos a serem entregues à população em cada área de atuação, a tabela a seguir, demonstra o desempenho da arrecadação estadual no quadriênio 2020-2023, explicitando o comportamento das principais rubricas e sua representatividade no montante final arrecadado.

TABELA 37 – COMPOSIÇÃO DA RECEITA PÚBLICA ESTADUAL (2020-2023)

R$ 1.000

CATEGORIA / ORIGEM	2020 (A)	2021 (B)	% (A/B)	2022[1] (C)	% (B/C)	2023 (D)[2]	% (C/D)
Receitas Correntes	26.752.848	30.834.937	15%	31.842.797	3,3%	33.472.627	5,1%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	14.232.659	17.048.213	20%	13.845.908	-19%	14.369.113	4%
Contribuições	965.728	1.163.672	20%	1.335.006	15%	1.491.251	12%
Receita Patrimonial	299.742	477.513	59%	1.269.976	166%	1.478.719	16%
Receita Agropecuária	-	-	-	9		16	
Receita de Serviços	220.045	277.003	26%	391.015	41%	482.703	23%
Transferências Correntes	10.313.602	11.161.122	8%	14.242.628	28%	14.766.418	4%
Outras Receitas Correntes	721.072	707.415	-2%	758.256	7%	884.407	17%
Receitas de Capital	1.673.403	1.644.109	-2%	783.845	-52%	1.624.521	107%
Operações de Crédito	1.464.765	1.406.915	-4%	593.505	-58%	1.319.242	122%
Alienação de Bens	1.129	47.232	4.084%	93	-100%	9.415	10.024%
Outras Receitas de Capital	2.536	310	-88%	-	-100%	-	-
Transferências de Capital	204.770	189.328	-8%	183.712	-3%	253.687	38%
Amortização de Empréstimos	202	323	60%	6.536	1922%	42.177	545%
Total Geral	28.426.251	32.479.046	14%	32.626.642	0,45%	35.097.148	7,57%

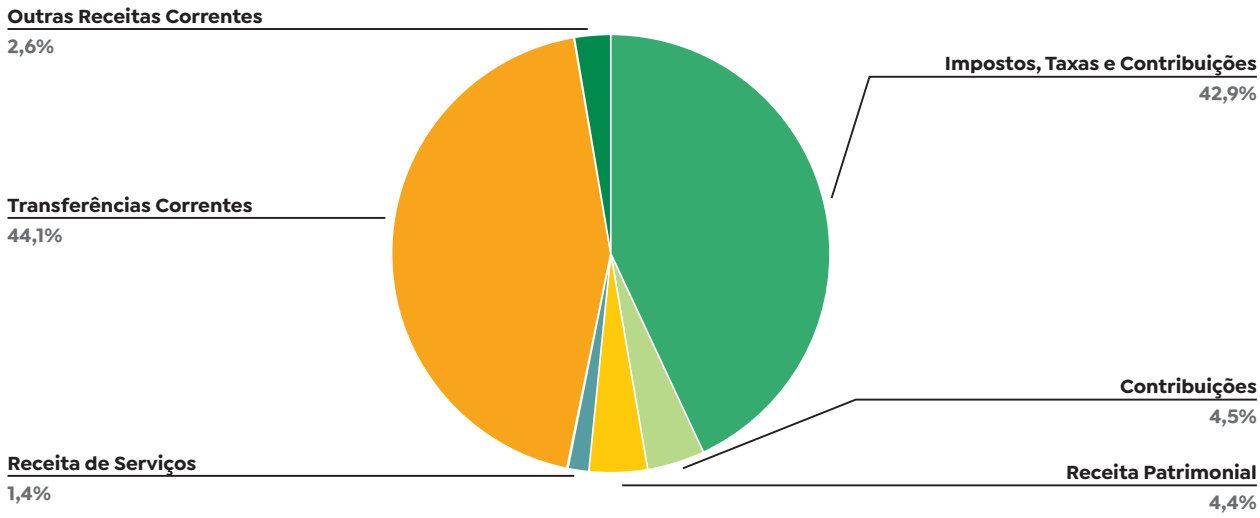
Fonte: BGE/Sefaz e SIAFE/Sefaz.

[1] Em 2022 as transferências constitucionais aos municípios deixaram de ser feitas orçamentariamente, motivo pelo qual a receita de impostos, taxas e contribuições sofreu uma significativa queda nominal.

[2] Dados preliminares, sujeitos a alterações.

No quadriênio 2020-2023 houve um crescimento constante das receitas do Estado, com um volume de recursos que ultrapassou o total de R$ 128 bilhões. Em 2023, esse montante alcançou R$ 35,1 bilhões, com um crescimento nominal de 7,6% se comparado ao exercício anterior. O gráfico abaixo explicita as Receitas Correntes de 2023, identificando a participação dessas receitas por sua origem.

GRÁFICO 36 – RECEITAS CORRENTES (%) – 2023



Fonte: SIOF/Seplag; SIAFE/Sefaz

Analisando a receita arrecadada em 2023, pela ótica das categorias econômicas, constata-se que as Receitas Correntes foram responsáveis por 95,4% do valor arrecadado pela fazenda estadual. Por sua vez, a Receita de Capital realizada em 2023 alcançou a cifra de R$ 1.624.521, o que representou 4,6% do montante total arrecadado. As receitas decorrentes de Operações de Crédito responderam a 81,2% desse total. Em comparação ao ano anterior, a categoria apresentou um crescimento de 107%, percentual fortemente influenciado pelas Operações de Crédito que cresceram 122% em comparação ao ano anterior.

Em suma, o esforço de arrecadação empreendido pelo estado possibilitou encerrar o ano de 2023 com crescimento de 7,6% das Receitas Totais.

Pela ótica da Despesa, o Governo do Estado do Ceará se destaca, entre os demais estados da federação, por adotar forte controle das contas públicas, em que espelha o compromisso de aplicar os recursos em políticas públicas que visem a melhoria da vida do povo cearense e a busca pelo crescimento econômico, sem deixar de observar a capacidade fiscal e os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

A tabela 38 a seguir demonstra a alocação dos recursos por Grupo de Natureza de Despesa, no quadriênio 2020-2023, especificando o montante alocado em cada grupo.

TABELA 38 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DA NATUREZA DE DESPESA – GND

R$ 1.000

CATEGORIA/GRUPO	2020	2021	2022	2023
Despesas correntes	23.172.065	26.165.255	26.698.673	30.842.573
Pessoal e encargos sociais	11.916.258	12.458.914	15.149.089	18.091.889
Juros e encargos da dívida	434.543	516.363	855.326	1.198.322
Outras despesas correntes	10.821.264	13.189.978	10.694.258	11.552.363
Despesas de capital	3.742.455	5.000.196	5.431.595	4.350.228
Investimentos	2.488.082	3.487.674	3.835.032	2.733.914
Inversões financeiras	218.839	302.577	155.870	120.017
Amortização da dívida	1.035.535	1.209.945	1.440.693	1.496.297
TOTAL GERAL	26.914.521	31.165.451	32.130.268	35.192.801

Fonte: SIOF - Execução Orçamentária

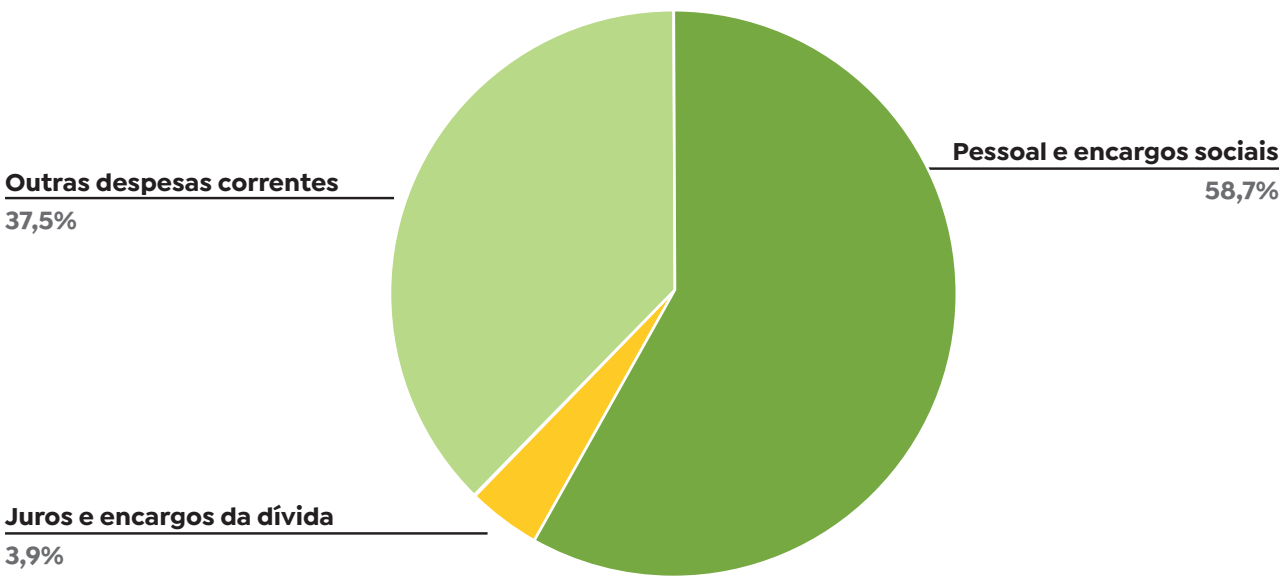
Nos últimos quatro anos, foram executados o montante total de R$ 125,4 bilhões, compreendendo o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

O crescimento das despesas de 2023, quando comparado ao exercício de 2022, foi de 9,5%. Observa-se que as despesas correntes, responsáveis diretas pela manutenção das políticas públicas adotadas pelo Estado ao longo dos anos, tais como saúde, educação e segurança pública, apresentaram um percentual 15,5% maior em relação a 2022. O crescimento destas despesas correntes sustentou o crescimento geral, haja vista o exercício 2023 ter apresentado uma queda nos gastos com despesas de capital. A queda observada nesta categoria é atribuída ao primeiro ano do governo, onde normalmente a máquina está sendo adaptada para o desenvolvimento de novos projetos de investimentos.

Dos grupos de despesas presentes na categoria despesas de capital, o total de investimentos públicos representou, em 2023, mais de 62,8%. Apesar de ser um percentual inferior ao do ano de 2022, quando registrou 71,3%, o Ceará segue na busca por manter o nível de investimentos dos últimos anos, mantendo o reconhecimento nacional como um dos Estados que, proporcionalmente à sua Receita Corrente Líquida, aplica em maior quantidade seus recursos em investimentos públicos.

O gráfico abaixo mostra a participação percentual dos Grupos de Despesa que fazem parte da Categoria de Despesas Correntes, para o ano de 2023.

GRÁFICO 37 - DESPESAS CORRENTES – 2023



Fonte: Seplag/Siof – Execução Orçamentária

Em 2023, destaca-se o grupo de Pessoal e Encargos Sociais que representa 51,4% das despesas totais e 58,7% das Despesas Correntes. Esse volume de recursos se destinou ao pagamento dos servidores (médicos, enfermeiros, policiais, professores etc.), ativos e inativos, à melhoria em suas carreiras e aos novos concursos, que colaboram para o avanço permanente dos serviços públicos, resultando na constante melhoria da qualidade de vida dos cearenses.

Por sua vez, as Outras Despesas Correntes representam 37,5% desse montante. Esse grupo

engloba os gastos com custeio de manutenção, que são os gastos necessários ao funcionamento da máquina administrativa (pagamento de energia, água e telefonia dos órgãos, por exemplo) e o custeio finalístico, que é destinado à prestação de serviços ou entregas de produtos à sociedade (despesas com aquisição de medicamentos, merenda escolar, qualificação de profissionais, manutenção das escolas, entre outras).

A análise dos gastos governamentais de 2023 por função mostra a importância atribuída a cada área de atuação do governo, pois as funções representam as políticas públicas tidas como as mais relevantes para a promoção do desenvolvimento estadual.

TABELA 39 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNÇÃO

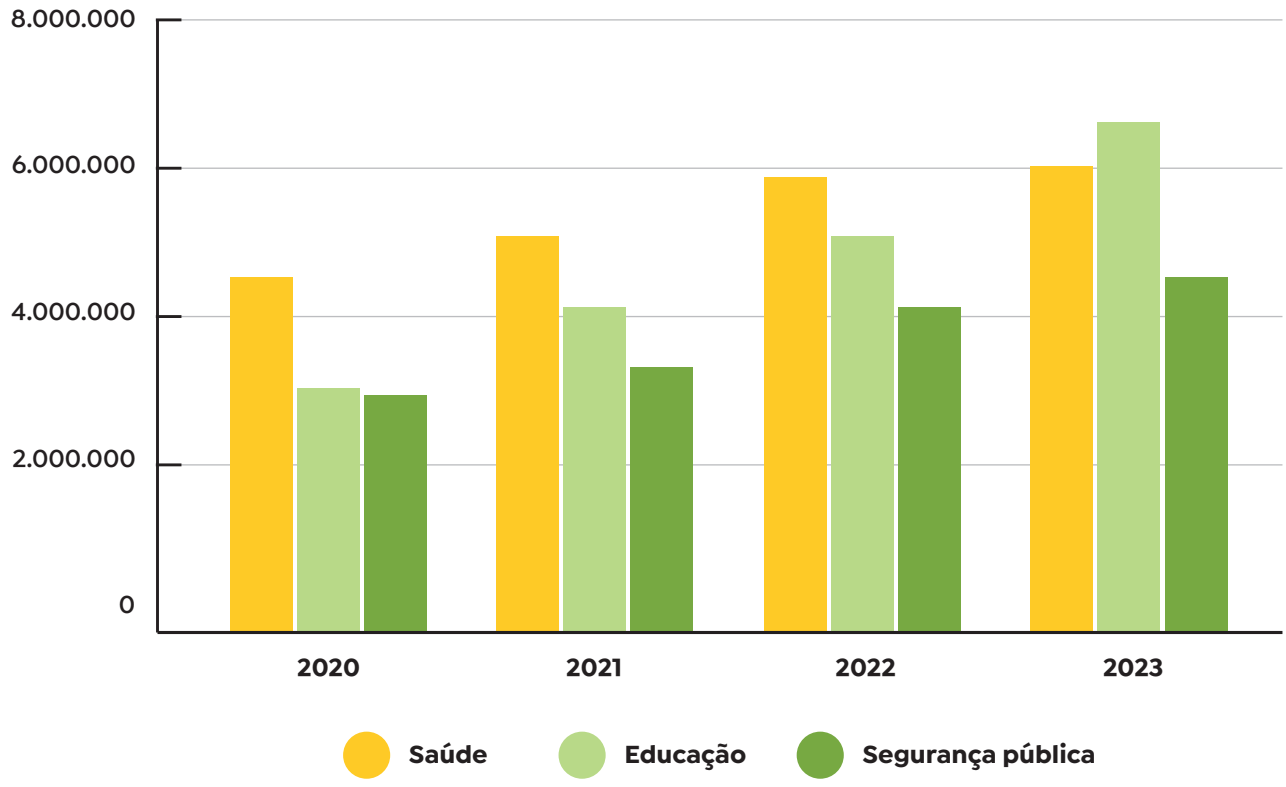
R$ 1.000

Função	2020	2021	2022	2023	% Part. 2023
Legislativa	652.738	726.654	891.524	1.003.312	2,85%
Judiciária	1.173.818	1.201.840	1.444.690	1.630.771	4,63%
Essencial à justiça	484.164	510.760	609.542	743.442	2,11%
Administração	1.117.379	1.163.140	1.377.353	1.376.785	3,91%
Segurança pública	3.045.583	3.335.784	4.186.300	4.630.225	13,16%
Assistência social	316.771	518.463	649.657	718.168	2,04%
Previdência social	3.721.007	3.817.693	4.475.615	4.935.523	14,02%
Saúde	4.534.952	5.091.484	5.803.788	5.985.876	17,01%
Trabalho	33.553	106.724	115.269	63.615	0,18%
Educação	3.081.562	4.099.434	5.128.100	6.631.327	18,84%
Cultura	180.236	220.581	319.440	203.900	0,58%
Direitos da cidadania	233.269	270.367	332.128	383.517	1,09%
Urbanismo	386.257	681.031	560.721	329.095	0,94%
Habitação	19.503	26.441	30.326	49.346	0,14%
Saneamento	74.357	115.333	208.569	185.800	0,53%
Gestão ambiental	324.683	279.634	376.904	371.265	1,05%
Ciência e tecnologia	72.722	94.927	157.546	190.069	0,54%
Agricultura	317.436	420.493	394.492	511.129	1,45%
Organização agrária	11.256	13.563	29.547	25.124	0,07%
Indústria	11.998	25.814	16.646	52.444	0,15%
Comércio e serviços	48.186	90.681	91.145	69.580	0,20%
Comunicações	82.732	133.655	180.924	232.931	0,66%
Energia	4.126	10.466	86.120	5.981	0,02%
Transporte	1.400.218	1.516.212	1.751.423	1.518.105	4,31%
Desporto e lazer	22.571	48.186	100.362	119.020	0,34%
Encargos especiais	5.563.445	6.646.092	2.812.138	3.226.453	9,17%
Total geral	26.914.521	31.165.451	32.130.268	35.192.801	100,00%

Fonte: Seplag/SIOF - Execução Orçamentária.

Conforme visto na tabela acima, o volume de recursos foi direcionado, prioritariamente, para as funções Educação, Saúde e Segurança Pública, totalizando, no exercício de 2023, R$ 17,2 bilhões, representando mais de 49% das despesas do Estado neste ano.

GRÁFICO 38 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS PRINCIPAIS FUNÇÕES (2020 – 2023), EM R$ 1.000,00



Fonte: Seplag/SIOF - Execução Orçamentária

Ao analisar as três principais áreas de atuação do poder público estadual representadas pelas funções de governo, observou-se que saúde, educação e segurança pública seguiram como prioridade do governo. A educação cresceu 18,8%, seguido pela saúde com 17% e segurança pública com 13,2%.

DESEMPENHO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL

“A minha missão é cuidar das pessoas e garantir uma vida com dignidade e justiça social. Trabalho dia e noite para avançar o nosso Ceará.”

Elmano de Freitas, Governador do Estado do Ceará

Resultado estratégico: Inclusão social, direitos humanos e civis e reconhecimento assegurados para a população no Ceará, respeitando a diversidade e priorizando os segmentos vulneráveis e suas potencialidades.

Temas: Acesso à Terra e Moradia, Assistência Social, Inclusão Social e Direitos Humanos e Segurança Alimentar e Nutricional.

Órgãos envolvidos (Poder Executivo): Cohab, Idace, Nutec, SCidades, SDA, Seas, Sedih, Sediv, Seir, SEM, Sejuv, Sepin, SOP e SPS.

CEARÁ ACOLHEDOR

CEARÁ ACOLHEDOR

Colocar em destaque os segmentos mais vulneráveis da população cearense no desenvolvimento das políticas públicas emerge como uma das principais estratégias de atuação do Governo Estadual. Essa abordagem fundamenta-se na compreensão de que a redução da pobreza e das disparidades sociais não apenas impulsiona avanços positivos para os indivíduos afetados, mas também contribui para o progresso global da sociedade, fomentando uma estrutura mais equitativa e democrática.

Dentro desse contexto, o governo tem adotado medidas abrangentes e integradas, coordenando ações que visam atender a população em situação de vulnerabilidade social de maneira inclusiva. Essas políticas são delineadas com o propósito de eliminar preconceitos, promover igualdade de oportunidades e respeitar a diversidade. O objetivo principal desse esforço é acolher indivíduos de todas as faixas etárias, gêneros, orientações sexuais e etnias, garantindo que cada pessoa tenha seus direitos fundamentais respeitados e protegidos.

As políticas inseridas no Eixo Ceará Acolhedor convergem com o compromisso de expandir o acesso a produtos e serviços, ao conhecimento, ao lazer, à renda e ao emprego. Ao valorizar a acolhida em conjunto com o fortalecimento da intervenção pública, o governo passa, de forma programática, a assumir o compromisso de garantir aos cidadãos uma experiência segura, inclusiva e que proteja os direitos sociais em suas vivências pessoais, familiares e comunitárias.

Este eixo envolve um conjunto de políticas públicas implementadas por meio de 13 programas finalísticos, que aplicaram, no ano de 2023, um volume de recursos orçamentários da ordem de **R$ 936.671.736,87**.

TABELA 40 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR TEMAS – ANO 2023[1] (R$)

Tema	Lei + Créditos	Empenhado	% Execução Orçamentária
Acesso à Terra e à Moradia	85.800.217,87	63.801.048,68	74,36
Assistência Social	505.136.660,23	415.016.028,99	82,16
Inclusão Social e Direitos Humanos	307.271.460,52	246.782.633,70	80,31
Segurança Alimentar e Nutricional	257.215.219,58	211.072.025,50	82,06
Total	1.155.423.558,20	936.671.736,87	81,07

Fonte: Seplag

[1] Dados gerados no dia 05/01/2024, sujeitos a alterações.

O resultado dos esforços orçamentários é observado, também, no monitoramento dos indicadores temáticos da série histórica apresentada a seguir:

TABELA 41 - EVOLUÇÃO DOS INDICADORES POR TEMAS (2019-2023)

Indicador	2019	2020	2021	2022	2023[1]
ACESSO À TERRA E MORADIA					
Famílias beneficiadas com título de propriedade urbana (%)[2]	33,79	33,96	33,96	35,51	38,29
ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Pessoa com direitos violados, com acesso aos serviços socioassistenciais da proteção social especial (%)	74,75	79,96	86,46	89,28	83,78
Pessoas em situação de rua atendidas pelos serviços socioassistenciais, com retomada do vínculo familiar e/ou comunitário (%)	-	6,61	8,91	3,74	1,66
INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS					
Municípios com ações para fortalecimento das políticas sobre drogas (%)	-	7,60	26,63	53,26	72,83
Pessoas com deficiência, com direitos violados notificados (%)	0,03	0,02	0,03	0,02	0,12
Pessoas idosas com direitos violados notificados (%)	0,14	0,17	0,18	0,77	0,14
População autodeclarada indígena de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a educação básica (%)	-	92,90	89,30	64,40	73,90
População autodeclarada preta de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio ou já concluiu a educação (%)	-	81,20	76,50	77,60	83,90
Taxa de inclusão da população vulnerável em ações extensionistas (%)	13,99	25,75	15,79	31,68	58,97
Taxa de crianças e adolescentes que foram vítimas de violência sexual (casos por 100 mil crianças e adolescentes)	56,40	60,51	63,39	58,78	68,31
Taxa de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) contra as mulheres (óbitos por 100 mil mulheres)	5,30	7,10	7,23	5,68	5,31
Taxa de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) contra crianças e adolescentes (óbitos por 100 mil crianças e adolescentes)	6,50	14,13	10,61	9,11	7,61
Taxa de jovens com idade entre 18 e 29 anos que foram vítimas de violência sexual (por 100 mil jovens)	12,3	9,70	9,53	10,44	10,61
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL					
População em situação de pobreza, beneficiada por programas de distribuição de alimentos (%)	14,43	14,62	19,69	8,32	8,21

Fonte: SCidades, SDA, Secitece, Sedih, Seduc, Supesp e SPS.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

[2] A série histórica deste indicador foi corrigida considerando o acumulado realizado nos anos anteriores.

TEMA – ACESSO À TERRA E MORADIA

O tema **Acesso à Terra e Moradia** abrange diversas questões relacionadas ao déficit habitacional, à inadequação das residências, à regularização fundiária e ao desenvolvimento de áreas de assentamento e reassentamento no Estado do Ceará. O objetivo é expandir a oferta de moradias dignas, legais e integradas aos serviços e infraestruturas públicas e promover o acesso à terra visando o desenvolvimento agrário de modo sustentável e solidário, tendo como diretriz a valorização e a proteção da agricultura familiar.

No contexto da moradia, isso implica contemplar não apenas a quantidade de habitações de interesse social destinada à parte da população com limitações econômicas mais acentuadas, mas também as características específicas demandadas pelos contextos rural e urbano. Diante desse cenário, o esforço do governo visa mitigar o déficit habitacional, representado pela necessidade de disponibilizar habitações de interesse social para a parcela da população com maiores restrições econômicas, que enfrenta condições precárias de moradia.

O mencionado tema amplia a visão do alcance de resultados para abordar de maneira distinta a questão habitacional nas áreas urbanas e rurais. No entanto, a busca se concentra na resolução dos desafios associados às condições precárias de moradia, abordando o déficit habitacional, a inadequação das habitações e a relação entre habitação e regularização fundiária em ambientes rurais. Os projetos implementados, principalmente na esfera urbana, buscam mitigar o déficit habitacional, fomentando medidas que assegurem residências apropriadas, acessíveis e sustentáveis para os habitantes.

Na área rural, o foco principal reside no combate à pobreza, facilitando o acesso à terra e à habitação, além de promover ações relacionadas à base produtiva e à disponibilidade hídrica. Isso visa aprimorar a qualidade de vida nas comunidades, estimular o desenvolvimento local e contribuir para a redução da pobreza. Destacam-se como prioridades a construção e adaptação de habitações rurais, beneficiando famílias em assentamentos de vários municípios do Ceará, e o apoio às políticas de regularização fundiária e desenvolvimento sustentável em assentamentos e reassentamentos estaduais, abrangendo aspectos sociais, ambientais e econômicos.

Ademais, é importante ressaltar que as ações não se restringem a simplesmente fornecer uma casa por família, mas sim em assegurar a cada família o direito a uma habitação digna. Isso envolve a integração de conceitos que abrangem mobilidade e acessibilidade, saneamento básico, urbanização e infraestrutura. Além disso, contempla a possibilidade de construção de instalações de lazer, esportivas e sociais.

O Estado vem trabalhando fortemente no que diz respeito à concessão dos títulos de propriedade urbana, que são os imóveis que integram os programas habitacionais tanto estaduais quanto da União, ambos com pendências de regularização fundiária. A entrega dos títulos é realizada por intermédio da Companhia de Habitação do Estado do Ceará (Cohab, em processo de liquidação) e da Coordenadoria de Regularização Fundiária da Secretaria das Cidades. Para o Estado, está prevista a entrega de aproximadamente 75.000 títulos, sendo que 66.700 deles estão associados ao passivo da Cohab.

O processo de regularização, iniciado após a seleção da área a ser regularizada, envolve a Secretaria das Cidades em diversas etapas, incluindo o cadastro dos imóveis, o georreferenciamento, a composição das peças técnicas e a solicitação ao cartório. Após essa etapa, os cartórios devolvem os títulos à Secretaria das Cidades para a entrega aos beneficiários. A Cohab, por sua vez, possui atribuições cartorárias e pode gerar os títulos dos mutuários e mutirantes.

Até 2019, a Cohab entregou 25.345 títulos de propriedade e para o PPA 2020-2023; preten-

dia-se assegurar a segurança jurídica a 19.362 famílias, com o intuito de reduzir o passivo em aproximadamente 25%. No ano de 2020 foram entregues 128 títulos, em 2022 foram entregues 1.163, e no período de janeiro a novembro de 2023, a Cohab entregou 2.085 títulos, acumulando um total de 28.721 títulos entregues, na série histórica, o que equivale a 38,29% do total de 75.000 títulos previstos.

Em relação à Política de Regularização Fundiária na área rural, o Estado do Ceará caminha para a universalização e para ser o primeiro estado do Brasil a georreferenciar 100% do seu território rural[17], o que corresponde a 182 municípios, dado que Fortaleza e Eusébio não possuem área rural. Em 2023, o Estado chegou a ter 74% de sua área rural total georreferenciada, e 74,6% dos imóveis foram geocadastrados para fins de regularização fundiária, com destaque para os municípios de Tarrafas, Salitre e Granjeiro na Região do Cariri e Fortim na Região do Litoral Leste.

Evidencia-se também dentro da política a entrega de títulos de domínio rural, chegando a mais de cinco mil títulos entregues no ano, atendendo 123 municípios, com destaque para os municípios de Cariús, Tabuleiro do Norte, Várzea Alegre, Jucás, Itapipoca, Pereiro, Acaraú, Trairi e Saboeiro.

PROGRAMAS E PRINCIPAIS REALIZAÇÕES – 2023

PROGRAMA 111 – HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA				
Objetivo: Contribuir com a promoção e execução da política agrária do Estado do Ceará, através do atendimento a políticas de regularização fundiária e políticas de desenvolvimento das áreas de assentamentos e reassentamentos do estado, promovendo desta forma desenvolvimento nos aspectos da sustentabilidade social, ambiental e econômica.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Acumulado de imóveis com cadastro georreferenciado (%)	14,27	32,99	41,70	49,00
Evolução do número de famílias beneficiadas com habitação de interesse social na área urbana (número)	27.171	27.190	27.507	28.515

Fonte: SCidades.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Entrega de 2.085 escrituras de unidades habitacionais construídas por meio do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e em regime de mutirões.
- Realização de 420 atividades na região da Grande Fortaleza, do Programa Minha Casa Minha Vida e Projetos Rio Maranguapinho, Rio Cocó e Dendê.
- Requalificação de 30 casas afetadas pela obra de urbanização na área de intervenção do Projeto Dendê.
- Realização de 1.415 geocadastros, sendo 955 no bairro Pantanal, no município do Crato, e 460 no bairro Morada Cysne, em Barbalha.
- Entrega de 128 unidades do Residencial Santo Sátiro para famílias do Projeto Rio Maranguapinho e 880 unidades habitacionais do Residencial Cidade Jardim V.

17. CEARÁ, Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Ceará, 2023. Disponível em: <https://eventos.sda.ce.gov.br/regularizacao-fundiaria/>

PROGRAMA 112 – HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO RURAL				
Objetivo: Contribuir com a promoção e execução da política agrária do Estado do Ceará, através do atendimento a políticas de regularização fundiária e políticas de desenvolvimento das áreas de assentamentos e reassentamentos do estado, promovendo desta forma desenvolvimento nos aspectos da sustentabilidade social, ambiental e econômica.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Imóveis rurais geocadastrados para fins de regularização fundiária (%)	70,62	72,24	73,51	74,64
Assentamentos e reassentamentos orientados em situação sociojurídica e ambiental (%l)	21,78	33,66	49,01	68,32
Área rural georreferenciada no Estado (%)	72,51	73,14	73,84	74,00

Fonte: Idace.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização de 3.531 geocadastros de imóveis em 14 regiões, atendendo 98 municípios, com destaque para os municípios de Fortim, Tarrafas, Salitre e Granjeiro.
- Realização de 70 avaliações de imóveis, atendendo 36 municípios, com destaque para os municípios de Acopiara, Jucás e Potiretama.
- Entrega de seis imóveis, atendendo os municípios de Ipu, Quixeramobim, Itatira e Monsenhor Tabosa.
- Entrega 5.112 títulos de domínio, atendendo 123 municípios, com destaque para os municípios de Cariús, Tabuleiro do Norte, Várzea Alegre, Jucás, Itapipoca, Pereiro, Acaraú, Trairi e Saboeiro.
- Aquisição de 267 imóveis, beneficiando 267 famílias em 19 municípios.

PROGRAMA 113 – HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NA ÁREA RURAL				
Objetivo: Proporcionar moradia digna à população para o enfrentamento do déficit habitacional rural.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Evolução do número de famílias beneficiadas com melhorias habitacionais na área rural (número)	11.465	14.055	14.702	16.802

Fonte: SCidades.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Entrega e distribuição de 2.100 fogões sustentáveis, em 12 regiões de planejamento.

TEMA – ASSISTÊNCIA SOCIAL

A política de **Assistência Social** tem como propósito assegurar o acesso aos direitos socioassistenciais a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e riscos pessoais e sociais. Essa política é implementada conforme estabelecido pela Lei nº 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (Loas). A Loas é caracterizada como uma política de Seguridade Social não contributiva, descentralizada, com funções definidas, cofinanciamento e cooperação técnica entre os entes federativos. Seu modelo de gestão é o Sistema Único de Assistência Social (Suas).

As ações de proteção social estão divididas em dois níveis: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE). A PSB, segundo a Loas, é o conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários por meio do Centro de Referência da Assistência Social (Cras). Já a PSE, segundo a mesma lei, é o conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos, e tem como unidade de referência o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Importante ressaltar que a PSB foca principalmente em famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza, identificadas no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) e o Cras é a unidade responsável pela execução do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif) para esse público-alvo prioritário.

Em 2023, o Ceará realizou o referenciamento de 1.448.117 famílias nos Serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif) dos Centros de Referência da Assistência Social (Cras) em 184 municípios. Registra-se, também, o atendimento de 24.992 pessoas, entre crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e familiares, nas Unidades Operacionais da Proteção Social Básica com ações socioeducativas e atividades complementares nas áreas de arte, cultura, esporte, jardinagem e lazer, concretizadas por meio do Projeto Ceará Espaço de Vida, Arte e Educação (ABCs e Circos), Projeto Famílias – Desafios e Inclusão Social, realizado nos quatro Centros Comunitários, Projeto de Inclusão Social com Arte, Esporte e Educação, no Espaço Viva Gente, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, ações dos Complexos Sociais Mais Infância, dentre outros projetos desenvolvidos nessa dimensão.

Em relação às ações direcionadas à primeira infância na Proteção Social Básica, o Estado entregou 47 Brinquedocreches e 34 Brinquedopraças para a população, além do atendimento a 150.000 famílias com crianças até 5 anos e 11 meses pela concessão do Cartão Mais Infância nos 184 municípios cearenses e do acompanhamento de 50.000 famílias por meio do Programa Primeira Infância no Suas – Criança Feliz.

No que diz respeito à oferta de serviços socioassistenciais da PSE a pessoas com direitos violados, no período de janeiro a novembro de 2023 os resultados alcançados revelam que 83,77% das pessoas com direitos violados conseguiram usufruir dos serviços socioassistenciais da PSE. Isso equivale a 23.250 casos acompanhados, de um total de 27.750 notificados no Censo e Mapa de Riscos Pessoal e Social do Ceará (Cemaris) 2022. Ao longo dos anos de 2020 a 2023, o desempenho do indicador foi crescendo progressivamente, com taxas de 79,96% (19.533), 86,46% (21.856), 89,28% (24.224) e 83,77% (23.250), respectivamente. Esses números indicam um crescimento na procura pelos serviços entre 2020 e 2022, com um leve declínio de 4,02% em 2023, em comparação com 2022. Esse decréscimo pode estar associado à mudança no cenário após

a fase de dificuldades econômicas agravadas pela pandemia da Covid-19 nos anos 2020 a 2022. Em síntese, os dados evidenciam que as famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social têm assegurado o acesso aos direitos socioassistenciais, apesar das variações pontuais ao longo dos anos, o que sugere a importância contínua desses serviços no amparo a quem deles necessita.

Além de realizar o cofinanciamento dos 114 Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) em 108 municípios para a prestação do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (Paefi), o Estado desenvolveu outras ações que contribuíram para o alcance desses resultados em 2023, dentre as quais está a implantação do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Creas Regional (III), localizado em Iracema, referenciando os municípios de Ererê, Potiretama, Quixeré, São João do Jaguaribe e Palhano, a realização de 18.808 atendimentos na Casa da Criança e do Adolescente, equipamento que realiza serviços especializados e multidisciplinares aos menores que tenham testemunhado ou que estejam em situação de violência e a manutenção de 20 unidades de acolhimento com garantia da proteção integral para crianças, adolescentes, jovens, pessoas com deficiências, mulheres e idosos com direitos violados e vínculos, beneficiando 600 pessoas acolhidas.

No que se refere à população em situação de rua, foram notificadas 3.853 pessoas nessa situação em 2023, conforme o Censo e Mapa de Riscos Pessoal e Social do Estado do Ceará (Cemaris 2023). Desse total, 64 foram reinseridas na família/comunidade a que pertencem, ou seja, 1,66%.

Os últimos dados relacionados à retomada do vínculo familiar e/ou comunitário das pessoas em situação de rua indicam que houve um aumento no número de notificações dessa população e um decréscimo no número de retornos à família/comunidade entre os anos de 2021 a 2023. Isso se deve à complexidade dos fatores que levam as pessoas a viverem em situação de rua, podendo estar associados à crise econômica, desemprego, renda, conflitos familiares, moradia, condições de saúde, migração, saída do sistema penitenciário e uso abusivo de álcool e drogas. Embora exista um trabalho multiprofissional de caráter continuado para o atendimento dessa demanda, nem sempre se atingem as necessidades e expectativas dos usuários, o que dificulta o fortalecimento de sua autonomia, protagonismo e participação social.

A oferta do Serviço para o Atendimento da População em Situação de Rua permanecerá desenvolvendo ações integradas aos demais Serviços do Suas, como também outras políticas públicas, com o objetivo de estimular as potencialidades dos usuários do serviço, por meio da ressignificação de vivências e construção de projetos de vida que contribuam para o seu processo de saída das ruas. Com base nessas ações, o governo visa alcançar maiores percentuais de reinserção familiar e/ou comunitária de pessoas em situação de rua, tornando-as protagonistas sociais em pleno exercício de sua cidadania e direitos humanos.

PROGRAMAS E PRINCIPAIS REALIZAÇÕES – 2023

PROGRAMA 121 – IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Objetivo: Aperfeiçoar a gestão e o controle social da política de assistência social no Estado e nos Municípios, no tocante à proteção social, à vigilância socioassistencial e defesa de direitos.				
Indicador	2020	2021	2022	2023[1]
Gestores e Técnicos de Gestão do Suas e Conselheiros Capacitados (%).	85,52	100,00	100,00	100,00

Fonte: SPS.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Capacitação de 1.526 profissionais da Assistência Social, dentre Gestores, Técnicos da Gestão do Suas e representantes dos Controle Social/Conselhos Municipais da Assistência Social, para a implementação dos serviços, programas, projetos e benefícios do Sistema Único da Assistência Social (Suas), nos 184 municípios.
- Sistematização e Publicação dos Censos e Mapas de Riscos Pessoal e Social do Estado do Ceará – Cemaris 2022 e 2023.
- Elaboração do Plano Estadual de Assistência Social de Apoio Técnico e Educação Permanente dos Gestores, Trabalhadores e Conselheiros de âmbito municipal e estadual (2024-2027).

PROGRAMA 122 – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL				
Objetivo: Garantir a proteção integral a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, com direitos violados e/ou rompimento dos vínculos familiares e comunitários.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Pessoas acolhidas nas unidades da Proteção Social Especial (número)	552	579	562	600
Reinserção familiar da população cearense acolhida (%)	20,77	16,40	29,72	26,83

Fonte: SPS.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Acolhimento de 600 pessoas em 20 unidades de acolhimento institucional com garantia da proteção integral para crianças, adolescentes, jovens, pessoas com deficiências, mulheres e idosos com direitos violados e vínculos.
- Capacitação de 5.040 profissionais dentre trabalhadores do Suas, gestores, técnicos, profissionais da rede socioassistencial e demais atores do Sistema de Garantias de Direitos da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, em 66 processos de formação que envolvem os Serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.
- Implantação de Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS Regional (III) em Iracema, referenciando os municípios de Ererê, Potiretama, Quixeré, São João do Jaguaribe e Palhano.
- Apoio a sete entidades sem fins lucrativos para executarem, em parceria com o Estado, serviços de atendimento à pessoa idosa em situação de risco pessoal e social, localizadas em Fortaleza, por meio dos seguintes Projetos: Cultura Digital, Chá 2023, Viva Vida 60+, Projeto Autonomia e Construção da Paz.
- Orientação a 60 idosos sobre tecnologia pelo Projeto Cultura Digital na comunidade do Tancredo Neves e arredores.
- Inclusão de 800 idosos no Projeto Chá 2023 com o objetivo de promover a cultura e inclusão sociodigital.
- Assistência a 65 idosos institucionalizados no Projeto Viva Vida 60+ com ações de promoção do envelhecimento ativo e saudável.
- Orientação a 60 idosos pelo Projeto Autonomia para educação financeira e consciente – ensinando o idoso a cuidar do próprio dinheiro.

- Suporte a 30 idosos do Projeto Construção da Paz para aprenderem a realizar círculos de construção de paz e mediação de conflitos com rodas de conversa e palestras.
- Realização de ações de promoção do envelhecimento ativo pelo Projeto EnvelheSer Ativo desenvolvendo o protagonismo, participação social e autonomia do público beneficiário.
- Benefício a 62 idosos pelo Projeto Nosso Lar, com a restauração, adaptação e reparos de espaços coletivos do Instituto dos Pobres, para melhoria dos atendimentos e das ações.
- Realização de 18.808 atendimentos na Casa da Criança e do Adolescente, com serviços especializados e multidisciplinares, aos menores que tenham testemunhado ou que estejam em situação de violência.

PROGRAMA 123 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA				
Objetivo: Prevenir situações de vulnerabilidade e risco social contemplando serviços, benefícios e programas socioassistenciais.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Famílias com crianças de 0 a 5 anos e 11 meses em situação de extrema pobreza, com acesso a transferência de renda (%).	92,03	55,85	52,10	52,10

Fonte: SPS.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Atendimento a 150.000 famílias com crianças até 5 anos e 11 meses pela Concessão do Cartão Mais Infância nos 184 municípios cearenses.
- Referenciamento de 1.448.117 famílias no território do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif) dos Centros de referência da Assistência Social (Cras) em 184 municípios.
- Concessão de 18.694 Benefícios Eventuais de auxílio-natalidade e auxílio-funeral a famílias pelos Centros de Referência da Assistência Social (Cras) dos 184 municípios cearenses.
- Benefício a 185 famílias vulneráveis e desabrigadas, residentes em áreas de risco em decorrência de fortes chuvas, com aluguel social, em nove municípios (Aratuba, Farias Brito, Itapipoca, Milhã, Missão Velha, Pedra Branca, Porteiras, São Benedito e Uruburetama).
- Implantação de 20 Centros de Educação Infantil (CEIs), incluindo os municípios de Aiuaba, Barroquinha, Campos Sales, Caririaçu, Crateús, Crato (Alto da Penha), General Sampaio, Independência, Ipueiras (América), Ipueiras (sede), Maracanaú, Ocara (Curupira), Ocara (Novo Horizonte), Salitre (sede), Salitre (Serra dos Nogueiras), São Benedito e Umirim.
- Implantação de cinco Centros de Referência da Assistência Social (Cras) pelo Programa de Apoio às Reformas Sociais (Proares).
- Concessão de 158 bolsas para os Agentes Sociais do Programa Mais Infância Ceará, das 14 Regiões do Planejamento, com a realização de 36.083 visitas domiciliares às famílias beneficiárias do Cartão Mais Infância Ceará.
- Implantação de 47 Brinquedocreches em diversos municípios, dentre os quais: Alcântaras, Aratuba, Assaré, Barbalha, Baturité (2), Campos Sales, Cariús, Cascavel, Cedro, Chorozinho, Coreaú, Eusébio, Fortaleza (2), Independência, Ipaporanga, Itapajé, Jaguaruana, Jardim, Juazeiro do Norte, Jucás, Maracanaú, Marco, Martinópole, Meruoca, Miraíma, Mombaça, Nova Russas, Ocara, Paracuru, Paraipaba, Paramoti, Saboeiro, Salitre, Santa Quitéria,

Santana do Acaraú, Senador Pompeu, Senador Sá, Sobral, Tamboril, Tauá, Tejuçuoca, Tianguá, Umari, Umirim e Várzea Alegre.

- Entrega de 34 Brinquedopraças, das quais uma foi em território quilombola, localizada no município de Tururu, e as demais em Acarape, Acaraú, Barbalha (2), Baturité, Campos Sales, Caririaçu, Carnaubal, Crato, Forquilha, Fortaleza (Tapioqueiras, Zona Viva-Jangurussu, Grupo da Paz), Irauçuba, Itapajé, Itapipoca, Milagres, Mucambo, Novo Oriente, Ocara, Pacatuba, Parambu, Pedra Branca, Pereiro, Potengi, Quiterianópolis, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe, Tabuleiro do Norte, Tauá, Umari e Várzea Alegre

- Implantação de quatro Praças Mais Infância, nos municípios de Aracati, Eusébio, Iguatu e Pedra Branca.

- Capacitação de 3.003 trabalhadores do SUAS para a prestação dos serviços socioassistenciais no Programa Primeira Infância no (Suas) – Criança Feliz dos municípios do Estado do Ceará, dos quais 1.932 supervisores e visitadores e 1.071 dentre secretários, técnicos, coordenadores, supervisores e visitadores, (Guia de Visita Domiciliar – GVD e Cuidados para o Desenvolvimento da Criança – CDC), por meio de seminários, oficinas e encontros.

- Acompanhamento de 50.000 famílias pelo Programa Primeira Infância no SUAS – Criança Feliz.

- Atendimento de 24.992 pessoas entre crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosas e familiares, nas Unidades Operacionais com ações socioeducativas e atividades complementares nas áreas de arte, cultura, esporte, jardinagem e lazer, distribuídos nos equipamentos da Proteção Social Básica (ABCs, Circos Escola, Centros Comunitários, Complexos Mais Infância, Espaço Viva Gente).

- Capacitação de 3.404 pessoas das equipes de referência dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, da Gestão do Sistema Único da Assistência Social (Suas), das equipes do Cadastro Único (CadÚnico), Auxílio Brasil, Cartão Mais Infância e demais serviços sociais no âmbito da Proteção Social Básica.

- Concessão de 621.447 tíquetes de gás, beneficiando até 210.333 famílias em 2023. Destes tíquetes, 350 foram destinados às Cozinhas Sociais do Programa Ceará sem Fome e às entidades do Mais Nutrição.

- Recebimento de 53.194 visitantes na Cidade Mais Infância, desde o início da sua reabertura, em julho de 2023, sendo 27.480 crianças e 25.714 adultos, com arrecadação de 66.346,37 kg de alimentos não perecíveis, distribuídos a 216 instituições.

- Implantação do Projeto Zona Viva, espaço coletivo instalado na Unidade Habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida, localizado no Residencial Habitacional José Euclides, no bairro Jangurussu, com a realização de atividades de qualificação profissional, ações de cultura, esporte e lazer destinado à comunidade.

- Capacitação de 888 profissionais, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), em cursos de Informática Básica, Excel Básico, Maquiagem, Assistente Administrativo e Financeiro, nas unidades do Zona Viva.

- Atendimento a 1.274 crianças e adolescentes com ações do Cine Perifa, vacinação, Dia das Crianças, Observatório de Eclipse Lunar, Jogos Digitais, passeios para o Ateliê Impresso e evento GAMIS (Museu da Imagem e do Som), e a 497 pessoas, com rodas de conversas, palestras e ações sobre o Grande Jangurussu, saúde e bem-estar, Defensoria em Movimento, Cine Perifa, Ateliê Impresso, energia solar, sarau da Consciência Negra, nas unidades do Zona Viva.

TEMA – INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

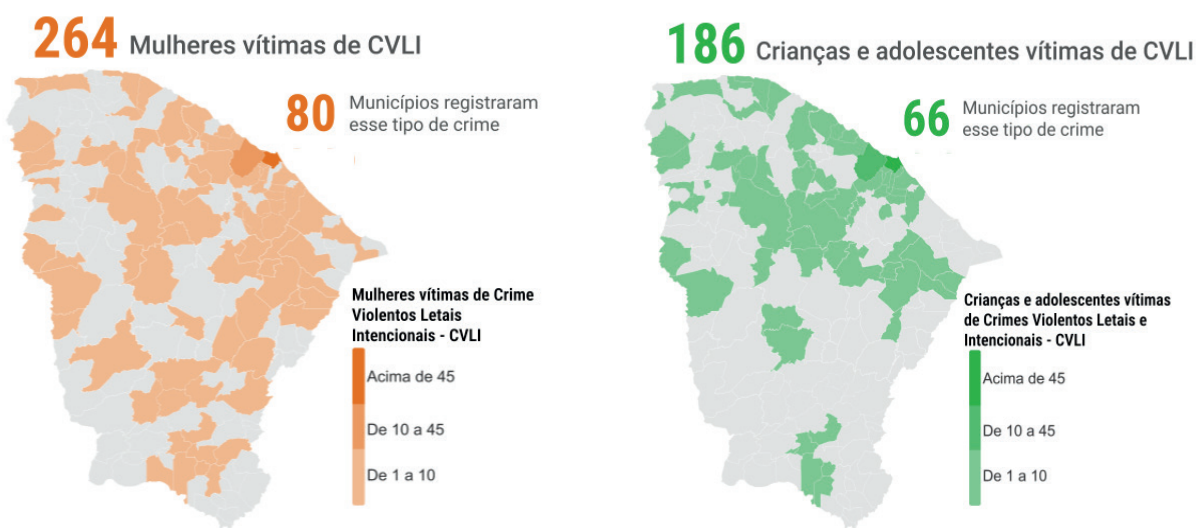
A perspectiva abordada acerca da **Inclusão Social e Direitos Humanos** tem como objetivo primordial assegurar o reconhecimento dos direitos humanos e civis, tanto de indivíduos quanto de grupos em condições de vulnerabilidade, abrangendo áreas urbanas e rurais, e em total consonância com os princípios estabelecidos na Constituição Federal de 1988 e na Declaração Universal dos Direitos Humanos. O Governo do Estado tem direcionado seus esforços de maneira concentrada para garantir a implementação de medidas que promovam o acolhimento, o respeito à dignidade e a valorização de toda a população, sem qualquer distinção.

O Governo Estadual, como uma forma de reiterar seu compromisso com o combate a qualquer tipo de discriminação e com a promoção dos direitos para todas as pessoas, criou a partir da Reforma Administrativa do Estado do Ceará, com base na Lei 18.310/2023, Secretarias específicas, são elas: Secretaria dos Direitos Humanos (Sedih), Secretaria da Igualdade Racial (Seir), Secretaria dos Povos Indígenas (Sepin), Secretaria da Diversidade (Sediv), Secretaria da Juventude (Sejuv) e Secretaria das Mulheres (SEM). Esse enfoque diferenciado visa cumprir a função social de acolher aqueles que se encontram em situação de maior dificuldade no tocante ao acesso às políticas públicas, sofrendo, inclusive, violação dos direitos relacionados à dignidade de todo ser humano.

No que diz respeito às crianças, adolescentes e jovens, as taxas de violência sexual apresentaram um aumento em 2023. Segundo informações da Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública (Supesp), de um universo de 1.678.085 jovens no Ceará, 178 foram vítimas de crimes sexuais no ano, ao passo que 1.499 crianças e adolescentes sofreram crimes sexuais dentre as 2.194.530 crianças e adolescentes registradas no sistema de dados do Estado.

Por outro lado, observou-se uma queda na taxa de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) contra mulheres e, mais ainda, contra crianças e adolescentes de 2020 a 2023 (redução de 1,79 p.p e 6,52 p.p, respectivamente), o que evidencia que os investimentos do estado nessa área têm produzido também efeitos positivos, ainda que se tenha um grande caminho a se percorrer.

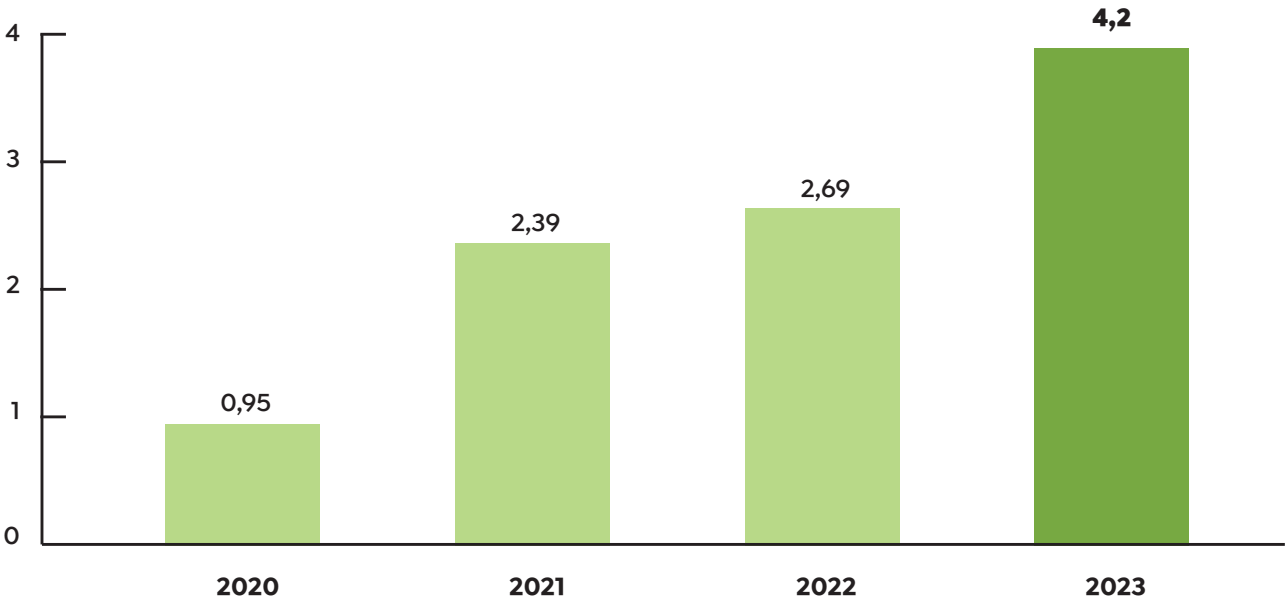
FIGURA 01 – MUNICÍPIOS COM INCIDÊNCIA DE CRIMES VIOLENTOS LETAIS E INTENCIONAIS (CVLI) CONTRA MULHERES E CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, EM 2023



Fonte: Supesp. Elaboração: Seplag.

No intuito de promover a autonomia socioeconômica das mulheres, e assim contribuir para seu empoderamento, o Estado realizou a qualificação socioprodutiva de 412 mulheres, sendo 139 na Casa da Mulher Brasileira, 120 na Casa da Mulher Cearense de Juazeiro do Norte, 151 na Casa da Mulher Cearense de Sobral e duas na Casa da Mulher Cearense de Quixadá. Também foram realizadas ações preventivas durante rodas de conversa, contando com a participação de 1.777 mulheres, com o objetivo de informá-las e orientá-las sobre o enfrentamento da violência de gênero.

GRÁFICO 39 – MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA CERTIFICADAS EM CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, EM PERCENTUAL



Fonte: Supesp. Elaboração: Seplag.

Vale também destacar a entrega de quatro Salas Lilás, para atendimento a mulheres em situação de violência doméstica e familiar, nos municípios de Santana do Cariri, Jaguaruana, Viçosa do Ceará e Nova Russas, a implantação de 36 Conselhos Municipais de Direitos da Mulher e o lançamento do Programa Tempo de Justiça Mulher, uma iniciativa que busca avaliar e acompanhar o andamento de processos e dar mais celeridade aos casos de feminicídio.

Outra grande preocupação do governo tem sido o acesso à educação básica para a população indígena e para a população negra. Em 2023, 73,9% dos jovens da faixa etária entre 15 a 17 anos da população autodeclarada indígena estavam matriculados na educação básica, um crescimento de 9,5 p.p em relação ao ano de 2022, quando se atingiu o percentual de 64,40%. Em relação à população autodeclarada preta de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio ou já concluiu a educação, 83,9% dos jovens da faixa etária de 15 a 17 anos da população autodeclarada preta responderam que estavam matriculados na educação básica em 2023, também acima do percentual registrado no ano anterior, que foi de 77,6%.

A evolução desses percentuais em relação ao ano anterior pode ser atribuída às ações afirmativas realizadas pelo governo, buscando oferecer melhores condições de acesso e permanência, com a implementação simultânea de ações para a melhoria da qualidade da educação ofertada. Algumas das ações voltadas para esse fim foram a elaboração de avaliações diagnósticas formativas específicas, produção de material didático estruturado diferenciado (programa Foco na Aprendizagem) e formação continuada para professores indígenas do ensino médio.

Considerando também a sua situação de vulnerabilidade, é necessário investir em ações que

reduzam a violação de direitos da pessoa idosa e da pessoa com deficiência. No Censo Demográfico 2010 do IBGE, 839.764 pessoas residentes no Ceará se identificaram com algum tipo de deficiência (auditiva, motora, visual, mental/intelectual). Conforme fonte do Observatório de Direitos Humanos, foram registrados 1.022 casos de violações de direitos da pessoa com deficiência (até 08/12/2023). Apesar do aumento ocorrido em 2023 no percentual de pessoas com deficiência com direitos violados notificados em relação aos anos anteriores, é necessário considerar que o Estado vem intensificando o debate sobre a temática, o que pode ter diminuído o número de subnotificações das ocorrências de violência, embora ainda existentes.

Essa mesma trajetória de aumento nas notificações dos casos de violação de direitos tem sido observada entre as pessoas idosas. Das 909.475 pessoas residentes no Ceará que se identificaram com idade a partir de 60 anos (Censo 2010 do IBGE), 7.012 notificaram algum tipo de violação de direito em 2023, resultando em um aumento de 0,59 p.p em relação ao ano de 2022. Ressalta-se aqui também a importância de se intensificar as políticas públicas para esta temática, visto que muitas violações ainda são subnotificadas.

Destaca-se também no Estado as ações extensionistas realizadas pelas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas estaduais para a população em situação de vulnerabilidade social, refletindo-se em aumento contínuo na taxa de inclusão da população vulnerável em ações extensionistas, mesmo nos períodos de paralisação das atividades presenciais nas universidades, motivadas pela pandemia. Essas ações compreendem programas, projetos, cursos, eventos e serviços voltados sobretudo às seguintes frentes: prevenção, saúde e bem-estar, educação e emancipação cidadã, fortalecimento de coletivos autogestionários, iniciação artístico-cultural, meio ambiente e sustentabilidade, cultura de paz e protagonismo juvenil, arte na escola, segurança alimentar e nutricional, dentre outras.

Essas ações assumiram grande importância e um caráter transformador, especialmente pela articulação com a pesquisa e a inovação, fortalecendo o conhecimento produzido nas universidades na perspectiva de enfrentamento aos problemas sociais. Destacam-se também nessa área os projetos de combate à desinformação e projetos de acesso à universidade, como é o caso dos cursinhos populares.

Atuando no fortalecimento das políticas sobre drogas, o Estado realizou no último ano ações em 36 municípios com ênfase na prevenção ao uso de álcool e outras drogas, favorecendo diretamente a população mais vulnerável e suscetível ao uso de substâncias psicoativas, bem como pessoas que atuam ou tenham interesse na temática. Esse resultado somou-se aos 98 municípios com ações que vêm sendo realizadas desde 2020, totalizando 134 municípios até 2023. Os encontros abordando o tema foram realizados através de ações presenciais ou virtuais destinadas aos técnicos da assistência social, educação, saúde, conselheiros e sociedade civil.

São muitos os fatores psicológicos, socioeconômicos e ambientais que interferem nas questões voltadas aos problemas com uso de drogas e que requerem nos municípios ações preventivas continuadas e integradas com a gestão, rede de atenção e sociedade civil. Assim, o governo está contribuindo para promoção da vida, sensibilização, orientação, qualificação, informação e garantia de direitos do público assistido, fomentando a estruturação dessa política no âmbito dos municípios, seguindo uma estratégia de interiorização das ações de prevenção ao uso abusivo de álcool e outras drogas.

PROGRAMAS E PRINCIPAIS REALIZAÇÕES – 2023

PROGRAMA 131 – PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER				
Objetivo: Ampliar a promoção do empoderamento das mulheres e autonomia socioeconômica.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Notificações registradas de violência contra a mulher (Lei Maria da Penha) (número)	18.903	18.889	19.407	22.068
Mulheres atendidas pela rede de enfrentamento à violência contra a mulher (número)	41.338	48.218	47.601	44.339
Mulheres vítimas de violência certificadas em cursos de qualificação profissional (%)	0,95	2,39	2,69	4,20
Municípios com Conselho dos Direitos da Mulher (%)	39,67	40,76	41,30	55,43

Fonte: SEM e Supesp.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Atendimento a 27.723 mulheres em situação de violência doméstica e familiar, sendo 4.223 atendidas em Juazeiro do Norte, região do Cariri, 14.107 em Fortaleza, região da Grande Fortaleza, 494 em Quixadá, região Sertão Central, 8.899 em Sobral, região Sertão de Sobral.
- Certificação de 412 mulheres, sendo 93 na Casa da Mulher Brasileira; 113 na Casa da Mulher Cearense de Sobral; e 104 na Casa da Mulher Cearense de Juazeiro do Norte.
- Entrega de quatro Salas Lilás para atendimento especializado e humanizado para as mulheres vítimas de violência doméstica.
- Realização de ações preventivas durante as rodas de conversa para 1.777 mulheres, com o objetivo de informar e orientar as mulheres sobre o enfrentamento da violência de gênero.
- Constituição de 36 Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher.

PROGRAMA 132 – PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA SOBRE DROGAS				
Objetivo: Expandir a prevenção, cuidado e reinserção social de pessoas em uso ou em vulnerabilidade ao uso de álcool e outras drogas no Estado do Ceará.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Municípios com Conselho de Políticas sobre Drogas implantado (%)	65,76	68,48	70,65	71,20

Fonte: SPS.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

Capacitação de 668 pessoas, dentre conselheiros, profissionais da rede de atenção, nas temáticas voltadas às políticas sobre drogas, abordagens sobre prevenção e promoção de esporte por meio dos projetos +Papo +Atitude, Resenha da Prevenção e dos cursos de Prevenção ao Uso e Abuso de Álcool e outras drogas, destinados a Conselheiros de Políticas sobre Drogas e Rede de Atenção e Integralidade do Cuidado na Política sobre Drogas pela plataforma EaD.

Fortalecimento dos 26 Conselhos Municipais de Políticas sobre Drogas (Compd) dos municípios de Acarape, Aiuaba, Apuiarés, Ararendá, Arneiroz, Campos Sales, Caririaçu, Caucaia, Cedro, Hidrolândia, Horizonte, Ibiapina, Independência, Jardim, Juazeiro do Norte, Milhã, Missão Velha, Mombaça, Nova Olinda, Ocara, Paracuru, Paraipaba, Piquet Carneiro, Santana do Acaraú, Senador Sá e Tianguá.

Realização de ações de abordagem, sensibilização e orientação a 9.991 pessoas voltadas à prevenção dos problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas integradas à metodologia dos projetos Resenha da Prevenção, +Papo +Atitude, Prevenção e Cuidado na CE e Clube da Prevenção.

Realização de 9.070 atendimentos a pessoas em vulnerabilidade ou com problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas e seus familiares, com orientações, encaminhamentos, articulações com a Rede de Atenção Psicosocial, dos quais 3.090 foram nas instalações do Centro de Referência sobre Drogas (CRD) e 5.980 nas ações das três unidades da Estação Móvel.

Constituição do Conselho Municipal de Política sobre Drogas (Compd) de Acarape, conforme a Lei nº 684 de 08 de dezembro de 2023.

Realização de 18 edições do Projeto Acolher com a finalidade de ofertar serviços, programas e benefícios, por meio da integração de políticas públicas, nas mais diversas áreas, de forma itinerante, para uma assistência integral às famílias de extrema vulnerabilidade social, com cadastro de 1.400 famílias e realização de 29.948 atendimentos.

PROGRAMA 133 – PROTEÇÃO À VIDA E ACESSO À JUSTIÇA SOCIAL E CIDADANIA				
Objetivo: Ampliar a proteção a vítimas de violência e violações de direitos humanos e o acesso dos cidadãos aos documentos básicos.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Documentos emitidos nas Unidades de atendimento ao Cidadão (%)	54	48,24	48,52	52,90
Municípios com profissionais e atores sociais capacitados para o enfrentamento ao tráfico de pessoas e integração local de migrantes e refugiados (%)	-	10,86	78,79	78,79
Pessoas atendidas pelos programas de proteção (número)	207	429	559	515
Pessoas vítimas de crimes violentos assistidas pelo Centro de Referência de Apoio a Vítimas de Violência (CRAVV) (%)	68,22	51,27	87,96	28,46

Fonte: Sedih e SPS.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização de 3.509.475 atendimentos ao cidadão, dos quais 2.827.158 nas seis unidades do Vapt Vupt, localizadas nos municípios de Fortaleza (unidades de Antônio Bezerra, Messejana, Papicu e Centro), Juazeiro do Norte e Sobral, 609.314 nas cinco Casas do Cidadão nos municípios de Barbalha, Fortaleza (unidades na Assembleia Legislativa do Ceará, Shopping Iguatemi e Benfica) e Maracanaú, e na Central do Cidadão, e 73.003 nos quatro Caminhões do Cidadão, que atenderam 181 municípios em 423 ações.
- Implantação de três Unidades de Atendimento ao Cidadão, das quais duas são unidades do Vapt Vupt, em Fortaleza, e uma Casa do Cidadão, em Barbalha.
- Realização do III Encontro Estadual das Equipes Técnicas dos programas de Proteção.

- Atendimento a 751 pessoas, dentre migrantes, refugiados e pessoas em situação de tráfico.
- Realização de 590 atendimentos às vítimas de crimes violentos através dos serviços de apoio psicossocial e orientações jurídicas ofertados pelo Centro de Referência e Apoio à Vítima de Violência (CRAVV).
- Realização do Agosto da Memória, envolvendo programação diversa, como as palestras "44 Anos da Anistia e Redemocratização do Brasil", "Histórias dos Ex-presos Políticos do Grande Pirambu, em destaque a luta do ferroviário Amadeu Alves de Lima" e "O Papel das Mulheres na Luta pela Anistia".
- Lançamento da Plataforma de Formalização do Conselho Permanente de Anistiados Político do Ceará/ Estatutos, Plano de Trabalho e Criação da Comissão Eleitoral.
- Realização da I Jornada de Educação em Saúde no Contexto Hospitalar do Assistente Social, com a temática: Migração e Refúgio, Caminhos Percorridos pelo Migrante e Refugiado para o Acesso às Políticas Públicas do Estado do Ceará, com 41 pessoas capacitadas.
- Realização do Seminário com tema "O Tráfico Humano e a Exploração Sexual é Crime e Precisa ser Combatido", com 62 pessoas capacitadas.
- Realização da capacitação remota com a temática sobre Migração e Refúgio, em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), com 30 pessoas capacitadas.
- Atendimento de 889 pessoas pelos Programas de Proteção (PROVITA, PPDDH, PPCAM e PPPRO).

PROGRAMA 134 – INSTITUCIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE				
Objetivo: Promover o fortalecimento e a institucionalização das políticas públicas voltadas à Juventude.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Conselhos municipais de juventude em pleno funcionamento (%)	3,25	5,97	10,86	ND
Público participante em projetos, núcleos e eventos voltados para a política pública de juventude (número)	600	2.060	150	ND

Fonte: Sejuv.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

ND: Dados não disponíveis pelas fontes oficiais de pesquisa.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Lançamento do projeto-piloto do Escritório Popular da Juventude (EPJ), iniciativa pioneira no Brasil em parceria com a Secretaria Nacional de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública.
- Realização do Seminário "Protagonismo das Juventudes do Ceará", mostra audiovisual realizada para jovens indígenas, negros, quilombolas, de terreiro e de periferias.
- Realização de 43 conferências municipais, 8 conferências regionais e 1 estadual, que debateram e levantaram as queixas, sonhos e anseios da juventude perante o Governo do Estado do Ceará.

PROGRAMA 135 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS				
Objetivo: Ampliar a promoção de direitos e a inclusão social dos povos, grupos e pessoas historicamente discriminadas e vulnerabilizadas.				
Indicador	2020	2021	2022	2023[1]
Municípios com equipes capacitadas para superação do racismo institucional (%)	28,80	64,13	100	100
Municípios com ações de direitos humanos e inclusão social (%)	-	-	11,96	5,43

Fonte: Sedih e Seir.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Implantação de 11 Núcleos do Projeto Esporte e Superação, distribuídos nos municípios do Crato (5), Barbalha (2) e Juazeiro do Norte (4).
- Atendimento a 7.135 jovens em modalidades esportivas realizadas pelos 145 núcleos do Projeto Esporte & Superação, nos municípios Fortaleza, Caucaia, Sobral, Crato, Barbalha e Juazeiro do Norte.
- Promoção de eventos para a igualdade racial, tais como: Caravana Participativa para a Construção do Plano Juventude Negra Viva; I Seminário da Economia Negra do Ceará; 1° Festival de Cultural Alimentar Afroancestral – Ajeumbó e Festival Afrocearensidades.
- Capacitação de 2.356 pessoas da sociedade civil por meio de eventos relacionados à temática da igualdade racial, muitos dos quais solicitados por instituições de ensino.
- Capacitação de cerca de 1.145 agentes públicos do Estado e municípios na temática da igualdade racial, divididos nas Regiões do Cariri (Crato e Araripe), Grande Fortaleza (Fortaleza), Maciço de Baturité (Pacoti), Sertão de Sobral (Sobral) e Litoral Oeste/Vale do Curu (Itapipoca).
- Capacitação de 152 pessoas no Curso de Formação em Inspeções Prisionais e Prevenção e Combate à Tortura, de 350 pessoas em cursos voltados à efetiva implementação da política estadual de diretos humanos.
- Capacitação de 40 profissionais para serem multiplicadores em direitos humanos com a temática trabalho escravo, no município de Itaitinga.
- Promoção de eventos de direitos humanos: Ato Político Cultural – 18 de Maio Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes; Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência: Trajetórias e Desafios; Assinatura do protocolo de Intenções Memória e Verdade; Assinatura do termo de Cooperação para os arquivos da anistia.
- Instituição do Sistema Estadual de Prevenção e Combate à Tortura (SEPCT), consolidação do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura (CEPCT) e criação do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura (MEPCT) por meio da Lei nº 18.660 de 27/12/2023.
- Realização do Fórum da Política Estadual da Pessoa Idosa.

PROGRAMA 136 – PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE ADOLESCENTES EM ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO				
Objetivo: Ampliar a eficiência e a eficácia do atendimento integral ao adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas, contribuindo para sua reinserção sociofamiliar e comunitária.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Adolescentes e jovens em medida socioeducativa de internação e semiliberdade com no mínimo de 75% de frequência na educação básica (%)	40	82,76	84,73	92,00
Centros socioeducativos funcionando com o ambiente físico e infraestrutura em conformidade com o SINASE (%)	56,25	89,47	100,00	100,00

Fonte: Seas.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Acompanhamento de 529 adolescentes e jovens em pós-medida pelo Programa de Oportunidades e Cidadania (POC), sendo 223 com acompanhamento intensivo pela equipe do Programa.
- Concessão de 1.853 certificados a profissionais da socioeducação, conforme o plano de capacitação continuada e permanente da Escola de Gestão Socioeducativa.
- Concessão de 2.155 certificados a adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa em cursos de profissionalização e preparação para o mundo do trabalho.
- Escolarização formal para 39 adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa que obtiveram progressão escolar e inscrição de 75% dos adolescentes e jovens no Enem PPL (Pessoas Privadas de Liberdade) 2023, sendo 290 na Capital e 101 no interior.
- Implantação do Observatório Socioeducativo.
- 165 adolescentes e jovens em atendimento socioeducativo foram beneficiados com a emissão de títulos eleitorais em ação conjunta com o TRE-CE.
- Instalação da Unidade de Aprendizagem Profissional no Centro Educativo Caninde-zinho em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Superintendência Regional do Trabalho e empresa CMM – Engenharia, beneficiando 13 adolescentes com carteira de trabalho assinada, recebendo salário hora aprendizagem e participando do curso de 800 h/a em Logística para Indústria.

TEMA – SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O tema **Segurança Alimentar e Nutricional** (SAN) refere-se à garantia do direito de todos ao acesso regular e contínuo a alimentos de qualidade em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Essa abordagem baseia-se em práticas alimentares que promovam a saúde, respeitem a diversidade cultural e sejam sustentáveis nos aspectos ambiental, econômico e social.

De acordo com esse conceito, a SAN prioriza a intersetorialidade, demandando a participação tanto das esferas governamentais quanto da sociedade civil organizada em diversos setores, como saúde, educação, trabalho, agricultura, desenvolvimento social, meio ambiente, entre outros. Isso se desdobra em diferentes linhas de ação, incluindo produção, comercialização, controle de qualidade, acesso e consumo alimentar.

É relevante destacar que a institucionalização da SAN representa um dos avanços mais significativos nas políticas sociais brasileiras recentes, especialmente no combate à fome, dada sua urgência e imperatividade de superação. No âmbito estadual, a implementação de políticas específicas de SAN assume uma relevância substancial nas ações sociais do Ceará, evidenciando um comprometimento real em abordar de maneira eficaz questões cruciais relacionadas à alimentação e nutrição no estado.

É fundamental integrar aos esforços a execução de programas de SAN que abordem as dimensões ambiental e territorial. Isso implica enfrentar questões como a redução do uso de agrotóxicos, estratégias para lidar com os transgênicos e o aprimoramento das condições de fiscalização sanitária. O objetivo é assegurar a agrobiodiversidade e o controle de produtos que representem riscos à saúde, promovendo também a educação alimentar e nutricional, com especial atenção para crianças e adolescentes.

De janeiro a novembro de 2023, 8,21% da população em situação de pobreza no estado recebeu benefícios por meio dos Programas PAA Leite e PAA Alimentos. Esses programas têm como objetivo incentivar a agricultura familiar visando contribuir com o acesso à alimentação saudável, e assegurar o atendimento às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, a partir do consumo dos alimentos produzidos pelas famílias fornecedoras[18]. Esse percentual representa um total de 253.432 pessoas beneficiadas em todo o estado por meio da distribuição de leite e/ou alimentos, sendo atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, além da rede pública e filantrópica de ensino.

Além do PAA, o governo do Estado do Ceará tem aumentado sua ênfase em programas de transferência direta de renda, como o Cartão de Auxílio Cesta Básica, e iniciativas de distribuição de alimentos, exemplificadas pelo programa Mais Nutrição, bem como de gás de cozinha, representado pelo Vale Gás. Essas medidas têm como objetivo assegurar que a população mais vulnerável tenha acesso regular a alimentos e meios seguros para sua preparação.

Quanto ao Mais Nutrição, o programa impactou positivamente 134 entidades, as quais foram escolhidas por meio de um Edital Público, com o propósito de receberem alimentos de alta qualidade. Essa iniciativa visa desempenhar um papel crucial na diminuição da insegurança alimentar e nutricional entre indivíduos em situação de vulnerabilidade.

Em 2023, também foi lançado um importante programa no âmbito da segurança alimentar e nutricional, o Ceará Sem Fome. Esse programa tem duas importantes ações, o Cartão Ceará sem Fome e a Criação da Rede de Unidades Sociais Produtoras de Refeições (USPR). Com o Cartão Ceará sem Fome é possível comprar apenas alimentos, sempre dando preferência aos produzidos pela agricultura familiar e aos vendidos em pequenos comércios, o Cartão já foi concedido a 43.357 famílias em extrema pobreza e vulnerabilidade social nos 184 municípios, com 7 recargas mensais de R$ 300,00.

Além do mais, foram implantadas 1.028 USPRs do programa Ceará Sem Fome, sendo 289 na capital e 739 no interior do Estado, atendendo a 116 municípios, ofertando diariamente 96.179 refeições, sendo até o momento ofertado um total de 3.214.522 refeições através do programa.

Os resultados destacados refletem o comprometimento do Estado com os cidadãos em condição de vulnerabilidade social, evidenciando uma diligência no processo de regionalização das iniciativas relacionadas à segurança alimentar. Isso engloba não apenas a promoção do acesso a alimentos, mas também esforços direcionados à aquisição de produtos de qualidade e provenientes da agricultura familiar.

18. BRASIL,Companhia Nacional de Abastecimento, 2023. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/5087-paa-lei-que-promove-o-fortalecimento-da-agricultura-familiar-e-sancionada#:~:text=O%20objetivo%20%C3%A9%20incentivar%20a,de%20promover%20o%20abastecimento%20alimentar.>

PROGRAMAS E PRINCIPAIS REALIZAÇÕES – 2023

PROGRAMA 141 – GESTÃO E PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL				
Objetivo: Ampliar o acesso a alimentos em quantidade e qualidade adequada, contribuindo com a redução da insegurança alimentar e nutricional.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Municípios com Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) apoiados (%)	-	-	9,24	9,24
Pessoas beneficiadas com alimentação saudável (número)	15.939	31.316	30.348	28.575

Fonte: SPS.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Capacitação de 328 pessoas em oito oficinas sobre Boas Práticas de Manipulação de Alimentos direcionada aos técnicos das Unidades Gerenciadoras de Alimentos do Programa Ceará Sem Fome (UG), da Cidade Mais Infância, dos Complexos Mais Infância João XII e Curió e do Núcleo Centro de Formação e Inclusão Sócio Produtiva (Cefisp), em Fortaleza.

- Realização de 8.269 análises, entre ensaios microbiológicos e físico-químicos e químicos, para análises fiscais e de controle de qualidade de Programas do Governo do Estado do Ceará, como o Ceará sem Fome, além de hospitais, empresas distribuidoras de água mineral e cooperativas de agricultura familiar.

- Aquisição e distribuição de 206.113,15 quilos de alimentos em 63 municípios, beneficiando 179 agricultores familiares e 253.342 pessoas em 787 entidades socioassistenciais.

- Aquisição e distribuição de 7.201.099 litros de leite bovino e 25.378 litros de leite caprino de 1.475 produtores em 150 municípios, beneficiando 250.000 pessoas em vulnerabilidade social em 2.172 entidades socioassistenciais.

- Distribuição de 568.606,97 kg de alimentos, oriundos do Banco de Alimentos e da Fábrica de Sopas e de Polpas, instalados no entreposto da Ceasa – Maracanaú e na Ceasa – Cariri/Barbalha, beneficiando 28.575 pessoas de 124 Organizações da Sociedade Civil (OSCs) participantes do programa de acesso a alimentação saudável.

- Implantação de 1.068 Unidades Sociais Produtoras de Refeição (USPR) do programa Ceará Sem Fome, sendo 289 na capital e 739 no interior do estado, atendendo a 178 municípios, ofertando diariamente 100.144 refeições, sendo até o momento ofertado por meio do programa um total de 5.282.527 refeições.

- Seleção de 134 entidades por meio de Edital Público, para serem beneficiadas pelo Programa Mais Nutrição, para receber alimentos de qualidade e contribuir com a redução da insegurança alimentar e nutricional de pessoas em situação de vulnerabilidade.

- Concessão do Cartão Alimentação Ceará Sem Fome a 43.357 famílias em extrema pobreza e vulnerabilidade social nos 184 municípios, com recargas no valor de R$ 300,00 mensais.

“O Ceará é a prova concreta da importância do planejamento. Se olharmos o que era o Ceará em 1963 para o que vemos hoje, nós podemos comparar claramente o padrão e a qualidade de vida daquela época com o que se tem atualmente. O Ceará é uma prova viva de que o planejar faz diferença na vida das pessoas.”

Elmano de Freitas, Governador do Estado do Ceará

Resultado estratégico: População atendida com serviços públicos estaduais planejados e geridos de forma eficiente, eficaz e efetiva, em sintonia com as necessidades e demandas regionais dotadas de transparência, controle social, equidade e sustentabilidade fiscal.

Temas: Gestão Fiscal, Planejamento e Modernização da Gestão, Transparência, Ética e Controle e Gestão e Desenvolvimento de Pessoas.

Órgãos envolvidos (Poder Executivo): Arce, Casa Civil, Cearapar, Cearaprev, CGE, EGPCE, Ipece, Issec, PGE, SCidades, Sefaz, Seplag e Vicegov.

CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA PARA RESULTADOS

CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA PARA RESULTADOS

A gestão democrática para resultados se faz com a participação efetiva dos vários segmentos da sociedade cearense e requer do Governo decisões e negociações acerca das escolhas de objetivos e caminhos para uso correto e transparente dos recursos públicos, como forma de garantir políticas governamentais direcionadas à busca do crescimento constante, do equilíbrio financeiro, fiscal e orçamentário, e da redução persistente das desigualdades regionais, bem como da ampliação da capacidade dos investimentos.

Para manter o Estado no caminho do desenvolvimento, com respeito e responsabilidade com a população e as instituições, é necessário o desenvolvimento de estratégias governamentais para estimular o avanço das vocações e potencialidades nos territórios cearenses, fortalecendo setores estratégicos com infraestrutura, tecnologia, comercialização e governança, evoluindo sua atratividade, a fim de consolidar vantagens competitivas na atração de fluxos econômicos, fomento da economia local e do desenvolvimento regional de forma humanizada, sustentável e inovadora.

As ações estruturantes que envolvem a sociedade na consolidação de uma cultura participativa e colaborativa, conectada com a construção de um ambiente permanente e amigável para o exercício democrático, compõem o desafio que se coloca a ser trabalhado por meio do desenvolvimento das políticas de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, Gestão Fiscal, Planejamento e Modernização da Gestão, e Transparência, Ética e Controle, temas tratados de forma transversal pelos órgãos públicos envolvidos com a execução dos programas e ações direcionados à consecução dos objetivos de cada um deles.

Este eixo envolve um conjunto de políticas públicas implementadas por meio de 18 programas finalísticos, que aplicaram, no ano de 2023, um volume de recursos orçamentários da ordem de **R$ 1.518.957.639,11**.

TABELA 42 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR TEMAS – ANO 2023[1] (R$)

Tema	Lei + Créditos	Empenhado	% Execução Orçamentária
Gestão e Desenvolvimento de Pessoas	469.481.499,27	387.883.857,84	82,62
Gestão Fiscal	812.558.956,17	789.966.749,30	97,22
Planejamento e Modernização da Gestão	77.839.933,12	29.211.226,94	37,53
Transparência, Ética e Controle	322.699.747,94	311.895.805,03	96,65
Total	1.682.580.136,50	1.518.957.639,11	92,28

Fonte: Seplag

[1] Dados gerados no dia 05/01/2024, sujeitos a alterações.

O resultado dos esforços orçamentários é observado, também, no monitoramento dos indicadores temáticos da série histórica apresentada a seguir:

TABELA 43 – EVOLUÇÃO DOS INDICADORES POR TEMAS (2019-2023)

Indicador	2019	2020	2021	2022	2023[1]
GESTÃO FISCAL					
Autonomia fiscal do Estado (%)	65,72	61,45	63,28	55,14	55,54
Capacidade de investimento público (%)	8,77	8,21	9,14	11,53	4,42
Índice de endividamento (%)	71,38	80	78,25	57,86	52,54
Relação entre despesa de pessoal e Receita Corrente Líquida – RCL (%)	41,64	40,55	39,20	42,50	43,91
Relação entre receita total e PIB estadual (%)	16,5	16,89	16,38	18,11	14,60
Relação entre resultado primário e PIB estadual (%)	1,24	1,42	1,56	0,36	0,54
PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO					
Índice de Equilíbrio da Execução Financeira (IEEF) (adimensional)	0,26	0,23	0,27	0,27	ND
TRANSPARÊNCIA, ÉTICA E CONTROLE					
Taxa de participação cidadã e controle social (participação por 100 mil habitantes)	17.173,05	19.783,34	26.232,77	25.026,30	23.538,94

Fonte: CGE, Sefaz e Seplag.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

ND: Dados não disponíveis pelas fontes oficiais de pesquisa.

TEMA – GESTÃO FISCAL

O Estado do Ceará busca construir um ambiente fiscal sólido, transparente e justo. Para isso, vem formulando ações e implementando mudanças com o objetivo de transformar a gestão pública e melhorar a qualidade dos serviços colocados à disposição da sociedade, efetivando uma **Gestão Fiscal** equilibrada e monitorada, permitindo a potencialização das receitas e o controle das despesas, respeitando os limites impostos pela legislação e demais parâmetros formais que regem o regramento do erário, e à capacidade de endividamento e de investimento do Estado.

A autonomia fiscal do Estado tem por base a relação das receitas correntes de arrecadação próprias e o total de receita corrente. Dessa forma, quanto maior for a participação das receitas correntes próprias na receita corrente total, maior será a autonomia financeira e menor será a participação das transferências correntes. Quanto às expectativas, procura-se alcançar maior independência das receitas de transferências provenientes da União para, assim, assegurar uma maior autonomia do Estado quanto à gestão e destinação das suas receitas. Em 2023, o indicador foi bastante afetado pelos efeitos da Lei Complementar nº 194/2022, que interferiu nas alíquotas de setores estratégicos para a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Produtos (ICMS), cuja arrecadação foi prejudicada. Apesar de uma redução nos últimos anos, a autonomia fiscal ficou em torno de 55,54% em 2023.

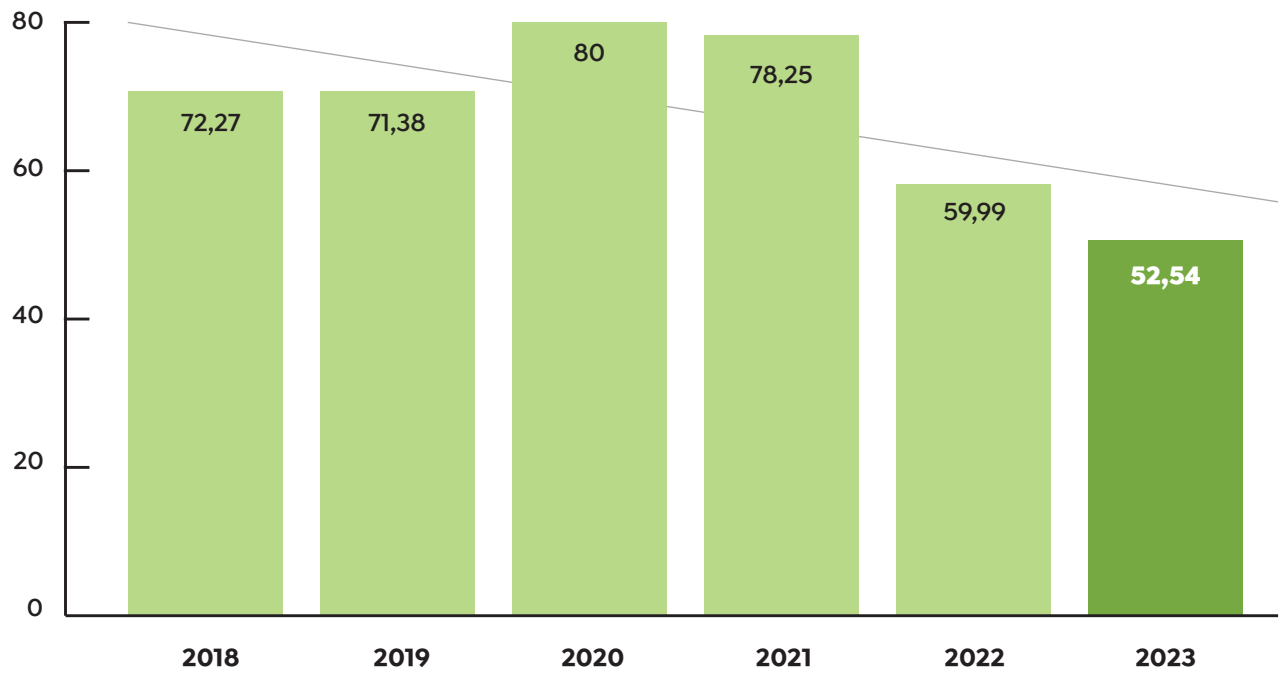
A arrecadação própria, sinalizada pelo Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

(IPVA), pelo Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), bem como pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), apresentou um inexpressivo aumento, tendo em vista as reduções na arrecadação advindas das Leis Complementares nº 192 e 193, de 2022. A arrecadação dos três impostos de competência estadual somou R$ 17.419.523.171,83 no acumulado de janeiro a novembro de 2023, valor que é superior ao de 2022. Apesar de ITCD e ICMS apresentarem queda de arrecadação, o IPVA teve incremento nos valores destinados aos cofres do Estado. Quanto às receitas com o ICMS, houve redução de 8,30% em comparação com 2022. Porém, em relação a 2020, essas receitas aumentaram em 12,49%.

Em relação à sua Receita Corrente Líquida (RCL), o Estado alcançou uma capacidade de investimento equivalente a 4,42% até o 5º bimestre de 2023. Verifica-se, portanto, o esforço orçamentário voltado à disponibilização de novos equipamentos públicos, construção de imóveis e rodovias, desenvolvimento de softwares, entre outras despesas relacionadas. O motivo para o indicador ainda estar bastante inferior aos anos anteriores é o fato de que, historicamente, as despesas de investimento possuem execução concentrada nos últimos meses. Dessa forma, com a posterior inserção das informações atinentes ao 6º bimestre, tende-se a atingir resultados mais satisfatórios.

Quanto ao estoque da Dívida Consolidada Bruta (DCB), foi registrado, até o 2º quadrimestre de 2023, o alcance de 52,54% de uma meta estipulada de 72,53%. A Receita Corrente Líquida (RCL) para o Cálculo dos Limites de Endividamento até agosto 2023 chegou aos R$ 31,10 bilhões. É importante para o Governo do Estado atingir uma boa performance em relação à Capacidade de Pagamento (CAPAG, Portaria SNT nº 5.623/2022), possibilitando que se tenha dimensão desses níveis de endividamento em relação ao potencial do Estado de quitar essas obrigações. Além disso, é importante que o Estado tenha patamares saudáveis de dívida, evitando que haja um descontrole das despesas com amortizações e com o pagamento de juros e encargos.

GRÁFICO 40 – EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO 2018 – 2023 (%)



Fonte: Sefaz. Elaboração: Seplag.

No que diz respeito à relação entre despesa de pessoal e Receita Corrente Líquida (RCL), o Estado está mantendo o controle dos seus gastos de pessoal, atendendo ao limite máximo disposto nos incisos I, II e III do art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF, Lei Complementar nº 101/2000). Em 2023, assim como ocorrido em 2022, os níveis de despesa de pessoal foram afetados pelo fato de que passaram a ser contabilizadas as despesas com Organizações Sociais (OS) e outras entidades que firmaram contrato de gestão com o poder público, conforme Portaria nº 377, de 8 de julho de 2020 e Nota Técnica SEI nº 45799/2020/ME.

Apesar disso, o indicador apresentou resultado de 43,91%, abaixo do limite legal (49,00%) e também inferior aos limites prudencial e de alerta (44,10%)[19] estabelecidos pela LRF. O resultado demonstra que o Poder Executivo estadual está respeitando os limites legais estabelecidos pela legislação, por meio de uma gestão fiscal responsável. Os resultados do indicador são publicados quadrimestralmente.

A despesa de pessoal está em torno de R$ 13,63 bilhões, já incluído o valor dos precatórios do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Na educação, os gastos estão em 24,51%, número já próximo aos 25,00%, percentual mínimo exigido por lei para o fechamento do ano. Na área da saúde, o Estado já alcançou o indicador mínimo de 12%, estando atualmente em 14,77%.

Por fim, foram deduzidos os valores referentes ao Abono de Permanência concedidos, conforme Resolução do TCE/CE nº 2582/2009 (DOE de 28/12/2009), no valor de R$ 32.348.323,19 até dezembro de 2022. A partir de janeiro de 2023, o Abono Permanência passa a ser considerado no cômputo de Despesa com Pessoal.

No tocante à relação entre a Receita Total (RT) e o Produto Interno Bruto (PIB) estadual, até o fechamento do 5º bimestre, o Estado alcançou o percentual de 14,60%, tendo como meta estabelecida de 15,54% para o ano de 2023. O desempenho abaixo da expectativa pode ser explicado pelo fato das receitas relativas aos meses de novembro e dezembro de 2023 ainda não estarem contempladas na base de cálculo, visto que os valores relativos ao último bimestre ainda não foram divulgados. Já o Resultado Primário, de R$ 1,19 milhão, representou 0,54% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual até o 5º bimestre de 2023, superando a meta estabelecida (0,07%) em mais de 100%. A partir dessas análises, é possível identificar se a atuação do Estado abrange uma parcela relevante do que é produzido ou consumido por todos os agentes que fornecem ou tomam produtos e serviços em seu território, além de comparar essa relação com a dos demais estados brasileiros.

PROGRAMAS E PRINCIPAIS REALIZAÇÕES – 2023

PROGRAMA 231 – MELHORIA DA RELAÇÃO FISCO-CONTRIBUINTE-SOCIEDADE				
Objetivo: Ampliar a aproximação entre a sociedade e o Fisco Estadual, no contexto da importância da gestão fiscal e a responsabilidade no controle social da aplicação dos recursos públicos.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Nível de satisfação do contribuinte (número)[2]	2,93	8,70	4,46	4,31

Fonte: Sefaz.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

[2] Nota média da satisfação dos contribuintes que realizaram atendimento presencial e virtual (escala de 0 a 5).

19. Dados com base em informações do Ipece: https://www.ipece.ce.gov.br/previsao-para-o-pib-cearense/

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização do 4º Webinário de Educação Fiscal; do II Game da Cidadania; da XXI Semana Nacional de Museus; do Fisco na Escola, com a participação de 90 estudantes; da celebração dos 25 anos do Programa de Educação Fiscal (PEF), com 190 participantes; e do Fisco no Fisco: Sefin/Horizonte, com 16 participantes, a fim de promover a educação fiscal e a cidadania.
- Nomeação e posse de 50 servidores aprovados no concurso público realizado em 2021.
- Premiação de R$ 18,9 milhões em valores pagos aos participantes e instituições, no acumulado somado de janeiro a novembro de 2023.
- Conclusão e publicação de três livros do ICMS (Livros I, II e IV).
- Inclusão da Unidade Curricular Eletiva (UCE) "Educação Fiscal" em 109 Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTIs).
- Implantação do Selo Fiscal das garrafas de água mineral.
- Integração do Tramita com a plataforma Gov.br, através do Acesso Cidadão.
- Ampliação do Programa Sua Nota tem Valor, com parceria para troca de *vouchers* para camisetas dos times.
- Implantação do PIX como forma de pagamento de tributos estaduais.

PROGRAMA 232 – MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL				
Objetivo: Aperfeiçoar e modernizar a gestão fiscal, contábil, financeira e patrimonial de modo a contribuir para a sustentabilidade fiscal e a integração dos fiscos.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Evolução da arrecadação própria (%)	-3,13	22,08	7,03	0,49
Receita per capita própria (R$)	1.800,16	2.128,89	2.642,23	2.328,17

Fonte: Sefaz.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização do Encontro de Gestores com o tema de Metodologia Ágil e Avaliação dos resultados da execução da estratégia na Sefaz-CE no ano de 2022.
- Implementação do Sistema de Controle da Ação Fiscal Eletrônico (CAF-T), ferramenta de gestão por processos que tem por finalidade acompanhar e controlar a execução e o desenvolvimento de ações fiscais relativas ao trânsito de mercadorias, bens, valores ou pessoas e a entrega do Painel do Contribuinte.
- Automação e implantação de melhorias nos processos de gestão da dívida ativa e execução fiscal, atendimento ao contribuinte – incluindo ressarcimento de tributos estaduais.
- Implementação da possibilidade de pagamentos via PIX, o que facilita sobremaneira a vida do contribuinte e o trabalho dos fiscais.
- Implantação do Painel do Índice de abertura automática de ações fiscais do Convênio ICMS 25/90.

- Implantação do Painel do Projeto Contribuinte que opere exclusivamente por meio da Internet (e-commerce) e do Painel Consulta Tributária de Mercadorias (CTM).
- Integração de dados com as bases civil e criminal da SSPDS-CE, fortalecendo a parceria e cooperação intersetorial no combate ao crime contra a ordem tributária.

TEMA – PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

O processo de planejamento impõe decisões difíceis e escolhas delicadas. O conhecimento assim ordenado, com tal abrangência e profundidade, é ferramenta de trabalho, elemento de reflexão e debate, é alavanca de desenvolvimento. Consolida-se a implementação do modelo de Gestão para Resultados, partindo de uma estrutura de governança que perpassa os processos de planejamento e monitoramento do Plano Plurianual (PPA), com a pactuação dos compromissos estratégicos dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU (Agenda 2030), do Planejamento Estadual de Longo Prazo e das agendas estratégicas setoriais.

Na lógica da Gestão para Resultados, o planejamento das políticas públicas é construído na finalidade de alocar eficientemente recursos destinados à oferta dos bens e serviços públicos, para que produzam os resultados esperados pela sociedade. Nesse contexto, a participação cidadã no processo de construção do PPA é fundamental para aproximar o Estado das necessidades da população, promover o desenvolvimento regionalizado e reduzir as desigualdades, combater a pobreza de forma descentralizada e fortalecer vocações locais. Desta forma, o processo de planejamento contribui com o desenvolvimento econômico, na melhoria da gestão e na prestação dos serviços públicos disponibilizados à população cearense.

O Índice de Equilíbrio da Execução Financeira (IEEF) é obtido por meio da divisão entre o número de entregas do PPA cuja relação entre a razão da execução física (meta física realizada, dividida pela meta física programada) e a razão da execução financeira (despesa empenhada, dividida pela despesa autorizada na LOA) estejam no intervalo entre 0,7 e 1,3 (70% e 130% em relação às metas planejadas) e o número total de entregas dos programas finalísticos previstas no PPA, excluídas as que não tiveram execução orçamentária no ano. Esse intervalo de execução entre 0,7 e 1,3 (70% e 130%) em relação à programação inicial física e financeira estabelecida para o ano é o intervalo considerado aceitável pela metodologia adotada no tocante à capacidade de execução e assertividade na definição das metas a serem alcançadas.

Em 2022, o indicador manteve o mesmo desempenho alcançado em 2021, no valor de 0,27. Embora tenha mantido a recuperação de seu resultado após o decréscimo ocorrido em 2020, quando o cenário instável decorrente da pandemia do coronavírus afetou de modo significativo o planejamento das políticas governamentais projetadas para o ano, observa-se que ainda se faz necessário avançar na assertividade do planejamento estadual.

De um total de 480 entregas integrantes do universo analisado nesse indicador, 129 apresentaram a relação entre a razão da execução física e a razão da execução financeira no intervalo entre 0,7 e 1,3, resultando em um índice de 0,27, ou seja, 27% das 480 entregas que tiveram execução orçamentária em 2022 obtiveram um bom desempenho na relação entre a execução física e a financeira, traduzindo um equilíbrio entre as duas dimensões analisadas.

O ano de 2023 também foi marcado pela elaboração do Plano Plurianual 2024-2027, que tem como uma de suas premissas a participação

cidadã, buscando expandir e intensificar o engajamento da sociedade no processo de planejamento estadual. A participação cidadã ocorreu em duas etapas de escuta direta da população, sendo a primeira de modo presencial e a segunda de modo virtual. A etapa presencial ocorreu por meio da realização dos Encontros Regionais, os quais asseguraram a inclusão de representantes da sociedade civil e dos diversos setores, incluindo o público, o privado e o acadêmico, de maneira efetiva. Os encontros foram realizados no período de 21 de junho a 27 de julho de 2023, em todas as 14 regiões de planejamento do Ceará.

Em números, foram 6.662 participantes credenciados nos encontros presenciais, onde se construíram 3.139 diretrizes regionais, das quais foram priorizadas 150, tendo sido elaboradas, ainda, 1.866 propostas diretamente na plataforma Ceará Participativo com a participação de 8.103 pessoas, representando uma relevante retomada do processo da escuta da população após a pandemia de Covid-19. Essa iniciativa representa um compromisso direto do governo com a sociedade para consolidar uma cultura participativa e colaborativa.

A ampliação do controle social nas políticas públicas de desenvolvimento urbano incidiu prioritariamente sobre os municípios que compõem as Regiões Metropolitanas do Cariri, Fortaleza e Sobral, visando à criação e o fortalecimento dos Conselhos Municipais das Cidades, estimulando sua articulação com o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano para a elaboração dos Planos Diretores e dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI). O apoio se dá por meio da mobilização dos municípios em seminários de sensibilização para criação de Conselhos Municipais das Cidades, orientando como se dá o funcionamento e o acompanhamento dos conselhos municipais. Até 2023, 27 municípios cearenses contavam com conselhos municipais, o equivalente a 14,67% do total de municípios.

A implantação de Consórcios Públicos Municipais de Trânsito no Estado do Ceará pelo projeto Municipalização do Trânsito no Estado visa assessorar municípios com índices elevados de incidentes no trânsito. O projeto atua na articulação e mobilização junto aos municípios na elaboração de documentos técnicos, como: Termo de Intenção de Adesão de Municipalização de Trânsito no Estado; Minuta do Protocolo de Intenções; Minuta do Contrato de Rateio; Estudo de Viabilidade Técnica; Minuta do Projeto de Lei dos Municípios (para aprovação dos Consórcios); Contrato de Programa de Prestação de Serviços e Minuta de Cooperação Técnica entre a Secretaria das Cidades (SCidades) e a Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania (AMC).

Quanto ao percentual de órgãos realizando transformação digital, 48 órgãos e entidades de um total de 64 cadastraram serviços digitais no Ceará Digital, portal de serviços do Estado, aderindo ao desafio de implementar ações voltadas à transformação digital, como oferta de serviços públicos digitalizados ao cidadão, a implementação e integração de soluções com diversos órgãos do Governo, utilizando tecnologias inovadoras, e o compartilhamento de dados governamentais, por meio de uma base compartilhada com outros órgãos, esferas e poderes. Esses dados podem ser visualizados na própria página do portal (https://cearadigital.ce.gov.br/), por meio da interface de administração do portal ou realizando download da carta de serviços (localizada no rodapé da página inicial do portal em “Serviços do Ceará Digital”).

O lançamento do Portal de Serviços ao Cidadão (Ceará Digital) foi realizado em um evento que contou com a participação do Ministério da Gestão e Inovação do Governo Federal. Este portal foi disponibilizado para uso da população, representando um marco significativo na oferta de serviços governamentais. Dentre os 2.184 serviços públicos oferecidos aos cidadãos, observa-se que 387 desses serviços são acessíveis por meio de tecnologias móveis, robotização e atendimento virtual. Esse desempenho corresponde a uma taxa de 17,72%, superando significativamente a expectativa estabelecida para o ano, que era de 4,50%.

Acredita-se que essa superação seja resultado do trabalho de revisão de todos os serviços presentes na Carta de Serviços do Governo. Foram estabelecidos novos critérios e procedida nova revisão, como força-tarefa, focalizando nos 100 serviços mais demandados pela população. Durante esta revisão, identificou-se um conjunto de serviços que poderiam ser disponibilizados em formato digital, o que contribuiu para um aumento notável nesse percentual. Esses dados podem ser visualizados por meio da interface de administração do portal de serviços. As avaliações positivas são transparentes e podem ser visualizadas na interface do cidadão no portal.

PROGRAMAS E PRINCIPAIS REALIZAÇÕES – 2023

PROGRAMA 241 – GOVERNANÇA INTERFEDERATIVA DAS REGIÕES				
Objetivo: Ampliar a capacidade da gestão dos municípios do Estado do Ceará em termos de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum.				
Indicador	2020	2021	2022	2023[1]
Municípios com participação cidadã por meio do Conselho da Cidade no planejamento e gestão urbana (%)	14,67	14,67	14,67	14,67
Municípios com Plano Diretor (%)	15,76	15,76	15,76	15,76

Fonte: Secretaria das Cidades.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Implantação de Consórcios Públicos Municipais de Trânsito no Estado do Ceará pelo projeto Municipalização do Trânsito no Estado, para assessorar municípios com índices elevados de incidentes no trânsito, sendo beneficiados Acaraú e Tauá em 2023.
- Ampliação do controle social nas políticas públicas de desenvolvimento urbano, tendo como público prioritário os municípios que compõem as Regiões Metropolitanas do Cariri, Fortaleza e Sobral, visando à criação e o fortalecimento dos Conselhos Municipais das Cidades, estimulando sua articulação com o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano para a elaboração dos Planos Diretores e dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI).

PROGRAMA 242 – SISTEMA DE PLANEJAMENTO ORIENTADO PARA RESULTADOS				
Objetivo: Ampliar a eficiência e a eficácia do planejamento estadual no âmbito das políticas públicas, provendo o Estado de informações relevantes e gerenciais para a tomada de decisões e estabelecendo alianças e cooperações entre o público e o privado, de modo a contribuir com o desenvolvimento econômico do Estado do Ceará, a melhoria da gestão e da prestação dos serviços públicos disponibilizados à população cearense.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Índice de execução financeira das parcerias público-privadas (%)	78,00	84,00	88,00	89,00
Órgãos estaduais adotando o modelo de Gestão para Resultados (%)	73,40	73,00	67,74	02

Fonte: Seplag

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

[2] Considerando o início de um novo governo em 2023, o instrumento de gestão para resultados (Acordo de Resultados) está em fase de reformulação de seu modelo.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Publicação de 21 Instrumentos de Planejamento e Gestão pública, a exemplo da Mensagem Governamental 2023, Relatório Sintético de Monitoramento 2022 do PPA 2020-2023, Balanços Finais de Monitoramento e Avaliação dos Acordos de Resultados 2022, o Projeto de Lei do PPA 2024-2027, a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, e a Lei do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027.

- Realização de 14 encontros presenciais nas 14 regiões de planejamento do Governo do Estado (Cariri, Centro Sul, Grande Fortaleza, Litoral Leste, Litoral Norte, Sertão de Sobral, Litoral Oeste/Vale do Curu, Maciço do Baturité, Serra da Ibiapaba, Sertão Central, Sertão de Canindé, Sertão dos Inhamuns, Sertão dos Crateús e Vale do Jaguaribe) para discutir e elaborar o PPA 2024-2027, onde foram construídas 3.139 diretrizes regionais, envolvendo 6.662 participantes credenciados.

- Implantação da Plataforma Ceará Participativo, ferramenta virtual de participação cidadã, por meio da qual foram priorizadas 150 diretrizes regionais e elaboradas 1.866 propostas de ação governamental, contando com a participação de 8.103 pessoas.

- Realização de 97 assessorias a projetos de órgãos e entidades do Estado no âmbito das Alianças Público-Privadas, Contratos de Gestão e na Carteira Ativa de Operações de Crédito.

- Realização de 17 assessorias ao Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS), que foi responsável pela aprovação de 43 projetos (estruturantes e assistenciais) de combate à pobreza.

- Publicação de 68 estudos e pesquisas pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), em temas como produto interno bruto, inflação, mercado de trabalho, economia cearense, gestão pública, entre outros.

- Realização do I Fórum Ceará em Debate 2023, edição em comemoração aos 20 Anos do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece).

- Realização de 20 assessorias em órgãos da administração pública estadual em temas como economia cearense, mercado de trabalho, finanças, indicadores, entre outros.

PROGRAMA 244 – GOVERNO DIGITAL DO CEARÁ				
Objetivo: Realizar a transformação digital da gestão pública estadual, por meio de tecnologias inovadoras e disruptivas, para melhorar o acesso aos serviços públicos, ampliar a disponibilidade e compartilhamento de dados governamentais e fomentar a participação e controle social.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Órgãos realizando transformação digital (%)	-	59,4	70,3	75
Serviços públicos disponibilizados com inserção de tecnologias inovadoras (%)	-	-	4,44	17,72
Serviços públicos disponibilizados com integração de soluções (%)	-	-	10,16	23,95

Fonte: Seplag.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Registro e acompanhamento do Plano de Estratégias de TIC (solução digital Sispetic), utilizado pelas áreas de TIC dos 64 órgãos e entidades do Poder Executivo estadual;
- Lançamento do Portal de Serviços ao Cidadão (Ceará Digital): dos 2.184 serviços públicos disponibilizados no Portal de Serviços do Estado 387 são digitais, ou seja, a prestação do serviço é feita por meio eletrônico, sem que haja a necessidade de comparecimento do usuário ao local onde o serviço é oferecido.

PROGRAMA 245 – GOVERNANÇA DO PACTO POR UM CEARÁ PACÍFICO				
Objetivo: Construir uma rede de Cultura de Paz no Estado do Ceará, com atuação articulada, integrada e compartilhada dos órgãos, entidades públicas e sociedade civil.				
Indicador	2020	2021	2022	2023[1]
Expansão dos comitês municipais e grupos de trabalho do Pacto por um Ceará Pacífico (número).	15	0	15	22
Pessoas atendidas nas ações de articulação institucional (número).	-	583	2.039	1.800

Fonte: Vicegov.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Implantação dos sistemas Athena Sobral, Athena Quixadá, Athena São Benedito e Athena Ibiapina em ambiente de produção no servidor da Assessoria Especial da Vice-Governadoria.
- Desenvolvimento de novas funcionalidades e ajustes nos sistemas Athena Fortaleza; Athena Juazeiro; Acolhe; e no Virando o Jogo.
- Implementação de estrutura de governança nos seguintes municípios: Juazeiro do Norte, Crato, Iguatu, Fortaleza, Maranguape, Maracanaú, Caucaia, Quixadá, Itapipoca, Sobral.
- Ações de acompanhamento técnico para implantação e implementação dos projetos de prevenção social de violência em dez municípios assistidos pelo Programa Integrado de Prevenção e Redução da Violência do Estado do Ceará (PReVio): Fortaleza, Caucaia, Maracanaú, Maranguape, Sobral, Itapipoca, Quixadá, Iguatu, Crato e Juazeiro do Norte.

TEMA – GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

O Estado do Ceará vem desenvolvendo políticas pautadas na gestão de pessoas, com foco na humanização, na aprendizagem, na inteligência e no desenvolvimento institucional.

As ações desenvolvidas para estimular o crescimento pessoal e o aprimoramento de habilidades e competências dos colaboradores em todas as dimensões têm contribuído para garantir o bem-estar na instituição e possibilitar os resultados esperados para a sociedade.

O desenvolvimento estratégico de pessoas no Estado se faz a partir de ações de qualificação profissional, valorização e orientação a servidores e empregados públicos ativos e inativos,

dimensionamento e alocação dos agentes públicos estaduais, promoção do bem-estar no ambiente laboral, gerenciamento dos gastos com pessoal da Administração Pública direta e indireta (excetuando-se as sociedades de economia mista) e o assessoramento na gestão e desenvolvimento estratégico de pessoas aos órgãos e entidades da Administração direta, autárquica e fundacional.

A Escola de Gestão Pública (EGP), órgão responsável pela qualificação profissional do Estado, oferece cursos de acordo com os seguintes eixos temáticos: Administrativo-financeiro; Controle Interno; Desenvolvimento Sustentável; Modernização Organizacional; Previdência; Políticas Públicas, Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, Planejamento, Orçamento e Finanças; Tecnologia da Informação e Comunicação.

No período de janeiro a novembro foram ofertadas 807 turmas de cursos na modalidade de ensino a distância (EaD), sendo ocupadas 31.277 vagas para capacitação de agentes públicos (servidores, empregados públicos, terceirizados) e sociedade civil, e realizada 24.047 certificações nessa modalidade de ensino no Ceará e demais estados do país.

Para as modalidades presenciais, online/remoto e híbrido, no período de janeiro a novembro, foram ofertadas 63 turmas de cursos com 4.673 vagas para capacitação de agentes públicos (servidores, empregados públicos e terceirizados), sendo ocupadas 2.469 vagas nesse período.

Destaca-se o crescimento da rede credenciada do Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará (Issec), considerando o elevado crescimento da carteira de usuários, quando se tinha em 2018 um total de 10.320 usuários, passando para 105.849 até setembro de 2023. No período de janeiro a novembro de 2023, foram realizados 1.288.801 atendimentos.

Quanto aos servidores aptos à aposentadoria, foi realizado o Projeto de Preparação Integrada para Aposentadoria (Pipa). Para a edição de 2023, estabeleceu-se parceria com a Escola de Gestão Pública (EGPCE). Os benefícios almejados estão sendo atingidos, quais sejam, a efetividade de uma política pública de preparação para a aposentadoria e um maior número de servidores beneficiados por meio da participação dos servidores do interior do Estado

PROGRAMAS E PRINCIPAIS REALIZAÇÕES – 2023

PROGRAMA 221 – SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL				
Objetivo: Ampliar a eficiência e a eficácia na oferta de serviços previdenciários, socioassistenciais, periciais e de valorização dos servidores públicos estaduais ativos e inativos.				
Indicador	2020	2021	2022	2023[1]
Variação dos atendimentos realizados por meio do ISSEC (%)	10,12	20,75	32,01	51,21
Atendimentos realizados por meio do Programa de Ação Integrada (PAI) e do Projeto Integrado de Preparação para a Aposentadoria (PIPA) (número)	20.304	14.223	35.385	23.985
Índice anual de análise de processos virtuais pelo órgão gestor do RPPS/SUPSEC (%)	-	-	83,60	88
Retorno dos processos virtuais de aposentadoria para diligência após análise jurídica (%)	-	-	43,30	ND

Fonte: Seplag

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

ND: Dados não disponíveis pelas fontes oficiais de pesquisa.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização de 1.192 atendimentos por meio do Projeto Integrado de Preparação para Aposentadoria (PIPA) no município de Fortaleza, direcionados aos servidores do Estado aptos à aposentadoria.
- Realização de 23.985 atendimentos aos aposentados e pensionistas no município de Fortaleza, por meio de palestras, eventos e cursos nas áreas de educação e aprendizagem, saúde, oficinas, socialização e trabalho.
- Realização de 93 cursos em Fortaleza, abordando temas como: inteligência emocional e trabalho em equipe; ética no serviço público; técnica de negociação de conflitos; gestão do tempo; atendimento ao público; fiscalização e gestão de contratos.
- Realização de 1.288.801 atendimentos em saúde em diversas especialidades médicas nas 14 regiões do Estado, por meio da rede credenciada do Issec, incluindo assistência médica hospitalar, assistência em exames: odontológica, fisioterapêutica, fonoaudiológica e psicológica.
- Realização de 1.540 atendimentos às pessoas portadoras de necessidades especiais, em Fortaleza.
- Realização de 28.208 atendimentos de Perícias Médicas em Fortaleza, nas modalidades Aposentadoria por Invalidez; Invalidez de Dependente Maior, Isenção de Imposto de Renda, Licença para Acompanhar Familiar, Licença para Tratamento de Saúde, Promoção Militar, Readaptação de Função, Revisão de Aposentadoria, dentre outras.
- Realização de 350 perícias médicas itinerantes nos municípios de Sobral, Quixadá e Juazeiro do Norte.
- Realização de 22.793 atendimentos para promoção da qualidade de vida do aposentado.

PROGRAMA 222 – GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS				
Objetivo: Promover o dimensionamento, alocação, reconhecimento e desenvolvimento das pessoas nos órgãos públicos estaduais para uma melhor oferta do serviço público.				
Indicador	2020	2021	2022	2023[1]
Ocupação de vagas ofertadas na modalidade presencial/ remota (%)	98,16	98,88	69,23	52,83
Certificação em vagas ocupadas na modalidade a distância (%)	86,74	91,30	49,06	77,48

Fonte: Seplag

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização de 807 cursos e eventos pela EGPCE na modalidade EaD, com certificação de 31.277 agentes públicos (servidores, empregados, terceirizados e outros).
- Realização de 63 eventos nas modalidades presencial (38), online (24) e híbrido (1), com oferta de 4.673 vagas e 2.469 certificações para agentes públicos (servidores, empregados e terceirizados).

- Realização de 40 eventos de qualidade de vida no trabalho pelo Programa Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho no Serviço Público, e realização de um evento do Dia Mundial do Trabalho 2023, na Grande Fortaleza;
- Reconhecimento de 131 servidores da Secretaria da Cultura (Secult) com gratificações de incentivos remuneratórios, na Grande Fortaleza;
- Assessoramento a 67 órgãos no gerenciamento da folha de pagamento da Administração Pública direta e indireta, exceto sociedades de economia mista.
- Assessoramento a 34 órgãos e entidades da administração direta, autarquias e fundações públicas do Poder Executivo estadual, em assuntos relacionados à gestão de pessoas no Estado do Ceará.
- Conclusão de quatro processos de concursos e seleção pública, sendo dois concursos da Universidade Estadual do Ceará (UECE), para 66 Professores Assistentes e 120 Professores Adjuntos; um concurso da Semace (17 vagas), em cargos de nível superior e formação de cadastro reserva em cargos de Fiscal Ambiental (12) e Gestor Ambiental (5), na Grande Fortaleza; e uma seleção pública para Professor Substituto/Temporário da Universidade Regional do Cariri (Urca).

TEMA – TRANSPARÊNCIA, ÉTICA E CONTROLE

O tema **Transparência, Ética e Controle** pressupõe metodologias e instrumentos pactuados entre sociedade civil e poder público para efetivar a cultura participativa e estabelecer o ambiente do exercício democrático que se traduz na participação cidadã, controle interno e o controle social, e o relacionamento governo-sociedade.

Quanto mais organizada é a sociedade, mais efetiva será a atuação do Governo do Estado no sentido da melhoria das condições de vida e trabalho da população. Tanto pela força da pressão social, quanto pelo aprofundamento da cultura participativa e colaborativa por meio de canais efetivos de participação, representação, negociação e articulação político-institucionais.

A regulação de serviços públicos no Estado tem sua função na preservação do equilíbrio nas relações jurídicas existentes entre prestadores de serviços públicos e seus usuários, exercendo assim a regulação do mercado, promovendo e zelando pela eficiência econômica e técnica dos serviços públicos delegados (saneamento básico, gás canalizado, energia elétrica e transporte rodoviário de passageiros), propiciando condições de regularidade, continuidade, segurança, atualidade, universalidade e modicidade das tarifas, observando a satisfação das necessidades dos usuários.

As iniciativas de regulação envolvem ações de fiscalização e avaliação dos serviços a fim de atender aos interesses do Poder concedente (União, Estado do Ceará e Municípios), concessionárias e delegatárias, órgãos de controle, investidores, financiadores e usuários dos serviços públicos delegados. Baseado na percepção dos usuários, o indicador mensurado pelos cidadãos que utilizam a ouvidoria da Agência Reguladora do Estado do Ceará (Arce), envolvendo o atendimento, registro e a análise das demandas, alcançou até novembro de 2023 índice de 59,71% na satisfação. Esse é um resultado considerado desfavorável, cuja provável razão seria a insatisfação dos usuários com os atrasos nos serviços de renovações dos Passes Livres e das Carteiras de Estudantes do setor de transporte intermunicipal de passageiros ocorrida no primeiro semestre. A ouvidoria realizou 27.895 atendimentos no período, um quantitativo considerável que está associado ao aumento de demandas relacionadas ao Passe Livre e Carteira de Estudante.

O Ceará também tem se destacado na transparência, que leva em conta o nível de adesão à Lei de Acesso à Informação (LAI) pelo Governo estadual. Em 2023, o Estado obteve nota 95,35% no índice de transparência médio, tendo sido clas-

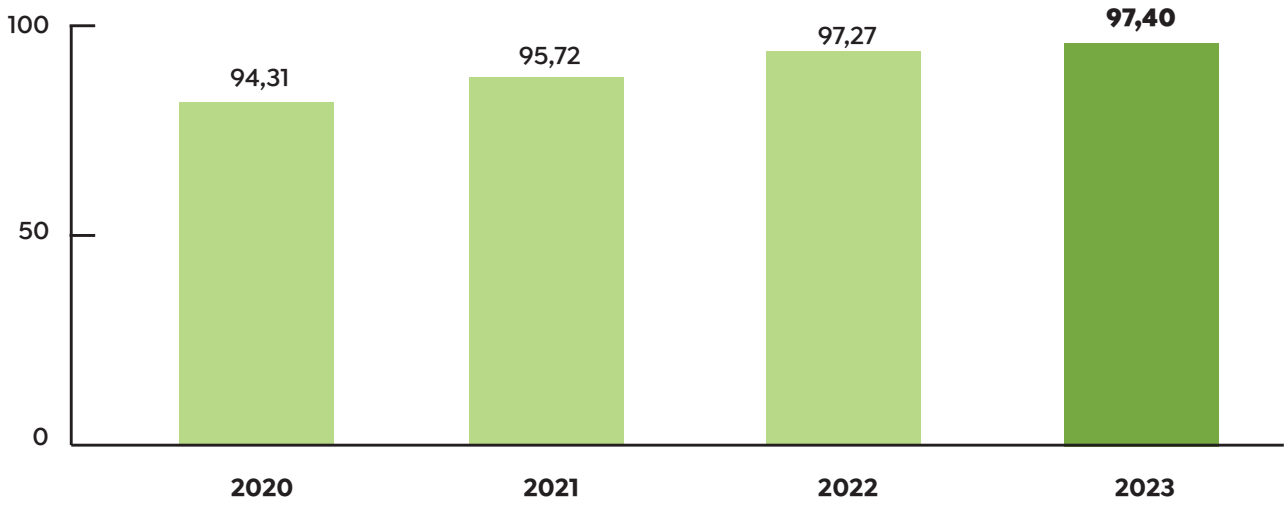
sificado como diamante pelo Programa Nacional de Transparência Pública. Este resultado se deu graças à implementação de iniciativas que visam dar publicidade às ações do Governo em seus canais de comunicação com o povo cearense (sites institucionais, palestras, cursos e encontros de divulgação de canais de comunicação, na Central de Atendimento 155 e no Portal Ceará Transparente, dentre outros).

O reconhecimento e fortalecimento dos aspectos acima mencionados também passa pela democratização dos processos de gestão pública, visando aproximar o Governo dos cidadãos, a partir de pactos de funcionamento e de participação na esfera pública por meio de mecanismos de participação cidadã e controle social, tais como: ouvidorias, conferências, seminários, mesas de diálogo e negociação, fóruns, audiências, consultas públicas, conselhos de políticas públicas, organizações da sociedade civil, leis de iniciativa popular, novas formas e linguagens de participação.

Uma das principais ferramentas utilizadas pelo Estado para interagir com o cidadão é a Plataforma Ceará Transparente, implantada em 2018 para divulgar informações de interesse público e interlocução com o cidadão, possibilitando observar e analisar as ações governamentais mediante sugestões, elogios, solicitações de serviços, reclamações, denúncias ou pedidos de informações produzidas ou em poder dos órgãos e entidades do Estado do Ceará. Seu impacto se reflete em uma evolução positiva desde então sobre a taxa de participação cidadã e controle social, sendo até o momento de 23.538,94 participações por 100.000 habitantes, um resultado de 121% de realização em relação ao valor estimado para 2023.

A utilização das ferramentas digitais tem sido essencial para alcançar o maior número de beneficiários, a exemplo da Plataforma Digital Ceará Transparente, que foi aprimorada em 2022, com a inclusão de novos serviços eletrônicos, novas funcionalidades de ouvidoria, acesso à informação e participação no PPA e novas consultas de transparência, facilitando e ampliando o acesso da população à Ouvidoria. Além destas ferramentas, também foi realizado um trabalho pedagógico de produção e divulgação de material voltado para a conscientização do cidadão para o exercício da participação e do controle social, realizado junto às escolas estaduais; capacitações sobre qualificação do fomento à participação e ao controle social, realizadas por meio da Educação a Distância em parceria com a Escola de Gestão Pública do Ceará (EGPCE) e a estruturação da unidade administrativa da Central 155 de Canindé, para a prestação de serviços de ouvidoria, acesso à informação e transparência.

GRÁFICO 41 – ÍNDICE DE MANIFESTAÇÕES PROCEDENTES DE OUVIDORIA E DE SOLICITAÇÕES DE INFORMAÇÃO RESPONDIDAS NO PRAZO.



Fonte: CGE. Elaboração: Seplag.

PROGRAMAS E PRINCIPAIS REALIZAÇÕES – 2023

PROGRAMA 251 – CONTROLE INTERNO GOVERNAMENTAL				
Objetivo: Contribuir para uma gestão administrativa profissional, visando à eficiência na arrecadação e aplicação dos recursos públicos, bem como a regularidade e o aprimoramento da gestão, de forma a propiciar a melhoria contínua dos serviços públicos ofertados.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Recomendações da CGE implementadas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual (%)	-	-	53,39	ND
Regularidade das contas de gestão julgadas pelo TCE (%)	52,68	36,75	ND	ND

Fonte: CGE.

ND: Dados não disponíveis pelas fontes oficiais de pesquisa.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Capacitação de 74 servidores em controladoria governamental e de 100 servidores em controle interno.
- Realização de seis auditorias internas.
- Realização da 55° edição do Fórum Permanente de Controle Interno, que trouxe como tema central a importância da gestão de risco e seu processo de implementação nos órgãos e entidades que compõem o Poder Executivo Estadual.
- Realização do XVII Encontro Estadual de Controle Interno: Orientando e Monitorando Resultados, com o objetivo de compartilhar e debater temas voltados para o aperfeiçoamento e modernização dos controles da administração pública.

PROGRAMA 252 – REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS				
Objetivo: Promover e zelar pela eficiência econômica e técnica dos serviços públicos delegados propiciando condições de regularidade, continuidade, segurança, atualidade, universalidade e modicidade das tarifas, observando a satisfação das necessidades dos usuários.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Percepção dos usuários nos serviços da Ouvidoria da Arce (%)	78,00	74,00	84,60	59,71

Fonte: Arce.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização de 25 Fiscalizações dos serviços de saneamento básico nos municípios de Altaneira, Araripe, Bela Cruz, Capistrano, Caucaia, Cedro, Choró, Crateús, Eusébio, Farias Brito, Ipaumirim, Itapiúna, Jati, Juazeiro do Norte, Maranguape, Marco, Novo Oriente, Penaforte, Potengi, Quixadá, São Gonçalo do Amarante, Sobral, Tianguá e Viçosa do Ceará.
- Conclusão de duas fiscalizações anuais no setor de gás canalizado, referentes aos ciclos de 2022 e 2023, envolvendo a concessionária Cegás.
- Conclusão de 24 produtos de fiscalização em energia elétrica, atendendo às demandas da Aneel, com abrangência em todo o Estado.

- Conclusão de 27.895 atendimentos pelos canais de ouvidoria (atendimento presencial, 0800, WhatsApp, Central de Serviço, aplicativo e e-mail) em diversos municípios para provimento de reclamações, consultas, denúncias, sugestões/críticas/elogios e pedidos de informações relacionadas aos serviços de saneamento básico, transporte rodoviário de passageiros, energia elétrica e gás canalizado.
- Elaboração e expedição de seis resoluções aplicáveis aos setores regulados de gás canalizado, transporte rodoviário de passageiros e saneamento básico, todas publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE), envolvendo temas de interesse público, como revisões tarifárias e padrões técnico operacionais da prestação dos serviços.

PROGRAMA 253 – FOMENTO À ÉTICA E À INTEGRIDADE				
Objetivo: Fomentar a cultura da integridade nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e nos seus parceiros institucionais, zelando pela observância do Código de Ética e Conduta da Administração Pública Estadual e de outros normativos que dispõem sobre a conduta do servidor público estadual.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Percentual de implementação do Programa de Integridade nos órgãos e entidades (%)	-	11,76	33,33	37,09

Fonte: CGE.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Implantação de nove Comitês de Integridade (Nutec, Arce, PC, ESPCE, Funceme, CearaPrev, ViceGov, SCidades e Casa Civil), para observância do Código de Ética e Conduta da Administração Pública Estadual e de outros normativos que dispõem sobre a conduta do servidor público estadual.
- Elaboração do Plano de Integridade da Escola de Gestão Pública (EGPCE), com a finalidade de sanar as fragilidades identificadas no diagnóstico de integridade ou implementar oportunidades de melhoria que foram identificadas.

PROGRAMA 254 – TRANSPARÊNCIA, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL				
Objetivo: Ampliar a participação e o controle social na formulação, implementação e acompanhamento de políticas públicas, com efetiva transparência e acessibilidade das informações disponibilizadas.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Índice de manifestações procedentes de Ouvidoria e de solicitações de informação respondidas no prazo (%)	94,31	95,72	97,27	97,40
Índice de satisfação do usuário com os serviços de ouvidoria e transparência (%)	79,70	74,87	66,07	63,81

Fonte: CGE.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Atualização e saneamento da Carta de Serviços.
- Realização de 1.421.121 atendimentos em todo Estado do Ceará.
- Realização de sete capacitações na ferramenta VLibras, com o intuito de proporcionar maior acessibilidade ao Cidadão Online (chatbot) do Ceará Transparente.

PROGRAMA 256 – COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL				
Objetivo: Ampliar a aproximação Governo e Sociedade contemplando a comunicação institucional e a publicização das ações do Governo céleres e eficazes.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Taxa de crescimento de seguidores do Governo (%)	28,53	17,05	9,23	9,80

Fonte: Casa Civil.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Publicação de 6.285 matérias jornalísticas no Portal do Governo do Ceará, da Casa Civil e no hotsite Todos pela Água, reunindo a produção de todas as secretarias e órgãos vinculados, visando dar transparência às ações governamentais e incentivando a participação e o controle social.
- Realização de 45 ações publicitárias sobre atos, programas, obras e serviços disponibilizados à população, como instrumento educativo, informativo e de orientação social.
- Edição e divulgação de 204 publicações do Diário Oficial do Estado (DOE), em todos os dias úteis e excepcionalmente aos finais de semana.
- Realização de 1.245 eventos, visando atender aos municípios do Estado do Ceará com a execução de ações para assinaturas de Ordens de Serviço, inaugurações, lançamentos, entregas, anúncios, promoções de policiais e bombeiros, implantações, solenidades, entre outros.

PROGRAMA 257 – DEFESA DOS INTERESSES DO ESTADO				
Objetivo: Aprimorar a representação administrativa e jurídica dos interesses do Estado.				
Indicador	2020	2021	2022	2023[1]
Economia com processos licitatórios concluídos (%)	25,15	22,07	22,50	ND
Recuperação da Dívida Ativa do Estado (R$)	110.487.277,65	180.987.122,10	181.915.928,81	159.716.248,95
Desapropriações concluídas (%)	92,00	87,51	83,00	88,96

Fonte: PGE-CE.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

ND: Dados não disponíveis pelas fontes oficiais de pesquisa.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Elaboração de 437 laudos de avaliação de imóveis pela Procuradoria do Patrimônio e Meio Ambiente (Propama).
- Expedição de 91 pareceres jurídicos sobre questões de Patrimônio e Meio Ambiente.
- Expedição de 288 pareceres jurídicos pela Procuradoria de Processo Administrativo-Disciplinar (Propad).
- Movimentação de 42.563 processos de Representação Judicial pela Procuradoria da Administração Indireta e de Políticas Públicas (Procadin).
- Realização de 2.985 processos de representação jurídica em processos administrativos e judiciais relacionados a desapropriação, patrimônio imobiliário e meio ambiente, pela Procuradoria do Patrimônio e Meio Ambiente (Propama).
- Realização de 34.845 processos de representações judiciais pela Procuradoria Judicial.
- Realização de 697.377 representações jurídicas referente a inscrição, controle e recuperação da dívida ativa, de origem tributária e não tributária, pela Procuradoria da Dívida Ativa (Prodat).
- Realização de 1.992 processos pela Central de Licitações (Celic).
- Realização de 835 pareceres técnicos expedidos relacionados a perícias, desapropriações, meio ambiente e outros através da Procuradoria do Patrimônio e Meio Ambiente (Propama).

“O Ceará que eu sonho, pelo qual destinarei todas as minhas forças, é um Ceará com mais oportunidades, principalmente para quem mais precisa. Este é o meu foco. Vamos fazer o Estado crescer, mas no esforço permanente de que esse crescimento venha acompanhado de um processo, também permanente, da redução das desigualdades sociais.”

Elmano de Freitas, Governador do Estado do Ceará

Resultado estratégico: Desenvolvimento econômico sustentável, solidário, competitivo e integrado, alcançado nos espaços rurais e urbanos, considerando as identidades e as vocações dos territórios cearenses e o protagonismo dos diversos atores.

Temas: Agricultura Familiar e Agronegócio, Comércio e Serviços, Indústria, Infraestrutura e Mobilidade, Pesca e Aquicultura, Trabalho e Empreendedorismo e Turismo.

Órgãos envolvidos (Poder Executivo): Adagri, Adece, CIPP S.A, Detran, Ematerce, Jucec, Metrofor, SCidades, SDA, SDE, Seinfra, SET, Setur, SOP, SPA, SPS e ZPE-Ceará.

CEARÁ DE OPORTUNIDADES

CEARÁ DE OPORTUNIDADES

O Ceará de Oportunidades contempla as políticas governamentais voltadas aos desafios da economia estadual, mediante duas formulações de inspiração estratégica: fomento ao crescimento econômico com desenvolvimento territorial; e geração e reprodução do emprego, trabalho emancipado, renda e riqueza. O propósito central deste Eixo consiste no desenvolvimento econômico sustentável, solidário e competitivo, alcançado nos espaços rurais e urbanos e considerando as identidades dos territórios cearenses.

Favorecer um ambiente propício à inovação, sustentabilidade, solidariedade, integração e competitividade, buscando superar os desafios presentes, como os diferentes níveis de desenvolvimento entre as regiões estaduais, e aqueles que estão surgindo com o processo de integração da economia e da sociedade cearense às conexões e redes globais, é a perspectiva do Eixo Ceará de Oportunidades. Superar esses desafios requer um crescimento econômico atrelado ao desenvolvimento territorial e à economia solidária, que levem à geração de mais emprego, renda e riqueza em todo o Estado, com redução das desigualdades sociais.

Esses dois pressupostos, desenvolvimento territorial e economia solidária, guiaram as ações de Governo do Estado nos últimos anos, promovendo dinamização e diversificação na economia cearense, resultando na atração de investimentos em projetos sustentáveis como os parques eólicos instalados em vários municípios; no hub do hidrogênio verde, que objetiva transformar o Porto do Pecém num grande polo de produção que poderá abastecer a indústria nacional e internacional, em substituição a combustíveis fósseis, reduzindo a emissão de poluentes no ar; na exportação, com a Zona de Processamento de Exportação; no fortalecimento da infraestrutura, com a melhoria de rodovias por meio do Ceará de Ponta a Ponta, e no hub de cabos submarinos, que fez de Fortaleza a cidade mais conectada no mundo.

No outro lado, têm-se as ações do Governo do Estado focadas na economia solidária, que procura apoiar o cidadão rural e os microempreendedores individuais em seus negócios e atividades, por meio da distribuição de sementes; entrega de sistemas de abastecimento e captação de água e de irrigação de lavouras como os Projetos de Irrigação na Minha Propriedade (Pimp).

Este eixo envolve um conjunto de políticas públicas implementadas por meio de 16 programas finalísticos, que aplicaram, no ano de 2023, um volume de recursos orçamentários da ordem de **R$ 2.190.059.125,03**.

TABELA 44 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR TEMAS – ANO 2023[1] (R$)

Tema	Lei + Créditos	Empenhado	% Execução Orçamentária
Agricultura Familiar e Agronegócio	252.913.450,75	199.239.740,26	78,78
Comércio e Serviços	5.008.000,00	5.007.288,00	99,99
Indústria	146.429.316,67	52.398.869,16	35,78
Infraestrutura e Mobilidade	2.329.122.774,77	1.783.138.578,63	76,56
Pesca e Aquicultura	6.814.170,70	5.171.085,10	75,89
Trabalho e Empreendedorismo	122.258.369,31	92.920.081,23	76,00
Turismo	108.113.735,97	52.183.482,65	48,27
Total	2.970.659.818,17	2.190.059.125,03	73,72

Fonte: Seplag

[1] Dados gerados no dia 05/01/2024, sujeitos a alterações.

O resultado dos esforços orçamentários é observado, também, no monitoramento dos indicadores temáticos da série histórica apresentada a seguir:

TABELA 45 – EVOLUÇÃO DOS INDICADORES POR TEMAS (2019-2023)

Indicador	2019	2020	2021	2022	2023[1]
AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO					
Ocupações geradas na agropecuária cearense (número)	396.701	324.287	350.660	332.209	364.296
Participação da agropecuária no Valor Adicionado Bruto (VAB) (%)	5,1	6,5	6,2	ND	ND
Taxa de crescimento da produtividade da agropecuária (%)	8,05	35,87	0,41	13,69	-10,97
Valor bruto da produção da agricultura (R$ mil)	2.910.447	3.737.596	4.122.592	5.180.004	ND
Valor de exportação dos bens e serviços da agropecuária cearense (US$ FOB mil)	171.032	166.841	186.597	147.341	148.926
COMÉRCIO E SERVIÇOS					
Desconcentração do setor de serviços (%)	37,13	38,33	ND[2]	ND[2]	ND[2]
Participação do setor serviços na massa salarial formal (%)	72,95	72,83	69,5	ND[3]	ND[3]
Remuneração média do setor de serviços formal cearense (R$)	3.189,69	3.172,26	2.666,8	ND[3]	ND[3]
Taxa de crescimento da produtividade do setor de serviços (%)	0,59	0,93	9,12	-8,09	0,21
Taxa de crescimento do valor adicionado do setor de serviços (%).	1,47	-5,75	4,2	1,64	3,2
INDÚSTRIA					
Massa salarial real da indústria (R$)	601.459.980	585.489.273	622.092.566	ND[3]	ND[3]
Participação da indústria de transformação na indústria total cearense (%)	50,83	46,95	55,7	ND	ND
Participação dos produtos industrializados nas exportações do Estado (%)	87,02	87,18	91,51	87,79	89,28
Taxa de crescimento da produtividade da indústria cearense (%)	-5,27	0,83	10,78	-9,51	-4,25
Taxa de crescimento do valor adicionado da indústria (%).	1,7	-9,55	9,96	-7,35[5]	0[6]
Variação do estoque de empregos formais na indústria cearense (%)	-0,82	1,35	5,39	ND[3]	ND[3]
INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE					
Índice de interiorização da densidade rodoviária estadual (km/100 km²)	8,02	8,09	8,16	8,44	8,48
Índice de qualidade da malha (%)	52,1	56,49	55,72	60,29	59,95
Municípios com áreas urbanas requalificadas (%)	59,78	67,93	75	79,35	83,7
Taxa de mortalidade por acidentes de trânsito (óbitos por 100 mil habitantes).	11,85	9,12	6,99	8,31	6,17

PESCA E AQUICULTURA					
Ocupações geradas nas atividades de pesca e aquicultura (pessoa)	23.562	24.654	20.694	28.646	27.065
Valor da exportação de pescado (US$ milhão)	19,9	66,98	102,32	82,25	34,6
TRABALHO E EMPREENDEDORISMO					
Grau de formalidade do mercado de trabalho cearense (%)	45,86	47,48	46,78	47,8	46,04
População em idade de trabalhar com renda do trabalho (%)	51,15	42,26	47,71	48,6	48,72
Salário médio/hora trabalhada (R$)	12,41	11,75	11,65	11,94	12,11
Prazo médio para abertura de empresas (horas)	24	22	17	12	3
TURISMO					
Demanda turística global (nacional e internacional) (número)	3.708.821	1.623.498	1.990.450	3.103.829	3.182.833
Empregos gerados pelas atividades características do turismo (número)	74.594	65.570	69.680	55.083	58.000
Gasto per capita diário do turista de negócio/evento (R$)	550	360	510	604,37	667,04
Gasto per capita diário do turista no Estado (R$)	326,32	373,27	403,13	410,3	436,45
Índice de fidelização do turista (%)	56,5	57	57,6	60	66,51
Índice de interiorização do turismo via Fortaleza (%)	75,9	60	70	68,1	75
Taxa de ocupação hoteleira (%)	77	43,3	56,4	72,3	74,86

Fonte: Ipece, SDE, SOP, SCidades, Detran, SPA, Jucec e Setur.

ND: Dados não disponíveis pelas fontes oficiais de pesquisa.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

[2] A base do IBGE não forneceu dados suficientes para análise do indicador.

[3] Os dados que alimentam este indicador são oriundos da base de dados do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego. Não existe ainda nenhuma informação disponível definitiva para a remuneração média do setor terciário para o ano de 2022.

[4] Correção na base de dados oficial que compõe seu cálculo.

[5] É uma estimativa preliminar.

[6] É uma previsão de crescimento calculada pelo Ipece.

TEMA – AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO

O Governo do Estado vem trabalhando para o desenvolvimento da agropecuária em duas frentes: a **Agricultura Familiar e o Agronegócio**, reforçando a forte tradição cearense em algumas atividades agropecuárias, como: fruticultura, floricultura, bovinocultura, caprino e ovinocultura, meliponicultura (produção de mel de abelha), dentre outras, além de atuar no enfrentamento à principal característica do semiárido nordestino, que se faz presente em 98,7% do território cearense, que é a seca. Para tanto, se utiliza da gestão de seus recursos hídricos, identificando e incorporando novas tecnologias, otimizando o uso eficiente da água, principalmente para o setor agropecuário.

No tocante à Agricultura Familiar, busca-se desenvolver uma economia rural fortalecida, sustentável, solidária e competitiva, com foco no combate à pobreza rural, na garantia da segurança alimentar e nutricional, e no apoio à transição agroecológica e à convivência com o semiárido.

Alinhado a esse propósito, o Governo do Estado implementa programas de incentivo à produção agrícola, como o Hora de Plantar, que proporciona incrementos significativos da produtividade agrícola e, consequentemente, no aumento na renda e na segurança alimentar de inúmeros cearenses. Por meio desse programa, foram distribuídas, até o mês de novembro, 302.667 mudas de cajueiro anão precoce, 42.507 mudas de essências florestais (aroeira e sabiá), 2.467.824 kg de milho (híbrido e variedade), 170.155 kg de sorgo forrageiro, 3.314 m³ de maniva de mandioca e 2.290.282 raquetes de palma forrageira, beneficiando a 164.877 agricultores, com ênfase para a Região do Cariri, com 39.524 agricultores beneficiados.

Em relação a projetos produtivos, foram beneficiados 1.786 agricultores familiares, com a implantação de 364 projetos, dos quais 115 Projetos de Irrigação na Minha Propriedade (Pimp), 173 projetos Mandalas, 8 projetos Nossa Horta na Escola, 68 projetos de bovinocultura de leite (59 tanques de resfriamento de leite, oito motoensiladeiras e um projeto de apicultura), em 13 regiões do planejamento do estado.

Foram beneficiados, ainda, 1.654 produtores com a venda da sua produção, sendo 1.475 do Programa de Aquisição de Alimentos, na modalidade Leite (PAA Leite) e 179 pela modalidade Alimentos (PAA Alimentos), representando 0,48% dos agricultores do estado.

Outro pilar do fortalecimento da agricultura familiar é a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), contínua e sistemática, prestada aos agricultores familiares. Entre os meses de janeiro a novembro, 199.300 agricultores familiares, o que representa 58,35% do total, foram atendidos com assistência técnica em todo o estado, 8,81 pontos percentuais (p.p.) a mais que no ano anterior, de forma contínua ou com interrupção, visando transformar o perfil da agropecuária do Estado do Ceará com incremento da produtividade e rentabilidade, na perspectiva agroecológica e no desenvolvimento rural sustentável.

As ações realizadas foram alicerçadas no Plano de Ação, construído de forma participativa com os agricultores familiares e demais atores do setor primário da economia do estado. Dentre essas ações, podemos destacar o estímulo ao desenvolvimento das cadeias produtivas da pecuária nas atividades de bovinocultura de leite, caprinocultura, ovinocultura, avicultura caipira, suinocultura, piscicultura e apicultura; o estímulo à irrigação e práticas de manejo adequado da água e dos solos; a formulação e implementação de políticas de convivência com o semiárido; e o desenvolvimento de sistemas de produção, processamento e comercialização das cadeias produtivas assistidas.

Outras ações realizadas pelo Governo do Estado para promover e fortalecer a agricultura familiar incluem a destinação de recursos para compor o Fundo do Programa Garantia Safra e a entrega de tecnologias sociais de acesso à água para produção de alimentos, dentre outras.

No que se refere ao Agronegócio, a política governamental se orienta pela importância para a economia cearense de fortalecer as vantagens competitivas do Estado, que se comprovaram nos últimos anos. Como estratégia de gestão, o Governo estimulou a sua organização em câmaras setoriais, podendo ser citadas as do caju, camarão, carnaúba, flores, fruticultura, leite, mel, ovinocaprinocultura e tilápia. A agricultura irrigada de alta tecnologia é uma das principais vantagens competitivas para produção de frutas, hortaliças e flores, repercutindo diretamente no valor das exportações.

O número de ocupações geradas na atividade da agropecuária cearense apresentou uma forte oscilação na série histórica, com trajetória de queda nos últimos anos. Em 2017, o número de

pessoas ocupadas na agropecuária cearense era de 342.180 pessoas, aumentando para 391.319 pessoas em 2018. No final do ano de 2019 foi registrada uma nova elevação desse número, alcançando um total de 396.701 pessoas ocupadas. Em 2020, o número de pessoas ocupadas na agropecuária cearense reduziu-se fortemente para 324.287 pessoas, em parte explicado pelas medidas sanitárias de combate à Covid-19. Por sua vez, em 2021, ocorreu uma certa recuperação nas ocupações ligadas à agropecuária cearense, tendo registrado um total de 350.660 pessoas ocupadas, revelando um novo padrão de ocupação nesta atividade. Em 2022, esse número caiu para 332.209 pessoas, apesar do bom desempenho produtivo do setor. Por fim, em 2023, a agropecuária cearense contou com 364.296 pessoas ocupadas, revelando uma recuperação no mercado de trabalho nesta atividade, apesar dos problemas enfrentados pela produção dentro do ano.

Quanto ao valor bruto da produção da agricultura do Ceará, houve um crescimento entre os anos de 2016 e 2020, indicando retomada da capacidade da produção agrícola após período de seca. O valor bruto da produção para 2020 cresceu mais do que o esperado, devido à safra recorde de grãos e ao crescimento da produção de frutas. O fator preço também contribuiu para o crescimento do valor absoluto da produção agrícola. Para 2022, o valor da produção agrícola ficou bem acima do valor de 2020, explicado também pela alta dos preços dos alimentos.

O setor agropecuário, por conta dos anos de seca (2012-2016) atingiu, nesse período, os menores valores em participação no valor adicionado da economia. Em 2017, a participação da agropecuária no Valor Adicionado Bruto (VAB) foi ampliada, em virtude do crescimento econômico do setor. Em 2018 e 2019, voltou a perder participação, em detrimento do melhor desempenho de outros setores da economia. Em 2020, o setor agropecuário atingiu a maior participação da série. Esse resultado foi puxado tanto pelas atividades agrícolas como pelas atividades pecuárias, como produção de leite e ovos. Em 2021, o setor perdeu participação devido ao melhor desempenho do setor de serviços, ainda assim a participação ficou acima do valor programado.

Em 2020, o valor de exportação dos bens e serviços da agropecuária cearense atingiram o menor valor da série, explicado pela redução das vendas externas de banana e melancia. Em 2021, o valor das exportações voltou a subir, impulsionado pelo aumento do preço internacional; em 2022, porém, o valor exportado voltou a cair, explicado pela forte redução das exportações de castanha, melão, melancia e banana, sendo essas as principais frutas exportadas. Para 2023, no acumulado de janeiro a novembro do ano, o valor exportado do setor agropecuário já atingiu US$ 148 milhões, superando o valor de 2022, quando se registrou o valor de US$ 147 milhões.

A taxa de crescimento da produtividade da agropecuária cearense, acumulada em quatro trimestres até o terceiro trimestre de 2020, registrou a segunda maior alta da série histórica do indicador desde 2017, com um percentual de 35,87%, explicado por um forte crescimento dessa atividade e uma forte redução dos postos de trabalho, permanecendo no setor a mão de obra mais qualificada, elevando substancialmente a produtividade deste setor. No entanto, em 2021, a produtividade da agropecuária cearense registrou um crescimento pouco expressivo de apenas 0,41%, por conta de uma retração na atividade produtiva, com o valor da produção registrando queda acumulada em quatro trimestres até o terceiro trimestre de 2021 de 2,47%, combinada com uma recuperação dos postos de trabalho, que registrou uma leve alta acumulada em quatro trimestres, também até o terceiro trimestre de 2021, de 1,82%. Ou seja, a recuperação nos postos de trabalho não se traduziu em aumento de produção, afetando negativamente a produtividade deste setor neste ano.

Em 2022, a produtividade da agropecuária cearense registrou forte aceleração, passando a apresentar crescimento acumulado até o terceiro trimestre de 13,69%, explicado pelo forte crescimento na produção de 4,33%, combinado com a

forte retração no quadro de pessoas ocupadas, que passou a registrar queda de 8,23%. Por fim, o indicador registrou, no acumulado até o terceiro trimestre de 2023, forte queda de 10,97%, explicada pela queda na sua atividade produtiva de 1,70%, combinada com um forte crescimento no estoque de pessoas ocupadas no setor, de 10,41%. Infelizmente, este resultado contrariou as expectativas de crescimento de 5,0% para o setor.

PROGRAMAS E PRINCIPAIS REALIZAÇÕES – 2023

PROGRAMA 311 – DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR				
Objetivo: Melhorar as condições para a ampliação da produção, beneficiamento e comercialização dos produtos da agropecuária familiar, de modo a aumentar sua participação econômica e contribuir com o desenvolvimento territorial sustentável e a redução das desigualdades regionais.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Agricultores familiares acessando políticas de incentivo à produção agrícola (%).	44	46,09	45,62	48,27
Agricultores familiares atendidos com assistência técnica e extensão rural (%).	17,75	17,38	49,54	58,35
Agricultores familiares beneficiados com projetos produtivos (%).	1,37	3,09	1,27	0,52
Agricultores familiares beneficiados por programas de aquisição de alimentos (%).	1,45	0,61	0,5	0,48

Fonte: SDA.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Classificação de 29.571,22 toneladas de produtos de origem vegetal.
- Efetivação de 167.850 adesões ao Garantia Safra, beneficiando 167.850 famílias, nas 14 regiões de planejamento, contemplando 181 municípios.
- Aquisição de um imóvel para construção de galpões, visando o desenvolvimento da agricultura familiar.
- Implantação de 364 projetos de produção, dos quais 115 Projetos de Irrigação na Minha Propriedade (Pimp), 173 projetos Mandalas, 8 projetos Nossa Horta na Escola, 68 projetos de bovinocultura de leite (59 tanques de resfriamento de leite, 8 motos ensiladeiras e 1 projeto de apicultura), beneficiando um total de 1.786 produtores em 13 regiões de planejamento.
- Assistência técnica a 23.526 agricultores, por meio de visitas in loco às comunidades/imóveis rurais, utilizando-se de metodologias, tais como: visitas, reuniões, demonstrações práticas, excursões, intercâmbios técnicos, dentre outras, com vistas a melhoria do desempenho da unidade produtiva nas 14 macrorregiões de planejamento do estado.
- Participação na IV Feira Nacional da Reforma Agrária, na cidade de São Paulo, que promoveu a comercialização direta para os consumidores dos produtos de assentamentos da reforma agrária de todo o Brasil.
- Realização de 324 capacitações nas temáticas de: operacionalização do Sistema Estadual de Cadastro de Agricultores Familiares (Secaf), seminários virtuais referentes ao Programa Ceará Sem Fome, reserva alimentar, apicultura, pesca artesanal, educação ambiental,

procedimentos para prestação de contas de projetos produtivos, orientações sobre acesso a crédito em instituições financeiras de fomento, entre outras, com o objetivo de contribuir para o fortalecimento das organizações, beneficiando 8.550 pessoas nas 14 regiões de planejamento.

- Atendimento a 189.527 produtores rurais, referente à elaboração de documentos tais como Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), Guia de Trânsito Animal (GTA), adesão ao Garantia Safra, acesso ao Programa Hora de Plantar, Licença Ambiental Compromissada (LAC), orientações tecnológicas, organizacionais, para certificação e mercadológicas, sobre as atividades agrícolas e não agrícolas.
- Distribuição de 302.667 mudas de cajueiro anão precoce, 42.507 mudas de essências florestais (aroeira e sabiá), 2.467.824 kg de milho (híbrido e variedade), 170.155 kg de sorgo forrageiro, 3.314 m³ de maniva de mandioca e 2.290.282 raquetes de palma forrageira, beneficiando a 164.877 agricultores, com ênfase para a região do Cariri, com 39.524 agricultores beneficiados.

PROGRAMA 312 – ABASTECIMENTO, COMERCIALIZAÇÃO E DEFESA NO SETOR AGROPECUÁRIO				
Objetivo: Ampliar a comercialização e a defesa dos produtos agropecuários, bem como o abastecimento em quantidade e qualidade adequadas para a população do Estado do Ceará.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Cobertura vacinal de bovídeos contra febre aftosa (%)	86,35	88	91,32	91,83
Fiscalizações zoossanitárias realizadas em áreas/propriedades de risco (número)	985	1.511	2.181	2.114
Autuações realizadas em fiscalizações de trânsito (número)	1.050	1.402,00	1.093	96

Fonte: Adagri.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização da 1ª etapa de vacinação contra febre aftosa.
- Estruturação dos núcleos locais da Adagri, com aquisições e melhorias do ambiente de trabalho, para o pleno funcionamento de suas atividades.
- Realização de 2.993 ações de fiscalizações fitossanitárias e monitoramento de moscas das frutas.
- Realização de 120 fiscalizações para certificação de estabelecimentos e produtos.
- Realização de 1.342 blitz de fiscalização do trânsito de animais e vegetais, seus produtos e subprodutos nas vias/rotas de maior risco sanitário no Ceará.
- Realização de 747 ações de fiscalização para o combate do uso indevido e inadequado de agrotóxicos em propriedades rurais.
- Ampliação da Central de Abastecimento (Ceasa), com construção de galpão temporário, em Maracanaú.
- Estruturação da Ceasa, com pavimentação asfáltica de algumas vias, renovação das sinalizações de trânsito, finalização da nova portaria de entrada, instalação de câmeras de segurança e manutenção corretiva de galpões, em Maracanaú.
- Realização de 2.063 ações de fiscalização em propriedades de risco no Estado do Ceará.

PROGRAMA 313 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO				
Objetivo: Ampliar a produtividade e a competitividade do agronegócio do Ceará de forma sustentável explorando as vantagens estratégicas de todo o seu território.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Valor das exportações dos principais produtos da agropecuária do Ceará (US$ milhão)	370	455,67	375,4	331,8
Variação da área irrigada (%)	3,48	4,1	8,6	4,7
Variação da produção de leite (%)	9,3	10,2	10,7	7,5
Variação da produção de mel (ton)	45,54	-3,41	18	7
Variação do valor bruto da produção (VBP) em lavouras irrigadas (%)	12,2	12,6	25,7	13

Fonte: SDE.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações..

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Prestação de consultoria técnica a 30 unidades de beneficiamento de lácteos, voltadas para a implementação e renovação dos registros no Serviço de Inspeção Estadual (SIE), e/ou nos Serviço de inspeção Municipal (SIM), nas regiões do Vale do Jaguaribe e Sertão Central.
- Realização de três cursos de Inovação e Boas Práticas de Fabricação para produtos lácteos para 62 produtores das regiões do Vale do Jaguaribe e Sertão Central.
- Prestação de consultoria técnica especializada a 38 produtores, para orientações sobre o cultivo intensivo de palma forrageira adensada.
- Acompanhamento técnico de 58 produtores, para orientações sobre cultivo e manejo para as culturas do cacau, açaí, pitaya e acerola orgânica no Ceará.
- Acompanhamento de dez Unidades de Observação, com consultorias técnicas voltadas para a validação e introdução sustentável das culturas alternativas açaí, cacau, pitaya, mirtilo, figo, avocado Hass, acerola e caju orgânico no Ceará.
- Acompanhamento técnico do funcionamento dos sistemas de irrigação em 70 lotes nos Perímetros Irrigados de Tabuleiros de Russas e Jaguaribe Apodi.
- Realização de 12 eventos e apoio à realização de outros 12 eventos, sobre temáticas importantes para o desenvolvimento sustentável das diversas cadeias produtivas da agricultura e pecuária do Ceará.

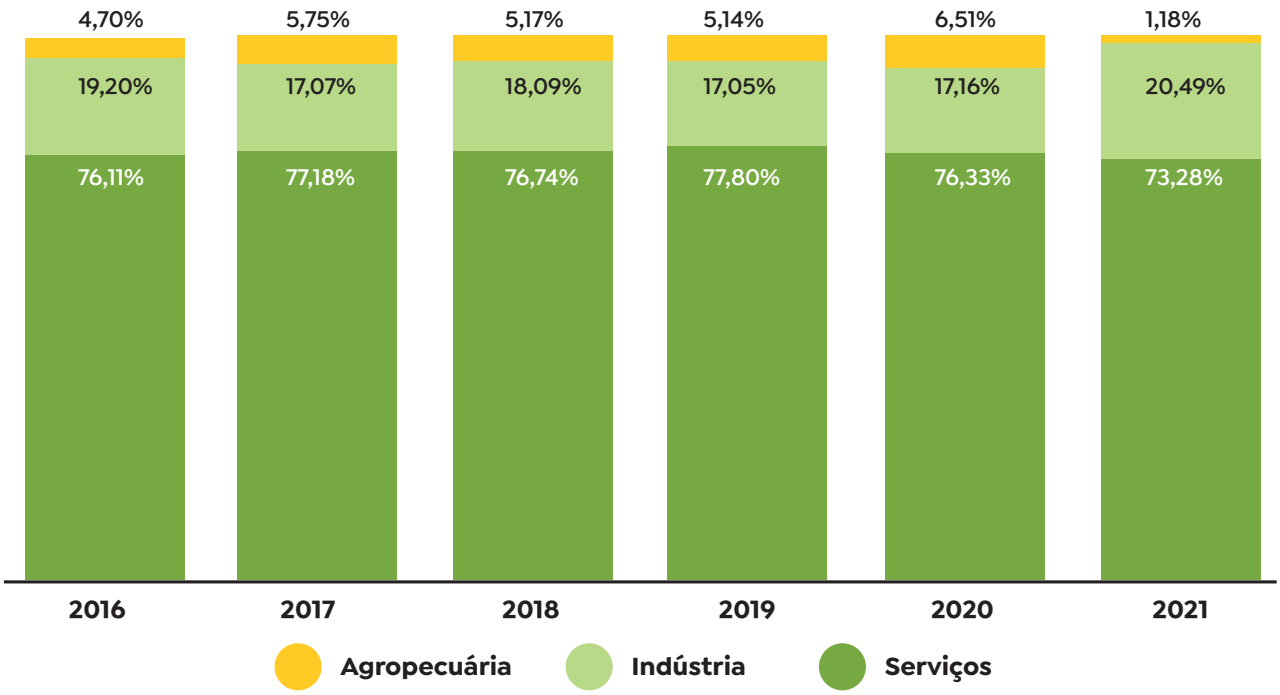
TEMA – COMÉRCIO E SERVIÇOS

O Tema **Comércio e Serviços** é um setor com relevante papel na dinâmica da economia cearense, tanto no quesito de empregabilidade quanto na geração de receitas, representando a maior participação na massa salarial formal em 2021, com 69,5%, valor inferior aos 72,83% obtidos em 2020. Reflexo dessa perda de participação da atividade de serviços foi em função da recuperação da atividade industrial. Ainda assim, a quantidade de empregos e empresas aumentaram em 2021 em relação a 2020, com 30,16 mil empresas ativas e empregando 380 mil, valores 14% e 25% respectivamente maiores que os do ano anterior (Pesquisa Anual de Serviços [PAS], 2021).

Diferente de outros segmentos, o setor de comércio e serviços se encontra presente em todos os municípios cearenses, responsável por 20,27% dos empregos formais, em 2021, e uma remuneração média de R$ 2.666,80, inferior aos R$ 3.172,26 registrados em 2020. Isto está ligado aos efeitos da pandemia de Covid-19 nas atividades ligadas ao setor, que mesmo com a recuperação do mercado de trabalho cearense parece ter impactado na média salarial paga, tendo em vista que esse é o menor valor real pago na série histórica desde 2017.

Mesmo diante desse cenário pós-pandemia, o setor de serviços manteve a maior fatia do Valor Adicionado Bruto (VAB) estadual, respondendo por 73,28% em 2021, embora seja o menor valor da série histórica desde 2017, muito devido à recuperação do setor industrial.

GRÁFICO 42 – PARTICIPAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS SETORES DA ECONOMIA CEARENSE (2016-2021)



Fonte: Ipece. Elaboração: Seplag.

Analisando dados mais recentes, percebe-se um aumento da taxa de crescimento do valor adicionado do setor de serviços, o qual saiu de 1,64% em 2022, para 3,2% em 2023, e uma recuperação da taxa de crescimento da produtividade do setor de serviços, que saiu de -8,09% em 2022, para 0,21% em 2023.

As evidências de melhoria do setor facilitam a atração de investimentos e empreendimentos, como as 17 empresas de médio e grande porte do setor de comércio e serviços atraídas em 2023, que perfizeram a geração de um total de 3.332 empregos diretos e totalizaram R$ 327.580.000,00 de investimentos no estado, ou o aumento do volume de vendas do comércio varejista, registrando uma variação positiva, de 4,30% em 2022, para 6,90% em 2023.

PROGRAMAS E PRINCIPAIS REALIZAÇÕES – 2023

PROGRAMA 321 - FORTALECIMENTO DO SETOR DE COMÉRCIO E SERVIÇOS				
Objetivo: Aumentar o valor agregado do setor de serviços e contribuir para a melhor distribuição regional de renda.				
Indicador	2020	2021	2022	2023[1]
Variação do volume de serviços registrados (%).	-13,60	11,10	10,20	4,60
Variação do volume de vendas do comércio varejista (%).	5,00	1,40	4,30	6,90

Fonte: SDE.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Atração de 17 empresas de médio e grande porte do setor de comércio e serviços, perfazendo o total de 3.332 empregos diretos gerados e totalizando R$ 327.580.000 de investimentos no Estado.
- Assinatura de acordo de cooperação com a Câmara Brasil-China para atração de investimentos.
- Assinatura do protocolo de intenções com a Companhia do Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf) para o desenvolvimento dos perímetros irrigados.
- Assinatura de Acordo de Cooperação com o município de Caucaia para a primeira comunidade nômade do Ceará no âmbito do projeto Digital Nomads Ceará, que tem foco em atrair predominantemente empreendedores e empresários que trabalham enquanto viajam.
- Realização de Rodada de Negócios para o setor de logística, com foco na geração de novas vendas e parcerias. O evento contou com a participação de 54 empresas e 80 agendamentos bilaterais, e as primeiras negociações durante a rodada movimentaram pelo menos R$ 5,42 milhões.
- Assinatura do Memorando de entendimento com a Amazon Web Service (AWS), parceria que já beneficiou 430 empresas que participaram dos eventos orquestrados pelos parceiros SDE, Amazon e Sebrae.
- Entrega de estudo para implementação do credenciamento, por meio de chamamento público, de restaurantes locais de todas as 14 regiões de planejamento do Ceará, para a contratação de até 37.500 refeições individuais do tipo quentinha/marmita, a serem distribuídas para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional dos 184 municípios cearenses no primeiro semestre de 2024.
- Elaboração do plano conceitual de ampliação do Polo de Inovação em Tecnologia da Saúde do Eusébio, que permitirá potencializar os investimentos públicos e tornar viáveis as duas novas atrações das fábricas: (a) Biomanguinhos (biofármacos com investimentos previstos de R$ 950 milhões anunciados); e (b) Wolbito (fábrica de mosquitos para erradicar doenças).

TEMA – INDÚSTRIA

O Estado do Ceará possui características que propiciam que as indústrias nele instaladas tenham um ambiente favorável à inovação, implantação de novos segmentos, manutenção de outros já consolidados e expansão da comercialização dos produtos. Reflexo disso é o aumento da participação dos produtos industrializados nas exportações cearenses, com a marca de 89,28%, valor 1,69% maior que o alcançado em 2022.

Vale salientar que mais da metade desse valor exportado é proveniente da metalurgia, com a exportação das placas de aço e afins A produção total dessas placas foi 2.974.252 toneladas e, deste total, 62%, ou seja, 1.844.036 toneladas, tiveram o exterior como destino, mais precisamente a Alemanha, Bélgica, Coreia do Sul, França, México e Estados Unidos. Os Estados Unidos, por sua vez, receberam a maior parte das exportações, 1.308.670 toneladas, ou seja, 44% do total da produção de placas.

Ainda assim, houve uma taxa negativa de crescimento da produtividade, de -4,25%, cenário melhor em relação a 2022, cujo valor foi de -9,51%. Esse resultado negativo de 2023 se deu pela queda expressiva na produção de 3,96%, combinado com um leve crescimento no estoque de pessoas ocupadas na indústria cearense, de 0,30%.

Diante disso, o Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI) vem fomentar a política industrial do Estado, no qual estabelece uma série de benefícios à instalação de empreendimentos industriais e fornece incentivos fiscais para promover a industrialização e o desenvolvimento do Ceará. Assim, promove a interiorização industrial, a inovação e diversificação do setor, peculiaridades que geram competitividade, diminuem as diferenças regionais e ampliam a inserção dos produtos no mercado nacional e internacional.

Nessa década de 20 do século 21, a transição energética também passou a assumir um protagonismo dentro de diversas áreas. Observando tal movimentação, providências foram adotadas com o intuito de colocar o território cearense em uma condição favorável para capitanear investimentos e atrair investidores. A exemplo disso, tem-se a Lei nº 18.459, de 7 de setembro de 2023, a qual instituiu a Política Estadual do Hidrogênio Verde Sustentável e criou o Conselho Estadual de Governança e Desenvolvimento da Produção de Hidrogênio Verde Sustentável e seus Derivados. Reflexo de tais ações é a existência de três fábricas de pás eólicas e o lançamento do Hub do Hidrogênio Verde (2021), o que coloca o Estado do Ceará como potencial exportador desse tipo de combustível.

Outro exemplo da capacidade de atração são os 79 protocolos de intenção apresentados por empresas interessadas em investir no Ceará em 2023, quantidade duas vezes superior às intenções de 2022. Desse total, 40 estão fora da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), o que corresponde a um percentual de 51% de interiorização das empresas, com 53% de interiorização dos empregos. Ao todo, estima-se a geração de 7.876 empregos diretos em todo o Estado e um investimento total de R$ 4.739.673.526,72.

PROGRAMAS E PRINCIPAIS REALIZAÇÕES – 2023

PROGRAMA 331 – ATRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL				
Objetivo: Promover a diversificação e a interiorização da indústria cearense, com ampliação da competitividade.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Incremento de investimento realizado nos empreendimentos implantados (R$ mil).	115.266	819.448	79.991	115.266
Permanência das indústrias incentivadas (%).	100	100	100	100
Realização de compromissos firmados na atração (%).	18,8	52,39	7,24	29,11

Fonte: Adece.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

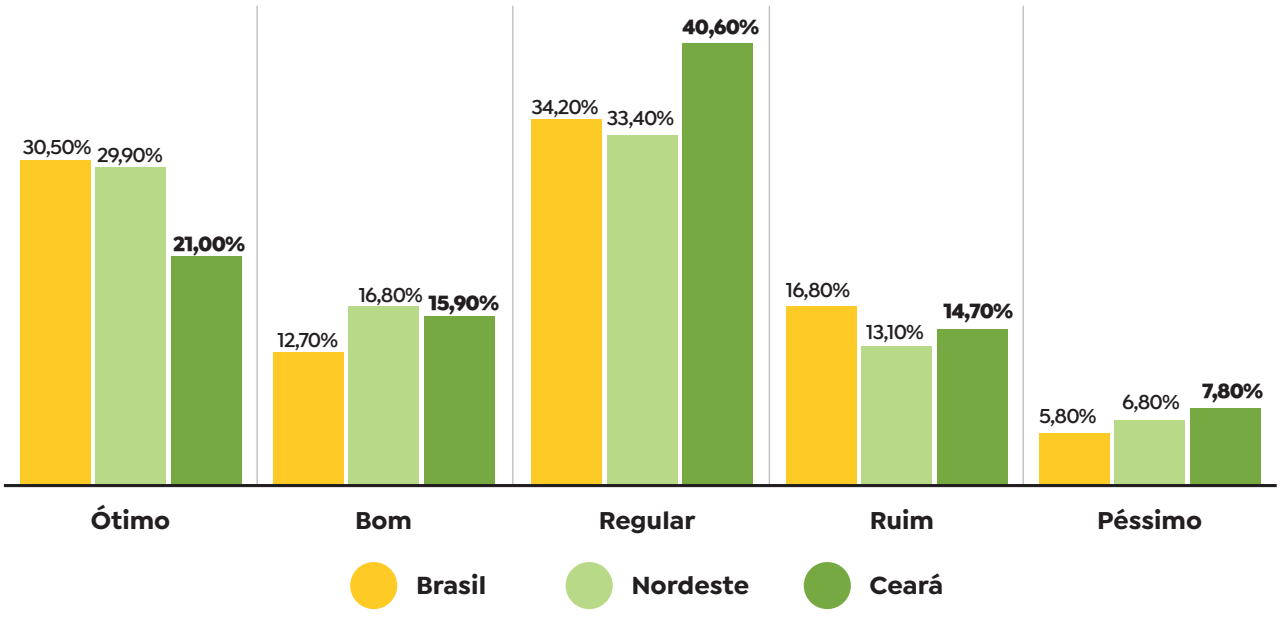
PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Assinatura de 79 protocolos de intenção entre empresas e o Estado do Ceará.
- Assinatura de um protocolo de intenção em 2023, para a cadeia produtiva de hidrogênio verde no Hub de Hidrogênio Verde do Pecém.
- Apoio a 12 eventos do setor industrial, em que o Governo do Estado apresentou as vantagens competitivas alcançadas tanto em infraestrutura, mão de obra, energia e especificidades do setor industrial.
- Articulação de quatro missões internacionais, sendo duas na China e as outras em Dubai e Holanda, para atração de investimentos para o Estado.
- Formalização de 14 Memorandos de Entendimento (MoU) e acordos de cooperação técnica, principalmente na área de energias renováveis.
- Estabelecimento de conexões e fomento de relações com mais de 58 investidores internacionais prospectivos.

TEMA – INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

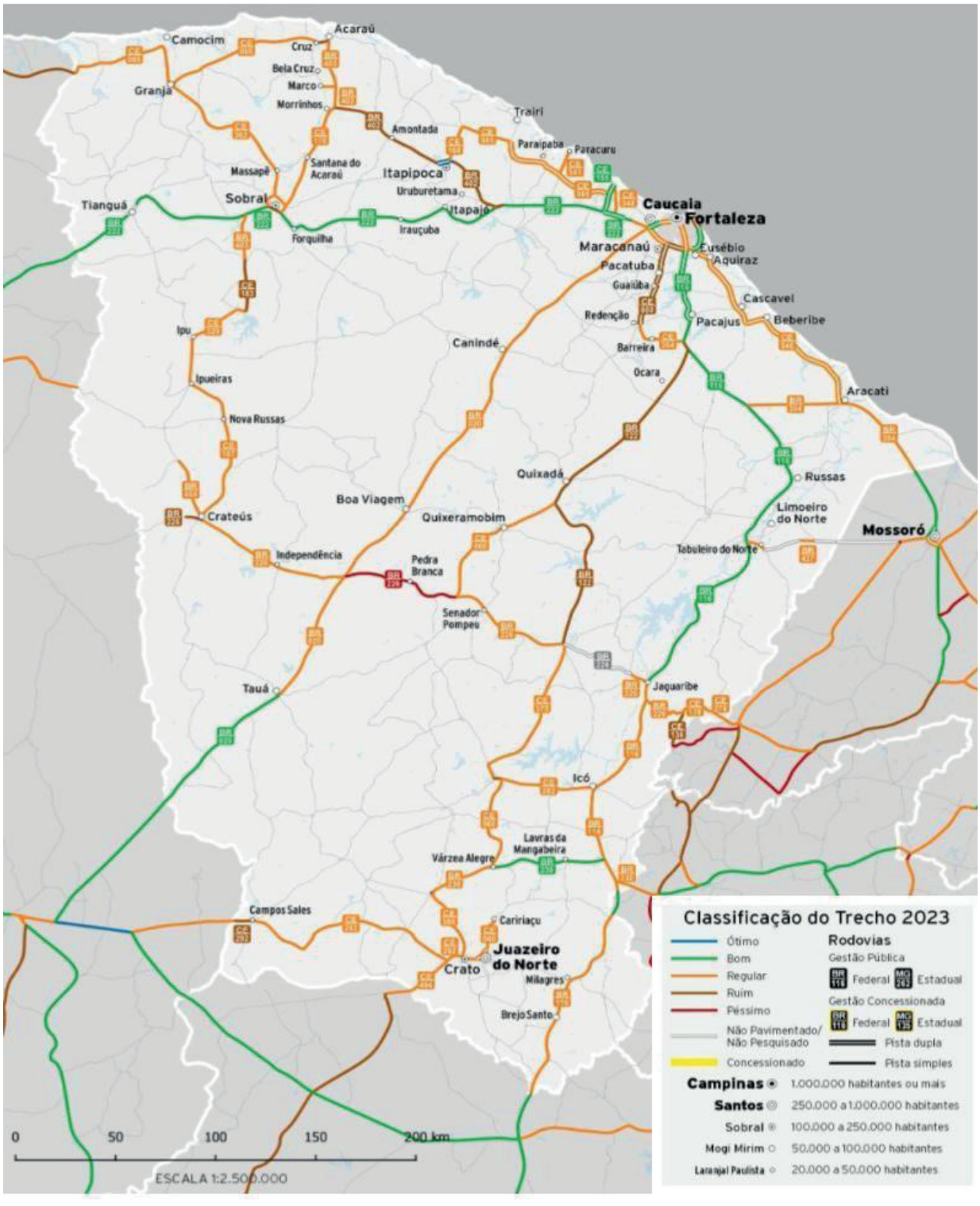
O Governo do Estado do Ceará trabalha em diversas frentes para responder aos anseios e pedidos da sociedade por melhores condições de **Infraestrutura e Mobilidade** que possam promover bem-estar social, facilidade de deslocamento, segurança e que desenvolvam outras áreas, como o turismo e a indústria. Pode-se citar como uma importante frente desses esforços a construção da Linha Leste do Metrô de Fortaleza, com execução acumulada de 31,62%; construção do VLT Ramal do Aeroporto; manutenção de 12.798,90 km de rodovias já existentes e a restauração de 723,32 km de rodovias, dos quais 335,75 km já foram entregues à população; e ampliação da malha rodoviária, com 240,29 novos quilômetros. Essa ampliação gerou um aumento do índice de interiorização da densidade rodoviária, atingindo o patamar de 8,48 km/100 km no ano de 2023.

GRÁFICO 43 – QUALIDADE DO PAVIMENTO – 2023



Fonte: Pesquisa CNT de Rodovias - 2023. Elaboração: Seplag.

FIGURA 02 – ESTADO GERAL DAS RODOVIAS



Fonte: Pesquisa CNT de Rodovias - 2023.

TABELA 46 – QUALIDADE DAS RODOVIAS CEARENSES

Rodovia	Extensão (km)	Estado Geral	Pavimento	Sinalização	Geometria
CE-010	42	Regular	Regular	Ruim	Ruim
CE-040	128	Regular	Bom	Ruim	Ótimo
CE-060	230	Regular	Ruim	Regular	Ruim
CE-085	256	Regular	Regular	Bom	Regular
CE-138	38	Regular	Ruim	Bom	Ruim
CE-155	16	Bom	Ótimo	Bom	Ótimo
CE-168	20	Regular	Regular	Regular	Regular
CE-178	68	Regular	Regular	Bom	Regular
CE-183	29	Ruim	Péssimo	Regular	Ruim
CE-187	117	Regular	Ruim	Regular	Ruim
CE-278	11	Regular	Regular	Regular	Péssimo
CE-282	51	Regular	Regular	Bom	Ruim
CE-292	153	Regular	Regular	Regular	Ruim
CE-329	29	Regular	Regular	Bom	Ruim
CE-341	14	Regular	Regular	Regular	Regular
CE-348	18	Regular	Regular	Regular	Regular
CE-354	39	Regular	Regular	Bom	Regular
CE-362	92	Regular	Regular	Bom	Regular
CE-366	5	Regular	Regular	Bom	Regular
CE-375	83	Regular	Ruim	Regular	Ruim
CE-386	44	Regular	Regular	Regular	Ruim
CE-417	18	Regular	Regular	Bom	Ruim
CE-494	24	Regular	Regular	Regular	Regular

Fonte: Pesquisa CNT de Rodovias – 2023. Elaboração: Seplag.

No quesito segurança, houve uma diminuição da taxa de mortalidade por acidente de trânsito, que saiu de 9,12 óbitos/100 mil habitantes em 2019, para 6,17 óbitos/100 mil habitantes em 2023. Outro indicativo importante é o índice de qualidade de malha das rodovias cearenses, com o valor de 59,25%, que mede itens como condição do pavimento, conforto da pista, segurança viária, geometria da pista e acidentes com vítimas fatais.

Outras ações que contribuíram para gerar segurança no trânsito foram a restauração de 1.911,78 km de sinalização em rodovias estaduais, implantação de outros 181,18 km de sinalização junto a 12 novos semáforos. Têm-se também as 13.365 operações fiscalizatórias de veículos e condutores, os 1.860 eventos educativos de trânsito, a construção de uma sede regional do Departamento Estadual de Trânsito (Detran), no município de Brejo Santo, a concessão de 578.836 habilitações (até novembro de 2023), compreendendo novas habilitações, renovação, expedição de 2ª via, expedição de CNH definitiva, registro de habilitações estrangeiras e adição de categoria. Destacam-se, dentro desse montante, as 14.422 habilitações concedidas por meio do programa CNH Popular.

No âmbito das revitalizações e urbanização, houve, no ano de 2023, até o mês de novembro, 1.078.468,21 m² de áreas urbanas requalificadas, perfazendo um atendimento de 83,70% dos municípios cearenses, maiores valores dos últimos quatro anos.

Ao se analisar a infraestrutura portuária, foi alcançada a movimentação geral de 15.737.408 toneladas de cargas no Porto do Pecém até novembro de 2023. Desse total, 9.997.850 toneladas, ou 63%, foram desembarcadas e 5.480.657 toneladas embarcadas, com os granéis sólidos (placas de aço) e containers respondendo por 43% e 37%, respectivamente, desse total. Os containers totalizaram 426.024 TEUs (unidades equivalentes a contêineres de 20 pés).

TABELA 47 – PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA

Município	Localidade	Área (m²)
Acopiara	Sede	3.320
Alcântaras	Sede	6.260
Altaneira	Sede	6.232,8
Ararendá	Ruas do município	8.236,88
Arneiroz	Sede	6.330,8
Banabuiú	Ruas do município	8.685,35
Barro	Ruas do município	3.743,21
Barroquinha	Ruas do município	7.178
Baturité	Jucás dos Jesuítas	1.564,03
Beberibe	Vila Coaçu-Beberibe	8.380,96
Boa Viagem	Ruas do município	14.184,72
Cariré	Ruas do município	3.227,07
Carnaubal	Ruas do município	3.366,5
Cascavel	Ruas do município	10.558,62
Chorozinho	Sede	13.838,42
Coreaú	Sede	4.298
Forquilha	Ruas do município	2.703,17
Frecheirinha	Ruas do município	3.098,45
Graça	Sede	4.200
Granjeiro	Sede	24.990,9
Guaraciaba do Norte	Ruas do município	20.342,76
Hidrolândia	Sede	9.660,52
Icapuí	Sede	6.595,22
Iguatu	Bairros do município	14.229,62
Ipu	Rua Chico Lão, Sede e no acesso à Escola Antônio Otaviano de Melo, na localidade de Baixa Larga	14.503
Ipueiras	Sede	13.124,11
Irauçuba	Sede e Distrito de Missi e Sede	23.863,65
Itaitinga	Bairros do município Ruas no Bairro Barrocão	16.580,29
Itarema	Obras de Calçamento	35.510,6
Jaguaretama	Ruas do município	4.129
Jaguaribe	Ruas do município	2.465,77
Jijoca de Jericoacoara	Ruas do município	44.570
Marco	Ruas do município	37.726,9
Massapê	Sede	64.066
Mauriti	Sede	1.586,51
Meruoca	Ruas do município	9.430,62
Milhã	Bairro Bom Acerto	2.226,03
Monsenhor Tabosa	Ruas do município	20.929,61
Morada Nova	Calçamento em ruas no município	6.147,81
Moraújo	Sede e Ruas do município	126.745,74
Morrinhos	Ruas do município e distritos	19.587
Nova Olinda	Ruas do município	3.367,07
Ocara	Vila de São Miguel, distrito de Sereno	2.340
Pereiro	Sede e ruas do município, sítios e vilas	18.676,07
Pires Ferreira	Angicos	9.067,15
Poranga	Ruas do município	8.399,59
Porteiras	Pavimentação na estrada que liga a CE 397 ao Sítio Areia Branca e na estrada que liga a CE 397 ao Sítio Baixio do Fumo	6.768,55
Quixeramobim	Bairro Jaime Lopes	9.220,25
Russas	Ruas do município	10.975,72
São Benedito	São Benedito	1.572
Senador Pompeu	Sede do município	24.460
Senador Sá	Ruas do município	11.000
Solonópole	Ruas do município	5.923,93
Ubajara	Sede, Sítio Paus Altos e Distrito de Nova Veneza, Jaburuna	22.522,59
Uruoca	Baliza	3.656
Várzea Alegre	Ruas do município	8.367,94
Total de municípios		Total (m²)
57 municípios		784.735,5

Fonte: SCidades. Elaboração: Seplag.

TABELA 48 – PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO

Município	Localidade	Área (m²)
Alto Santo	Sede	5.855,36
Campos Sales	Ruas do município	7.871,96
Groaíras	Sede	1.917,51
Icapuí	Ruas do município	16.320,3
Mauriti	Ruas do município	5.545,26
Morada Nova	Sede e base de baixo	12.641,8
Pereiro	Ladeira do Sítio Cidades, Sítio São Paulo e Sítio Flores	5.458
Russas	Ruas do município	5.235,88
Tabuleiro do Norte	Bairro Vila Maceno e Comunidade da Pedra Preta	3.044,68
Total de municípios		Total (m²)
9 municípios		63.890,75

Fonte: SCidades. Elaboração: Seplag.

TABELA 49 – CONSTRUÇÃO, REFORMA, URBANIZAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO

Município	Localidade	Área (m²)
Cariré	Reforma do Ginásio Poliesportivo Municipal	1.248
Graça	Requalificação da Avenida Raimundo Brito no Município de Graça	5.678,02
Granjeiro	Urbanização da entrada da sede do município	330,61
Ipu	Revitalização da área do entorno do Ginásio e do Estádio	6.065,45
Moraújo	Construção de Passagem Molhada e Urbanização da Entrada do Município	3.755,96
Potiretama	Revitalização do Canteiro Central, com a Arborização e a Modernização do Sistema de iluminação pública com instalação de luminárias de led da Avenida Padre Negreiros	1.873,48
Santana do Acaraú	Reforma/Construção do Mercado de Santana do Acaraú (Obra do Entorno)	740,48
Sobral	Requalificação Urbana do Parque da Fazenda e Urbanização do Parque Sinhá Saboia	130.767,09
Varjota	2ª etapa da construção de canteiro central em diversas ruas do município	1.424
Total de municípios		**Total (m²)**
9 municípios		151.883,09

Fonte: SCidades. Elaboração: Seplag.

PROGRAMAS E PRINCIPAIS REALIZAÇÕES – 2023

PROGRAMA 341 – PROMOÇÃO DA REQUALIFICAÇÃO URBANA				
Objetivo: Requalificar espaços públicos para a melhoria da convivência social, desenvolvimento econômico e melhoria dos serviços públicos, com foco em áreas de maior vulnerabilidade.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Área urbana requalificada (m²).	827.840,5	776.178,58	1.036.877,73	1.078.468,21

Fonte: SCidades.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Requalificação de 36 espaços urbanos em 27 municípios, com o total de 210.255,83m².
- Entrega de 96 vias pavimentadas em 62 municípios, com o total de 865.492,38 m².
- Pavimentação em pedra tosca em 57 municípios, com um total de 784.735,50 m².
- Pavimentação em paralelepípedo em nove municípios, com um total de 63.890,75 m².
- Atendimento a nove municípios com obras de construção, reforma, urbanização e requalificação, totalizando 151.883,09 m². Destes, os nove municípios passaram por obras de construção, sete por reforma, cinco por urbanização e três por requalificação.

PROGRAMA 342 – INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA				
Objetivo: Assegurar infraestrutura e logística adequada e diversificada para o desenvolvimento sustentável do Estado do Ceará.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Não conformidade de obras rodoviárias (%).	4,53	3,53	4,72	4,53
Malha rodoviária duplicada e pavimentada (%).	69,22	70,82	71,64	71,36
Movimentação de passageiros nos aeroportos estaduais (número).	47.649	166.016	317.459	151.100

Fonte: SCidades e SOP

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Restauração de 1.911,78 km de sinalização em rodovias estaduais, contando com 425 semáforos e 488.555 tachas, cuja função é canalizar o tráfego, garantir o afastamento do fluxo de veículos de obstáculos rígidos ou de áreas perigosas de acidentes e sinalizar lugares de alto risco, principalmente à noite.
- Implantação de 181,18 km de sinalização em rodovias estaduais, contando com 12 semáforos, 45.845 tachas e 2.504 metros de defensas.
- Conservação de 12.798,90 km de rodovias.

- Pavimentação de 116,65 km de rodovias.
- Restauração de 723,32 km de rodovias, dos quais 335,75 km já foram entregues à população.
- Realização de adaptações ao Sistema Integrado de Controle Aduaneiro (Sica) do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, no município de São Gonçalo do Amarante.
- Conclusão de seis convênios de obras de pavimentação em pedra tosca nos municípios de Horizonte, Ibiapina, Caridade (dois convênios) e Novo Oriente (dois convênios).

PROGRAMA 343 – MOBILIDADE, TRÂNSITO E TRANSPORTE				
Objetivo: Ampliar o atendimento da necessidade de deslocamento da população cearense, com qualidade e segurança.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Evolução do número de habilitados no Estado do Ceará (%)	1,43	3,76	4,76	3,6
Evolução na frota de veículos automotores registrados no Estado do Ceará (%)	3,31	3,25	3,6	3,1
Média do número de passageiros transportados por dia útil pela Metrofor na RMF (número)	37.429	39.076	48.528	51.456
Participação do número de passageiros transportados pelo sistema metroferroviário na Matriz de Transporte Público da RMF (%)	5,12	5,14	6,01	6,8

Fonte: Detran, Metrofor e Seinfra.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização de 13.365 operações fiscalizatórias de veículos e condutores.
- Implantação do Centro de Manutenção da Linha VLT Parangaba-Mucuripe, no município de Fortaleza.
- Realização de 1.860 eventos educativos de trânsito, alcançando 149.062 pessoas.
- Concessão de 578.836 habilitações, compreendendo novas habilitações, renovação, expedição de 2ª via, entre outros. Deste total, 14.422 habilitações foram concedidas por meio do programa CNH Popular.
- Execução de 1,57% das obras civis de implantação da Linha Leste do Metrô de Fortaleza (execução acumulada de 31,84%).
- Registro de 3.010.389 veículos, compreendendo novos veículos, licenciamento anual, transferências, emissão de 2ª via de CRV/CRLV, alteração de características e mudança de jurisdição.
- Realização da oferta de 10 voos regionais.
- Construção de uma sede regional do Departamento Estadual de Trânsito (Detran) no município de Brejo Santo.
- Modernização de 30 Unidades Operacionais do Departamento Estadual de Trânsito (Detran).
- Reforma de um terminal rodoviário no município de Canindé.
- Construção de dois terminais rodoviários, nos municípios de Granja e Senador Pompeu.

PROGRAMA 344 – DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM				
Objetivo: Potencializar a utilização do Complexo Industrial e Portuário do Pecém como estratégia de desenvolvimento econômico do Ceará.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Movimentação geral de cargas no Porto do Pecém (ton)	15.930.483	22.417.093	17.112.232	17.389.922
Movimentação de carga de entrada e saída de minério e placas (ton)	6.928.978	6.999.868	6.709.167	7.117.534
Produtividade do Porto do Pecém (ton/h)	1.899	4.360	1.691	14.975

Fonte: CIPP S.A e ZPE Ceará.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Assinatura de novo pré-contrato para instalação de uma unidade fabril para produção de hidrogênio verde.
- Movimentação de 482.930 TEUs (unidades equivalentes a contêineres de 20 pés) pelo Porto do Pecém até novembro de 2023.
- Entrega da licença prévia do Hub de Hidrogênio Verde à Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (Cipp S.A.) pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace). Com a licença prévia, é possível agilizar o processo para as empresas que vão se instalar no Complexo do Pecém para produção desse hidrogênio.

TEMA – PESCA E AQUICULTURA

O setor da **Pesca e Aquicultura** tem se consolidado como importante alternativa econômica para pequenos, médios e grandes produtores do Ceará. Na atividade de aquicultura (técnicas de cultivo de peixes, crustáceos, como o camarão e a lagosta, moluscos, como o polvo e a lula, de algas e de outros organismos que vivem em ambientes aquáticos), destaca-se a produção de camarão e tilápia. No que se refere à criação de camarões em viveiros (carcinicultura), segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Nordeste é responsável por praticamente a totalidade da produção nacional, sendo o Ceará e o Rio Grande do Norte os maiores produtores do Brasil.

O Projeto de Peixamento dos Reservatórios Públicos, que atende a cerca de 10 mil pescadores artesanais continentais, é um exemplo das ações de fortalecimento da pesca artesanal e de segurança alimentar para a população rural, estabelecendo-se como ferramenta importante a pesca e a aquicultura no combate às desigualdades sociais e à pobreza.

Verifica-se nos últimos anos forte oscilação no número de pessoas ocupadas na atividade da pesca e aquicultura cearense. Em 2017, o total era de 20.540 pessoas, caindo para 16.721 pessoas em 2018, o menor estoque da série. Em 2019, observou-se uma certa recuperação, finalizando o ano com 19.831 pessoas ocupadas nestas duas atividades. O ano de 2020 registrou um novo crescimento no estoque de pessoas ocupadas nestas duas atividades, finalizando a série com um total de 21.085 pessoas ocupadas. No entanto, o ano de 2021 voltou a registrar perdas de vagas, finalizando com 18.942 pessoas ocupadas. Em 2022, o estoque de pessoas ocupadas nestas duas atividades apresentou forte alta, para 28.646 pessoas, revelando uma recuperação desta atividade no ano. Em 2023, o estoque de pessoas ocupadas apresentou leve retração, mas mantendo um padrão elevado de ocupações,

num total de 27.065 pessoas, bem acima do estimado para o referido ano.

O valor exportado de pescado em 2023, de US$ 34,6 milhões, é referente às exportações de lagosta do Estado do Ceará dos meses de janeiro a outubro do presente ano (Comex Start). Foram exportadas 1.434 toneladas congeladas e 570 quilos de lagostas vivas, frescas ou refrigeradas. Os maiores volumes de exportação são destinados para a América do Norte, com destaque para os Estados Unidos, e a Ásia, com destaque para a China, incluindo o Oriente Médio.

PROGRAMAS E PRINCIPAIS REALIZAÇÕES – 2023

PROGRAMA 351 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INTEGRADO DA PESCA E AQUICULTURA				
Objetivo: Promover, de forma sustentável e inovadora, o incremento da produção pesqueira e aquícola cearense, contribuindo para o aumento do consumo per capita de pescados.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Valor bruto da produção de camarão (R$ milhão)	393,1	573	660	ND
Valor da exportação de lagostas (US$ milhão)	44,86	64,38	42,24	34,6

Fonte: SPA.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

ND: Dados não disponíveis pelas fontes oficiais de pesquisa.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização de 34 inspeções a indústrias de beneficiamento do pescado nos municípios de Fortaleza, Pindoretama, Cascavel, Beberibe e Jaguaribara.

PROGRAMA 352 – DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA PESCA ARTESANAL E AQUICULTURA FAMILIAR				
Objetivo: Promover de forma sustentável e inovadora o incremento da produção pesqueira artesanal e aquícola familiar cearense, contribuindo com o aumento da geração de emprego e renda.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Pescadores artesanais e aquicultores familiares acessando políticas de incentivo à produção2 (número)	10.558[2]	1.8083	763	691

Fonte: SPA.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

[2] São contabilizados neste indicador apenas os pescadores atendidos com assistência técnica.

[3] Esse indicador é a consolidação de dois indicadores anteriormente acompanhados (Aquicultores familiares acessando políticas de incentivo a produção | Pescadores artesanais acessando políticas de incentivo a produção).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Repovoamento de açudes por meio da entrega de 496 reservatórios, com a inserção de alevinos de tilápia e outras espécies nativas, em 11 macrorregiões de planejamento do Estado, com destaque para as regiões do Cariri, onde foram feitas 69 entregas, e Centro Sul, com 67 entregas realizadas.

- Prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) continuada a 690 pescadores e aquicultores artesanais, com destaque para as regiões da Grande Fortaleza, com 468 pessoas, e o Sertão Central, com 99.

- Entrega de 5.270 kits de pesca, compostos por rede de pesca, chumbadas, boias, colete salva-vidas, protetor solar, caixa de isopor e outros, aos pescadores artesanais.

TEMA – TRABALHO E EMPREENDEDORISMO

Quanto ao tema **Trabalho e Empreendedorismo**, a globalização da economia e a modernização tecnológica, aliadas ao nível de escolaridade da população estadual, têm se constituído desafios à inserção no mercado de trabalho, cada vez mais exigente e competitivo, isso quando não gera exclusão de trabalhadores. Para fazer face a essa realidade, o Governo do Estado tem o importante e indelegável papel de formular e executar políticas públicas que promovam o desenvolvimento econômico e social, assegurando a empregabilidade dos cearenses.

Os investimentos públicos e incentivos estatais para a ampliação do setor produtivo, tornando o Estado competitivo e com maior potencial econômico, são políticas essenciais, mas não se constituem em alternativas suficientes para combater as desigualdades sociais e assegurar trabalho e renda.

As transformações do quadro existente no Estado dependem das políticas intersetoriais de investimento em educação; qualificação profissional; programas de incentivo à permanência na escola e à inserção de jovens no mercado de trabalho; e inserção produtiva de famílias de baixa renda, por meio de incentivos e fortalecimento da agricultura familiar e dos Arranjos Produtivos Locais (APL). Associam-se, ainda, as diretrizes de desenvolvimento integrado, reunindo as políticas de desenvolvimento social e de trabalho e renda, para a inserção social e produtiva da população em situação de vulnerabilidade social, como estratégia de superação da pobreza e melhoria da qualidade de vida. O Governo elegeu, ainda, como prioridade, o desenvolvimento de projetos de qualificação profissional, oportunizando a interiorização das ações e o atendimento às demandas por profissionais qualificados, apresentadas pelos setores produtivos nas diversas regiões do Estado.

Em 2017, a participação das pessoas com 14 anos ou mais de idade ocupadas no mercado de trabalho cearense, foi de 49,16%, aumentando levemente esta participação nos dois anos seguintes, 2018 (51,19%) e 2019 (51,15%), revelando uma melhoria nas oportunidades de trabalho nestes anos. Contudo, em 2020, por conta da pandemia da Covid-19, a participação no mercado de trabalho caiu bastante, para 42,26%, o menor nível da série. Nos anos de 2021 e 2022, percebe-se uma melhora do quadro, alcançando uma participação de 46,71% e 48,6% da força de trabalho, respectivamente. Por fim, em 2023, a população com renda do trabalho representava 48,72% da população em idade de trabalho, sinalizando que ainda precisam ser intensificadas as políticas voltadas para essa área.

O grau de formalidade no mercado de trabalho cearense é dado pela razão entre o número de pessoas ocupadas com carteira de trabalho assinada ou com inscrição no CNPJ e o total de pessoas ocupadas no mercado de trabalho cearense. Em 2017, o grau de formalidade cearense era de 45,39% do total de pessoas ocupadas no estado. Essa participação aumentou para 45,50%, em 2018, evoluindo ainda para 45,86% no ano de 2019. Em 2020, por conta da pandemia de Covid-19, quando boa parte das ocupações destruídas foi de vínculos informais, o grau de formalidade aumentou para 47,48%, a maior marca já registrada na série. Em 2021, o grau de formalidade, de 46,78%, ainda estava acima de anos anteriores, atingindo em 2022 a maior participação da série, num patamar de 47,80% da força de trabalho cearense. Em 2023, o grau de formalidade apresentou leve retração, para 46,04%.

O salário médio por hora trabalhada da população cearense de 14 anos ou mais de idade com rendimentos do trabalho era de R$ 11,29, aumentando esse valor por dois anos seguidos, em 2018 (R$ 12,26) e 2019 (R$ 12,41). Contudo, em 2020, por conta da crise da pandemia de Covid-19, o valor do salário médio pago por hora de trabalho caiu para R$ 11,75 e uma queda ainda maior em 2021,

atingindo a marca de R$ 11,65. O ano de 2022 esboçou uma primeira recuperação, aumentando esse valor para R$ 11,94. Por fim, em 2023, observou-se um novo aumento na média salarial paga por hora de trabalho, passando a ser de R$ 12,11, seguindo uma tendência de melhora no desempenho deste indicador.

O monitoramento do tempo médio para abertura de empresas, tempo que o empreendedor leva para constituir uma nova empresa, é imprescindível para a promoção de políticas públicas direcionadas à melhoria da ambiência de negócios no estado. Com uma média de três horas para abertura de uma empresa, o Estado do Ceará tem um dos melhores ambientes para novos empreendimentos. Representa uma significativa evolução, considerando-se que, em 2020, o tempo médio era de 22 horas, reduzindo gradativamente na série histórica: 17 horas em 2021, 12 horas em 2022, chegando às três horas em 2023. Essa realidade é resultado de um trabalho contínuo da Junta Comercial do Estado do Ceará (Jucec), no intuito de desenvolver novas soluções tecnológicas para simplificar esses processos. O Projeto Empresa Mais Simples representa uma dessas inovações; por meio dele, empresas estão sendo abertas automaticamente em alguns municípios do Ceará.

PROGRAMAS E PRINCIPAIS REALIZAÇÕES – 2023

PROGRAMA 361 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO DO ARTESANATO				
Objetivo: Promover o artesanato como uma atividade econômica, sustentável e de inclusão social, integrada ao Turismo e à Cultura, contribuindo para a valorização da identidade cultural cearense.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Peças artesanais comercializadas (%).	24,98	48,49	55,25	49,13

Fonte: SPS.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Emissão de 4.994 documentos de identidade artesanal com base no Programa do Artesanato Brasileiro (PAB) aos artesãos cearenses, das 14 macrorregiões de planejamento.
- Realização de 36 capacitações tecnológicas e de gestão de negócios para a promoção e qualificação do artesanato, beneficiando 259 artesãos dos municípios de Fortaleza, Jaguaribara, Juazeiro do Norte, Maranguape, Paracuru, Sobral, Ubajara e Varjota.
- Comercialização de 49.454 peças artesanais adquiridas dos artesãos e vendidas nas lojas físicas da Ceart (Galeria Mestre Noza, Rio Mar, Aldeota, Aeroporto, Dragão do Mar, Loja CeArt Cariri e Loja Romeirão), loja on-line, feiras e eventos.
- Realização e participação em 128 eventos de promoção e comercialização do artesanato cearense, nos municípios de Baturité, Crato, Eusébio, Fortaleza, Ipu, Itaiçaba, Juazeiro do Norte, Paraipaba, São Gonçalo do Amarante, Tianguá, Trairi e Viçosa do Ceará.
- Certificação de 3.092 produtos com Selo de Autenticidade dos Produtos Artesanais e de Reconhecimento das Obras de Arte Popular Cearense em 14 macrorregiões de planejamento.
- Participação de cinco artesãos cearenses, com esculturas em madeira sobre a arte popular do Cariri, na abertura do evento Carrossel do Louvre, promovido pela Divine Académie Française des Arts, Lettres et Culture, no Museu do Louvre, em Paris-França.

PROGRAMA 362 – EMPREENDEDORISMO E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS				
Objetivo: Ampliar a promoção do empreendedorismo e dos arranjos produtivos locais, estimulando as vocações e potencialidades econômicas dos territórios e contribuindo para o crescimento da geração de emprego e renda.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Microempreendedores Individuais (MEI) formalizados (número)	76.185	91.767	87.331	77.884
Prazo médio para abertura de empresas (hora)	17	23	12	3

Fonte: Jucec e SDE.

¹ Dados parciais, sujeitos a alterações.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Apoio a 15.092 cidadãos, por meio do Programa Ceará Credi, totalizando um valor aproximado de R$ 36 milhões em empréstimos realizados aos empreendedores cearenses.
- Realização de 1.399 horas de consultorias em diversos Arranjos Produtivos Locais (APL), em vários municípios das diversas regiões do Estado.
- Realização de 18.176 cursos on-line para micro e pequenos empreendedores cearenses.
- Abertura de 77.974 novas Microempresas Individuais (MEI).
- Criação do "Juca", atendente virtual que funciona 24h por dia, direcionando e encaminhando os cidadãos para a solução de dúvidas sobre a abertura de empresas e demais atividades da Jucec.
- Projeção da plataforma de divulgação de informações sobre o registro empresarial cearense com o Observatório Jucec.
- Redução de 35% no tempo de registro de novos negócios.
- Abertura de 104.640 novas empresas.

PROGRAMA 363 – CONEXÃO TRABALHO E RENDA CEARÁ				
Objetivo: Ampliar a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, pela adoção de melhorias no atendimento ao empregador, ao trabalhador e pela elevação da renda média dos cearenses.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023¹**
Taxa de colocação do Sistema Público de Emprego (%)	8,7	10	9,6	9,8
Serviços domiciliares prestados por trabalhadores autônomos (número)	9.665	11.008	15.047	15.521

Fonte: SET.

¹ Dados parciais, sujeitos a alterações.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Disponibilização de 77.039 novas vagas de emprego à população cearense, por meio de empresas cadastradas no Sine-CE.
- Realização de 617.859 atendimentos pelo Sine-CE, viabilizando oportunidades de colocação/recolocação de pessoas dos diversos públicos em vagas de emprego ofertadas pelas empresas cadastradas e encaminhamento do seguro-desemprego.
- Cadastro de 2.264 empresas no Sine, para ofertar vagas de emprego à população cearense.

- Colocação/recolocação de 1.135 pessoas com deficiência no mercado de trabalho, no período de janeiro a novembro de 2023, por meio do Sine-CE.
- Colocação/recolocação de 29.633 pessoas com idade entre 16 a 29 anos no mercado de trabalho, por meio do Sine-CE.
- Colocação/recolocação de 382 egressos do Sistema Prisional e de medidas socioeducativas no mercado de trabalho, por meio do Sine-CE.

PROGRAMA 364 – INOVAÇÃO PARA MELHORIA DE OPORTUNIDADES				
Objetivo: Aumentar a competitividade das regiões pelo incremento da produtividade das atividades que forem analisadas como as de maior potencial, criando uma nova economia baseada nas startups de inovação do Estado e gerando aumento da riqueza nas regiões.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Variação do volume de serviços (%)	-13,6	11,1	10,2	4,6

Fonte: SDE.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Apoio a 23 startups na participação em cinco eventos, onde puderam expor e oferecer suas soluções inovadoras para possíveis parceiros e compradores.
- Renovação da bolsa dos Cientistas Chefes de Inovação até junho de 2024, para suporte na elaboração e implementação de projetos e políticas públicas nas áreas de desenvolvimento econômico e inovação no Estado do Ceará.

TEMA – TURISMO

Estima-se que o **Turismo** é o setor que mais projeta o Estado do Ceará no cenário nacional e internacional. No que concerne à imagem do Ceará no cenário nacional, o Estado é apreciado por suas belezas naturais, como praias, serras e o clima, com temperaturas acolhedoras para experiências litorâneas. O turismo é um dos setores catalisadores da economia, por impulsionar outros setores econômicos, como comércio e serviços, gerando emprego, renda e desenvolvimento econômico local. Esses impactos se consolidam quando se analisa a cadeia produtiva, que abrange os setores de alimentação, transporte, hospedagem, entretenimento, aquisição de produtos locais, organização de eventos, entre outros. A cadeia produtiva gerada pelas atividades do turismo impulsionam o crescimento de pequenas e médias empresas.

Com o objetivo de dinamizar e impulsionar as atividades do segmento turístico, o Governo do Estado do Ceará tem buscado expandir as ações turísticas, ao contribuir com as ações de interiorização do turismo, a exemplo da reinauguração do bondinho no Parque Nacional de Ubajara e do teleférico do Horto de Juazeiro do Norte, afirmando o Estado como um destino turístico atrativo, ressaltando suas belezas naturais. Em destaque, estão a exuberância das serras, dos sertões e litorais cearenses.

Outras ações do Governo buscam facilitar o acesso e o trânsito turístico ao estado, que se traduzem nas ações de construção e reforma das rodovias estaduais e de ampliação da opção de voos para aeroportos regionais, a exemplo dos terminais aéreos de Juazeiro do Norte, Aeroporto de Jericoacoara e Aeroporto de Aracati, recebendo e fornecendo voos para a cidade de Fortaleza. Ressalta-se, também, a implantação do Hub Aéreo da Air France-KLM e Gol no Aeroporto de Fortaleza, em 2018, que conectou o Ceará a outros destinos do Brasil e do mundo, ampliando o número de voos. Esses fatos vêm gerando resultados positivos, ano após ano, com o registro em 2023 da maior demanda turística dos últimos quatro anos, período pós-pandemia, com mais de 3,2 milhões de turistas nacionais e internacionais passando pelo estado e 1.812 voos internacionais chegando a Fortaleza, com 238 mil turistas internacionais.

Somado a isso, houve, no mesmo período, o maior valor registrado para o gasto per capita diário do turista de lazer, com valor médio de R$ 436,45, e do turista de negócios/eventos, com o valor de R$ 667,04. Destaca-se a ocorrência, em 2023, de 122 eventos de médio e grande porte no Centro de Eventos do Ceará, um aumento de 205% em relação ao ano de 2022, com público estimado em mais de 537 mil pessoas, público 175% maior que em 2022.

Ademais, outros indicadores que corroboram com o cenário positivo é o alcance de 8,6 dias de permanência média em 2023, a interiorização do turismo via Fortaleza, com um índice de 75%, a fidelização do turista, com um índice de 66,51%, e a ocupação hoteleira, com uma taxa de 74,86%.

Outras ações desenvolvidas pelo Governo do Estado consistem no monitoramento de relevantes indicativos que auferem a estadia do turista no Ceará. No ano de 2023, observou-se que houve um aumento exponencial da satisfação do turista no que concerne à infraestrutura e serviços fornecidos, obtendo um resultado de 92,45% de satisfação. Outro indicador do cenário positivo concerne na satisfação do turista aos atrativos naturais, com o Ceará atingindo um resultado de 92,15% de satisfação.

PROGRAMAS E PRINCIPAIS REALIZAÇÕES – 2023

PROGRAMA 371 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONSOLIDADO DO DESTINO TURÍSTICO CEARÁ				
Objetivo: Consolidar o Ceará como um destino turístico nacional e internacional de excelência, contribuindo para a promoção do desenvolvimento econômico, da inclusão social e da responsabilidade ambiental.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Chegadas de voos internacionais no aeroporto de Fortaleza (número)	1.092	731	1.496	1.812
Demanda de turistas internacionais no Ceará (número)	129.880	121.845,9	210.968	238.712
Índice de satisfação do turista com infraestrutura e serviços turísticos (%)	60	73	89,7	91,45
Índice de satisfação do turista em relação aos atrativos naturais (%)	85	87	89,7	92,15
Movimentação de passageiros via aeroporto de Fortaleza (número)	3.129.551	3.967.901	5.748.891	5.600.432
Países atendidos por ações de promoção e marketing (%)	26,32	31,58	34,21	39,47
Oferta de infraestrutura turística acessível (número)	2	7	4	ND

Fonte: Setur.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

ND: Dados não disponíveis pelas fontes oficiais de pesquisa.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Distribuição de 127.041 itens de materiais de divulgação gratuitos (chapéus de palha, sacolas, garrafinha e folders personalizados) em suas ações de marketing realizadas no âmbito nacional e internacional.

- Participação em 57 eventos de divulgação do turismo em diversas cidades brasileiras, a exemplo das feiras nacionais ABAV 2023 (Rio de Janeiro-RJ), Brazil Travel Market (Fortaleza-CE), Festuris (Gramado-RS), WTM São Paulo (São Paulo-SP). Internacionalmente houve a participação de feiras na América do Sul e Europa Ocidental, a exemplo das seguintes feiras: Fit (Buenos Aires-AR), Fitpar (Assunção-PY), Anato (Bogotá-CO), IFTM TOP Resa (Paris-FR), WTM (Londres-UK), IBTM (Berlim-DE), TTG Travel Experience (Rimini-IT).

- Realização de 17 ações de divulgação e promoção do Turismo do Ceará em shoppings centers e aeroportos nacionais de várias capitais brasileiras entre elas: Brasília-DF, Belo Horizonte-MG, São Paulo-SP, Rio de Janeiro-RJ, Amazonas-AM, entre outras.

- Capacitação de 487 profissionais do segmento turístico em vários municípios do Estado, a exemplo de Icapuí, Canindé, Ubajara, Baturité, entre outros, a fim de treinar, mobilizar e sensibilizar a população, gestores públicos e empresários acerca das potencialidades turísticas de cada região, sensibilizando-os para o credenciamento dos municípios no Mapa do Turismo Brasileiro, entre outros.

- Realização de 11 eventos em formato "roadshow", que consiste em eventos itinerantes que percorrem diferentes locais por um determinado período. Os "roadshows" ocorreram ao todo em 44 cidades em território nacional e estrangeiro. No âmbito nacional, algumas das cidades foram Ribeirão Preto-SP, Campinas-SP, São Paulo- SP, Belo Horizonte-MG, Rio de Janeiro-RJ, Brasília–BSB, Vitória–ES, Porto Alegre–RS. Em território estrangeiro, algumas das cidades da América do Norte e da América Ocidental foram: Buenos Aires-AR, Rosário-AR, La Plata-AR e Assunção-PY, Barcelona-ES, Lisboa-PT, Londres-UK, Nova Iorque-NY (EUA).

- Execução de serviço de limpeza e conservação do litoral de Caucaia por meio de cooperação técnica com a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura do município de Caucaia, incluindo a Lagoa do Cauípe, tornando a área um dos principais polos de kitesurf do Estado.

- Execução de serviço de limpeza da Praia de Abreulândia, localizada entre Aquiraz e Fortaleza, polo de windsurf e kitesurf, a fim de melhorar a atratividade e valorizar o destino turístico, contribuindo significativamente para o incremento turístico da região.

- Execução de campanha publicitária, por meio da veiculação de mídias digitais e ativações nas empresas Decolar, CVC e Viajanet, com o objetivo de promover nacionalmente o turismo do Estado do Ceará através das mídias digitais e Banners.

“Nosso sonho é que os jovens cearenses ingressem na universidade pública ou empreendam. Não queremos conquistar o mundo apenas com o trabalho braçal, queremos conquistar o mundo naquilo que somos bons, a educação.”

Elmano de Freitas, Governador do Estado do Ceará

Resultado estratégico: População com formação cidadã integral, inclusiva e de qualidade, com ênfase na equidade, diversidade, produção do conhecimento e inovação.

Temas: Ciência, Tecnologia e Inovação, Cultura e Arte, Educação Básica, Educação Profissional e Educação Superior.

Órgãos envolvidos (Poder Executivo): CEE, Etice, Funcap, Funece, Funtelc, Nutec, Secitece, Secult, Seduc, Seplag, SPS, Urca e Uva.

CEARÁ DO CONHECIMENTO

CEARÁ DO CONHECIMENTO

A produção do conhecimento compreende desde as necessidades fundamentais de aprendizagem da educação básica até as novas ideias, práticas e aplicações desencadeadas pelos processos de inovação e tecnologia, compreendendo, ainda, os saberes ancestrais dos territórios e as manifestações culturais de cada região. Além disso, os disseminadores do conhecimento devem dedicar especial atenção ao amplo acesso ao conhecimento, com a inclusão de sujeitos e grupos historicamente discriminados, buscando a transformação da realidade, em especial dos setores sociais mais excluídos.

O Governo do Estado deve levar o conhecimento a todas as regiões do Ceará e a todos os segmentos da sociedade. Isso se traduz em ações focadas em reduzir as desigualdades sociais e regionais, promovendo instituições de ensino e serviços públicos que sejam acessíveis e de qualidade.

Assim sendo, coloca-se como missão do Eixo do Ceará do Conhecimento assegurar as condições para a garantia do direito constitucional das cidadãs e cidadãos cearenses ao acesso à Educação de qualidade, em seus mais diversos níveis; à Cultura e à Arte, em suas mais variadas manifestações e tradições; e à Ciência, Tecnologia e Inovação, imprescindíveis para responder às oportunidades e desafios que se colocam, no presente e no futuro.

Este eixo envolve um conjunto de políticas públicas implementadas por meio de 15 programas finalísticos, que aplicaram, no ano de 2023, um volume de recursos orçamentários da ordem de **R$ 7.541.886.477,98**.

TABELA 50 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR TEMAS – ANO 2023* (R$)

Tema	Lei + Créditos	Empenhado	% Execução Orçamentária
Ciência, Tecnologia e Informação	389.138.615,39	314.914.767,79	80,93
Cultura e Arte	332.934.731,71	191.763.348,94	57,60
Educação Básica	5.718.283.376,16	5.454.930.922,09	95,39
Educação Profissional	917.872.208,36	824.855.891,49	89,87
Educação Superior	824.686.538,47	755.421.547,67	91,60
Total	8.182.915.470,09	7.541.886.477,98	92,17

Fonte: Seplag.

* Dados gerados no dia 05/01/2024, sujeitos a alterações.

O resultado dos esforços orçamentários é observado, também, no monitoramento dos indicadores temáticos da série histórica apresentada a seguir:

TABELA 51 - EVOLUÇÃO DOS INDICADORES POR TEMAS (2019-2023)

Indicador	2019	2020	2021	2022	2023[1]
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO					
Proteção intelectual licenciada/transferida (%)	-	5,71	10,52	0	0
CULTURA E ARTE					
Acesso da população às programações relacionadas ao livro e à leitura (número)	-	47.130	59.592	569.815	160 296
Acesso da população em atividades artístico-culturais (número)	-	775.130	1.168.082	1.515.790	1.838.923
Regionalização das ações culturais (%)	-	86,95	100	75,54	86,41
EDUCAÇÃO BÁSICA					
Crianças no 2º ano do ensino fundamental alfabetizadas (SPAECE ALFA) (%)	92,4	-	-	94	ND
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da rede estadual do ensino médio (adimensional)	4	-	4,4	-	ND
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da rede pública nos anos finais (adimensional)	5,2	-	5,3	-	ND
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da rede pública nos anos iniciais (adimensional)	6,6	-	6,1	-	ND
Pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído nas escolas do estado (%)	77,1	90,1	85,4	84,5	88,9
Pessoas de 19 anos com pelo menos o ensino médio concluído (%)	51,39	72,2	71,3	73	73,2
Pessoas de 6 a 14 anos que frequentam ou que já concluíram o ensino fundamental (taxa de escolarização líquida ajustada) (%)	97,7	97,4	95,5	95,5	95,2
População de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a educação básica (%)	95,7	81,4	78,8	79,2	86
Taxa de aprovação nas escolas regulares estaduais de ensino médio (%)	-	97,1	98	96,7	-
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL					
Técnicos de nível médio subsequente absorvidos pelo mercado de trabalho (%)	80	0	24,68	58	44
Tecnólogos diplomados absorvidos pelo mercado de trabalho (%)	77,27	0	62,37	57,6	41,66
EDUCAÇÃO SUPERIOR					
Evolução dos cursos de graduação com nota satisfatória pelo Enade (%)	63,36	0	63,36	16,25	ND
Evolução dos cursos de pós-graduação com avaliação satisfatória pela Capes (%)	48	63,07	63,07	69,23	52,94
Índice de qualificação do corpo docente (adimensional)	3,78	3,84	3,88	4,28	4,22
Participação de graduados no mercado de trabalho formal (%)	21,85	22,34	21,81	ND	ND
Taxa de sucesso da graduação pública estadual (%)	49,37	50,35	50,35	52,96	44,7

Fonte: Ipece, Secitece, Secult e Seduc.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

ND: Dados não disponíveis pelas fontes oficiais de pesquisa.

TEMA – CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

O investimento em **Ciência, Tecnologia e Inovação** é fundamental para o crescimento econômico do Estado, seja pelo aumento da produtividade e agregação de valor aos produtos da economia, seja pela formação de pesquisadores, no apoio aos projetos que desenvolvem e no incentivo à adoção de tecnologias inovadoras.

O Estado promove o apoio a ideias inovadoras articuladas com as suas demandas prioritárias, procurando explorar as potencialidades de cada região, e beneficia empresas inovadoras a partir de programas de subvenção econômica. O Ceará conta ainda com uma infraestrutura digital de ponta, com a grande maioria de seus municípios conectados pelo Cinturão Digital do Ceará (CDC), garantindo o acesso à internet de alta qualidade a órgãos públicos em todo o Estado e possibilitando que a população tenha acesso a serviços digitais como internet, videoconferência, TV Digital, telefonia celular, entre outros, constituindo-se em ferramenta indispensável ao desenvolvimento econômico do Estado.

As ações de popularização e interiorização da ciência vêm consolidando um ambiente propício à ciência, tecnologia e inovação no Estado do Ceará. Destacam-se os projetos Ciência Itinerante, Ceará Faz Ciência e, principalmente, a Feira do Conhecimento, evento já inserido no calendário do Governo do Estado e que, no ano de 2023, realizou a sua 7ª edição no Centro de Eventos do Ceará, nos dias 30 de novembro, 1 e 2 de dezembro, e contou com 9.000 m² de exposição, 200 expositores e mais de 60 horas de conteúdos.

Apesar do ano de 2023 ter apresentado desempenho inferior aos anos anteriores, o percentual de municípios atendidos com ações de popularização da ciência vem demonstrando a repercussão bastante positiva das ações desenvolvidas pelo Governo do Estado, com os anos de 2021 e 2022 superando significativamente as metas estabelecidas para o ano.
Em relação ao percentual de licenciamento/transferência de proteção intelectual, os resultados apresentados nos últimos anos evidenciam um cenário desafiador. Em 2023, nenhuma propriedade intelectual e tecnologia foi licenciada ou transferida. Diante desse desempenho, observa-se que a demanda de registros ou depósitos ativos de propriedade intelectual ainda é insuficiente para gerar um número maior de transferências de tecnologias. Apesar do aumento no número de proteções realizadas neste ano, 41 propriedades, sendo 9 referentes a startups incubadas pelo Partec/Nutec, e 32 referentes ao depósito de propriedades desenvolvidas pelo Núcleo de Inovação Tecnológico (NIT) da UECE, ainda existem desafios a serem superados no que tange à transferência de tecnologia.

Em relação ao Cinturão Digital do Ceará, a ampliação no número de pontos do CDC atendidos com fibra óptica apresentou resultado favorável no ano de 2023, alcançando 5.697 pontos, superando a meta estabelecida para 2023, que era de 4.928 pontos. Entre os fatores que contribuíram para o resultado positivo, ressalta-se a implantação do Programa Ceará Conectado, que visa democratizar o acesso da população de todos os municípios cearenses à internet gratuita em espaços públicos, e a expansão do Sistema de Videomonitoramento. Como fator que impactou negativamente a ação, cita-se a desativação gradativa de pontos de escolas da rede municipal de Fortaleza.

Outro destaque na política estadual de ciência e tecnologia é o programa Cientista Chefe, que tem como objetivo unir o meio acadêmico e a gestão pública. Através dele, equipes de pesquisadores estão trabalhando nas secretarias e órgãos mais estratégicos do Governo do Estado para identificar soluções de ciência, tecnologia e inovação que possam ser implantadas para melhorar os serviços e, desta forma, dar mais qualidade de vida para a população. Em 2023, no período de janeiro a novembro, foram concedidas 484 bolsas referentes ao programa e foram apoiados 76 projetos.

PROGRAMAS E PRINCIPAIS REALIZAÇÕES – 2023

PROGRAMA 411 – CEARÁ CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO				
Objetivo: Ampliar a disseminação da pesquisa, difusão científica e tecnológica para o desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto alcançando o interior do Estado.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Certificados emitidos por laboratório acreditado (%)	46,59	44,6	40,81	51,34
Proteções e depósitos de propriedade intelectual realizados (número)	35	38	43	41
Municípios atendidos com ações de popularização da ciência (%)	17,39	61,41	57,6	26,08
Índice de satisfação das indústrias assistidas com serviços técnicos tecnológicos (%)	-	95	95,83	90,25

Fonte: Secitece.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Concessão de 499 bolsas nos programas BPI (Bolsa de Produtividade em Pesquisa, Estímulo à Interiorização e à Inovação Tecnológica), e PDCTR (Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional).
- Apoio financeiro a 150 projetos, através dos programas Cientista Chefe, Pronem, Pronex, PPSUS/2020, Acordo Fiocruz, e DINTER.
- Concessão de 594 bolsas, por meio dos programas Cientista Chefe, Pronex, PPSUS, DINTER, JPI, Pós-Doc, BPV e Acordo Funcap-Fiocruz.
- Realização da sétima edição da Feira do Conhecimento nos dias 30 de novembro, 1 e 2 de dezembro com mais de 20 mil participantes e 200 expositores, popularizando a ciência para o povo cearense.
- Realização de 82 eventos científicos e de popularização da ciência, por meio dos Programas Ciência Itinerante e Feira do Conhecimento (etapas regionais).
- Estruturação de três Unidades Laboratoriais, através da aquisição de oito equipamentos de alta complexidade, adquiridos pelo Programa de Modernização Tecnológica (Promotec II), beneficiando o Núcleo de Tecnologia e Qualidade Industrial do Ceará (Nutec), a Fundação Universidade Vale do Acaraú (UVA) e o Planetário do Crato.

PROGRAMA 412 – INOVA CEARÁ				
Objetivo: Aumentar a competitividade do Estado e suas macrorregiões pelo incremento da produtividade e inovação tecnológica.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Startups apoiadas com registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) (%)	13,82	25,51	23,07	ND
Startups em relação aos projetos de inovação submetidos (%)	-	36,36	78,47	85
Empresas inovadoras beneficiadas com programas de subvenção econômica (número)	45	102	66	72

Fonte: Secitece.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

ND: Dados não disponíveis pelas fontes oficiais de pesquisa.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização de nove depósitos de propriedade industrial, nas áreas de atuação: educação, treinamentos, computação e informática, marketing, turismo, agricultura e afins.
- Apoio técnico e de gestão para o surgimento de 25 novos negócios.
- Concessão de 71 bolsas por meio dos editais dos programas InovaFit (fase 2); Energias Renováveis; Funcap-Cegás e Funcap-Cagece.
- Apoio a 72 empresas por meio dos programas InovaFit, Centelha, Energias Renováveis, Funcap-Cegás, Tecnova e Funcap-Cagece.
- Apoio a oito programas: Centelha, Tecnova, Inovafit, Energias Renováveis, Funcap-Cegás, Funcap-Cagece, Spin-off e Energias Renováveis de Redes.
- Proteção de 32 propriedades industriais: 10 patentes de invenção, 16 programas de computador e 6 marcas, sendo todas as tecnologias desenvolvidas por alunos e professores da Universidade Estadual do Ceará (UECE), por meio de cursos de graduação, mestrado e doutorado, contando também com pesquisadores parceiros de outras instituições.
- Capacitação de 786 pessoas, sendo: 405 em empreendedorismo através dos Programas Corredores Digitais e Criar-Ce, desenvolvidos pela Secitece, e 381 em ações realizadas pela Agência de Inovação da UECE, e sua Incubadora de Empresas (Incubauece).
- Seleção de 30 ambientes de inovação em 11 regiões de planejamento do Estado do Ceará.
- Apoio a 161 startups da jornada Bora Criar, em estágio inicial distribuídas em 13 regiões de planejamento do Estado, com o apoio da Rede de Ambientes de Inovação do Ceará, e assistência técnica a 20 startups, na jornada Bora Impactar.
- Apoio a 20 startups em hardware de base tecnológica, por meio do programa CriarCe, cujo modelo é replicável e com aplicação clara no mercado, ofertando infraestrutura de prototipação e desenvolvimento.
- Estímulo à conexão com o mercado para oito startups, durante o evento Conexão e Capital, realizado na Feira do Conhecimento 2023.

PROGRAMA 413 – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA DO CEARÁ				
Objetivo: Ampliar o acesso de qualidade à informação e aos serviços digitais, utilizando novas tecnologias e fomentando o desenvolvimento socioeconômico por meio da TIC nas diversas regiões do Estado.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Disponibilidade do Cinturão Digital do Ceará (CDC) (%)	99,25	99,41	99,24	98,78
Ampliação no número de pontos do CDC atendidos com fibra ótica (número)	3.425	4.838	5.679	5.697

Fonte: Seplag.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

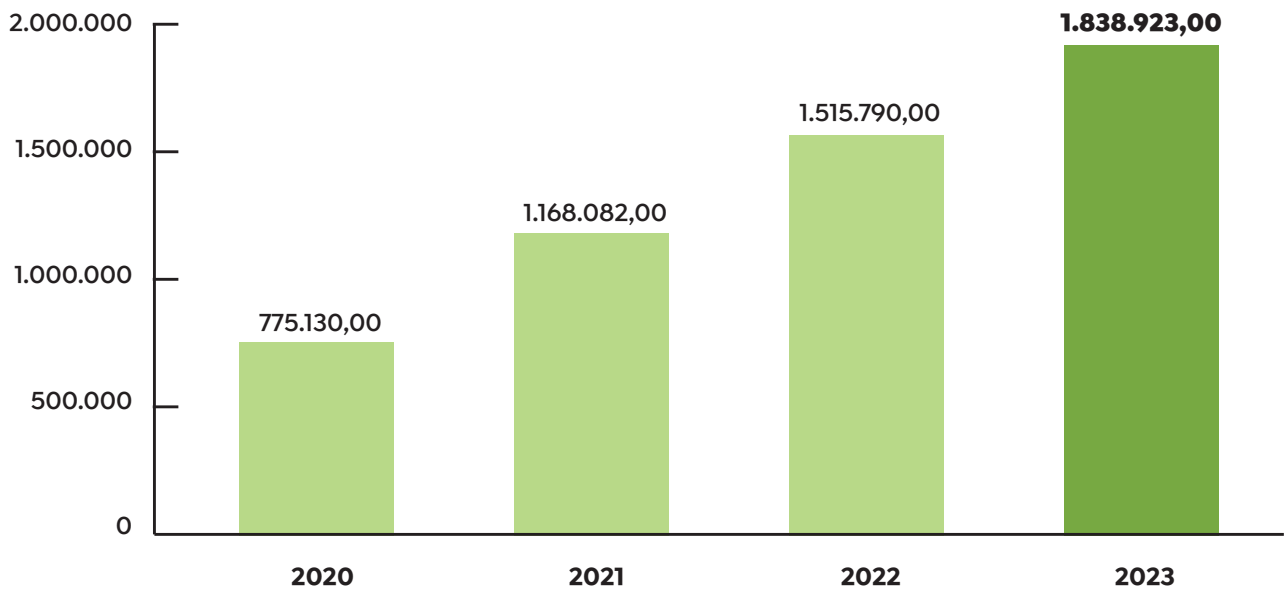
- Instalação de 185 pontos de fibra óptica para compor a infraestrutura do Cinturão Digital do Ceará (CDC), resultando na expansão da oferta de serviços de transporte de dados e acesso à internet, beneficiando 52 municípios.
- Entrega de 55 novos itens para compor o portfólio de serviços da Etice, mediante a homologação de cinco Chamadas de Oportunidade, ampliando a oferta de serviços inovadores aos seus clientes.

TEMA – CULTURA E ARTE

Cultura e Arte são elementos indissociáveis da experiência humana. A cultura possui traços e manifestações que permitem identificar-nos como pertencentes a um determinado lugar ou região. A arte também tem o papel de comunicar e sensibilizar, através da expressão pessoal ou coletiva. É missão do Estado contribuir para o pleno exercício dos direitos culturais pela população, garantindo democratização do acesso aos bens e serviços culturais, reconhecendo, valorizando práticas e expressões culturais, possibilitando a permanência e a ampliação da diversidade cultural cearense. Estrutura-se, assim, em ações de fomento à criação e circulação das artes, de formação em arte e cultura, fortalecendo a economia da cultura e disseminando os conhecimentos tradicionais e inovadores e de promoção da memória e do patrimônio cultural, histórico, natural e vivo do Ceará.

O acesso da população cearense às atividades artístico-culturais vem registrando um considerável crescimento após o período de restrição ocasionado pela Covid-19, principalmente a partir do ano de 2021, alcançando 1.838.923 acessos em 2023, como pode ser visto no gráfico abaixo. A Rede Pública de Espaços e Equipamentos Culturais do Estado do Ceará possui 25 equipamentos em três regiões do Estado (Grande Fortaleza, Cariri e Sertão Central). Os equipamentos que mais contribuíram para essa realização foram o Centro Cultural do Cariri Sérvulo Esmeraldo (344.543 acessos), o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (322.389 acessos) e a Biblioteca Pública do Estado do Ceará (161.443 acessos). Esses equipamentos oferecem uma programação diversificada de atrações, como apresentações artísticas, shows, exposições, sessões de cinema e visitas guiadas em parceria com as escolas públicas e privadas.

GRÁFICO 44 – ACESSO DA POPULAÇÃO EM ATIVIDADES ARTÍSTICO-CULTURAIS



Fonte: Secult. Elaboração: Seplag.

Destaca-se também o acesso de pessoas aos eventos estruturantes da Secult. Em 2023, foi registrado um valor aproximado de 102.441 pessoas que participaram dos eventos Circula Ceará 2023, Festival Mi - Música na Ibiapaba 2023, Festivais Juninos Regionais e XVIII Campeonato Junino Estadual. Estes dois últimos contabilizaram um público de 86.610 pessoas. O valor econômico gerado pelos eventos estruturantes também foi bastante positivo, com a movimentação de R$

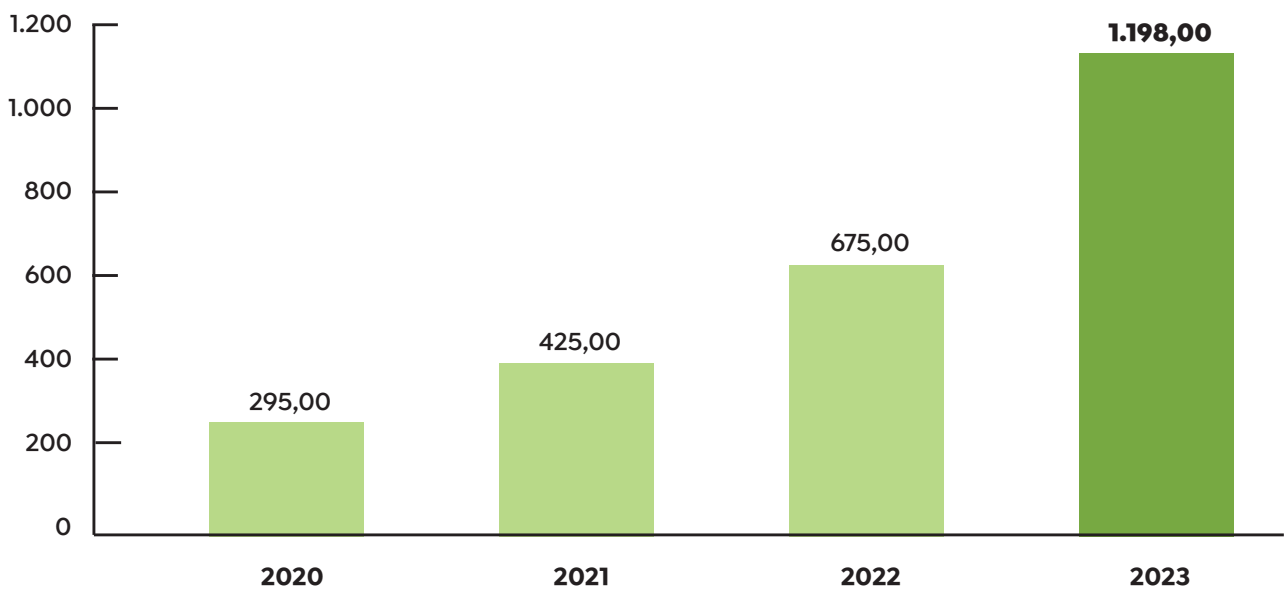
7.559.188,56, sendo o maior valor registrado no período 2020-2023.

Um aspecto importante da democratização do acesso à cultura e arte se dá na distribuição regional das ações culturais e seu nível de descentralização. O Estado vem conseguindo distribuir suas ações de forma bastante regionalizada, principalmente através da Rede Pública de Equipamentos Culturais do Ceará (Rece). O desempenho das ações da Política Cultural no Estado do Ceará abrangeu 159 municípios cearenses (86,41% do total), atingindo o estabelecido no processo de planejamento, que foi 86%. As principais realizações que resultaram neste desempenho foram os Festivais e Campeonato Junino, Circula CE 2023 e Festival Mi 2023, eventos estruturantes consolidados no Calendário Cultural do Governo do Estado.

Ainda no âmbito da regionalização, mas sob a perspectiva da capacitação artística, o percentual de municípios com ações formativas chegou a 86,41% em 2023, ultrapassando a meta anual estipulada, de 55% dos municípios com mais de 20 mil habitantes. Isso decorre da ampla realização de cursos na modalidade EaD pelos equipamentos da Rede Pública de Espaços e Equipamentos Culturais do Estado do Ceará, resultado da experiência obtida durante o período da pandemia da Covid-19, proporcionando um alcance maior de cursos dentro do Estado.

Em relação à promoção e salvaguarda do patrimônio cultural cearense, observa-se o fortalecimento e a valorização das culturas indígenas e expressões afro-brasileiras do Ceará. A evolução anual de manifestações afro-brasileiras e indígenas envolvidas nas atividades dos equipamentos vinculados à Secult registrou, apenas em 2023, 523 manifestações culturais afro-brasileiras e indígenas, superando a meta estipulada para o ano em 109,2%. Em relação à série histórica 2020-2023, o indicador registrou, em 2020, 295 manifestações, e praticamente quadruplicou esse valor até 2023, registrando, no acumulado dos anos 2020-2023, 1.198 manifestações, conforme pode ser observado no gráfico abaixo.

GRÁFICO 45 - EVOLUÇÃO ANUAL DE MANIFESTAÇÕES AFRO-BRASILEIRAS E INDÍGENAS ENVOLVIDAS NAS ATIVIDADES DOS EQUIPAMENTOS VINCULADOS À SECULT



Fonte: Secult. Elaboração: Seplag.

PROGRAMAS E PRINCIPAIS REALIZAÇÕES – 2023

PROGRAMA 421 – PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ARTE E CULTURA CEARENSE				
Objetivo: Ampliar e democratizar a produção e o acesso à arte e à cultura com base no desenvolvimento da economia dos setores criativos, no fortalecimento da diversidade e da cidadania cultural em todas as regiões do Estado do Ceará.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Acessos de estudantes a ações/programação dos equipamentos culturais da Secult pela rede de ensino (número)	108.694	33.215	75.927	52.433
Ações que atendem majoritariamente pessoas em condição de vulnerabilidade social (número)	1.588	3.450	4.007	2.578
Municípios contemplados pelo Fundo Estadual da Cultura (FEC) (%)	86,41	27,71	56,52	44,57
Atuações de profissionais externos diretamente envolvidos na realização de ações vinculadas à Secult (número)	18.845	18.682	42.038	30.887
Valor gerado pela cadeia produtiva das atividades dos Ciclos de Tradição Popular (R$)	-	-	643.200	7.559.188,56

Fonte: Secult.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização de cinco eventos estruturantes: o XV Encontro Mestres do Mundo no Centro Cultural do Cariri Sérvulo Esmeraldo, celebrando 20 anos da política dos Tesouros Vivos do Ceará; o 18º Mi – Festival Música na Ibiapaba em Viçosa do Ceará; a 23ª edição dos Festejos Ceará Junino, no município de Quixeramobim; a Bienal Circula Ceará nos municípios de Quixadá, Icó, Brejo Santo, Tauá, Crateús, Viçosa do Ceará e Camocim; a Festa de Patativa do Assaré, no município de Assaré.
- Realização do Programa Temporada de Arte Cearense (TAC), que apoia projetos de ocupação em equipamentos culturais independentes.
- Apoio a 83 projetos culturais por meio do Edital Mecenas do Ceará (XIII, XIV e XV edição) em cidades de 10 Regiões de Planejamento do Estado do Ceará.
- Apoio a 345 projetos culturais dos Editais dos Ciclos de Tradição Popular 2023 nas 14 macrorregiões do Estado do Ceará.
- Estruturação de dois equipamentos culturais com medidas de acessibilidade: Biblioteca Pública do Estado do Ceará e Estação das Artes Belchior, ambos em Fortaleza.
- Concessão de 151 certificações a entidades e coletivos como Pontos de Cultura do Ceará, em todas as 14 macrorregiões do Estado.
- Estruturação de seis sistemas de cultura: Sistema Estadual de Museus, Sistema Estadual de Bandas de Música e Orquestras do Ceará, Sistema Estadual de Teatros e Espaços Cênicos, Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Ceará, Sistema Estadual do Cinema e Audiovisual e Rede Pública de Espaços e Equipamentos Culturais do Estado do Ceará.
- Disponibilização de 46.368 livros para as bibliotecas públicas e comunitárias nas 14 macrorregiões do Estado do Ceará.
- Realização de 22 eventos institucionais de apoio ao Sistema Estadual de Cultura, realizados dentro da programação da Bienal Circula Ceará e dos Encontros Regionais da Lei Paulo Gustavo.
- Apoio a 73 Sistemas Municipais de Cultura em 7 macrorregiões do Estado, que colaborou para o resultado de 167 Conferências Municipais e uma Conferência Intermunicipal com participação de 10 cidades.
- Realização da 4ª Conferência Estadual de Cultura do Ceará, com participação de 725 pessoas, sendo 508 da sociedade civil e 217 da área governamental.

PROGRAMA 422 – PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA DE CONHECIMENTO E FORMAÇÃO EM ARTE E CULTURA				
Objetivo: Formar profissionais para atuar no campo das artes e da cultura, desenvolvendo capacidades e competências criativas, técnicas, de gestão e do pensamento crítico.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Total de ações formativas (número)	-	-	1.073	691
Municípios com ações formativas (%)	24,75	66	58,42	81,19

Fonte: Secult.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- 30 disciplinas/cursos ministrados por artistas cadastrados e credenciados pela Secult no Projeto Artista, Presente!, contemplando 27 escolas em 18 municípios.
- Seleção e apoio a 30 organizações da sociedade civil no II Edital Escolas Livres da Cultura, para executar projetos de formação em 15 municípios do Estado.
- Publicação do livro "Encontro, Convívio e Criação – a prática teatral no Curso Princípios Básicos de Teatro", com impressão de 500 exemplares.
- Realização de 75 cursos do Projeto aBarca, totalizando uma carga horária de 2.181 horas/aula e contemplando 984 alunos nos municípios de Quixadá, Itapipoca, Crato, Iguatu, Juazeiro do Norte, Fortaleza, Caucaia, Maracanaú, Maranguape e Sobral.
- Conclusão de 437 ações formativas, com mínimo de 20 horas/aula, em 18 equipamentos da Rede Pública de Equipamentos Culturais do Ceará (Rece).
- Credenciamento de 43 artistas, dos quais 30 estão realizando projetos voltados à formação artística, vivência e produção cultural no cotidiano das Escolas de Ensino Médio de Tempo Integral.

PROGRAMA 423 – PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL CEARENSE				
Objetivo: Garantir a política de salvaguarda e sustentabilidade do patrimônio cultural e da memória cearense por meio da qualificação e ampliação de ações de pesquisa, educação patrimonial, comunicação e acessibilidade aos bens culturais.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Evolução anual de monumentos históricos tombados pelo Estado (número)	44	44	45	46
Evolução anual de manifestações afro-brasileiras e indígenas envolvidas nas atividades dos equipamentos vinculados à Secult (número)	295	425	675	1.198
Ações vinculadas à Secult que contam com a participação dos Mestres da Cultura e/ou Grupos de Tradição Popular (%)	2,11	1,68	1,83	1,74

Fonte: Secult.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização do 27º Encontro dos Profetas da Chuva pelo IFCE do Sertão Central, em Quixadá, com parcerias da Secretaria de Cultura/Fundação Cultural de Quixadá, Prefeitura Municipal de Quixadá e Casa de Saberes Cego Aderaldo.
- Fala de Mestre: realização de Roda de Conversa, no Theatro José de Alencar, sobre o professor e pesquisador cearense Gilmar de Carvalho, com a presença de Mestres da Cultura Titulados.
- Realização de cinco exposições do acervo da Biblioteca Pública Estadual do Ceará, quatro exposições do acervo do Theatro José de Alencar e três exposições do acervo do Cineteatro São Luiz, disponíveis virtualmente ao público.
- Concessão de auxílio financeiro a dois novos grupos culturais, titulados tesouros vivos da cultura cearense: Reisado de Caretas de Potengi (Potengi) e Coco de Praia do Iguape com Mestre Chico Casueira (Aquiraz).
- Realização da 21ª Semana Nacional de Museus, em comemoração ao Dia Nacional dos Museus, celebrado no dia 18 de maio de 2023.
- Realização da Festa do Pau da Bandeira, que contou com seminário sobre patrimônio imaterial, em parceria com a Escola de Saberes de Barbalha e a Universidade Regional do Cariri (Urca).
- Realização de programação especial com o tema Museus, Sustentabilidade e Bem-Estar, pelo Sobrado Dr. José Lourenço e pelo Museu do Ceará, com atividades de fruição e formação voltadas ao patrimônio artístico e cultural.
- Realização, em forma híbrida, de programação da Roda de Conversa Espaços "Mestres da Tradição", durante o XVIII Campeonato Estadual dos Festejos Ceará Junino, em Quixeramobim, contando com programação de mesas redondas sobre "Ofícios da cadeia produtiva do Ceará Junino", "Experiências de mobilização social, políticas públicas e Economia da Cultura junina no Nordeste", que teve a presença de professores e pesquisadores da Bahia, Pernambuco e Paraíba.
- Realização da Festa de Iemanjá: Tradição e Luta pelos Direitos e Garantias do Patrimônio Imaterial, com variada programação disponibilizada pelo Theatro José de Alencar e Museu da Imagem e do Som.
- Realização de seminário de Celebração dos 20 anos da Política dos Tesouros Vivos, em Quixadá, com programação extensiva à Quixeramobim, movimentando a Casa de Saberes Cego Aderaldo e a Casa de Antônio Conselheiro, com a participação de Mestres da Cultura, gestores e pesquisadores.
- Realização do 5º Fórum Estadual de Museus, com o tema "Museu: instituição permanente, acessível e inclusiva" e programação presencial nos municípios de Fortaleza e Aratuba, além de transmissão ao vivo no canal da Secult Ceará no YouTube.
- Realização do EnegreSer Mês da Consciência Negra, com atividades no Theatro José de Alencar, na Casa de Saberes Cego Aderaldo e na Casa de Antônio Conselheiro.
- Participação no I Festival AfroCearensidades, com entregas de políticas afirmativas e realização de ampla programação cultural no Estado.
- Tombamento definitivo do Sítio Histórico do Patu, localizado no município de Senador Pompeu, com a assinatura do Decreto nº 35.762, de 27 de novembro de 2023.
- Concessão de auxílio financeiro de um salário-mínimo a 88 Mestres e Mestras diplomados pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) com o título de "Notório Saber em Cultura Popular" e titulados, pelo Estado do Ceará, como Tesouros Vivos da Cultura, de 13 macrorregiões cearenses.
- Implantação do Museu Ferroviário Estação João Felipe.

PROGRAMA 424 – TELEDIFUSÃO CULTURAL INFORMATIVA E EDUCATIVA				
Objetivo: Ampliar a promoção da oferta dos serviços televisivos com uma programação de qualidade, diversificada e inclusiva.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Municípios conectados com o sinal digital da emissora de TV Ceará (%)	15,76	15,21	15,21	41,3

Fonte: Funtelc.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Oferta de sinal digital para 76 municípios cearenses.
- Veiculação de 140 programas televisivos, entre programas locais e parcerias, sendo 39,76% da TV Ceará; 36,28%, da TV Cultura; 22,53%, da TV Brasil; e 1,43%, da TV Bahia.

TEMA – EDUCAÇÃO BÁSICA

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a **Educação Básica** é formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, e tem por finalidades desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, ou seja, a alfabetização plena e a formação de pessoas mais aptas a assimilar mudanças e a conviver em sociedade. A educação básica, portanto, é determinante para uma sociedade que se pretende mais próspera, inclusiva e socioeconomicamente desenvolvida.

O Ceará vem se consolidando cada vez mais como destaque nacional na qualidade da aprendizagem, constituindo a Educação Básica como uma verdadeira política de estado. O impacto das políticas da educação se reflete nos resultados alcançados no IDEB 2021. Segundo os dados apresentados pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), das 100 melhores escolas de anos iniciais do ensino fundamental do Brasil, 87 ficam no Ceará. Nos anos iniciais do ensino fundamental, o Estado apresentou o terceiro melhor desempenho do País, atrás apenas de Santa Catarina e Distrito Federal. Já nos anos finais do ensino fundamental, o Ceará apresentou o seu melhor desempenho, ficando em primeiro lugar, empatado com São Paulo. O nível mais sensível da educação cearense continua sendo o ensino médio, consistindo na etapa de ensino com a maior taxa de abandono e menores médias no IDEB.

Sabe-se que esses resultados são frutos do empenho dos municípios e do Estado em manter o aluno na idade adequada, fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, garantindo o acesso e a permanência de todos os estudantes na escola, de modo a melhorar as médias no Enem, Ideb e Pisa, garantindo a execução das metas estabelecidas pelo Plano Estadual de Educação e pelo Plano Nacional de Educação. O Programa de Alfabetização na Idade Certa (Paic) vem contribuindo para a melhoria da qualidade na Educação Básica da rede pública nos anos finais, em parceria com os municípios.

A atuação do Governo do Estado se adapta às necessidades e desafios de cada etapa do ensino.

Em relação à educação infantil e ao ensino fundamental, a política se articula por meio do Regime de Colaboração entre o Governo do Estado e os municípios, pois o ensino é ofertado, principalmente, pelas redes municipais de escolas públicas. Já no ensino médio, cuja oferta recai sob a responsabilidade direta do Governo do Estado, importantes ações são efetivadas, almejando a oferta do ensino inclusivo e de qualidade, em tempo integral e articulado à educação profissional.

A análise dos indicadores temáticos da Educação Básica mostra que a educação pública e de qualidade segue se desenvolvendo e gerando resultados no Ceará, mesmo após os impactos gerados pela pandemia de Covid-19 no sistema público de educação. O percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído nas escolas estaduais registrou, no ano de 2023, o valor de 88,90%, o maior valor pós-pandemia. Já o percentual de pessoas de 19 anos com pelo menos o ensino médio concluído apresentou um crescimento constante no período 2019-2023, registrando, em 2023, o maior valor da série histórica, 73,20%.

As ações relacionadas à capacitação e formação continuada dos profissionais da educação demonstram o esforço do Estado em melhorar a sua oferta de ensino. Em 2023, foram qualificados 24.116 profissionais que atuam nas creches e pré-escola e em programas de apoio ao desenvolvimento integral e integrado das crianças na primeira infância, por meio de formações continuadas e em serviço, com temáticas relacionadas ao apoio e ao desenvolvimento infantil e à avaliação na/da Educação Infantil. Também houve a qualificação de 46.900 profissionais para atuarem na promoção da aprendizagem na idade adequada em apoio aos municípios em várias temáticas, como a importância do brincar e da brincadeira no ciclo de alfabetização; práticas inclusivas e pós-avaliação diagnóstica; perspectivas e contribuições para a construção de uma escola em tempo integral; e base diversificada no tempo integral: delineando novos caminhos.

Em relação ao ensino médio, o percentual de alunos abaixo da média em três ou mais disciplinas da base comum do ensino médio regular da rede pública estadual, no período de janeiro a novembro de 2023, foi de 24% (77.704 alunos), superando a meta planejada de 27,6%. Esse resultado foi graças às ações de resgate na busca ativa do aluno, universalização do projeto Professor Diretor de Turma (PDT), implementação das bolsas de tutoria e monitoria com foco na recomposição das aprendizagens (avaliação diagnóstica, material estruturado e formação de professores), a fim de garantir uma educação de qualidade. O percentual de alunos abaixo da média em três ou mais disciplinas da base comum nas turmas de tempo integral do ensino médio nas Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI), no período de janeiro a novembro de 2023, foi de 24,6%, também superando a meta estabelecida, que foi de 27,2%.

Os dados da PNAD também demonstram um crescimento no número de jovens com 19 anos de idade que concluíram o ensino médio no Ceará. Enquanto o percentual de estudantes que concluíram a última etapa da Educação Básica era de 55,0%, em 2016, em 2023 atingiu 73,2%. O Governo do Ceará, por meio da Secretaria da Educação (Seduc), desenvolve diversas ações para promover a qualidade da educação (como o Foco na Aprendizagem) e assim garantir a melhoria do atendimento aos que ingressam nas escolas estaduais. A rede pública estadual de ensino do Ceará apresentou redução histórica do abandono escolar em uma década. Isso decorre dos investimentos financeiros e pedagógicos, além das ações de protagonismo que estimulam nos jovens dessa faixa etária um maior empenho acadêmico, levando-os à conclusão do ensino médio. Uma das principais ações de manutenção dos alunos na sala de aula é a ferramenta Busca Ativa.

Ainda em relação ao ensino médio, merece destaque a implantação, no período de janeiro a novembro de 2023, de 80 Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, beneficiando estu-

dantes de 27 municípios, dentre os quais: São Luís do Curu, Apuiarés, Chaval, Cariré, Groaíras, Pacujá, Alcântaras, Santana do Acaraú, Graça, General Sampaio, Itatira, Palhano, Fortim, Icapuí, Ererê, Jaguaretama, Araripe, Ipaumirim, Cedro, Arneiroz, Novo Oriente, Potiretama, Monsenhor Tabosa, Aiuaba, Quiterianópolis, Campos Sales e Croatá. Essa ação faz parte do Plano de Universalização da Escola em Tempo Integral do Ceará, visando atender à Lei Nº 16.287, de 20 de julho de 2017, à meta 6 do Plano Nacional de Educação[20] (PNE) e à meta 6 do Plano Estadual de Educação[21] (PEE).

Como importante estratégia de inclusão e democratização da educação pública no Estado, ressalta-se a readequação, no período de janeiro a novembro de 2023, de 52 escolas do campo, indígenas e quilombolas, das quais 44 foram atendidas com aquisição de equipamentos e 8 foram atendidas com equipamentos e reformas, de modo a possibilitar a acessibilidade dos alunos e o desenvolvimento de currículos específicos a cada realidade. Os resultados desta política podem ser observados na evolução do percentual de alunos abaixo da média em três ou mais disciplinas da base comum do ensino médio nas escolas do campo. Em 2021, o valor registrado foi de 18%, passando para 12,4%, em 2023.

O percentual de alunos com alguma necessidade especial abaixo da média em três ou mais disciplinas da base comum do ensino médio nas escolas estaduais alcançou o valor de 19,4%, superando a meta para o ano de 2023, que foi de 25,5%. Essa superação é resultado de várias ações estratégicas desenvolvidas ao longo do ano letivo, visando a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes, dentre elas o desenvolvimento de ações na perspectiva de promover a permanência e a melhoria da aprendizagem dos estudantes com deficiência, matriculados em salas comuns, salas especiais e em escolas exclusivas (Instituto dos Surdos e Instituto dos Cegos). O Estado assegura a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas que dispõem de Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs), Núcleos de Atendimento Pedagógico Especializado (Napes), no Centro de Referência em Educação e Atendimento Especializado do Ceará (Creaece – Decreto nº 34.606/2022) e nas 48 Organizações Não Governamentais (ONGs) que firmaram convênio com a Seduc. Além disso, a secretaria realiza a contratação de Profissionais de Apoio Escolar (Cuidadores e Intérpretes de Libras) para atender os estudantes com necessidades de comunicação, locomoção, higienização e alimentação.

20. Meta 6 – PNE: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.
Fonte: Seduc.

21. Meta 6 – PEE: Oferecer, até 2024, em regime de colaboração, Educação em Tempo Integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas e instituições de educação infantil, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos estudantes da educação básica.
Fonte: Seduc.

PROGRAMAS E PRINCIPAIS REALIZAÇÕES – 2023

PROGRAMA 431 – INCLUSÃO E EQUIDADE NA EDUCAÇÃO				
Objetivo: Garantir a escola como espaço educador sustentável, inclusivo, acolhedor, que respeite as diversidades e promova a equidade no padrão de acesso, nas condições de oferta, de permanência e nos resultados de aprendizagem, atendendo adequadamente aos educandos com necessidades especiais, com características diferenciadas e/ou àqueles pertencentes às populações vulneráveis em articulação intersetorial.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Taxa de atendimento da população de 15 a 17 anos residente na zona rural (%)	92,4	92,1	94,6	ND
Alunos com alguma necessidade especial abaixo da média em três ou mais disciplinas da base comum do ensino médio nas escolas estaduais (%)	17,2	9,8	16,5	19,4
Alunos abaixo da média em três ou mais disciplinas da base comum do ensino médio nas escolas quilombolas (%)	14,6	0	23,4	12,4
Alunos abaixo da média em três ou mais disciplinas da base comum do ensino médio nas escolas indígenas (%)	10,2	2,4	16,2	5,4
Alunos abaixo da média em três ou mais disciplinas da base comum do ensino médio nas escolas do campo (%)	10,3	18	14,1	12,4
População autodeclarada indígena de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a educação básica (%)	92,9	89,3	64,4	ND
Alunos com deficiência concluintes do ensino médio regular estadual (%)	98,7	99,3	98,7	ND
População autodeclarada negra (pretos e pardos) de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio ou já concluiu a educação básica (%)	81,2	76,5	77,6	ND
População autodeclarada negra (pretos e pardos) de 19 anos que concluiu a educação básica (%)	68,3	69,8	69,9	ND

Fonte: Seduc.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

ND: Dados não disponíveis pelas fontes oficiais de pesquisa.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Readequação de 52 escolas do campo, indígenas e quilombolas, das quais 44 foram atendidas com aquisição de equipamentos e 8 foram atendidas com equipamentos e reformas, de modo a possibilitar a acessibilidade dos alunos e o desenvolvimento de currículos específicos.
- Qualificação de 3.294 profissionais da educação, por meio de formações na perspectiva da inclusão, da permanência e do respeito às diferenças dos educandos em situação de vulnerabilidade.
- Atendimento de 6.745 alunos com ações desenvolvidas na perspectiva de promover o acesso e a permanência, na educação básica, dos estudantes público-alvo da educação especial.

PROGRAMA 432 – DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL COM GARANTIA DE IGUALDADE DE OPORTUNIDADES				
Objetivo: Elevar o nível de alfabetização e de aprendizagem das crianças e jovens na idade adequada, da Educação Infantil ao Ensino Fundamental, com garantia de igualdade de acesso, permanência e a reinserção das crianças e jovens em estado de vulnerabilidade social.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Taxa de atendimento a escola ou creche da população de 6 a 10 anos de idade (%)	99,09	98,80	99,57	ND
Docentes em turmas de ensino fundamental formados por semestre (%)	100	71,7	85,4	105,7
Docentes em turmas de educação infantil, formados por semestre (%)	84,2	82,5	94,1	86,3
Gestores em escolas com turmas de educação infantil, formados por semestre (%)	100	100	91,1	98
Taxa de escolarização líquida de 11 a 14 anos de idade nos anos finais do ensino fundamental (%)	87,8	89,49	89,44	ND
Taxa de abandono nas escolas regulares estaduais e municipais do ensino fundamental ao ensino médio (%)	1	0,6	0,9	ND

Fonte: Seduc.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

ND: Dados não disponíveis pelas fontes oficiais de pesquisa.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Implantação de Centro de Educação Infantil (CEI), no município de Acopiara, no Centro Sul, com previsão de atendimento de até 208 crianças.
- Concessão de 1.183 bolsas de Extensão de Pesquisa Tecnológica para consultores, formadores regionais, municipais e diagramadores de materiais didáticos e para criação de materiais de apoio feito para o uso dos professores e estudantes do ensino fundamental em sala de aula, nos 184 municípios cearenses.
- Qualificação de 24.116 profissionais que atuam nas creches e pré-escolas e em programas de apoio ao desenvolvimento integral e integrado das crianças na primeira infância, por meio de formações continuadas e em serviço, com temáticas relacionadas ao apoio e ao desenvolvimento infantil e à avaliação na/da Educação Infantil.
- Qualificação de 46.900 profissionais para atuarem na promoção da aprendizagem na idade adequada em apoio aos municípios em temáticas como: "A importância do brincar e da brincadeira no Ciclo de Alfabetização", "Práticas inclusivas e Pós-avaliação diagnóstica", "Perspectivas e contribuições para a construção de uma escola em tempo integral" e "Base diversificada no tempo integral: delineando novos caminhos".
- Readequação de oito escolas municipais para atender os alunos de Ensino Fundamental nos municípios das seguintes regiões: Cariri (3); Sertão Central (2); Sertão de Canindé (2); e Sertão dos Crateús (1).
- Ampliação de sete escolas para atender os alunos da rede pública municipal em municípios das seguintes regiões: Cariri (1); Centro Sul (1); Grande Fortaleza (1); Maciço Baturité (1); Sertão Central (1); e Sertão dos Crateús (2).

PROGRAMA 433 – DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO				
Objetivo: Assegurar a efetiva aprendizagem no Ensino Médio, com equanimidade e qualidade, preparando o jovem para o acesso ao ensino superior e oportunizando experiência profissional como preparação prática para o trabalho.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Alunos matriculados no ensino médio da rede estadual com proficiência média no ENEM igual ou superior a 600 (%)	10,90	4,90	ND	ND
Alunos abaixo da média em três ou mais disciplinas da base comum do ensino médio regular da rede pública estadual (%)	16,6	12,7	17,8	24
Taxa de atendimento a escola da população de 15 a 17 anos de idade (%)	92,15	90,52	91,78	ND
Taxa de abandono nas escolas regulares estaduais de ensino médio (%)	2,90	2,00	3,10	ND

Fonte: Seduc.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

ND: Dados não disponíveis pelas fontes oficiais de pesquisa.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Atendimento de 199.985 alunos com serviços educacionais essenciais à sua permanência na escola: alimentação, transporte escolar, aquisição de fardamento e materiais pedagógicos.
- Distribuição de 1.143.369 kits de absorventes para alunas do ensino médio, ação que integra a política de combate à pobreza menstrual no acesso escolar.
- Realização da avaliação do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaece) 2023, nas escolas das redes estadual e municipal.
- Participação de 205.640 alunos do Ensino Médio da rede pública estadual em eventos científico-artístico-culturais: Fórum Regional dos Grêmios; Projeto Ao Gosto do Aluno; Festival Alunos que Inspiram; Passaporte Enem; Aulões Enem Mix; Enem Não Tira Férias; Fascículos Enem Mix; Jovens Embaixadores; Jovem Senador; e Ceará Científico.
- Readequação de 216 escolas de Ensino Médio, das quais 19 com reformas e equipamentos e 197 com aquisição de equipamentos, como microcomputador tipo desktop ultracompacto tipo I (25 unidades), projetor multimídia (109 unidades), Kit Laboratório de Química, Física, Biologia e Matemática (111 unidades).
- Inserção de 891 jovens estudantes do ensino médio, com idade entre 16 a 21 anos, em estágio não obrigatório nos órgãos, instituições públicas ou empresas parceiras do Programa Primeiro Passo.
- Concessão de 2.694 bolsas de extensão tecnológica a pesquisadores e professores na ação Professor Aprendiz, que integra o Programa Ceará Educa Mais.

PROGRAMA 434 – EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL E COMPLEMENTAR NO ENSINO MÉDIO				
Objetivo: Ampliar a formação integral dos jovens, com respeito a seus direitos de aprendizagem, colaborando com a melhoria de seu desempenho escolar no Ensino Médio e com sua inserção no Ensino Superior.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Taxa de conclusão semestral dos alunos matriculados nos CCIs (%)	81,70	85,10	82,50	78,10
Alunos do ensino médio matriculados nos Centros Cearenses de Idiomas (CCI) (%)	3,00	3,10	3,70	ND
Estudantes matriculados no ensino médio regular em tempo integral na rede pública estadual (%)	12,70	14,80	22,00	ND
Alunos abaixo da média em três ou mais disciplinas da base comum nas turmas de tempo integral do ensino médio nas Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI) (%)	17,50	12,70	28,30	24,60

Fonte: Seduc.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

ND: Dados não disponíveis pelas fontes oficiais de pesquisa.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Implantação de 80 Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, beneficiando estudantes de 27 municípios, dentre os quais: São Luís do Curu, Apuiarés, Chaval, Cariré, Groaíras, Pacujá, Alcântaras, Santana do Acaraú, Graça, General Sampaio, Itatira, Palhano, Fortim, Icapuí, Ererê, Jaguaretama, Araripe, Ipaumirim, Cedro, Arneiroz, Novo Oriente, Potiretama, Monsenhor Tabosa, Aiuaba, Quiterianópolis, Campos Sales e Croatá.
- Readequação de 340 escolas, das quais 48 foram atendidas com reformas e equipamentos e 292 com aquisições de equipamento, a fim de garantir o acesso e permanência com qualidade dos estudantes.
- Matrícula de 90.162 alunos em turmas que já estão totalmente integralizadas, nas 341 Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI) e distribuição de materiais didáticos referentes aos componentes eletivos fundantes.
- Matrícula de 12.135 alunos nos Centros Cearenses de Idiomas (CCI) e distribuição de livros didáticos de língua inglesa, espanhola e francesa.

PROGRAMA 435 – NORMATIZAÇÃO E CONTROLE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO				
Objetivo: Assegurar a adoção de boas práticas de gestão do ensino, contribuindo para a melhoria dos indicadores educacionais.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Taxa de reconhecimento de cursos (%)	23	192	111,57	93,1
Taxa de credenciamento de escolas (%)	24,69	132	56,05	42

Fonte: CEE.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização de quatro capacitações para os gestores escolares com os seguintes temas: "Legislação educacional e sua prática aplicada às escolas", "Regularização da vida escolar", "A gestão e organização para inclusão escolar", e "Organização escolar: atividades desenvolvidas na Secretaria da escola", totalizando a participação de 1.490 gestores distribuídos nas 14 Macrorregiões.

- Credenciamento/recredenciamento de 216 escolas da Educação Básica (ensino regular e Educação Profissional), sendo 176 escolas do ensino regular e 40 da Educação Profissional.

- Credenciamento de duas universidades no Ceará: Universidade Estadual do Ceará (UECE), em Fortaleza, e Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA), no município de Sobral.

- Credenciamento da Escola de Saúde Pública do Ceará Paulo Marcelo Martins Rodrigues (ESP), em Fortaleza, para certificação de servidores em Cursos de Pós-graduação lato sensu.

- Entrega de 102 reconhecimentos de Cursos de Graduação nas Universidades Públicas do Ceará, assim distribuídos: na Universidade Estadual do Ceará (UECE), 69 cursos nos municípios de Fortaleza (21), Crateús (17), Tauá (3), Iguatu (6), Itapipoca (4), Quixadá (9) e Limoeiro do Norte (9); na Universidade Vale do Acaraú, 12 cursos no município de Sobral; e na Universidade Regional do Cariri, 21 cursos nos municípios de Crato (12), Juazeiro do Norte (2), Iguatu (2), Campos Sales (3) e Missão Velha (2).

TEMA – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A **Educação Profissional** faz parte da estratégia do Estado de desenvolver o seu capital humano, favorecendo o desenvolvimento econômico através do aumento da produtividade e do maior valor agregado aos produtos cearenses. As ações desenvolvidas pelo governo visam ampliar a formação de técnicos. Além disso, o Estado atua promovendo a integração entre o jovem estudante do Ensino Médio e o mercado de trabalho, com atenção especial às pessoas em situação de vulnerabilidade, por meio da rede de Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP), num modelo que integra a formação básica do ensino médio com a formação em nível técnico.

O percentual referente aos técnicos de nível médio subsequente absorvidos pelo mercado de trabalho, diplomados nos cursos ofertados pela Secitece, no período de janeiro a novembro de 2023, foi de 44%, ficando abaixo da meta estipulada de 65%. Apesar da meta não ter sido alcançada, o indicador apresentou um desempenho médio de 51,67% ao longo da série histórica 2019-2023, confirmando o grau de aceitação desses profissionais pelo mercado de trabalho. Já o percentual de tecnólogos diplomados absorvidos pelo mercado de trabalho, graduados pelas Faculdades Tecnológicas do Cariri e do Sertão Central, no mesmo período, foi de 41,66%, superando a meta prevista para o ano de 40%. O desempenho positivo é justificado pela recuperação da oferta de vagas no mercado de trabalho.

Em relação ao percentual de estudantes com rendimentos abaixo da média em três ou mais disciplinas, o resultado alcançado foi de 11,6% (6.708 alunos), no período de janeiro a novembro de 2023, superando a meta planejada, que foi de 18,7%. Essa superação é resultado de várias ações estratégicas, desenvolvidas ao longo do ano letivo, que visam à melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes, dentre elas: o programa Busca Ativa Escolar, desenvolvido por meio de monitores bolsistas para auxiliar a levar de volta os colegas que haviam se distanciado dos estudos; o projeto Professor Diretor de

Turma (PDT), projeto em que um professor, independentemente de sua área de conhecimento, responsabiliza-se por uma determinada turma, cabendo-lhe conhecer os estudantes individualmente, para atendê-los em suas necessidades; apoio à gestão escolar, acompanhamento e monitoramento dos indicadores escolares e dos instrumentos de gestão; e oferta de formação continuada para os professores e gestores da rede pública estadual de ensino do Ceará por meio das modalidades presencial, semipresencial e a distância.

Destaca-se ainda o atendimento de 20.747 estudantes em cumprimento do estágio curricular obrigatório da educação profissional, oferecendo a oportunidade de melhor se prepararem para o mundo laboral com a associação entre o estudo e o mundo do trabalho.

PROGRAMAS E PRINCIPAIS REALIZAÇÕES – 2023

PROGRAMA 441 – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ARTICULADA AO ENSINO MÉDIO				
Objetivo: Garantir educação profissional articulada nos seus mais diversos formatos e ingresso no ensino superior.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Alunos abaixo da média em três ou mais disciplinas da base comum e base técnica do ensino médio integrado à educação profissional nas Escolas Estaduais de Ensino Profissional (EEEP) (%)	11	12,3	11	11,6
Alunos com formação técnica profissional nas mais diversas modalidades ofertadas pela rede estadual (%)	99,5	99,9	99,8	ND
Alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) com formação profissional (%)	3,3	7,2	2,5	ND
Matrículas nas Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) em relação às matrículas do ensino médio regular da rede estadual (%)	17	17,1	17,8	18,4

Fonte: Seduc.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

ND: Dados não disponíveis pelas fontes oficiais de pesquisa.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Capacitação de 566 agentes educacionais da rede estadual, com formações sobre: Fortalecimento da Gestão Escolar; Fortalecimento das Práticas Pedagógicas; Clima Escolar; Nível de Engajamento dos Pais e da Comunidade; Expectativa dos Alunos; Infraestrutura e Equipamentos; e Acompanhamento e Monitoramento das Ações do Estágio Curricular e Desenvolvimento Econômico do Estado.
- Atendimento de 20.747 estudantes das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) em cumprimento do estágio curricular obrigatório.
- Readequação de 131 Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP), das quais 8 com reformas e equipamentos e 123 com aquisição de equipamentos, como microcomputador tipo desktop ultracompacto tipo I (26 unidades), projetor multimídia (98 unidades), Kit Laboratório Química, Física, Biologia e Matemática (11 unidades), Notebook Lenovo Kit (84 unidades), e Conjunto Escolar Aluno JB (1.809 unidades).

PROGRAMA 442 – QUALIFICA CEARÁ: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA O MUNDO DO TRABALHO				
Objetivo: Ampliar a oferta de educação profissional em áreas necessárias ao desenvolvimento socioeconômico, alinhada às demandas dos setores produtivos e vocacionais locais e das regiões do Ceará.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Certificação dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) (%)	89,36	80,77	77,91	72,85
Concluintes nos cursos de qualificação profissional (número)	18.711	32.944	29.316	24.667
Concluintes nos cursos técnicos subsequentes (número)	119	386	677	207
Jovens em situação de vulnerabilidade beneficiados com qualificação profissional (%)	88,47	74,58	72,26	ND
Pessoas participantes do Programa Mais Infância beneficiadas com qualificação profissional (%)	-	2,65	22,52	20,64
Tecnólogos diplomados (número)	16	194	217	58

Fonte: Seduc.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

ND: Dados não disponíveis pelas fontes oficiais de pesquisa.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Capacitação de 7.217 pessoas nos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), ofertados por meio de contrato de gestão firmado com o Instituto Centec, e do termo de cooperação com o CTTC/IFCE, ministrados nos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT), na Universidade do Trabalho Digital (UTD) e no Centro de Treinamento do Trabalhador Cearense (CTTC/IFCE), beneficiando 32 municípios em 13 macrorregiões do Estado do Ceará, de forma presencial e/ou on-line.

- Capacitação de 207 pessoas nos cursos técnicos subsequentes, de nível médio, ofertados por meio de contrato de gestão firmado com o Instituto Centec, e do termo de cooperação com o CTTC/IFCE. Os cursos são ministrados nas Faculdades de Tecnologia (Fatec) do Cariri, em Juazeiro do Norte, e do Sertão Central, em Quixeramobim; nos Centros Vocacionais Técnicos (CVTEC), em Barbalha, Crato e São Gonçalo do Amarante; e no Campus Avançado do Pecém do CTTC/IFCE, todos de forma presencial.

- Capacitação de 2.429 pessoas em cursos na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), disponibilizados gratuitamente à população por meio de contrato de gestão firmado com o Instituto Centec, com aulas ministradas nos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT), e na Universidade do Trabalho digital (UTD), de forma presencial e/ou remota.

- Graduação de 58 tecnólogos, nível superior, nos cursos ofertados por meio de contrato de gestão firmado com o Instituto Centec. Os cursos são ministrados nas Fatecs Cariri, em Juazeiro do Norte; e Sertão Central, em Quixeramobim, de forma presencial, com carga horária variando de 2.640h a 2.820h.

- Capacitação de 500 jovens pelo Projeto Transformando Vidas.

- Capacitação de 220 pessoas pela linha de ação Empreendedor Criativo do Projeto Criando Oportunidades (voltada exclusivamente para o empreendedorismo).

- Capacitação de 593 pessoas no Centro de Profissionalização Inclusiva para a Pessoa com Deficiência (Cepid).

- Concessão de 3.919 instrumentais de trabalho aos alunos dos cursos de capacitação profissional do Projeto Criando Oportunidades, conforme as tipologias dos cursos executados, proporcionando ferramentas que promovam a inclusão produtiva dos beneficiários nos municípios das 14 macrorregiões de planejamento.

- Concessão de 5.358 bolsas a jovens do Projeto Virando o Jogo – Superação (Fortaleza e Sobral) e da linha de ação Jovem Bolsista do Projeto Primeiro Passo (municípios em 13 macrorregiões de planejamento), em cursos de qualificação profissional com carga horária de 240h, nas áreas de produção alimentícia, ambiente, saúde e segurança, apoio educacional, controle e processos industriais, gestão e negócios, hospitalidade e lazer, informação e comunicação, infraestrutura, produção cultural e design.

- Capacitação de 2.194 jovens pelo Projeto Virando o Jogo.

- Capacitação e qualificação de 1.766 pessoas por meio de cursos e oficinas realizadas nos sete Centros de Inclusão Tecnológica e Social (CITS).

- Capacitação de 2.157 jovens pela linha Jovem Bolsista do Projeto Primeiro Passo.

- Qualificação de 2.645 jovens pela modalidade Jovem Aprendiz do Projeto Primeiro Passo.

- Capacitação de 6.757 pessoas pelo Projeto Criando Oportunidades.

TEMA – EDUCAÇÃO SUPERIOR

A **Educação Superior** é pilar central na qualificação da força de trabalho intelectual e na geração, direta e indireta, de inovação e conhecimento científico. A competitividade, a agregação de valor, a criação de oportunidades com impactos positivos sobre a distribuição da renda, a inovação dos processos de produção e de seus produtos, resultam essencialmente, da geração e difusão do conhecimento nas áreas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) das empresas ou institutos de pesquisa científica.

As universidades públicas têm papel preponderante nesse processo, como centros indutores da geração de conhecimento por intermédio da oferta de ensino superior de qualidade e mediante ações de geração e disseminação da ciência, da tecnologia e da inovação. A Universidade Estadual do Ceará (UECE), a Universidade Regional do Cariri (Urca) e a Universidade do Vale do Acaraú (UVA) são instituições públicas com ofertas de cursos gratuitos, sendo patrimônio científico, acadêmico e cultural da sociedade cearense.

Os indicadores referentes à qualidade do ensino superior no Estado vêm confirmando o sucesso das políticas adotadas por essas instituições, visando à elevação da qualificação de seu quadro docente e melhoria de suas instituições. O percentual de evolução dos cursos de graduação com nota satisfatória pelo Enade registrou sete cursos de graduação avaliados com nota a partir de quatro, em relação aos dez cursos avaliados, representando, portanto, 70% com bom desempenho, sendo o maior valor apresentado na série histórica 2020-2023.

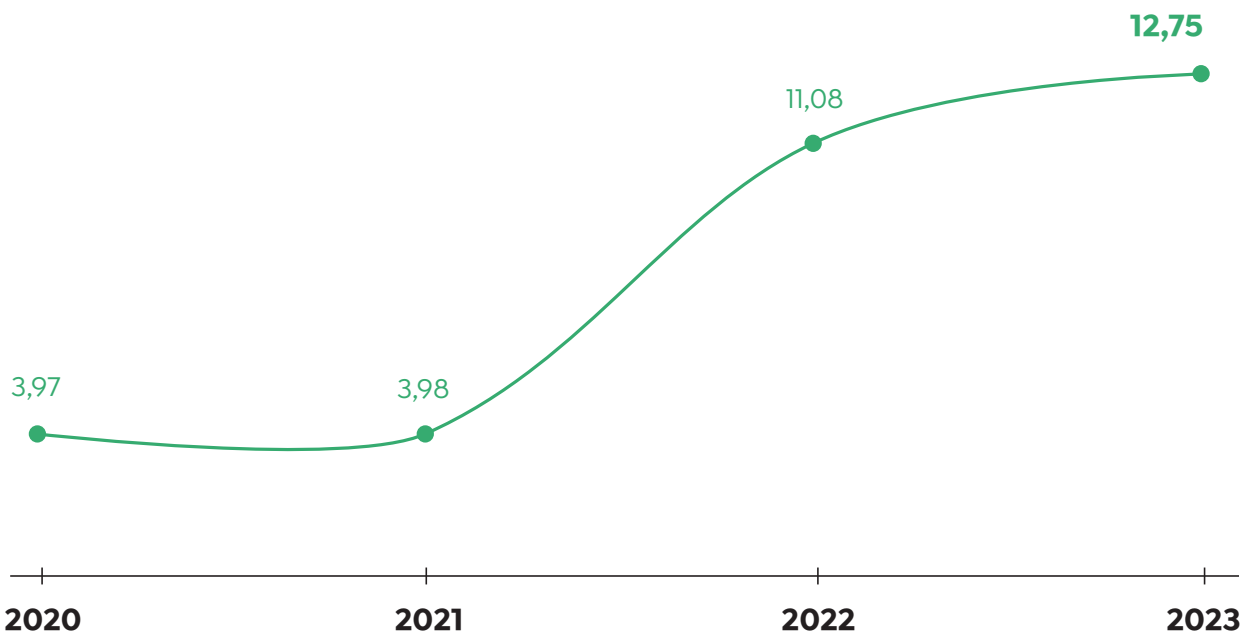
Quanto ao percentual de evolução dos cursos de pós-graduação com avaliação satisfatória pela Capes, dos 51 cursos de pós-graduação (stricto sensu) disponibilizados pelas IES públicas estaduais, 27 estão avaliados dentro desse critério, correspondendo a 52,94%. Destaca-se nesse contexto o desempenho da UECE, detentora do maior número de cursos (stricto sensu). Do total de 51 cursos, 46 pertencem à UECE e desses, 23 foram avaliados com nota igual ou superior a 4.

A ampliação dos cursos stricto sensu é atribuída principalmente à demanda crescente por qualificação, motivando as gestões das universidades a investirem no aprimoramento de profissionais de diversas áreas, através da melhoria de seus equipamentos.

O índice de qualificação do corpo docente apresentou um resultado positivo de 4,22, em relação à meta programada de 4,10. Contribuíram para esse desempenho a realização de concursos públicos para professores, cujas titulações de mestres, doutores e pós-doutores influenciam na elevação do índice; a concessão de bolsas de mestrado e doutorado, disponibilizadas pelas agências de fomento, aos docentes das IES; bem como a ampliação no número de cursos de mestrado e doutorado nas universidades públicas estaduais.

Outro fato relevante a ser observado é uma maior participação dos alunos em atividades de extensão. O valor apresentado em 2023, 12,75%, é o maior da série histórica, como pode ser observado no gráfico abaixo. Atribui-se esse crescimento aos seguintes fatores: o processo de inserção curricular da extensão estabelecido pela Resolução 07 do Conselho Nacional de Educação (CNE)/Ministério da Educação (MEC), promovendo um recrudescimento das ações de extensão e, consequentemente, do protagonismo estudantil, com o aumento da participação de estudantes nessas ações; aumento de bolsas de extensão como parte da política da UECE de indução à inserção curricular e atendimento às diretrizes, impactando sobre o aumento da participação de estudantes no processo; e a atuação das pró-reitorias de extensão das IES, promovendo o incremento da interação universidade/comunidade, por meio de programas, projetos, cursos e eventos, impulsionando e assessorando o desenvolvimento dessas atividades.

GRÁFICO 46 – TAXA DE ALUNOS EXTENSIONISTAS



Fonte: Secitece. Elaboração: Seplag.

O percentual que mede a taxa de sucesso da graduação pública estadual (alunos que concluem o curso no tempo de duração padrão previsto) registrou o valor de 44,7% no período de janeiro a novembro de 2023. Ainda que o resultado deste ano tenha ficado abaixo da meta planejada, de 46,17%, a série histórica vem se apresentando positiva, com as metas sendo

em média alcançadas. Destaca-se ainda que as ações de fortalecimento das políticas de assistência estudantil, como a concessão de bolsas de permanência, restaurantes e residências universitárias, citando as mais relevantes, vêm contribuindo para o desempenho do indicador, e são fundamentais para a permanência dos alunos na universidade.

PROGRAMAS E PRINCIPAIS REALIZAÇÕES – 2023

PROGRAMA 451 – DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR				
Objetivo: Ampliar a oferta e o desempenho da educação superior, no que tange ensino, pesquisa e extensão, alinhada às demandas sociais e vocações regionais, contribuindo para a elevação do nível de escolaridade da população cearense.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Graduandos com idade entre 18 e 24 anos (%)	51,88	53,68	57,54	ND
Produção científica (número)	2.715	3.666	3.802	ND
Concludentes na pós-graduação (stricto sensu) (número)	175	368	661	532,00
Graduados na rede estadual de ensino superior (número)	2.259	3.661	3.555	ND
Graduados vindos das escolas públicas (%)	64,46	73,91	62,16	ND
Docentes titulados como Doutores (número)	916	853	865	ND
Taxa de alunos extensionistas (%)	3,97	3,98	11,08	12,75
Docentes titulados como Mestres (número)	582	447	387	ND

Fonte: Secitece.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

ND: Dados não disponíveis pelas fontes oficiais de pesquisa.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Concessão de 870 bolsas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (BICT).
- Apoiados 218 projetos cadastrados na Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA), visando à expansão da pesquisa científica nas instituições públicas estaduais.
- Beneficiadas aproximadamente 16.213 pessoas com as atividades/ações do Geopark Araripe.
- Concessão de 27 bolsas stricto sensu por meio do Edital nº 01/2022, Mulheres na Ciência.
- Matriculados 33.917 alunos nos cursos de graduação nas IES públicas estaduais.
- Graduados 2.133 alunos nas IES públicas estaduais, no 1º semestre.
- Graduados 1.329 alunos vindos de escolas públicas nas IES públicas estaduais, no 1º semestre.

- Oferta de 9.648 novas vagas para a graduação, beneficiando 2.472 estudantes na capital, 7.176 estudantes no interior do Estado pela UECE, Urca e UVA.
- Oferta de 1.027 vagas de pós-graduação stricto sensu, contemplando os municípios de Fortaleza, Quixadá e Limoeiro do Norte, pela UECE, Cariri, pela Urca, e Região de Sobral, pela UVA; e mais 301 vagas de pós-graduação lato sensu na modalidade presencial pela UVA.
- Beneficiados 1.336 alunos por meio do Programa de Bolsa Acadêmica de Inclusão Social (B-Social), garantindo a permanência universitária dos discentes da UECE, Urca e UVA com assistência estudantil.
- Beneficiadas 408.587 pessoas com ações de extensão entre cursos, projetos, programas, eventos e prestação de serviços na UECE, Urca e UVA.
- Estruturados e reformados 15 ambientes universitários entre *campi*, núcleos, centros acadêmicos, auditórios e complexos poliesportivos das IES.

“Os desafios são grandes, principalmente no combate às facções criminosas, mas, com o empenho das nossas forças de segurança e a parceria do Governo Federal, seguiremos em busca de um estado mais seguro para todos os cearenses. Estarei lado a lado com nossas tropas e seremos implacáveis contra o crime, agindo com força, mas sempre respeitando a lei.”

Elmano de Freitas, Governador do Estado do Ceará

Resultado estratégico: Sociedade cearense pacificada com amplo acesso à segurança e justiça efetivas, humanizadas e integradas.

Temas: Justiça e Segurança Pública

Órgãos envolvidos (Poder Executivo): Aesp, Casa Civil, CBMCE, CGD, PCCE, Pefoce, PMCE, SAP, SOP, SSPDS e Supesp.

CEARÁ PACÍFICO

CEARÁ PACÍFICO

Com o acelerado processo de urbanização, a expansão dos grandes centros urbanos e as guerras entre facções, que já são uma realidade no âmbito local e nacional, a criminalidade passou a ser um dos graues problemas na área da segurança pública. No Ceará, algumas consequências estão relacionadas a estes fatores, tais como a degradação do bem-estar social e a deterioração dos ualores patrimoniais e do ambiente para relações humanas.

Os resultados nesta temática ainda são desafiadores deuido às altas taxas de homicídios. Contudo, os esforços do Gouerno do Estado são pautados na linha de assegurar a preseruação da ordem pública, da integridade das pessoas e do patrimônio, por intermédio dos órgãos que o compõem, com a finalidade de euoluir a segurança pública e, assim, transformá-la em um sistema consistente e gerador de bem-estar social.

A partir disso, o poder público depara-se cotidianamente com a reiuindicação da sociedade por interuenções cada uez mais efetiuas no enfrentamento dos altos índices de criminalidade que assolam o corpo social. Assim, a política de segurança pública busca atuar por meio de estratégias focadas no combate às desigualdades, priorizando a preuenção da uiolência, além da redução da uulnerabilidade social da população.

Neste contexto, o eixo Ceará Pacífico está baseado na busca de uma sociedade justa, solidária e pacífica, de forma que se cumpra o direito uniuersal à proteção, ao amparo, à defesa e à justiça, em que o Estado, protagonista e fiador desses direitos, conta com a participação da sociedade como coadjuuante na conquista de uma cultura de paz e num ambiente mais justo e solidário, compreendendo que todos, sem distinção, têm direito ao trabalho, à atenção social, à proteção, ao amparo, à defesa e à justiça.

Dessa forma, o Estado atua como protagonista em duas frentes: a primeira no processo de defesa desses direitos, uez que abraça a concepção de transuersalidade temática e intersetorialidade das suas ações, desenhando enlaces com o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública; na segunda frente atua enquanto agente não perpetuador de uiolação de direitos, uez que preza pela solidez da política de segurança que respeite plenamente o cidadão e supere a uisão fragmentada da uiolência.

A gestão das estratégias delineadas nesse campo de atuação é realizada pela Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), tendo como missão zelar pela ordem pública e pela integridade das pessoas e do patrimônio, coordenando, controlando e integrando as ações da Polícia Ciuil do Estado do Ceará (PCCE), da Polícia Militar do Ceará (PMCE), do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará (CBMCE), da Perícia Forense do Estado do Ceará (Pefoce), da Academia Estadual de Segurança Pública (Aesp) e da Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública (Supesp). Vale ressaltar a Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Defesa Social (CGD), órgão autônomo e independente que se encontra, também, neste campo de atuação.

No decorrer da gestão, o Gouerno adotou uma série de medidas uisando criar condições para o aumento da eficácia na área da segurança pública, por meio de inuestimentos em tecnologia da informação e em sistemas de dispositiuos capazes de agregar maior efetiuidade e segurança ao trabalho desempenhado; modernização administratiua (organizacional, gerencial e humana), com destaque para ações de qualificação profissional, ampliação do efetiuo e ualorização salarial. Com foco no território, destaca-se a reestruturação do sistema prisional, bem como o aumento da presença policial nos municípios, o que tem inibido muitos crimes, principalmente contra o patrimônio.

No que diz respeito à política de justiça, o eixo do Ceará Pacífico tem atuado por meio da articulação entre a Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) e dos órgãos do Poder Judiciário (Procuradoria-Geral da Justiça – PGJ; Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará – DPGE e Tribunal de Justiça – TJ) e guia-se pelos pressupostos de uma justiça restaurativa, sustentada em termos de resolutividade conflitiva, uma modalidade alternativa de resolução de conflitos, extrajudicial, reforçada por uma série de esforços e recuperação social, promovidos pela ação integrada do poder público, família e escola. O que se espera é que a população seja contemplada com um sistema de justiça eficaz e humanizado.

Este eixo envolve um conjunto de políticas públicas implementadas por meio de nove programas finalísticos, que aplicaram, no ano de 2023, um volume de recursos orçamentários da ordem de **R$ 6.793.599.219,59**[22].

TABELA 52 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR TEMAS – ANO 2023[1] (R$)

Tema	Lei + Créditos	Empenhado	% Execução Orçamentária
Justiça	2.674.573.414,79	2.538.649.997,24	94,92
Segurança Pública	4.366.880.725,23	4.254.949.222,35	97,44
Total	7.041.454.140,02	6.793.599.219,59	96,48

Fonte: Seplag.

[1] Dados gerados no dia 05/01/2021, sujeitos a alterações.

O resultado dos esforços orçamentários é observado, também, no monitoramento dos indicadores temáticos da série histórica apresentada a seguir:

TABELA 53 – EVOLUÇÃO DOS INDICADORES POR TEMAS (2019-2023)

Indicador	2019	2020	2021	2022	2023[1]
JUSTIÇA					
Pessoas presas de forma provisória (%)	45,79	49,41[2]	46,41	39,44[2]	40,56
Taxa de reentrada no sistema prisional (%)	30,75	44,15	40,67	46,44[2]	45,54
SEGURANÇA PÚBLICA					
Taxa de Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP) – Tipo 1 (casos/100 mil habitantes)	478,1	482,95	424,44	400,39	358,84
Taxa de Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP) – Tipo 2 (casos/100 mil habitantes)	64,85	104,3	96,5	93,84	91,94
Taxa de homicídios dolosos (óbitos/100 mil habitantes)	23,6	42,82	34,65	31,01	29,9

Fonte: SAP e Supesp.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

[2] Dados atualizados em dez/2023.

22 Desse total, R$ 1.755.700.185,38 foram executados pelo Poder Judiciário (TJ, DPGE e PGJ) por meio dos programas "Excelência no Desempenho da Prestação Jurisdicional"; "Promoção do Acesso Gratuito à Justiça" e "Tutela dos Interesses Sociais e Individuais Indisponíveis".

TEMA – JUSTIÇA

O tema da **Justiça** perpassa o entendimento de cumprimento da legislação, tendo como norte valorizar os princípios constitucionais que estabelecem a máxima do respeito à igualdade de todos perante à lei, unindo ainda esforços na reinserção social e na redução da incidência criminal, com destaque para a oferta de educação básica e implantação de oficinas produtivas no âmbito do Poder Executivo.

Mostra-se eficaz, também, na administração penitenciária, cuja missão é gerenciar o sistema penitenciário, em conformidade com a lei, proporcionando o cumprimento da execução penal de forma eficiente, garantindo a segurança e a dignidade das pessoas no âmbito do sistema prisional.

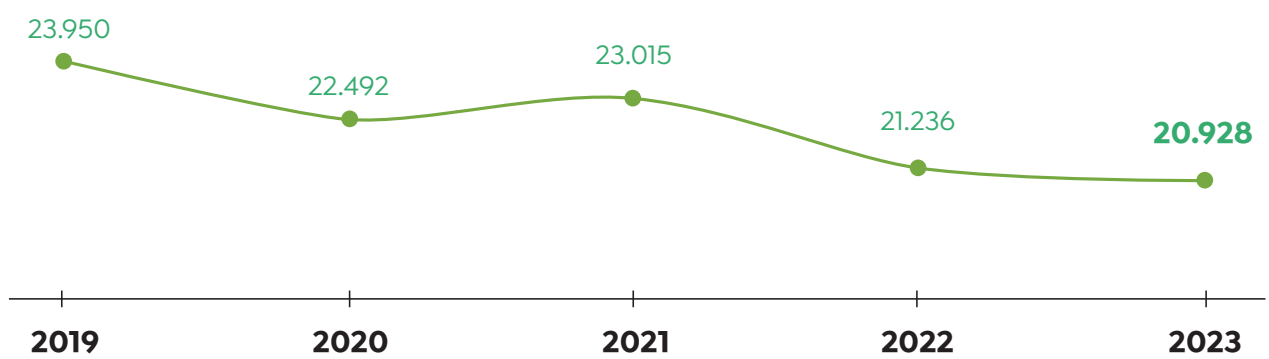
Fundamentado no tripé da educação, da capacitação e do trabalho, o Estado vem desenvolvendo ações como ampliação das audiências virtuais, aceleração das revisões processuais, parceria entre os técnicos judiciais do Poder Executivo e a Defensoria Pública, construção de novas salas de videomonitoramento e ampliação de escoltas. Este esforço conjunto contribuiu para a otimização dos trabalhos do Poder Judiciário, reduzindo custos e garantindo a justa progressão de regime a milhares de pessoas privadas de liberdade.

O Programa Gestão e Modernização do Sistema Penitenciário, que tem como público-alvo as pessoas presas em regime fechado (provisório e sentenciado) semiaberto, aberto, egressos do sistema penitenciário e suas famílias, possui sete iniciativas estratégicas, sendo estas: expansão da oferta de vagas no Sistema Penitenciário; qualificação física, tecnológica e gerencial da prestação dos serviços no âmbito do Sistema Penitenciário; qualificação profissional voltada à melhoria na prestação dos serviços penitenciários; promoção da oferta dos serviços no Sistema Penitenciário; promoção da assistência integral às pessoas presas; promoção da execução das Alternativas Penais no Estado do Ceará; e promoção da ressocialização de pessoas presas e egressas do Sistema Penitenciário.

Com audiências presenciais e remotas, mutirões jurídicos, ampliação das alternativas penais e otimização do trabalho de monitoramento, o sistema prisional do Ceará conseguiu manter um cárcere menos populoso. As ações refletiram diretamente na redução de 30% da população carcerária, possibilitando a progressão de regime em larga escala.

Neste contexto, o Ceará registrava, em janeiro de 2019, o quantitativo de 29.985 pessoas efetivamente recolhidas nas unidades prisionais do Estado, passando para 20.928 em dezembro de 2023, o que representa uma redução da população carcerária cearense, melhorando a gestão dos estabelecimentos prisionais e oportunizando mais e melhores serviços de saúde, educacionais, laborais, jurídicos, sociais, religiosos e culturais, assim, contribuindo para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS-16) Paz, Justiça e Instituições Fortes. A seguir, o gráfico que demonstra sua evolução:

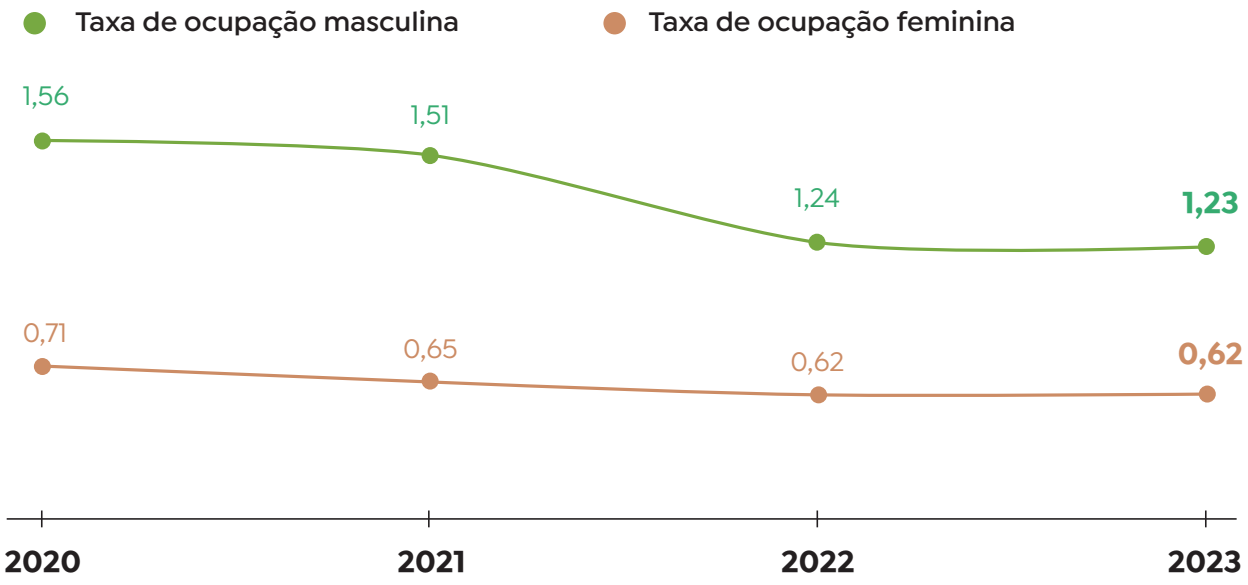
GRÁFICO 47 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PESSOAS PRESAS EFETIVAMENTE RECOLHIDAS



Fonte: SAP. Elaboração: Seplag.

No que diz respeito à taxa de ocupação, esta expressa a falta ou o excesso de vagas destinadas às pessoas presas (condenadas e provisórias) das Unidades Prisionais (UP). Os resultados de redução dessa taxa são frutos de esforços para implantação de novas unidades prisionais, ampliação de vagas e ações conjuntas com a Defensoria Pública e o Sistema de Justiça para mutirões de revisões processuais, e ainda, o fortalecimento da Política de Alternativas Penais. Desta forma, foi alcançado o melhor resultado da série histórica, estando a taxa de ocupação masculina em 1,23 presos por vaga e a taxa de ocupação feminina, em 0,62 presa por vaga. A evolução das taxas pode ser observada no gráfico a seguir:

GRÁFICO 48 – TAXA DE OCUPAÇÃO, POR SEXO, NO SISTEMA PENITENCIÁRIO



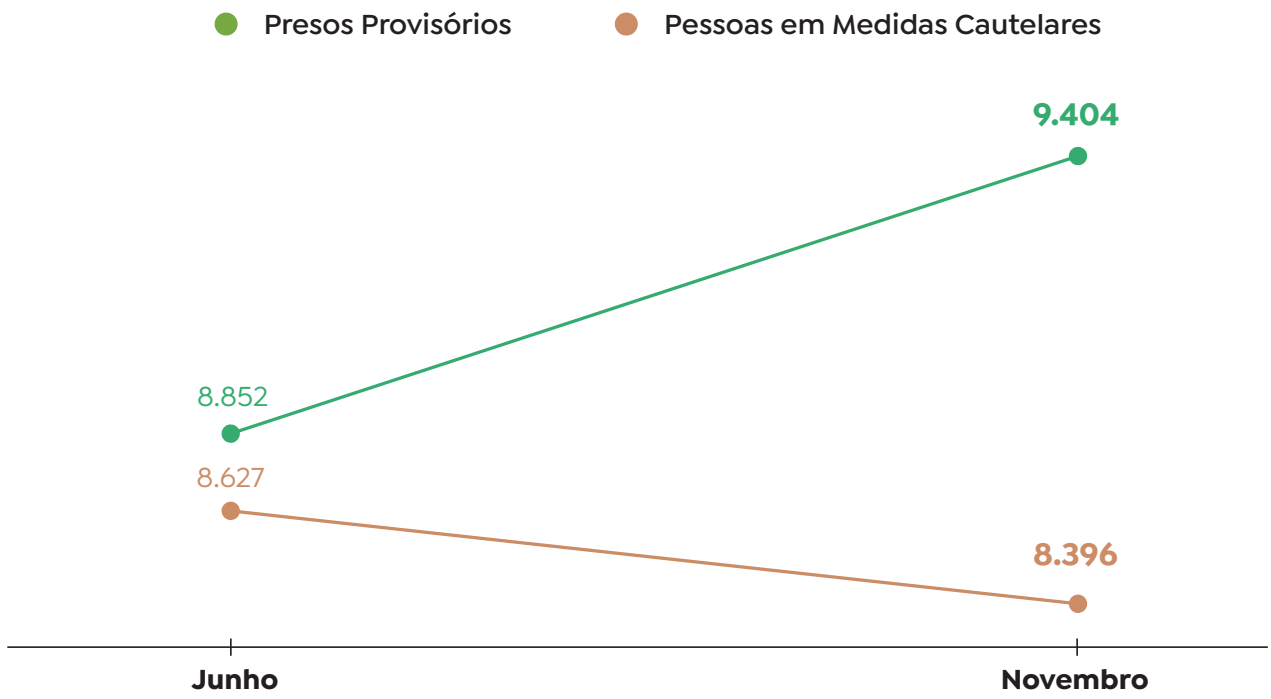
Fonte: SAP. Elaboração: Seplag.

O trabalho está voltado ao cumprimento da pena dos internos de acordo com a Lei de Execução Penal. Para melhor resultado, foram realizadas algumas ações para consecução do objetivo, tais como a ampliação de 87 vagas e a realização de mutirões de análises processuais em parceria com a Defensoria Pública, obtendo como resultado a progressão de regimes e alvarás de soltura, proporcionando a redução da população efetivamente recolhida.

A população carcerária masculina, em dezembro de 2023, esteve em 20.121, para 16.320 vagas. Já nas unidades prisionais femininas, foram promovidas ações de revisões processuais em parceria com o Ministério Público, para que se realizasse a progressão do regime e possível expedição de alvarás de soltura, contando, assim, com uma população, em dezembro de 2023, de 837 presas para 1.335 vagas.

Ressalta-se ainda que, a partir do mês de julho de 2023, houve a superação do número de presos provisórios em relação aos que estão em acompanhamento de Medidas Cautelares Diversas da Prisão, contribuindo para manter intramuros apenas as pessoas que apresentem real risco à sociedade, ou quando esta for a previsão legal pertinente. Desta forma, o número de pessoas em cumprimento de medidas cautelares (réu, aguardando decisão judicial), com o valor bruto de 9.404 pessoas, superou em 12% o número de presos provisórios, que se encontra em 8.396 no Estado do Ceará.

GRÁFICO 49 – NÚMERO DE PESSOAS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS CAUTELARES EM RELAÇÃO AO NÚMERO DE PRESOS PROVISÓRIOS EM 2023



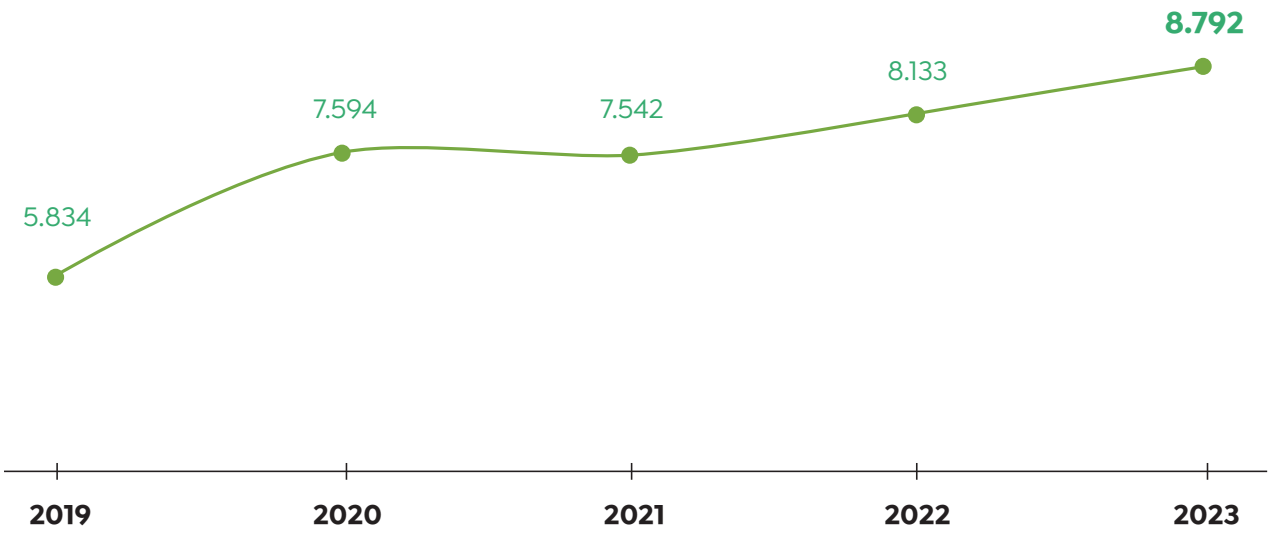
Fonte: SAP. Elaboração: Seplag.

Em 2023, a SAP ampliou substancialmente o processo de interiorização das alternativas penais, com a manutenção de equipamentos (Núcleos e Postos Avançados) em oito das maiores cidades do Estado, atendendo às novas demandas apresentadas pela implantação dos Núcleos Regionais de Inquérito e Custódia. Também nessas cidades foi implantado o Projeto Outras Medidas, voltado à realização de mais de 450 grupos reflexivos com homens autores de violência doméstica.

O trabalho realizado pela Secretaria da Administração Penitenciária e Ressocialização, para expansão e fortalecimento de Política de Alternativas Penais, busca oportunizar alternativas ao cárcere, com o devido acompanhamento, dentro de uma perspectiva responsável de restauração das relações sociais, alcançando importantes resultados.

Ademais, registra-se a ampliação do Monitoramento Eletrônico de Pessoas, com 8.792 pessoas monitoradas com uso do dispositivo de monitoramento eletrônico (tornozeleira) em novembro de 2023, representando um crescimento de 8,10% em relação ao final do ano anterior. O número de tornozeleiras disponíveis para uso subiu de 8.750 para 16.000, a partir de julho de 2023. A estruturação e os esforços empreendidos garantiram o cumprimento de 100% das decisões judiciais que determinam a monitoração eletrônica. Dessa forma, de 2019 a 2023, fica evidente a evolução, de acordo com o seguinte gráfico:

GRÁFICO 50 – NÚMERO DE PESSOAS MONITORADAS ATIVAS

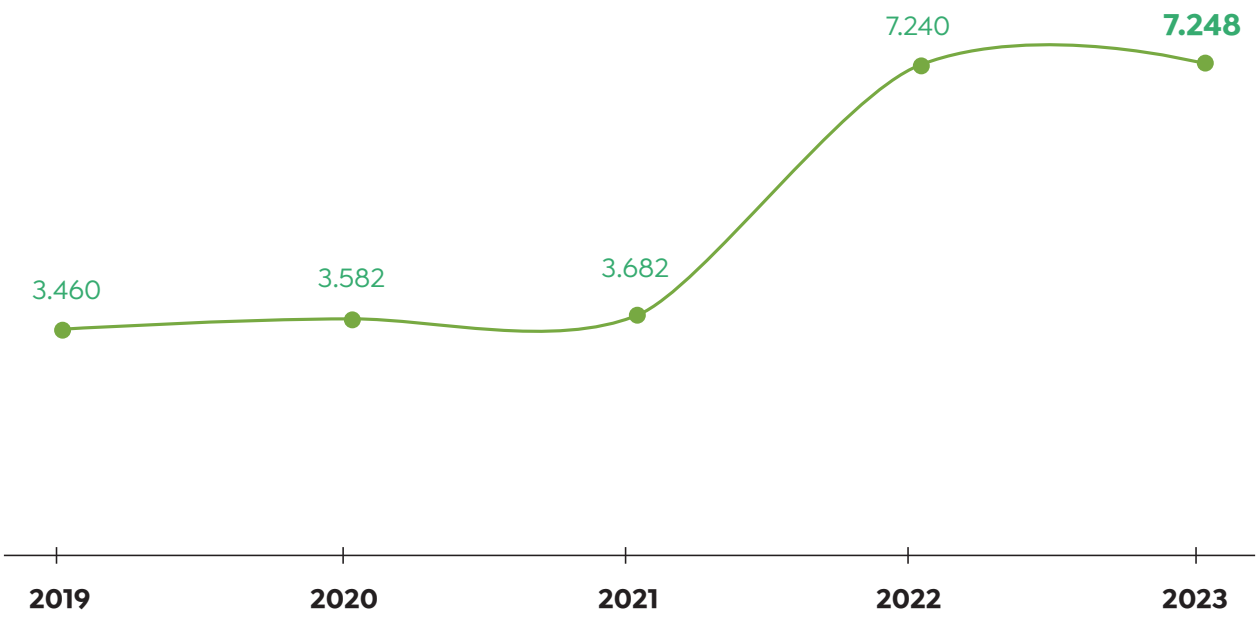


Fonte: SAP. Elaboração: Seplag.

Vale destacar que o Governo do Estado vem ofertando educação, capacitação e trabalho, visando oportunizar a reintegração social junto ao mercado de trabalho, por ocasião da saída do sistema prisional.

Uma das vertentes fundamentais para o processo de reinserção social dos internos do sistema prisional cearense é a educação. Em parceria com a Secretaria de Educação do Estado do Ceará (Seduc) e com o Serviço Social da Indústria (Sesi), buscam-se projetar novas perspectivas de vida às pessoas privadas de liberdade. Para o ano de 2023, registraram-se 7.248 pessoas privadas de liberdade matriculadas na educação básica, podendo-se observar a evolução a seguir:

GRÁFICO 51 – EVOLUÇÃO DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE MATRICULADAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA



Fonte: SAP. Elaboração: Seplag.

Ainda na seara da educação, foram realizados projetos de ressocialização em larga escala, tendo 12.063 pessoas privadas de liberdade com avaliações aprovadas no Projeto Livro Aberto, o qual consiste em um programa de empréstimo de obras literárias, científicas e filosóficas a internos do sistema prisional do Estado. A principal premissa do projeto é a remição de pena por meio da leitura, proporcionando, além da remição de pena, a oportunidade para o aumento do intelecto dos internos, a visão de mundo e pensamento crítico. Em média, 15 mil internos leem mensalmente no Sistema Prisional do Ceará.

Quanto às capacitações, foram realizadas no período a qualificação profissional de 3.175 pessoas privadas de liberdade. Desde 2019, já ocorreu a capacitação de mais de 22 mil pessoas em diversos cursos de diversas áreas, como, por exemplo, de construção civil, mecânica industrial, tecnologia, entre outros.

Ademais, mais de 2.335 internos e internas foram beneficiados pelos diferentes projetos de produção de artesanato no Sistema Prisional, como forma de ocupação, remição de pena, capacitação profissional e geração de renda. Tem-se assim a arte, a capacitação, o profissionalismo, a renda e o futuro baseados em uma ação do tripé que transformou o sistema penitenciário.

Vale ressaltar que 100% das mulheres privadas de liberdade estão envolvidas em projetos de Educação, Capacitação e Trabalho. Além da atuação permanente nos projetos de ressocialização, as internas cumprem pena em presídios com mais vagas.

No tocante aos egressos do Sistema Penitenciário, 1.510 foram assistidos com serviços de assistência social, encaminhamento ao mercado de trabalho, cursos profissionalizantes e outros, sendo realizado o encaminhamento dos interessados às vagas destinadas em contratos celebrados nos órgãos do Governo do Estado, fazendo valer a Lei nº 15.854/2015 (Lei de Reserva de Vagas), com o apoio do Ministério Público. Ademais, encaminha egressos às instituições parceiras visando abertura de crédito para início do próprio negócio.

Dessa forma, os egressos foram assistidos por meio do trabalho, arte e cultura e capacitação profissional, dentre outros, com a finalidade de prepará-los ao retorno a uma convivência social mais equilibrada, minimizando o círculo vicioso da violência e a reincidência criminal.

PROGRAMAS E PRINCIPAIS REALIZAÇÕES – 2023

PROGRAMA 514 - GESTÃO DE MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO				
Objetivo: Promover a reintegração social e a inserção profissional de pessoas presas e egressas do Sistema Penitenciário.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Taxa de ocupação de vagas masculinas no Sistema Penitenciário (preso/vaga)	1,56	1,51	1,24	1,23
Taxa de ocupação de vagas femininas no Sistema Penitenciário (preso/vaga)	0,71	0,66	0,62	0,62
Pessoas presas em regime fechado trabalhando (%)	10,25	41,74	43,36	47,21
Pessoas presas em regime fechado matriculadas na educação básica (%)	10,98	16,77	26,62	20,2
Pessoas presas em regime semiaberto e egressos do Sistema Penitenciário trabalhando	4,77	7,19	10,18	12,03
Taxa de efetividade do monitoramento eletrônico (%)	74,49	71,6	75,2	74,1

Fonte: SAP.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Ampliação da Unidade Prisional de Quixadá, com a entrega de 24 novas vagas.
- Ampliação da Unidade Prisional de Aquiraz, com a entrega de 39 novas vagas.
- Estruturação de 23 unidades prisionais, com utilização de mão de obra carcerária, gerando ocupação das pessoas privadas de liberdade e economia aos cofres públicos.
- Implantação de oito novas salas de aula no Sistema Penitenciário, construídas com mão de obra carcerária, por meio do Projeto Sou Capaz.
- Construção de duas muralhas com utilização de mão de obra carcerária e blocos de concreto produzidos dentro do Sistema Penitenciário. A construção das muralhas ao redor da UP Itaitinga 2 e UP Itaitinga 4, além de gerar ocupação das pessoas privadas de liberdade, proporcionou uma economia de mais de 2,5 milhões aos cofres públicos.
- Capacitação de 1.447 policiais penais para o pleno exercício de suas funções.
- Capacitação profissional de 244 egressos do Sistema Penitenciário na Região da Grande Fortaleza.
- Assistência a 32.694 pessoas privadas de liberdade com saúde, educação, assessoria jurídica, social e religiosa.
- Realização de 15.021 videochamadas entre internos e familiares, promovendo o fortalecimento dos vínculos afetivos.
- Emissão de 6.589 documentos de documentação civil básica (RGs, CPFs e 2ª Via de Certidão de Nascimento) para pessoas privadas de liberdade.
- Matrícula de 7.248 pessoas privadas de liberdade na educação básica.
- Inscrição de 13 mil internos para realização do Encceja PPL 2023, batendo o recorde de inscritos, representando 61,47% da população carcerária.
- Matrícula de 59 internos em Instituições de Ensino superior na modalidade de Ensino à Distância (EaD).
- 12.063 pessoas privadas de liberdade com avaliações aprovadas no Projeto Livro Aberto, proporcionando remição de pena.
- Entrega de 22.377 cartas sociais de familiares às pessoas privadas de liberdade.
- Inscrição de 1.080 internos na 18ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP).
- Inscrição de mais de 5 mil internos para participação no Enem PPL 2023.
- Capacitação profissional de 3.175 pessoas privadas de liberdade em 17 unidades prisionais nas áreas de pedreiro, eletricista, instalador hidráulico, costureiro, estamparia, pintor, gesseiro, serralheiro, design de sobrancelha, cabeleireiro e bordado moderno.
- Benefício de 21.829 pessoas com a Política de Alternativas Penais, das quais 14.263 estavam na condição de réu, que receberam da Justiça medidas cautelares, e 7.566 condenadas em penas alternativas.
- Ampliação do Monitoramento Eletrônico de Pessoas, com 8.792 pessoas monitoradas em novembro de 2023, representando um crescimento de 8,10% em relação ao final do ano anterior.
- Benefício a 2.335 internos e internas pelos diferentes projetos de produção de artesanato no sistema prisional, como forma de ocupação, remição de pena, capacitação profissional e geração de renda.

- Atendimento a 1.510 egressos do Sistema Penitenciário com serviços de assistência social, encaminhamento ao mercado de trabalho, cursos profissionalizantes e outros.
- Colocação de 8.893 internos em atividades laborais (trabalho), sendo beneficiados com a remição de pena.
- Lançamento do Projeto Vozes no Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que consiste em uma série de vídeos sobre enfrentamento à violência contra a mulher para internos do Sistema Prisional.
- Sanção da lei que garante adicional financeiro para policial penal que realiza reforço operacional em atividades de ressocialização de internos.
- Inauguração da Unidade Prisional de Ensino, Capacitação e Trabalho de Tianguá.
- Inauguração de nova sede da Unidade de Monitoramento Eletrônico de Pessoas e Alternativas Penais, no Sertão Central.
- Reconhecimento nacional de quatro unidades prisionais do Ceará entre as melhores unidades do Brasil, no Ranking Prisional do Selo de Gestão Qualificada em Serviços Penais da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen).
- Premiação da Secretaria da Administração Penitenciária e Ressocialização (SAP-CE) no I Encontro Nacional sobre a Política de Enfrentamento ao Racismo no Sistema Prisional do Rio Grande do Sul e na I Mostra Nacional de Experiências Compartilhadas.
- Conquista do primeiro lugar em edital nacional, pela Secretaria da Administração Penitenciária e Ressocialização (SAP-CE), que prevê a implantação de oficinas para produção de absorventes, fraldas e peças íntimas nas unidades prisionais do Ceará.
- Implantação do uso de câmeras corporais como equipamento de segurança e transparência nos uniformes dos seus policiais penais, tornando o sistema penitenciário do Ceará o primeiro do Brasil a implantá-lo.
- Lançamento de tratamento pioneiro de hormonioterapia para mulheres trans e travestis da Unidade Prisional Irmã Imelda Lima Pontes.

TEMA – SEGURANÇA PÚBLICA

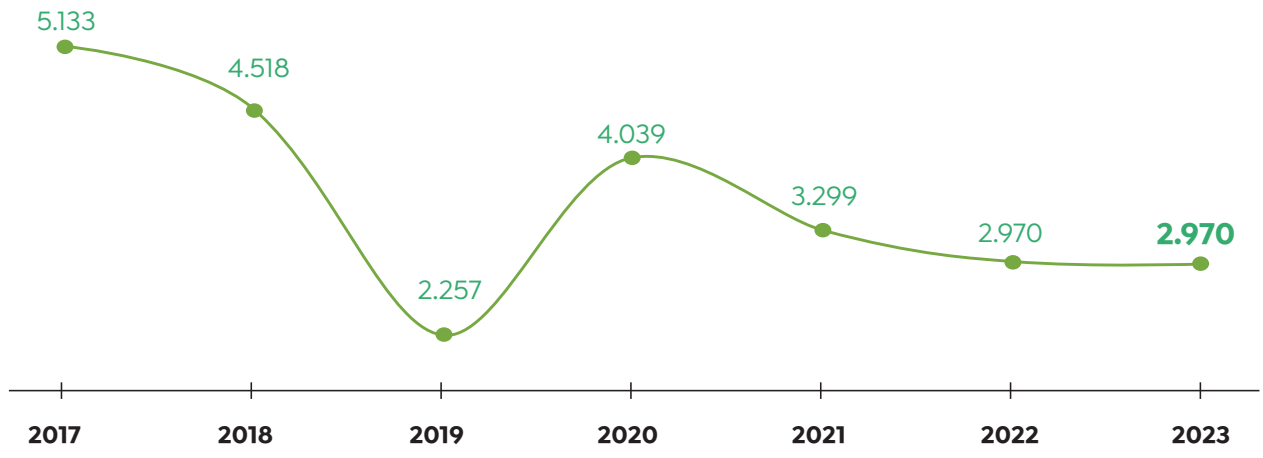
A construção de um Ceará pacífico orienta-se pela visão da **Segurança Pública** como serviço prestado segundo a ótica democrática e comunitária. Esse processo se efetiva numa polícia cidadã, que se apresenta à população como promotora de direitos sociais e de uma convivência mais pacífica, não sendo a segurança função exclusivamente policial.

Tal concepção estimula uma abordagem focada nas questões relacionadas à segurança do cidadão, com o envolvimento da sociedade, a valorização de arranjos participativos locais e a transparência das instituições policiais e suplanta a fragmentação de políticas e polícias a partir de uma ação articulada entre as polícias, aos mecanismos de prevenção e ao aperfeiçoamento da inteligência e da investigação criminal.

O Eixo Ceará Pacífico conta com dois indicadores estratégicos que refletem a busca por alcançar uma sociedade pacificada, com amplo acesso à segurança e justiça efetivas, humanizadas e integradas, o que diz respeito tanto à taxa de Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP) quanto à taxa de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI).

Das taxas de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI), ou seja, aquela que agrega os crimes de homicídio doloso, feminicídio, lesão corporal seguida de morte e roubo seguido de morte (latrocínio), têm-se o comportamento da série histórica do número de vítimas por CVLI a seguir:

GRÁFICO 52 – NÚMERO DE VÍTIMAS DE CRIMES VIOLENTOS LETAIS E INTENCIONAIS (CVLI)



Fonte:Supesp/SSPDS. Elaboração: Seplag.

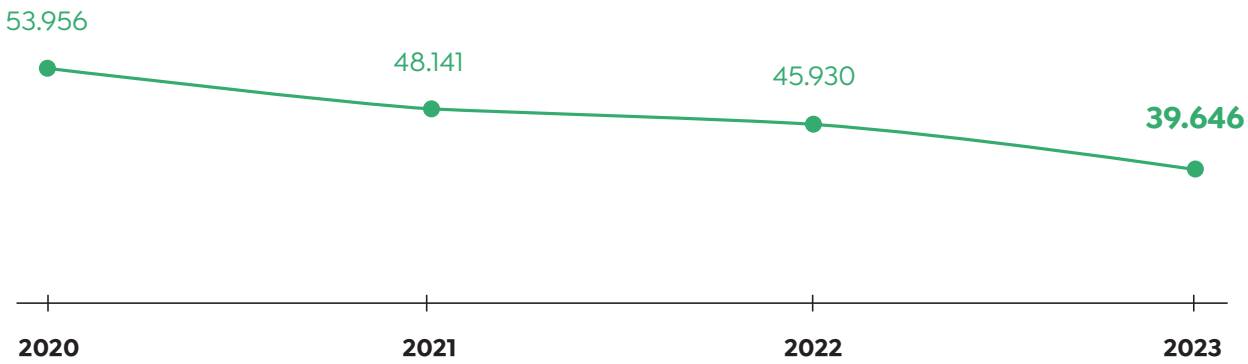
Apesar do declínio que estava acontecendo desde 2018, no ano de 2020 foi registrado um aumento na taxa de CVLI, fato que trouxe consequências para o Estado no tocante ao registro dos conflitos entre organizações criminosas, que refletiu nos períodos seguintes e continuou a propensão das disputas desses grupos, inclusive em âmbito nacional.

Tendo a Segurança Pública, em 2020, sofrido a influência de diversos fatores, como ataques violentos a órgãos públicos e empresas; a paralisação de parte dos militares e o afastamento de vários profissionais de segurança por problemas de saúde ocasionados pela pandemia, bem como pelo envolvimento destes em ações de garantia das normas de isolamento, ocasionando redução das equipes de policiamento ostensivo com consequências para o estado. Entretando, houve redução das mortes por Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) com o decorrer dos anos, isto se deu por meio de ações que envolveram o aumento das operações de policiamento ostensivo, maior integração das equipes de investigação e inteligência e maior atuação da polícia judiciária.

O resultado do exercício demonstra uma redução já ocorrida desde 2021, por meio de ações de combate ao crime organizado, em que se utilizam ferramentas de análise de dados que apontam as áreas com tendência ao acontecimento desse tipo de crime. Permite-se, assim, a realização de operações de prevenção, aliadas à expansão do videomonitoramento e a intensificação das operações integradas, contribuindo para a melhoria dos resultados obtidos até o momento. Em comparação a 2022, houve redução de 13,2% de homicídios em Fortaleza.

Registra-se, ainda, a redução de Crimes Violentos contra o Patrimônio (excluindo-se os furtos), entendido como todos os crimes classificados como roubo. Tendo como referência o mês de novembro, houve uma redução de 16,4% dos roubos, com 3.306 CVPs registrados em novembro deste ano contra 3.954 casos no 11º mês de 2022. A diminuição no indicador significa resultado positivo, de um modo a direcionar políticas e ações de Segurança Pública para tornar o Ceará um Estado mais seguro para seus cidadãos e visitantes.

GRÁFICO 53 – NÚMERO DE CRIMES VIOLENTOS CONTRA O PATRIMÔNIO (CVP) – 2023



Fonte:Supesp/SSPDS. Elaboração: Seplag.

Isto se dá em consequência da intensificação das ações de policiamento ostensivo, destacando-se aqui a expansão das unidades do BPRaio, a realização de ações integradas, coordenadas pela Coordenadoria Integrada de Planejamento Operacional (Copol) e com a participação dos vários órgãos que compõem o Sistema de Segurança, aliada à utilização da tecnologia para maior assertividade no planejamento e a utilização dos dados levantados pelas áreas de inteligência, que asseguram uma maior efetividade das abordagens realizadas.

No âmbito da apreensão de entorpecentes (crack, cocaína e derivados da *cannabis* – maconha e haxixe), apesar da tendência de manutenção dos números, foram captados 3.827,95 kg até novembro, tendo recorde no ano de 2020 com 8.359,84 kg apreendidos.

Ademais, em ações que trazem a eficiência das operações coordenadas e de inteligência, destaca-se a apreensão de 5.878 armas ilegais no ano de 2023 com a tendência de aumento nas apreensões, tendo em sua série histórica o maior valor no ano de 2022, com 6.317. O resultado positivo no decorrer da série histórica se deve às ações integradas de segurança no que diz respeito ao monitoramento, à aquisição de novos equipamentos e ao fortalecimento das ações de inteligência em Segurança Pública.

O Corpo de Bombeiros Militar do Ceará executa, ainda, ações de socorro, por meio do atendimento de resgate, busca, salvamento, combate a incêndio e pelo atendimento às vítimas de desastres e restabelecimento de estruturas colapsadas por desastres. Outra ação importante diz respeito aos projetos que visam promover serviços de prevenção à violência contra pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Nesse contexto, destaca-se o Programa Jovem Brigadista de Valor, em que jovens participam de atividades na área de combate a incêndios, noções de hierarquia, disciplina e civismo, além de atividades físicas como treinamento aquático, que contou com 6.047 alunos matriculados; o Projeto Saúde, Bombeiro e Sociedade, cujo objetivo é a socialização de pessoas idosas por meio de atividades físicas e lazer promovidas pelos próprios bombeiros, com 28.927 alunos matriculados; e o Projeto Esportivos Culturais, com 1.747 alunos matriculados no período.

Quanto à área de Defesa Civil, foram prestados serviços assistenciais, tendo 15.800 cestas entregues. Cada cesta atendeu, em média, 5 pessoas, verificando, assim, que a ação atendeu a um total de 3.160 famílias vítimas de desastres assistidos.

Com o objetivo de melhorar a qualidade do serviço de segurança pública prestado de forma integrada e efetiva ao cidadão, foram capacitados 2.472 profissionais do Sistema de Segurança Pública ao longo de 2023, em diversas turmas. Almejou-se a capacitação continuada em cursos nas áreas de aperfeiçoamento, de operações de inteligência, de operações de prevenção e apoio às comunidades, de operações e interceptação de sinais entre outros. Esse resultado é devido ao esforço da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp-CE)

que oferece formação inicial e continuada para todos os profissionais que integram o Sistema de Segurança Pública e Defesa Social.

Dentre as ações governamentais relativas à segurança pública, estão ainda as que exercem o controle da atividade dos agentes dos órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário, executado por meio de atividades preventivas, educativas, de auditorias administrativas, inspeções in loco, correições, sindicâncias, e processos administrativos disciplinares civis e militares em que se assegura o direito de ampla defesa, visando sempre o aperfeiçoamento da disciplina.

No que diz respeito à atuação da Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (CGD), esta possui competência para realizar, requisitar e avocar sindicâncias e processos administrativos de forma a apurar a responsabilidade disciplinar de todos os servidores integrantes do grupo de atividade da segurança pública e sistema penitenciário, atuando no combate à corrupção e ao abuso no exercício da atividade.

Desta forma, possibilita-se uma maior participação social, com ampla discussão a respeito do exercício funcional dos agentes públicos, sendo traduzido pelo incremento dos mecanismos de transparência da administração, que facilitam o acesso do cidadão aos meios formais para proceder a reclamações e cobrar do Governo respostas céleres aos fatos denunciados pela sociedade.

No período, foram concluídas 5.049 investigações preliminares, com o objetivo de apurar as denúncias recebidas por meio dos diversos canais de participação disponíveis. Ademais, foram beneficiadas 202 pessoas com a aplicação de métodos alternativos aos processos disciplinares, como mediação, termo de ajustamento de conduta e suspensão condicional do processo, realizados em audiências no Núcleo de Soluções Consensuais (Nuscon).

Foram efetivadas dez correições, realizadas nas instituições sob controle disciplinar, como, por exemplo, Delegacias de Polícia Civil, Batalhões da Polícia Militar e Sistema Prisional. Além disso, foram realizadas nove capacitações direcionadas aos profissionais que atuam na atividade-fim, abrangendo diversas funções relativas ao controle disciplinar e outras atividades correlatas.

PROGRAMAS E PRINCIPAIS REALIZAÇÕES – 2023

PROGRAMA 521 – SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE				
Objetivo: Fomentar a integração com a Sociedade, em ações estratégicas e operacionais e ampliar a realização de ações preventivas na área da Segurança Pública.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Armas de fogo apreendidas no Estado do Ceará (número)	6.117	6.080	6.317	5.878
Autuados em flagrante por crimes qualificados (%)	60,25	56,93	54,73	49,23
Índice de crimes com autoria identificada (%)	6,46	6,26	5,74	5,96
Taxa de inquéritos de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) concluídos e remetidos à justiça no prazo legal (%)	21,73	37,09	45,8	42,85
Índice de efetividade das vistorias preventivas (%)	131,74	465,2	205,53	211,61
Taxa de Inserção no banco de dados de perfis genéticos coletados dos condenados por crimes hediondos e violentos contra a pessoa nos presídios cearenses, de acordo com a Lei 12.654/2021 (%)	-	-	89,67	31,02
Taxa de laudos concluídos no prazo de 365 dias (%)	-	-	74,43	90,24
Taxa de laudos de drogas brutas (cocaína, maconha e crack) concluídos no prazo de 30 dias (%)	-	-	82,48	113,88

Fonte: PC, Pefoce e Supesp.

[1] Dados parciais sujeitos a alteração.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Implantação das novas sedes da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), da Polícia Civil (PCCE) e do Centro de Inteligência do Ceará, localizadas na 2ª etapa do Centro Integrado de Segurança (Cisp).
- Reforma e reestruturação em 32 unidades, contemplando os municípios de Fortaleza, Crato, Itapipoca, Penaforte, Aracati, Ubajara, Tauá, Pacatuba, São Gonçalo do Amarante, Jijoca de Jericoacoara, Trairi, Acaraú, Brejo Santo, Orós, Saboeiro, Icó, Iguatu, Pacajus e Camocim.
- Implantação do Núcleo de Comunicação em Baturité e em Quixadá.
- Apreensão de 5.878 armas de fogo em todo o Estado, aumentando 2% em comparação ao mesmo período do ano passado.
- Realização dos serviços de prevenção à violência contra pessoas em situação de vulnerabilidade social, a partir do desenvolvimento dos Programas Saúde, Bombeiros e Sociedade, Jovem Brigadista de Valor e Projetos Esportivos Culturais.
- Implantação da companhia do Batalhão de Policiamento de Rondas e Ações Intensivas e Ostensivas (BPRaio) em Nova Russas, Chorozinho, Campos Sales, Novo Oriente e Forquilha.
- Estruturação da Sede do Quartel do Comando Geral do CBMCE e da 7ª Companhia do 1º Batalhão, ambos localizados em Fortaleza.
- Implantação de sistema de videomonitoramento em Nova Russas, Chorozinho, Campos Sales, Novo Oriente e Forquilha.

PROGRAMA 522 – CONTROLE DISCIPLINAR DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E PENITENCIÁRIO				
Objetivo: Ampliar a prevenção e repressão dos desvios de conduta no controle disciplinar e correcional.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Índice de conclusão de investigação preliminar (%)	25,15	38,92	61,5	83,15
Índice de Conclusão de Sindicâncias, Processos Administrativos Disciplinares e Processos Regulares (%)	31,8	22,43	23,02	26,55
Taxa de sucesso das soluções consensuais (%)	34	63,05	75,32	80

Fonte: CGD.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Atendimento a 202 pessoas com medidas alternativas de resolução de conflitos, no município de Fortaleza.
- Realização de 10 correições na região da Grande Fortaleza.
- Realização de dois seminários, no município de Fortaleza, contemplando 90 profissionais do Sistema Penitenciário.
- Recebimento de 3.607 denúncias de transgressões disciplinares cometidas por servidores dos Sistemas de Segurança Pública e Penitenciário.

PROGRAMA 523 – FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA				
Objetivo: Melhorar a qualidade do serviço de segurança pública prestado de forma integrada e efetiva ao cidadão.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Profissionais de segurança pública capacitados (%)	7,23	38,99	16,60	64,34
Agentes ativos da segurança pública mortos por crimes violentos (número)	11	9	10	8

Fonte: Aesp e Supesp.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Reforma e ampliação da Coordenadoria de Saúde e Assistência Social e Religiosa (CSAR) da PMCE.
- Emissão de relatórios com dados e diagnósticos na área de segurança pública, dentre os quais Relatório com dados de Mulheres Vítimas de Violência; Diagnóstico Preliminar de Violência; Diagnóstico de Violência e Vulnerabilidade; e Relatório de Vítimas de Ocorrências Registradas na Lei Maria da Penha e Feminicídio.
- Realização de estudos abrangendo a temática sobre suicídio (geral e de agentes de segurança pública); CVLI em Caucaia e São João do Jaguaribe – 2022 e 2023; relação entre CVLI e CVLI de Policiais; tipo de arma de CVLI, por gênero; análise de correlação de CVLI e armas; projeção de CVLI ao longo do mês; redistribuição das regiões do Tribunal de Justiça; vulnerabilidades das paradas de ônibus de Fortaleza; estudo de CVP no município de Sobral e Região Metropolitana de Sobral; estudo comparativo CVLI x DATASUS; estudo Maria da Penha por Município e região administrativa (Macrorregiões); procedimentos da Polícia Civil com mapas das AIS; dentre outros.
- Capacitação para 72 profissionais da Segurança Pública a partir de vagas de cursos ofertadas por corporações de outros Estados.
- Capacitação continuada de 2.472 profissionais de segurança pública.
- Confecção de 11 Mapas Criminais de CVLI e CVP e dos seguintes Mapas Temáticos: Ocorrências e Procedimentos policiais registrados no período do Carnaval nos anos 2019 a 2022; Ocorrências de Afogamentos registrados nas Semanas Santas nos anos 2019 a 2022; Procedimentos policiais registrados nas Semanas Santas nos anos 2019 a 2022; e Ocorrências Policiais Registradas no Período Junino nos anos 2020 a 2022.
- Confecção de 222 Boletins referentes aos Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) e de 37 Boletins referentes aos Crimes Violentos Contra o Patrimônio (CVP).

PROGRAMA 524 – GESTÃO INTEGRADA DE RISCOS E DESASTRES				
Objetivo: Ampliar a capacidade de resiliência do Estado diante de desastres naturais e tecnológicos.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Famílias vítimas de desastres assistidas pela Defesa Civil (%)	0,31	77,67	68,72	7

Fonte: CBMCE.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Distribuição de insumos necessários ao atendimento emergencial, à antecipação a ocorrências de desastres, à mitigação dos riscos, ao restabelecimento de serviços essenciais e à recuperação de cenários de desastres na Região da Grande Fortaleza.
- Atendimento a 79.000 pessoas afetadas pela estiagem, com a distribuição de 15.800 cestas básicas.

“Nós queremos que a saúde pública atenda bem aos cidadãos e cidadãs. Devemos fortalecer a atenção primária, os conselhos e o diálogo com a sociedade para que a gente possa melhorar cada vez mais a saúde pública do Ceará.”

Elmano de Freitas, Governador do Estado do Ceará

Resultado estratégico: População saudável.

Temas: Saúde, Saneamento Básico, Esporte e Lazer.

Órgãos envolvidos (Poder Executivo): Cagece, ESP, SCidades, Sesa e Sesporte.

CEARÁ SAUDÁVEL

CEARÁ SAUDÁVEL

O Eixo Ceará Saudável considera o conceito de saúde praticado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como "um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades". Dessa forma, o conceito se movimenta por ações fundamentais para a qualidade de vida, como acesso a esportes e ao lazer, promoção do bem-estar mental, bem-estar emocional, além de ações para ampliação da prevenção de doenças, consciência e autocuidado.

Nos últimos anos, o Ceará registrou crescimento de doenças crônicas como obesidade, diabetes e hipertensão. Tais doenças comprometem a qualidade de vida e são fatores de risco para problemas mais graves. Em 2020-2022, além da epidemia mundial do Covid-19, no Ceará, houve também epidemias de arboviroses, como a dengue, que apresentou cenário epidêmico em oito municípios. Todo esse cenário aponta para a necessidade de atenção e investimento das ações voltadas para a área da saúde.

No Brasil, a Saúde é declarada pela Constituição Federal de 1988 como "direito de todos e dever do Estado", tendo como um dos meios para sua efetivação o Sistema Único de Saúde (SUS), regulamentado pela Lei 8.080/90, que tem na base os princípios da universalidade, integralidade e equidade.

Sendo assim, o Estado do Ceará, enquanto ente federado, integra-se ao SUS, por meio da Secretaria da Saúde (Sesa), mediante a formulação e implementação das políticas e ações de saúde, prestando apoio aos municípios, em articulação com a Comissão Intergestores Bipartite (CIB), e fomentação da participação e controle social por meio do Conselho Estadual de Saúde como mecanismo de fiscalização e deliberação sobre as políticas de saúde (Ministério da Saúde, 2023)[23].

No entanto, além da Secretaria da Saúde, esforços conjuntos da Escola de Saúde Pública, Secretaria das Cidades (SCidades), Companhia de Água e Esgoto (Cagece) e Secretaria do Esporte (Sesporte) fazem-se também necessários para o alcance do conceito ampliado de saúde, tornando nosso estado um Ceará cada vez mais saudável.

Este eixo envolve um conjunto de políticas públicas implementadas por meio de oito programas finalísticos, que aplicaram, no ano de 2023, um volume de recursos orçamentários da ordem de **R$ 5.246.224.702,99**.

TABELA 54 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR TEMAS – ANO 20231 (R$)

Tema	Lei + Créditos	Empenhado	% Execução Orçamentária
Saúde	5.302.674.434,25	4.995.639.818,91	94,21
Saneamento Básico	1.401.468.145,02	140.580.481,43	10,03
Esporte e Lazer	135.138.978,54	110.004.402,65	81,40
Total	6.839.281.557,81	5.246.224.702,99	76,71

Fonte: Seplag

[1] Dados gerados no dia 05/01/2024, sujeitos a alterações.

O resultado dos esforços orçamentários é observado, também, no monitoramento dos indicadores temáticos na série histórica apresentada a seguir:

23. BRASIL. Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sus. Acesso em 28/12/2023.

TABELA 55 – EVOLUÇÃO DOS INDICADORES POR TEMAS (2019-2023)

Indicador	2019	2020	2021	2022	20231
SAÚDE					
Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias de 10 a 19 anos (%)	15,3	14,38	13,8	12,6	12,07
Taxa de detecção de AIDS em menores de cinco anos de idade (casos novos por 100 mil habitantes)	0,7	0,5²	1,1	0,3	0
Taxa de incidência de arboviroses (casos novos por 100 mil habitantes)	183,4	483,7	826,4	2.047,2	546,5
Taxa de incidência de sífilis congênita em menores de 1 ano de idade (casos por mil nascidos vivos)	9,3	9,8²	15	15	16,1
Taxa de internação por condições sensíveis à atenção primária (%)2	-	-	-	93,9	85,2
Taxa de mortalidade específica por causas externas – suicídio (óbitos por 100 mil habitantes)	6,7	6,6²	8,9	9	7,1
Taxa de mortalidade neonatal (óbitos de menores de 28 dias por mil nascidos vivos)	8,3	8,3	7,29	8,04	8,36
Taxa de mortalidade por Acidente Vascular Cerebral (AVC) (óbitos por 100 mil habitantes)	48,9	45,9	48,32	49,8	34,49
Taxa de mortalidade por Infarto Agudo do Miocárdio (IAM) (óbitos por 100 mil habitantes)	49,3	43,5	42,09	44,47	30,13
SANEAMENTO BÁSICO					
Domicílios com abastecimento de água adequado (%)	79	-	-	82,6	-
Domicílios com esgotamento sanitário adequado (%)	58,5	-	-	60,3	-
ESPORTE					
Taxa de crescimento da participação dos atletas cearenses em competições nacionais e internacionais (%)	-	-	-	-	100

Fonte: Ipece, Sesa e Sesporte.

¹ Dados parciais, sujeitos a alterações.

² Dados atualizados em 2023.

TEMA – SAÚDE

O Tema **Saúde** é desenvolvido sob gestão da Secretaria da Saúde (Sesa) e sua vinculada Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP/CE), cujo desempenho vem atendendo ao amplo conceito de saúde da Organização Mundial de Saúde (OMS), como "um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não somente como ausência de afecções e enfermidades". O Estado atua nos três níveis de atenção, conforme modelo de organização da assistência:

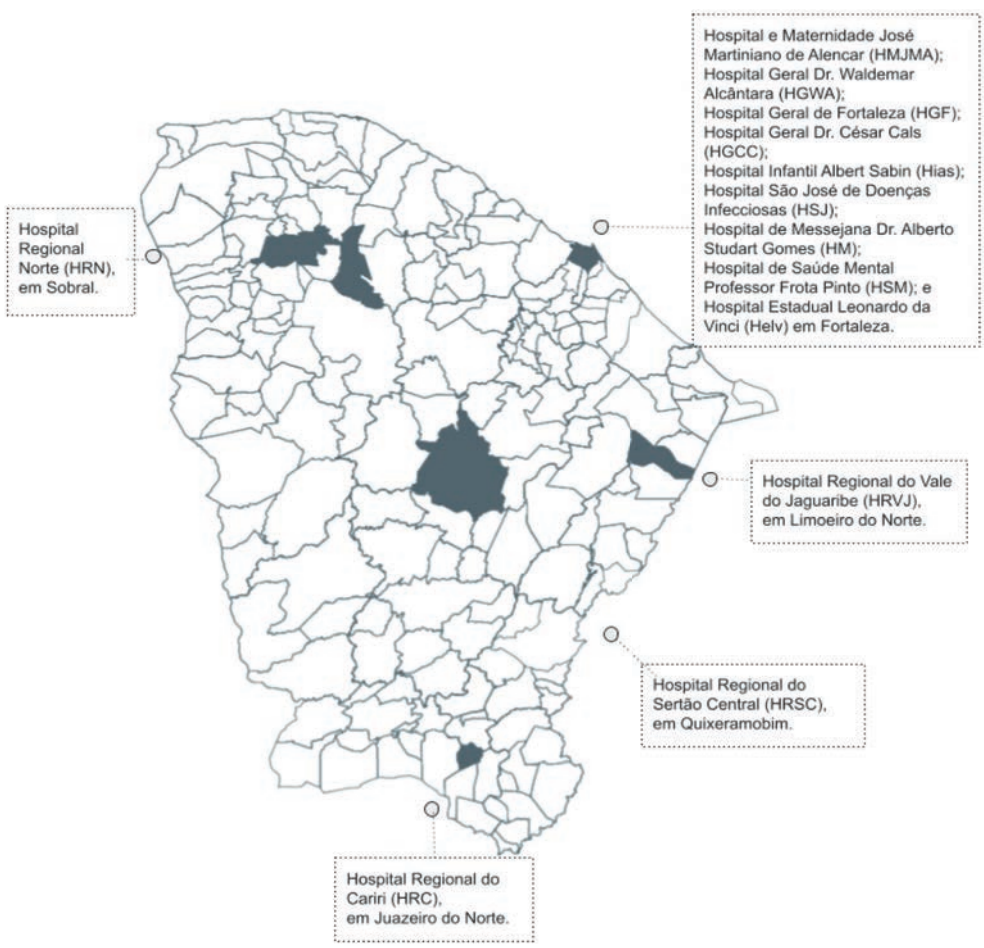
Atenção primária – trata-se da porta de entrada para o Sistema Único de Saúde (SUS), onde constam as ações voltadas para a promoção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte positivamente na situação de saúde das coletividades (Ministério da Saúde). O Estado atua, neste setor, como apoio aos municípios no conjunto de ações e serviços de saúde.

Atenção secundária – formada pelos serviços especializados em nível ambulatorial e hospitalar, incluindo ocorrências que envolvem doenças crônicas ou agudas.

Atenção terciária – fornece atendimento de alta complexidade, sendo formada por hospitais de grande porte. Geralmente os procedimentos, nesta fase, demandam tecnologia de ponta e alto custo. Os especialistas tratam os casos que não puderam ser atendidos na atenção secundária.

Atualmente, no Estado do Ceará, existem 13 Hospitais da Rede Sesa, quatro no interior do Ceará e nove na capital, distribuídos conforme a figura abaixo.

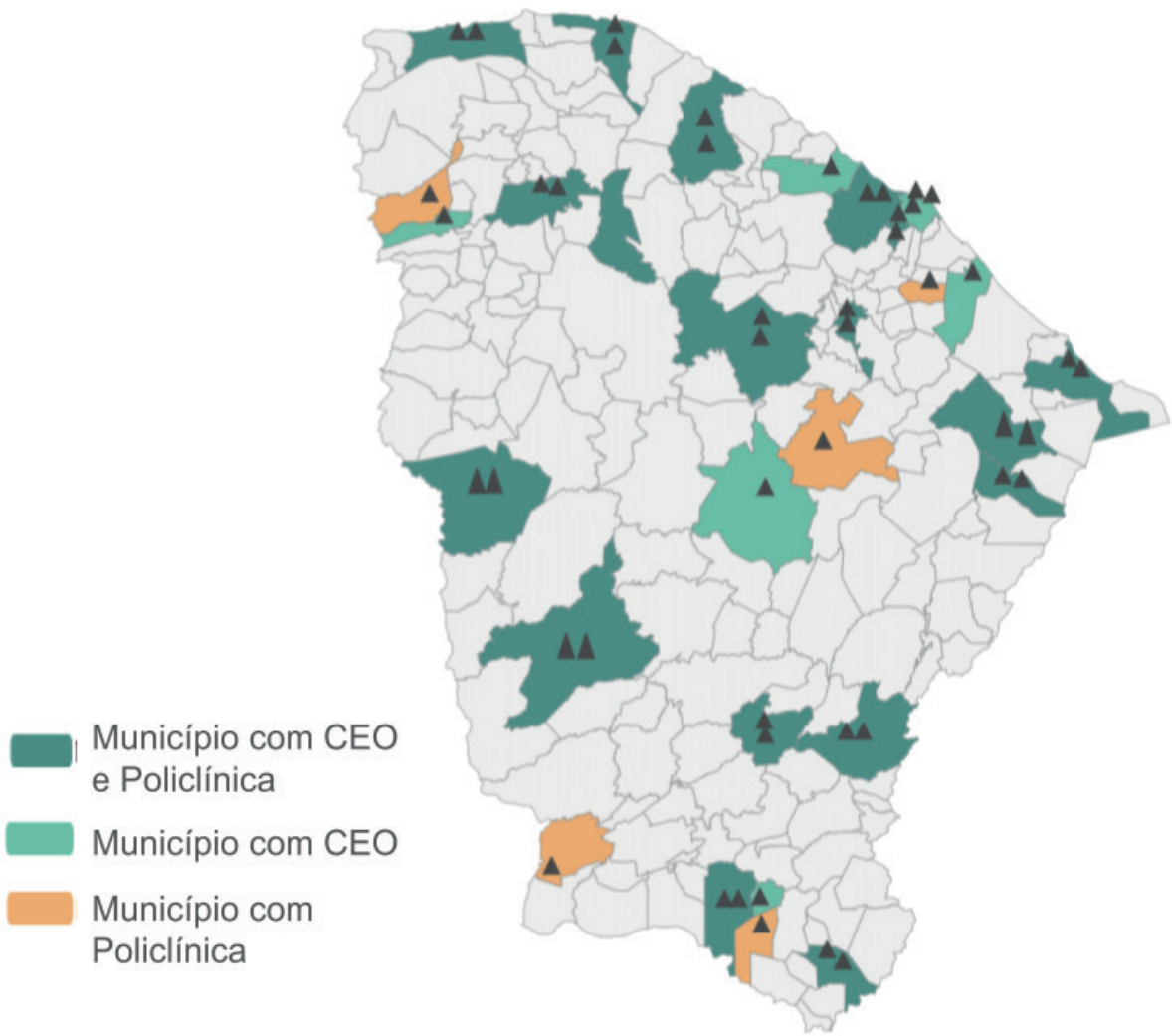
FIGURA 03 – HOSPITAIS DA REDE SESA



Fonte: Sesa. Elaboração: Seplag.

Além dos Hospitais da Rede Sesa, existem 85 Hospitais Polo e Estratégicos espalhados no território que recebem recursos financeiros do Estado, com finalidade de apoiar municípios no atendimento à saúde da população. São 22 policlínicas, além de serviços especiais de apoio, como Centro Integrado de Diabetes e Hipertensão (CIDH), Instituto de Prevenção do Câncer do Ceará (IPC), Centro de Hematologia e Hemoterapia do Ceará (Hemoce), Laboratório Central de Saúde Pública (Lacen), Casa de Cuidados do Ceará (CCC), Centro de Referência Nacional em Dermatologia Sanitária Dona Libânia (Cderm), Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest), Centro de Saúde Meireles (CSM), Centros de Convivência Antônio Diogo e Antônio Justa e Serviço de Verificação de Óbito (SVO), localizados na capital cearense, e o Samu 192, que cobre 100% dos municípios cearenses. Em 2023, inclusive, foram investidos R$ 22 milhões no Plano de Expansão da Rede Oncológica do Ceará, o qual possibilitou o tratamento de pacientes com câncer por meio da realização de mais de 6.300 procedimentos, incluindo consultas, exames e tratamentos.

FIGURA 04 – DISTRIBUIÇÃO DE CENTROS DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS E POLICLÍNICAS NO CEARÁ



Fonte: Sesa. Elaboração: Seplag.

Toda essa estrutura trabalha a atenção terciária e secundária na saúde, distribuídas nas cinco regiões de saúde do Estado: Fortaleza, Cariri, Sertão Central, Litoral Leste/Jaguaribe e Sobral. Essa regionalização consiste na organização, articulação e pactuação de ações e serviços com base na realidade local, reduzindo as barreiras geográficas e ampliando o acesso da população à rede.

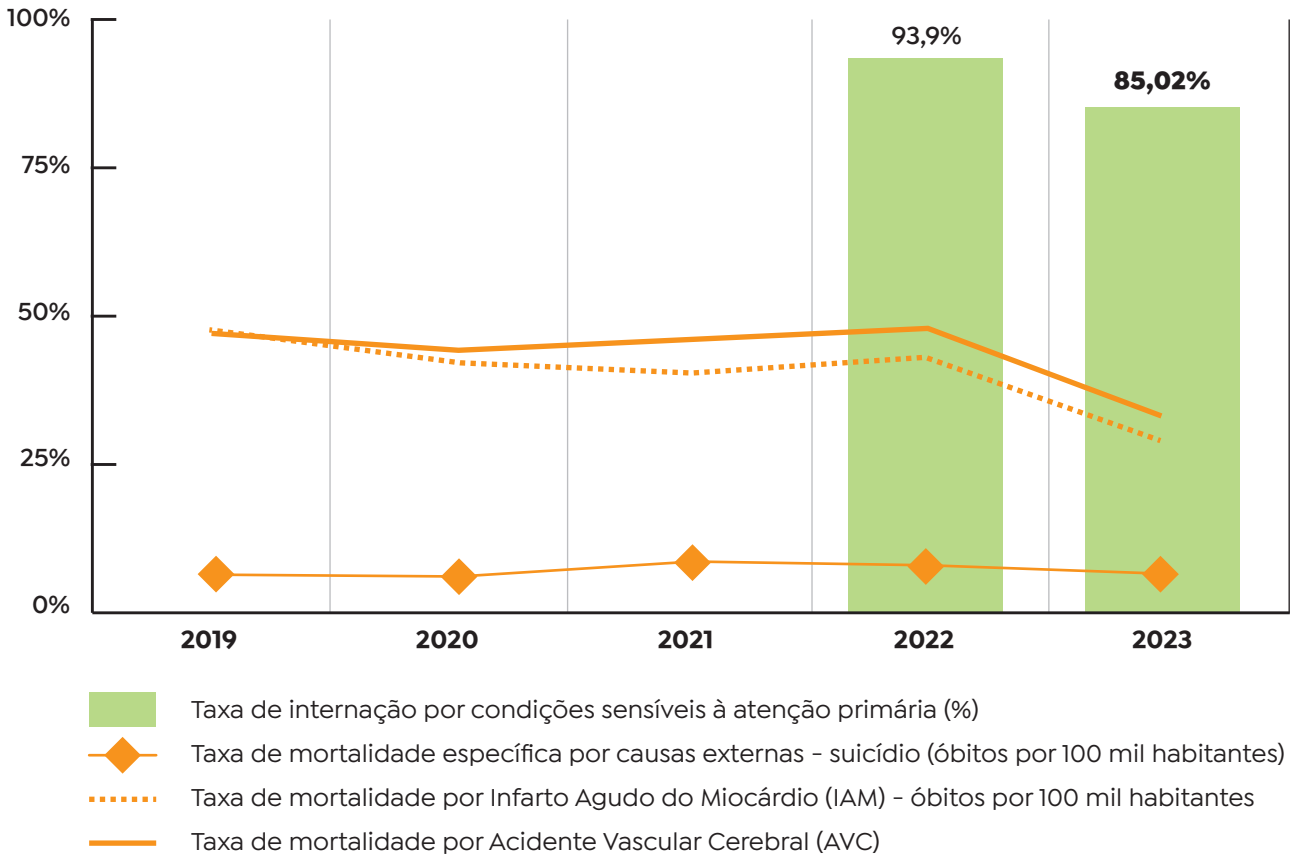
Na atenção terciária, nível mais especializado para o tratamento de doenças ou condições de saúde de alta complexidade, o governo realiza ações com o intuito de reduzir o tempo de espera por internações, cirurgias e tratamentos. Houve, em 2023, o lançamento do Plano Estadual de Redução das Filas de Cirurgias Eletivas, Exames Complementares e Consultas Especializadas, que possibilitou a realização de mais de 65.000 procedimentos cirúrgicos eletivos, do total de 84.306 cirurgias realizadas em todo Estado.

Somado a isso, no intuito de qualificar a fila de espera e atualizar a situação cadastral dos pacientes, foi desenvolvido um sistema para que todos pudessem entrar em contato por meio da central telefônica da Sesa ou então pelo aplicativo "Ceará App". As clínicas, hospitais polos, hospitais municipais (em convênio com o governo estadual) e outros equipamentos de saúde se inscreveram por chamamento público para fazer parte do Programa. Essas foram as especialidades contempladas: Oftalmologia, Ortopedia, Otorrinolaringologia, Cirurgia Geral, Gastroenterologia, Ginecologia, Urologia, Nefrologia, Neurologia e Vascular.

Importante salientar que, apesar de todas as ações realizadas, o tempo médio de espera para realização de procedimentos cirúrgicos eletivos ainda continua elevado no estado, em função de uma alta demanda reprimida de procedimentos cirúrgicos em determinadas especialidades, como cardiologia, neurologia, cirurgia vascular e traumato-ortopedia. Essas especialidades acumulam os pacientes com maior tempo de espera, no histórico analisado pela Sesa. Dessa forma, o Estado trabalhará, nos próximos anos, na valoração de procedimentos da especialidade ortopedia no programa federal de cirurgias, na perspectiva de estimular sua execução pelos estabelecimentos executores; em novo edital de chamamento para 2024 com foco na especialidade ortopedia; e na valoração do preço tabela SUS nos procedimentos com as maiores filas.

Além da extensão da fila de espera nos últimos anos, agravados pela pandemia, houve uma grande discussão sobre a saúde mental, referente ao aumento do número de suicídios, à mortalidade por infarto e por acidente vascular cerebral. Nesse sentido, o governo ampliou o apoio às ações na atenção primária com foco na prevenção e redução desses números.

GRÁFICO 54 – COMPARATIVO DAS TAXAS DE MORTALIDADE E TAXA DE INTERNAÇÃO POR CONDIÇÕES SENSÍVEIS À ATENÇÃO PRIMÁRIA (%)



Fonte: Sesa. Elaboração: Seplag.

No âmbito da saúde mental, foi expandida a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), com articulação junto ao Ministério da Saúde, para habilitação dos serviços do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) da Equipe Multiprofissional de Atenção Especializada em Saúde Mental (Aments) e articulação para reforma de dois Serviços Residenciais Terapêuticos (SRTs) regionalizados, com implantação dos seguintes serviços: duas Equipes Multiprofissionais Especializadas em Saúde Mental (Aments), em Baturité; habilitação do Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi), em Sobral; implantação do Centro de Atenção Psicossocial Geral (CAPS I), em Madalena; habilitação do Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi), em Aquiraz; habilitação do Centro de Atenção Psicossocial Geral (CAPS I), em Ipaporanga; habilitação do Centro de Atenção Psicossocial Geral (CAPS I), em Nova Russas; habilitação do CAPS Tipo I, em Mombaça; CAPSi em Cascavel; CAPS I no Chorozinho; qualificação do CAPS I para CAPS II, no Eusébio; qualificação do CAPS AD II para CAPS AD III, no Eusébio; e qualificação do CAPS I para CAPS II, em Horizonte, desenvolvidas no Hospital de Saúde Mental Professor Frota Pinto (HSM).

No âmbito das ações de prevenção ao acidente vascular cerebral (AVC) e ao infarto na atenção primária, com a redução de fatores de risco, como tabagismo, sedentarismo e obesidade, é possível se chegar à redução das ocorrências de infarto agudo do miocárdio (IAM) e acidente vascular cerebral (AVC) na população, contribuindo para o declínio das taxas de mortalidade por estas causas.

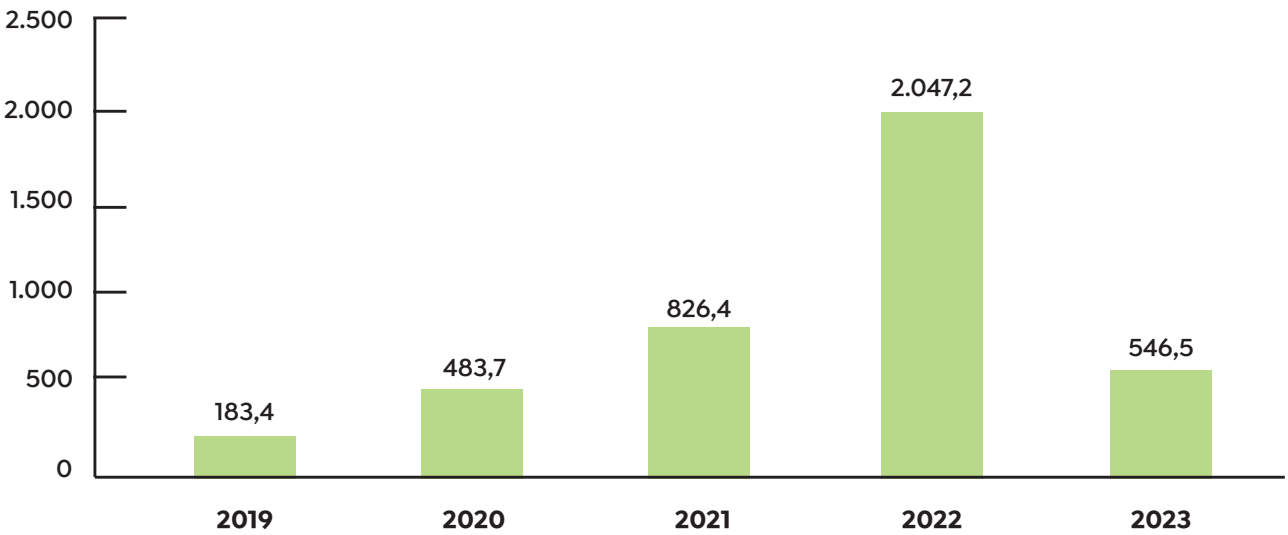
Sendo assim, embora a atenção primária seja de responsabilidade dos municípios, o Estado vem apoiando por meio da planificação de atenção à

saúde, que se baseia no Modelo de Atenção às Condições Crônicas (MACC), visando organizar a rede de atenção de modo a prestar assistência mais resolutiva, eficiente e com qualidade. A região definida para o início da planificação será a Região de Saúde do Litoral Leste/Jaguaribe; no entanto, o projeto terá avanço gradual nas cinco regiões do Estado, com apoio institucional para o fortalecimento da Atenção Primária nas regiões de saúde e nível central da Sesa, de modo a intensificar o monitoramento e avaliação de indicadores; suporte técnico e supervisão aos municípios e o plano de educação permanente em saúde da família aos profissionais do Programa Mais Médicos, nos processos formativos da atenção primária na saúde, em parceria com as instituições formadoras do Programa.

No tocante ao desenvolvimento da planificação da atenção à saúde no Ceará**,** destaca-se a realização da Oficina de Redes de Atenção à Saúde, voltada aos gestores e técnicos da Secretaria de Saúde, e o início das Oficinas Tutoriais nas unidades formativas de Quixeré e Icapuí**,** na Região Litoral Leste/Jaguaribe. Ressalta-se o apoio da consultoria do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass) no desenvolvimento da planificação da atenção à saúde no Ceará.

Segundo o Ministério da Saúde (MS), uma atenção primária efetiva garante uma resolutividade esperada de 85% dos problemas de saúde da população. Significa que a grande maioria dos problemas dos usuários poderia ser resolvida antes de chegar aos serviços de emergência ou pronto socorro. Medidas de prevenção na atenção primária ajudariam a reduzir taxas de internação por condições que poderiam ser preventivamente evitadas, reduzindo óbitos e custos com internações.

GRÁFICO 55 – TAXA DE INCIDÊNCIA DE ARBOVIROSES

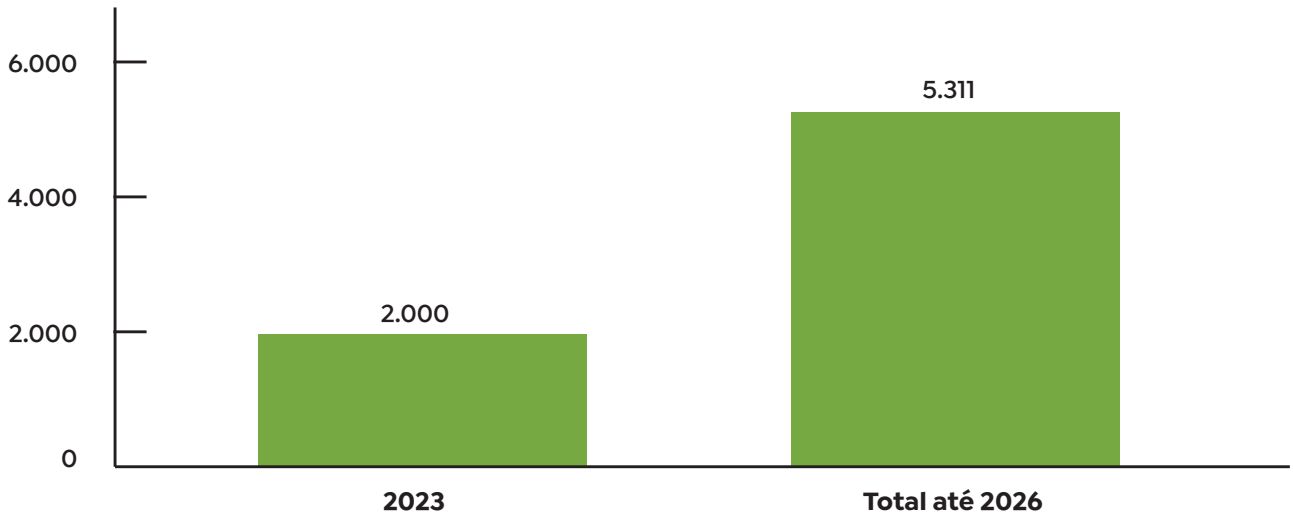


Fonte: Sesa. Elaboração: Seplag.

Os casos de arboviroses mais comuns no Estado podem ser reconhecidos como dengue, chikungunya e zika. Visto que o Ceará constantemente apresenta formas endêmicas dessas doenças, o controle vetorial necessário é constante e contínuo. Em 2023, até a Semana Epidemiológica (SE) 49, foram notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) 38.081 casos suspeitos de dengue no Ceará. Destes, 36,7% (13.972/38.081) foram confirmados. A taxa de incidência acumulada dos casos notificados no Estado foi de 433,1 casos por 100 mil habitantes. Entretanto, nenhuma semana registrou um número máximo de casos ou limite superior esperado, refletindo um cenário de baixa transmissão da doença no presente exercício.

Em 2023, foram confirmados 1.924 casos, representando uma taxa de incidência acumulada de 21,9 casos por 100 mil habitantes, considerada também baixa. Quanto à chikungunya, em 2023, foram notificadas 1.073 suspeitas, das quais 1,0% (11/1.073) foram confirmadas. A taxa de incidência dos casos notificados, em 2023, foi de 12,2 casos por 100 mil habitantes, considerada baixa. É sempre complexo o trabalho para o controle de arboviroses, mas o governo trabalhou com ações de vigilância, em 2023, como emissão de carta de alerta aos municípios com alta incidência de arboviroses; articulação para elaboração dos planos de contingência; capacitações sobre vigilância e assistência aos pacientes diagnosticados com arboviroses; e publicações de informes técnicos.

GRÁFICO 56 – INGRESSO DE SERVIDORES DO CONCURSO FUNSAUDE (Nº)



Fonte: Sesa. Elaboração: Seplag.

Sintonizado às demandas de realização de concursos e valorização da força de trabalho do SUS/CE, e para garantir a prestação de mais serviços públicos de qualidade, de forma eficiente e eficaz, dois novos desafios foram concretizados. O primeiro foi o processo de transmudação da Funsaúde, que resultou na maior iniciativa nos últimos anos, de assegurar o ingresso de novos concursados, um total de 5.311 até 2026, para o regime estatutário. Em 2023, foram convocados 2.000 servidores públicos, no período de maio a dezembro. Destes, 82 da área médica, 1.711 da área assistencial e 207 da área administrativa. Para 2024-2026, está programada a convocação de 3.311 concursados.

O segundo desafio foi a implantação do piso para os profissionais de enfermagem, técnicos e auxiliares, conforme Lei Estadual no 18.463, de 07 de setembro de 2023. Com aprovação da Assembleia Legislativa, o Ceará passou a ser um dos primeiros estados do Brasil a aprovar a medida, beneficiando 5.500 profissionais. No país, o piso está previsto na Lei Federal no 14.434, de 04 de agosto de 2022.

Por fim, vale registrar o investimento concentrado na formação e capacitação dos trabalhadores da saúde por meio da Escola de Saúde Pública do Ceará, que realizou diversas ações de capacitação e formação para qualificação da Atenção à Saúde no âmbito do Estado. Foram capacitados 3.088 trabalhadores em 15 projetos e 82 cursos, abrangendo áreas da Vigilância, Saúde Mental, Transplantes, Saúde Indígena, Pessoa com Deficiência, Violências e Educação Permanente.

PROGRAMAS E PRINCIPAIS REALIZAÇÕES – 2023

PROGRAMA 631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO				
Objetivo: Melhorar a resolutividade e a eficiência das ações de saúde, de forma integrada, equânime e regionalmente bem distribuída.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos, na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária (Procedimentos por mulher na faixa etária)	0,07	0,1	0,15[2]	0,13
Taxa de ocupação dos leitos das unidades hospitalares da rede própria da SESA (%)[2]	74,82[2]	82,03[2]	87,59[2]	92,3
Taxa de internação por diabetes na população de 20 ou mais anos (%)	6,33	6,69	6,69[2]	5,04
Proporção de cura entre os casos novos de Hanseníase diagnosticados nos anos das Coortes (%)	82,9	77,7	78,5	71,2
Taxa de prematuridade (%)	12,13	12,28	13,21[2]	13,8
Tempo médio de espera por internação para cirurgia eletiva (dia)[2]	-	-	79	96
Tempo médio de permanência na internação por transtorno mental (dia)[2]	24,71	25,43	28,37	29,24
Tempo médio entre a realização do exame e a disponibilização do laudo ambulatorial (hora)[2]	-	24	21,94	19,33
Tempo médio de permanência de pacientes internados em hospitais da rede própria da SESA (Dia)[2]	11,42	11,13	12	11,7

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

[2] Dados atualizados em 2023.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Investimento de R$ 22 milhões no Plano de Expansão da Rede Oncológica do Ceará, possibilitando o tratamento de pacientes com câncer por meio da realização de mais de 6.300 procedimentos, incluindo consultas, exames e tratamentos.
- Implantação do serviço de oncologia para todos os tipos de câncer, no Hospital Regional do Vale do Jaguaribe (HRVJ), contando com quatro consultórios para triagem, consultas e um Hospital Dia para infusão de medicamentos.
- Implantação do serviço de politrauma 24 horas no Hospital Regional do Vale do Jaguaribe (HRVJ), beneficiando cearenses de 20 municípios. Ao todo, são 70 novos leitos, sendo 10 na Unidade de Terapia Intensiva (UTI), 30 leitos de observação na emergência e 30 leitos de internação neste setor.
- Descentralização e regionalização do atendimento hospitalar por meio do desenvolvimento da Política Estadual de Incentivo Hospitalar, no qual atendeu 152.461 atendimentos nos Hospitais Polo, 34.496 nos Hospitais Estratégicos e 11.774 nos Hospitais de Pequeno Porte.
- Realização de 638.400 atendimentos para a população cearense por meio das unidades hospitalares da Rede Sesa.
- Entrega de 46 ambulâncias doadas pelo Ministério da Saúde e 14 adquiridas com recursos próprios do Estado, perfazendo um

total de 60 ambulâncias, para renovar a frota de 160 veículos.

- Realização de 357.259 atendimentos proporcionados à população cearense por 25 Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs), sendo 269.203 atendimentos nos CEOs Regionais e 88.056 nos CEOs da Capital.
- Realização de 593.760 consultas/atendimentos nas 22 Policlínicas Regionais de Saúde.
- Distribuição de 1.235 dispositivos de Órteses, Próteses e Materiais Especiais para pacientes assistidos pelos equipamentos. Além disso, foram beneficiados, em média, mensalmente, 3.705 pacientes ostomizados, com fornecimento total de 309.981 bolsas e acessórios.
- Inauguração de ambulatório para autismo na primeira infância, para ampliação do acesso à rede de atenção psicossocial, no Hospital de Saúde Mental de Messejana. O Núcleo de Atenção ao Transtorno do Espectro Autista (TEA) foi criado com o objetivo de atender à grande demanda de crianças menores de seis anos com suspeita de autismo.
- Aquisição de 40 incubadoras e 15 berços aquecidos para o Hospital Infantil Albert Sabin (HIAS).
- Realização de 364.235 serviços de regulação, sendo: 282.506 regulações de leitos de enfermaria e UTI, 1.553 transplantes de órgãos, 1.123 Tratamento Fora Domicílio, 387 exames de PET-SCAN, 84.306 cirurgias, sendo 60.493 cirurgias eletivas de Média e Alta Complexidade e disponibilização de 1.183 leitos de UTI e 99 de retaguarda.
- Expansão das Redes Prioritárias de Saúde do Estado: Rede de Atenção Urgência e Emergência, Cuidados à Pessoa com Deficiência, Maternoinfantil, Atenção Psicossocial e Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas, por meio de implantações, habilitações, aberturas de serviços, dentre outros, a exemplo as habilitações de Centro Especializado de Reabilitação, habilitação de hospitais para cirurgias de reconstrução mamária pós-mastectomia Total e habilitação de novos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

PROGRAMA 632 – PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE DO CIDADÃO				
Objetivo: Reduzir os agravos e doenças, bem como os riscos à saúde da população cearense.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Proporção de contatos intradomiciliares de casos novos de Hanseníase examinados (%)	81,1	81[2]	82,5[2]	80,4
Taxa de notificação de doenças em eliminação preveníveis por vacinas (Nº de casos por 100 mil habitantes)	1,9[2]	1,8	3,5[2]	2,2
Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez (%)[2]	87	96,7	91	81,31
Taxa de incidência de intoxicações exógenas por agrotóxico (Número de casos por 100 mil habitantes)[2]	2,9	3,17	2,3	3,28
Proporção de surtos de Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentar (DTHA) investigados com coleta de amostras (%)	80	100	83,33	100
Proporção de casos suspeitos de doença exantemática notificados em até 24 horas após a data do início do exantema (%)	25,5	37,5	37,5[2]	40

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

[2] Dados atualizados em 2023

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Lançamento da Campanha Nacional de Multivacinação com foco na manutenção da qualidade de vida dos indivíduos e coletividades, medidas de prevenção de doenças e agravos, com 483.578 cadernetas de vacinação avaliadas e 339.080 doses aplicadas. Além das vacinas de rotina, das quais tiveram maior aplicação as vacinas contra HPV e Febre Amarela, oportunizou-se o momento para a vacinação contra Covid-19.
- Vacinação/Imunização de 1.848.256 animais, cães e gatos, por meio da Campanha de Vacinação Antirrábica, em todo o Estado.
- Realização de ações de vigilância e controle das arboviroses, doença de Chagas, leishmaniose, raiva, esquistossomose, tracoma e de animais peçonhentos, incluindo exames de esquistossomose, com 1.305 pessoas examinadas, e exames de tracoma, com 154.701 escolares examinados e 1.161 positivos como caso de tracoma.
- Estruturação e inauguração da nova sede do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (Cerest), responsável por analisar a relação entre o adoecimento e o trabalho.

PROGRAMA 633 – GESTÃO E GOVERNANÇA DO SISTEMA DE SAÚDE COM TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE				
Objetivo: Aprimorar os instrumentos e mecanismos gerenciais para qualificação da gestão e ampliação da participação dos atores sociais na governança do sistema de Saúde.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Unidades de Saúde da rede SESA informatizadas com prontuário eletrônico (%)	-	84,61[2]	92,3[2]	92,3

[1]Dados parciais, sujeitos a alterações.

[2]Dados atualizados em 2023.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Modernização do laboratório do Hospital Geral Dr. César Cals (HGCC), que passou a realizar análise microbiológica e acompanhar resultados de exames de pacientes internados em tempo real, além da reestruturação do espaço de atenção ao recém-nascido prematuro.
- Renovação da estrutura de Tecnologia da Informação dos conselhos municipais e estadual de saúde e rede SESA, com distribuição de 1.400 computadores.
- Aquisição de equipamentos de última geração para cirurgias neurológicas no Hospital Regional Norte (HRN).

PROGRAMA 634 – GESTÃO DA REDE DE CONHECIMENTO, EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE				
Objetivo: Ampliar a integração e a intersetorialidade nas áreas da gestão do conhecimento, da força de trabalho, da pesquisa, da educação, da inovação e da inteligência na política pública de saúde.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Trabalhadores de saúde capacitados nos serviços de saúde (%)2	18,86[2]	41,48[2]	8,16[2]	2,03
Profissionais de Saúde que concluíram o programa de residência médica (%)	78,33	84,36	99,99[2]	93,8
Profissionais de saúde que concluíram programa de residência multiprofissional (%)	63,33	84,4[2]	85,92[2]	86,98

Fonte: ESP.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

[2] Dados atualizados em 2023.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Capacitação de 3.088 trabalhadores de saúde em 15 projetos e 82 cursos, abrangendo áreas como Vigilância, Saúde Mental, Transplantes, Saúde Indígena, Pessoa com Deficiência, Violências e Educação Permanente.
- Realização de cursos de residência médica e multiprofissional para 597 residentes, sendo 294 na residência multiprofissional e 303 na residência médica.
- Realização de 220 produções técnicas científicas para disseminar e ampliar o acesso ao conhecimento científico em saúde pública.
- Participação de 12.203 estudantes de graduação e pós-graduação de instituições diversas conveniadas com a Sesa (públicas ou privadas) no desenvolvimento de atividades práticas nas unidades de saúde do Estado.
- Implantação da Rede Saúde Escola.
- Implantação do Centro de Simulação Realística (CSR) na Escola de Saúde Pública (ESP) para capacitações, impactando diretamente na melhoria de serviços da rede de saúde.

TEMA – SANEAMENTO BÁSICO

De acordo com a Lei nº 11.445/2007, a política de **Saneamento Básico** baseia-se num conjunto de princípios fundamentais, dentre os quais está a universalização do acesso e efetiva prestação desse serviço. A execução dessa política está diretamente associada à saúde pública, com oferta e distribuição de serviços básicos de abastecimento, tratamento e distribuição de água potável, esgotamento sanitário, coleta seletiva, destino adequado do lixo, limpeza urbana, drenagem, manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais urbanas. Essas ações trazem inúmeros benefícios ao cidadão, repercutindo direta e positivamente na sua qualidade de vida ou da população como um todo, considerando o bem-estar físico, mental e social.

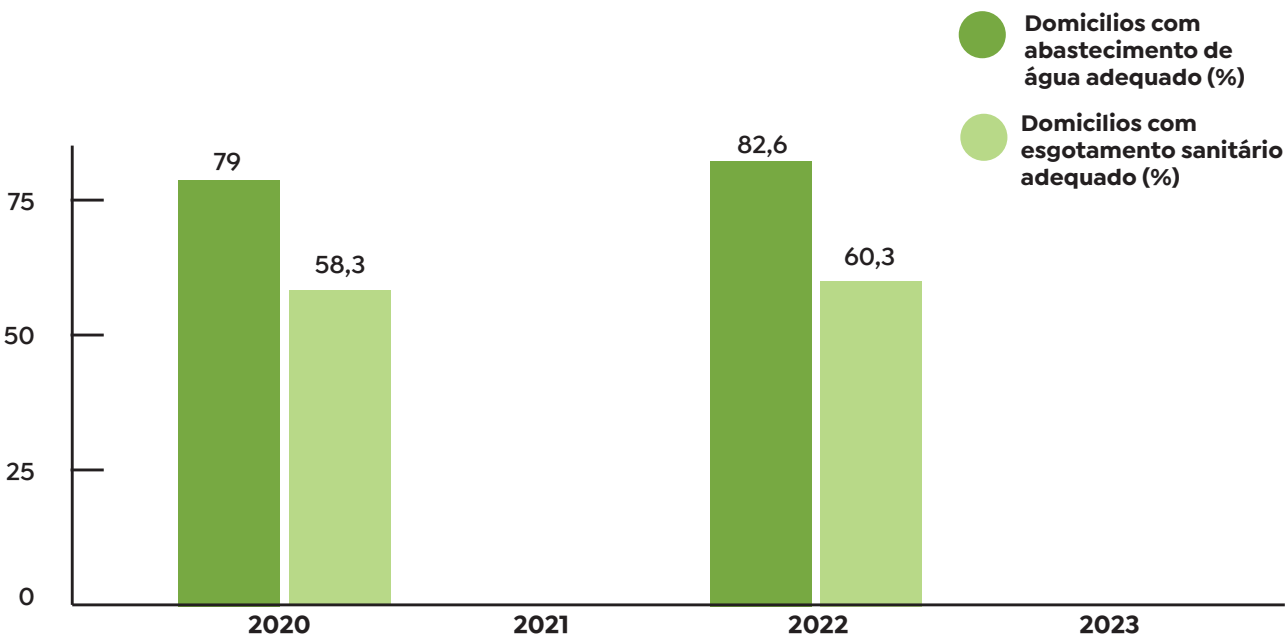
O Marco Regulatório do Saneamento Básico determina que a universalização destes serviços deve ser compromisso da União, dos Estados e Municípios, a partir da organização da prestação regionalizada e a adequação às normas da Agência Nacional de Águas (ANA).

O Governo do Estado do Ceará, em cumprimento ao disposto na Lei Nº 14.026, de 15 de julho de 2020, que atualizou o marco legal do Saneamento Básico, instituiu por meio da Lei Complementar Nº 247, de 18 de junho de 2021, as Microrregiões de Água e Esgoto do Oeste, do Centro-Norte e do Centro-Sul do Estado, englobando, em cada microrregião, uma das três Regiões Metropolitanas do Estado (Região Metropolitana de Fortaleza, Sobral e Cariri), de forma a assegurar escala suficiente para a prestação dos serviços de forma regionalizada. Com a instituição das Microrregiões de Água e Esgoto no Ceará, a titularidade do serviço público de saneamento passou a ser exercida pelo Estado, em conjunto com os municípios integrantes de cada microrregião, conforme estabelece o art. 8º, inciso II, da Lei Nº 11.445/2007.

No Estado do Ceará, a Política Estadual de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário é executada pela Secretaria das Cidades (SCidades), responsável pela coordenação e articulação institucional dos serviços públicos urbanos e rurais de abastecimento de água e esgotamento sanitário, regulada pela Agência Reguladora de Serviços Delegados do Estado do Ceará (Arce), por meio da regulação dos serviços de saneamento nos municípios, e pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece), que operacionaliza a execução e atua em 152 municípios, com os quais firmou contrato de concessão.

De acordo com dados do Instituto Trata Brasil[24], 69,9% da população cearense não possuem acesso à coleta de esgoto (dados de 2021). Quando observado o índice de esgoto tratado referido à água consumida, o valor é de 37,1%. A meta do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), até 2033, estima que 92% dos esgotos estejam tratados. Isto significa um grande desafio que deve ser evidenciado, visto que o acesso dos domicílios à água e esgoto adequado é importante pela forte relação entre saneamento básico, saúde e meio ambiente, uma vez que a falta de saneamento aumenta a incidência de doenças de veiculação hídrica, de doenças respiratórias, de infecções gastrointestinais e das doenças transmitidas por mosquitos e animais.

GRÁFICO 57 – DOMICÍLIOS COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA E COM ESGOTAMENTO SANITÁRIO ADEQUADOS (%)



Fonte: Ipece. Elaboração: Seplag.

Em 2022, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), 82,6% dos domicílios cearenses tinham acesso à rede geral de abastecimento de água como fonte principal. No entanto, em apenas 60,3% dos domicílios cearenses, o escoamento do esgoto era feito pela rede geral ou fossa séptica ligada à rede geral. Dessa forma, importa reconhecer que o caminho para a universalização desse serviço, mesmo com o Novo Marco Legal aprovado, ainda representa um grande desafio para o Estado. O atraso por conta da demora nos repasses e nas aprovações dos projetos por parte do agente financiador, os entraves próprios dos licenciamentos ambientais e os processos licitatórios impactam no ritmo de ampliação da cobertura estadual de saneamento básico no Estado do Ceará.

Foram executados 21,77% do orçamento estimado do Fundo Estadual de Saneamento Básico (Fesb) em 2023. A baixa execução financeira transparece um grande desafio na área de saneamento, enquanto espera-se a ampliação da cobertura com fins de melhoria da saúde da população.

24. INSTITUTO TRATA BRASIL. Instituto Trata Brasil, (2023). Disponível em: https://www.painelsaneamento.org.br/explore/localidade?SE%5Bl%5D=0. Acesso em 26/12/2023.

PROGRAMAS E PRINCIPAIS REALIZAÇÕES – 2023

PROGRAMA 621 – ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DRENAGEM URBANA				
Objetivo: Ampliar o acesso da população cearense aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem em condições adequadas.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
População urbana coberta por sistema de abastecimento de água tratada (%)	93,33	93,33	96,96	96,96
População urbana coberta por sistema de esgotamento sanitário (%)	43,02	43,07	45,23	45,23

Fonte: Cagece e SCidades.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Entrega de 755 unidades intradomiciliares para expansão do serviço de esgotamento sanitário.
- Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário na sede do município de Crateús – Bairros Cidade 2000 e Patriarca – beneficiando 5.531 habitantes.
- Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do município de Itaitinga, na Região Grande Fortaleza, beneficiando 27.294 habitantes.
- Readequação do Sistema de Abastecimento de Água e Sistema de Esgotamento Sanitário da Urbanização do Dendê, em Fortaleza, beneficiando 11.656 habitantes.
- Melhorias operacionais no Sistema de Esgotamento Sanitário de Maracanaú, beneficiando 218.637 habitantes.
- Qualificação do esgotamento sanitário na Grande Fortaleza por meio da substituição de parte do Interceptor Oeste (IO) e recuperação de trechos do Interceptor Oeste por Método Não Destrutivo.

PROGRAMA 622 – ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MEIO RURAL				
Objetivo: Ampliar o acesso da população rural cearense aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Ligações ativas das redes de abastecimento de água do Sistema Integrado de Saneamento Rural (Sisar) (número)	176.870	186.994	197.651	204.552
Ligações totais das redes de abastecimento de água do Sistema Integrado de Saneamento Rural (Sisar) (número)	215.034	228.791	246.054	246.054

Fonte: Cagece e SCidades.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Entrega de 2.187 cisternas de placa, contemplando 9.009 pessoas em 26 municípios: Araripe, Barreira, Beberibe, Boa Viagem, Caridade, Granja, Guaiuba, Ibaretama, Icó, Ipueiras, Irauçuba, Itapajé, Itapipoca, Itatira, Jaguaretama, Jucá, Martinópole, Massapê, Monsenhor Tabosa, Morada Nova, Orós, Pacajus, Paramoti, Quixeramobim, São Luís do Curu e Uruburetama.
- Conclusão da obra de readequação/ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Comunidade de Curupaiti, no município de Jaguaribara, pelo Programa Águas do Sertão.
- Implantação de seis Sistemas de Abastecimento de Água nos municípios de Uruburetama (Baixa Grande, Boqueirão, João Pinheiro e Santa Luzia), Mauriti (Catanduva) e Crateús (Comunidade Ibiapaba), beneficiando 1.244 famílias.
- Implantação de 411 módulos sanitários nos municípios de Canindé, Cascavel, Chorozinho, Crateús, Iguatu, Independência, Jaguaruana, Jardim, Morada Nova, Quiterianópolis, Quixadá e Santana do Acaraú, beneficiando 1.555 pessoas.
- Implantação de quatro poços, sendo três em Canindé e um em Apuiarés, beneficiando 247 pessoas.

TEMA – ESPORTE E LAZER

Hoje, com o aumento das doenças crônicas, sedentarismo e obesidade, estimular o esporte à população é ajudar na promoção da saúde. Inclusive, o esporte é também um dos grandes aliados, além da saúde, da educação e do lazer de crianças, adolescentes e adultos.

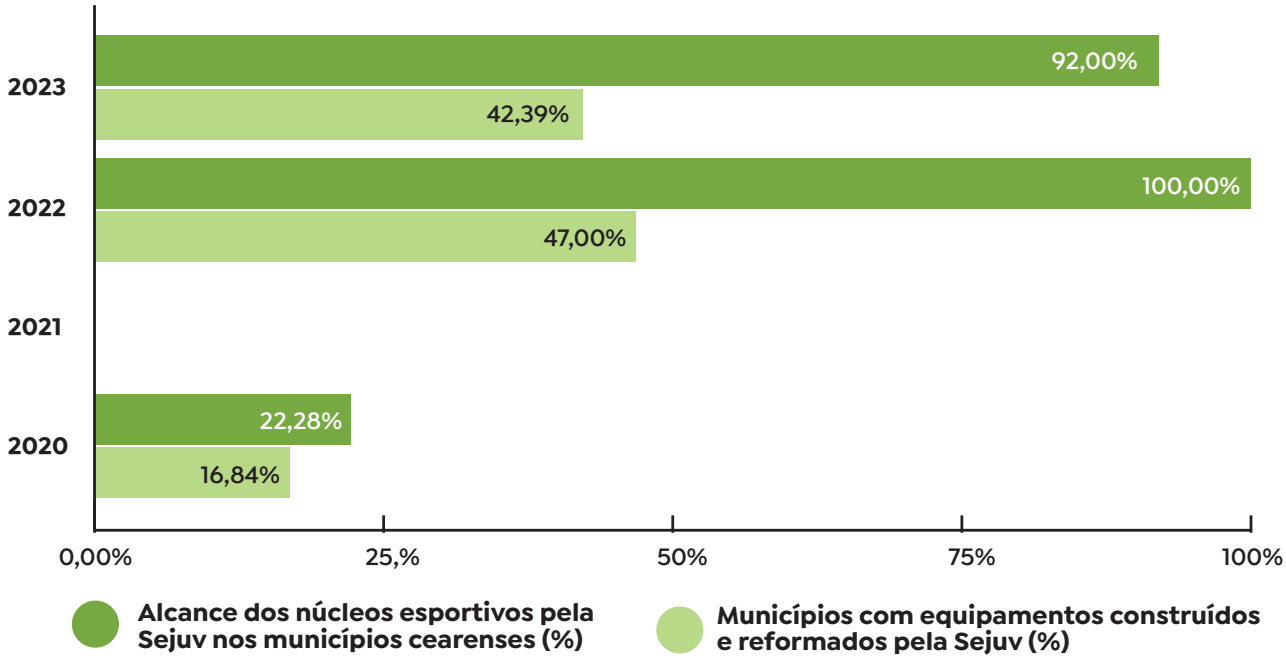
A Constituição Federal (CF) de 1988 reconheceu como dever do Estado o fomento das práticas esportivas formais e não formais, bem como estabeleceu o lazer como um direito social e, assim, o acesso a ambos deve ser alcançado por toda a população brasileira. No Art. 217 da CF consta que "É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um (...)".

Sendo assim, **Esporte e Lazer** são medidas práticas, atividades implementadas pelos governos para garantir o bem-estar, melhorar a qualidade de vida da população, promover a inclusão social, e se caracterizam como necessidades fundamentais voltadas à saúde do cidadão em diversos aspectos: no combate ao sedentarismo, na evolução da consciência corporal, postura, imunidade e resistência muscular, no combate ao estresse e à ansiedade, na prevenção de doenças, na redução da mortalidade infantil e na melhoria nos índices da educação.

A Política Pública para o Esporte e Lazer busca refletir ações e programas desenvolvidos pelo Estado no sentido de garantir e colocar em prática os direitos e deveres previstos na Constituição Federal e Estadual. Por meio do Programa "Esporte e Lazer para a População", o Governo do Estado do Ceará objetiva democratizar o esporte e o lazer como exercício de cidadania e vetores para a saúde e integração dos cidadãos na convivência social.

Foram, aproximadamente, 53.427 pessoas contempladas pelas políticas públicas de esporte realizadas em 2023. Desse total, 12% dos participantes representam as minorias sociais (pessoas com deficiência, indígenas, quilombolas, LGBTI+).

GRÁFICO 58 – DESEMPENHO DOS INDICADORES DE ESPORTE E LAZER – 2023



Fonte: Sesporte. Elaboração: Seplag.

Para isso, em 2023, o governo conseguiu implementar núcleos esportivos em 92% dos municípios cearenses. Um núcleo esportivo refere-se à execução de uma ação, seja programa ou projeto, que pode ser descontinuado ou não, diferente de um equipamento que é perene. Tal iniciativa só foi possível graças à parceria entre Estado e municípios por meio dos Projetos 3 Tempos, da Rede Estadual de Esporte, e FelizIdade, obtendo em torno de 30.034 beneficiados.

A Secretaria do Esporte (Sesporte), juntamente com a Superintendência de Obras (SOP), recuperou/construiu, até novembro de 2023, aproximadamente 83 equipamentos de esporte e lazer, como areninhas, academias ao ar livre, chegando a 79 municípios cearenses, o equivalente a 42,39% dos 184 municípios com equipamentos de esporte e lazer implantados ou reformados no período informado.

O Esporte e o Lazer são dimensões inseparáveis. Quando bem desenvolvida, a prática esportiva proporciona prazer, descontração, alegria; desenvolve valores como respeito, tolerância, empatia, liderança, persistência, paciência, cumprimento às regras, jogo limpo, consciência do saber ganhar ou perder sem partir para a agressividade e sem demonstrar sentimentos negativos e frustrações mediante adversários.

Além do Programa "Esporte e Lazer para a População", o Governo do Ceará, por meio do Programa "Ceará no Esporte de Rendimento", investiu R$ 365.000,00 de passagens aéreas (ida e volta) para auxiliar atletas na participação em competições nacionais e internacionais, distribuiu 6.000 bolsas atletas e incentivou 75% das 36 modalidades esportivas do ciclo olímpico vigente.

Apesar dos desafios impostos ao Estado para implantação, reforma e ampliação de espaços públicos, levando a democratização do esporte e lazer e concessão de bolsas para incentivo aos atletas, transparecem o compromisso do Governo do Estado em manter o atendimento à população, por meio da execução de programas e projetos direcionados ao público nas diversas faixas etárias, em todos os municípios do Estado, ampliando as oportunidades cearenses e estimulando a promoção da saúde da sociedade.

PROGRAMAS E PRINCIPAIS REALIZAÇÕES – 2023

PROGRAMA 611 – ESPORTE E LAZER PARA A POPULAÇÃO				
Objetivo: Promover, de forma democrática, o Esporte e Lazer como exercício da cidadania e vetores para a saúde e a integração dos cidadãos na convivência social.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Alcance dos núcleos esportivos realizados pela Sejuv nos municípios cearenses (%)	22,28	-	100	92
Municípios com equipamentos construídos e reformados pela Sejuv (%)	16,84	-	47	42,39
Integração da população por meio da participação das minorias sociais em ações de esporte e lazer (%)	-	-	11	12

Fonte: Sesporte.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Implantação e reforma de 62 academias ao ar livre nos municípios de Abaiara, Acarape, Aiuaba, Aracati, Araripe, Barbalha, Barreira, Barroquinha, Campos Sales, Carnaubal, Cascavel, Crateús, Farias Brito, Fortaleza, Graça, Hidrolândia, Icapuí, Ipaporanga, Ipueiras, Irauçuba, Itapajé, Itapipoca, Jaguaretama, Limoeiro do Norte, Milagres, Missão Velha, Morada Nova, Nova Russas, Novo Oriente, Potengi, Quixeramobim, Quixeré, Quiterianópolis, Russas, Salitre, Senador Sá, Santana do Acaraú, Tamboril, Tauá e Tururu.

- Implantação e reforma de 45 areninhas nos municípios de Acopiara, Antonina do Norte, Aquiraz, Assaré, Banabuiú, Barreira, Beberibe, Brejo Santo, Camocim, Caucaia, Caririaçu, Cedro, Coreaú, Crateús, Crato, Eusébio, Fortaleza, Granja, Horizonte, Ibiapina, Ibicuitinga, Icó, Iguatu, Itaitinga, Itapipoca, Itatira, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Maranguape, Milhã, Morada Nova, Pacajus, Pacatuba, Pacujá, Parambu, Pedra Branca, Penaforte, Pindoretama, Quixadá, Russas, Sobral, Tauá e Várzea Alegre.

- Implantação de 198 núcleos de esporte, sendo: 167 do Projeto 3 Tempos, 27 da Rede Estadual de Esporte e quatro núcleos da FeliZIdade, alcançando um percentual de 92% dos 184 municípios cearenses com núcleos esportivos implantados.

- Concessão de 6.000 bolsas pelo Projeto Ceará Atleta, objetivando incentivar financeiramente a prática do esporte.

- Realização de 35 eventos objetivando promover a integração da população cearense na convivência social.

PROGRAMA: 612 – CEARÁ NO ESPORTE DE RENDIMENTO				
Objetivo: Projetar o esporte cearense nos cenários regional, nacional e internacional.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Modalidades esportivas olímpicas apoiadas e realizadas pela Sesporte (%)	65,71	-	67	75
Atletas cearenses entre os 10 melhores do ranking no cenário esportivo nacional/internacional	-	-	50	ND

Fonte: Sesporte.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

ND: Dados não disponíveis pelas fontes oficiais de pesquisa.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Apoio a 827 atletas por meio da concessão de passagens aéreas e transporte via terrestre para competições nas modalidades esportivas de natação, luta, vôlei, futsal, dentre outras.
- Qualificação e estruturação de três equipamentos de Esporte e Lazer: Arena Castelão, Arena Romeirão e Estádio Inaldão.
- Apoio à Associação Basquete Cearense, com expansão do incentivo aos atletas de rendimento, entidades e delegações.
- Apoio a 75% das 36 modalidades olímpicas do ciclo vigente.

“Para seguir desenvolvendo a nossa economia e cuidando dos cearenses, precisamos de todo o cuidado com alguns desafios globais, dentre eles, a preservação do meio ambiente.”

Elmano de Freitas, Governador do Estado do Ceará

Resultado estratégico: Meio ambiente protegido, com utilização racional dos recursos naturais.

Temas: Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Energias.

Órgãos envolvidos (Poder Executivo): Ceasa, Cegas, Cogerh, Funceme, Idace, Nutec, SCidades, SDA, SDE, Seinfra, Sema, Semace, Sohidra e SRH.

CEARÁ SUSTENTÁVEL

CEARÁ SUSTENTÁVEL

O Eixo Ceará Sustentável busca uma interação harmônica entre ações de preservação do meio ambiente e do desenvolvimento socioeconômico, em especial no manejo coerente dos recursos naturais. As políticas públicas deste Eixo abrangem as temáticas de Energias, Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

O termo "desenvolvimento sustentável" significa o tipo de desenvolvimento que suporta as adversidades e necessidades atuais sem que se comprometa a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades. Foi pela primeira vez mencionado em 1987, na Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Relatório Brundtland. Desde então, países do mundo inteiro vêm discutindo e incentivando práticas de desenvolvimento sustentável (Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1987)[25].

Segundo Constantino Frate, coordenador do Núcleo de Energia da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec)[26], o Estado possui potencial energético para gerar 643 gigawatts (GW) de energia solar fotovoltaica, 94 GW de energia eólica onshore e 117 GW de energia eólica offshore, aproveitando as suas características territoriais naturais e desenvolvendo-se como potência na produção de energias limpas, enquanto também preserva as suas fontes de recursos hídricos em convivência com o clima e a vegetação natural característica.

Assim, o Ceará Sustentável relaciona-se diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial nas temáticas água e saneamento; energia renovável, eficiente e acessível; preservação e conservação dos recursos naturais e mudanças climáticas. As ações programadas neste Eixo são planejadas visando conviver e superar as características do semiárido, com suas irregularidades pluviométricas, longos períodos de estiagem e predominância do bioma caatinga, tendo como foco o desenvolvimento economicamente sustentável.

Este eixo envolve um conjunto de políticas públicas implementadas por meio de nove programas finalísticos, que aplicaram, no ano de 2023, um volume de recursos orçamentários da ordem de **R$ 352.345.798,71**.

TABELA 56 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR TEMAS – NAO 2023[1] (R$)

Tema	Lei + Créditos	Empenhado	% Execução Orçamentária
Energias	54.094.711,00	5.822.477,76	10,76
Meio Ambiente	193.677.483,93	133.662.785,15	69,01
Recursos Hídricos	428.010.491,29	212.860.535,80	49,73
Total	675.782.686,22	352.345.798,71	52,14

Fonte: Seplag.

[1] Dados gerados no dia 05/01/2023, sujeitos a alterações.

O resultado dos esforços orçamentários é observado, também, no monitoramento dos indicadores temáticos da série histórica apresentada a seguir:

25. COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). Nosso futuro comum. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988.
26. LAB, O Povo. O protagonismo do Ceará na geração de energias renováveis. O Povo, 21,jun,2023. Disponível em: https://www.opovo.com.br/noticias/especialpublicitario/apotenciaenergetica/2023/06/21/o-protagonismo-do-ceara-na-geracao-de-energias-renovaveis.html. Acesso em 27/12/2023.

TABELA 57 – EVOLUÇÃO DOS INDICADORES POR TEMAS (2019–2023)

Indicador	2019	2020	2021	2022	2023[1]
ENERGIAS					
Participação de gás natural renovável na rede de distribuição (%)	13,42	14,3	12,59	13,87	15,41
Participação da oferta de energia renovável na matriz energética do Estado (%)	42,66	57,13	49,73	85,55	88,57
MEIO AMBIENTE					
Território protegido com Unidades de Conservação (UCs) – (%)	7,75	7,78	8,44	9,05	8,66
Captação de gases de efeito estufa em áreas de proteção ambiental (ton/ha)	-	514.640,72	543.312,88	556.893,48	595.079,24
Municípios com Índice Municipal de Qualidade do Meio Ambiente (IQM) máximo (%)	70	77,72	91,84	90,22	61,41
População urbana com disposição final adequada de resíduos sólidos urbanos (%)	-	41,67	38,92	40,44	40,61
Praias com qualidade microbiológica aconselhável para banho (%)	-	95	93,1	87,62	90,28
Balneabilidade das praias de Fortaleza (%)	-	52,5	53,4	48,97	44,08
RECURSOS HÍDRICOS					
Municípios com criticidade de abastecimento urbano (%)	10,00	9,24	7,07	6,00	4,35

Fonte: Seinfra, CEGÁS, SEMA, Semace e COGERH.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

TEMA – ENERGIAS

A temática **Energias** visa a transformação da energia limitada e poluidora em energia limpa e renovável no Ceará. Ou seja, envolve a iniciativa do Estado em desenvolver ações que impulsionam o desenvolvimento econômico e beneficiam o meio ambiente.

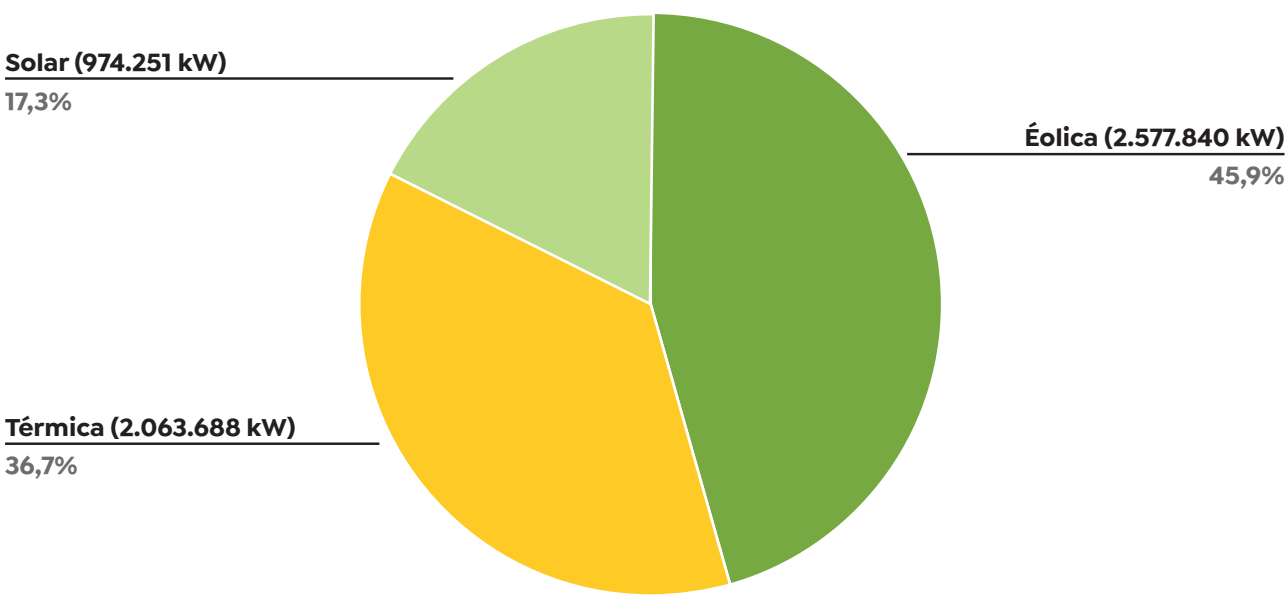
O Ceará vem buscando ampliar a oferta de energia renovável na sua matriz energética, sendo hoje 88,57% a participação da oferta em energia renovável na matriz energética cearense, a maior dos últimos quatro anos. Em 2023, foram contabilizados, até outubro, uma geração de 5.939 GW por fonte eólica, 2.252 GW por fonte solar fotovoltaica e 1.057 GW por fonte térmica, totalizando 9.247 GW, ficando o Ceará no 7º lugar em relação ao Brasil, segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS)[27] na produção de energia eólica, solar e térmica.

27. OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO, (2023). Disponível em: https://www.ons.org.br/Paginas/resultados-da-operacao/historico-da-operacao/geracao_energia.aspx. Acesso em 05/01/24.

FIGURA 5 – FONTES GERADORAS DE ENERGIA NO CEARÁ

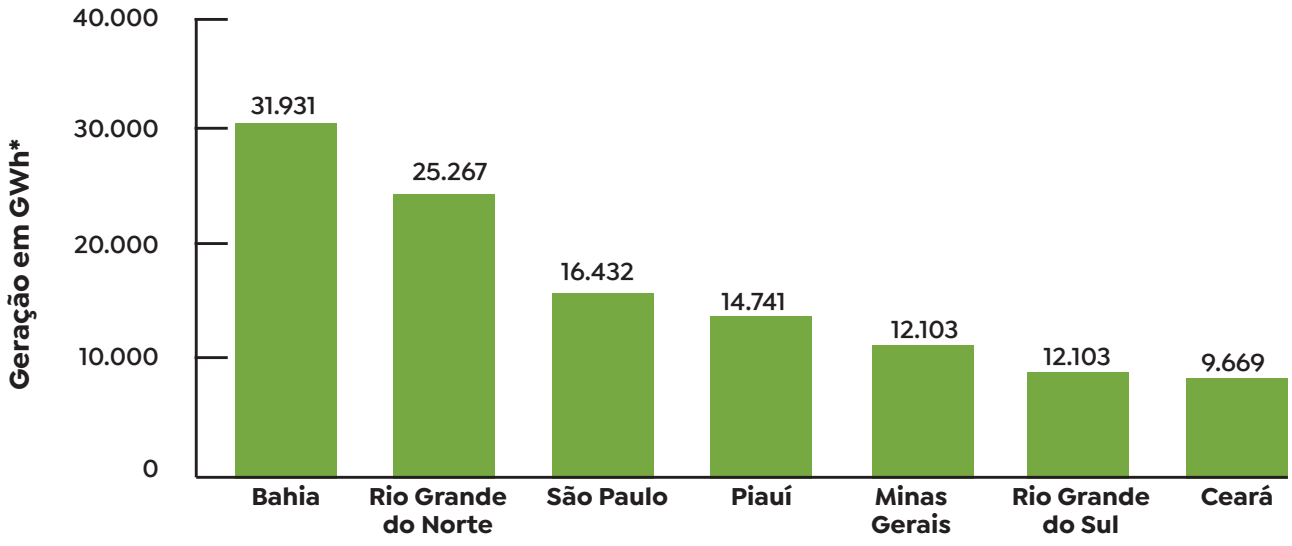
Fonte: Aneel (2023). Elaboração: Seplag.

GRÁFICO 59 – PARTICIPAÇÃO NA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NA MATRIZ ENERGÉTICA DO CEARÁ



Fonte: Aneel (2023). Elaboração: Seplag.

GRÁFICO 60 – RANKING NACIONAL 2023



*** Enegia eólica, solar e térmica**

Fonte: ONS (2023). Elaboração: Seplag.

Com o objetivo de incentivar a geração de energia de fontes renováveis para redução de custos em energia nas unidades consumidoras do governo do Estado, houve um avanço no projeto de implantação de painéis solares em escolas da rede pública estadual, sendo implantados sistemas de geração em 32 escolas. O projeto alcançou reconhecimento nacional por meio do Troféu Painel[28], na categoria Empreendimento Público, no âmbito do Pacto pela Infraestrutura Nacional e Eficiência Logística.

Em 2023, com base na Lei nº 18.459, de 07.09.23**,** foi instituída a Política Estadual do Hidrogênio Verde, Sustentável e seus Derivados, com foco no desenvolvimento econômico baseado na diversificação e ampliação da matriz energética, na redução da emissão de carbono no Estado do Ceará e no enfrentamento às mudanças climáticas. Até esse ano, 35 empresas já assinaram Memorandos de Entendimentos (MOU). Essas empresas anunciaram um investimento total superior a US$ 35 bilhões, sendo que, destas, quatro já assinaram pré-contrato com o CIPP (Complexo do Pecém) e estão com os estudos de viabilidade econômica bastante avançados.

Com relação à expansão da infraestrutura de gás natural, foi ampliada a rede de distribuição da Companhia de Gás do Ceará (Cegás) em 19,33 km. Dessa forma, a rede de gasodutos atingiu a marca de 702,84 km de extensão, enquanto o Gás Natural Renovável (GNR) alcançou um volume de 75.744 m³/dia. Ressalta-se ainda, em 2023, a atuação do Programa de Investimentos Especiais (PIE), pelo qual o governo estadual autorizou a realização de 16 obras de eletrificação em diversos municípios, visando contribuir para o reforço e melhoria da energia para empreendimentos em comunidades rurais.

28. CEARÁ, GOVERNO DO ESTADO. Seinfra recebe prêmio nacional por projeto de energia solar em escolas, Secretaria de Infraestrutura, 21, nov, 2023. Disponível em: https://www.seinfra.ce.gov.br/2023/11/21/seinfra-recebe-premio-nacional-por-projeto-de-energia-solar-em-escolas/#:~:text=A%20Secretaria%20da%20Infraestrutura%20do,32%20escolas%20p%C3%BAblicas%20do%20Estado. Acesso em 08/01/2024.

PROGRAMAS E PRINCIPAIS REALIZAÇÕES – 2023

PROGRAMA 711 – MATRIZ ENERGÉTICA DO ESTADO DO CEARÁ				
Objetivo: Promover segurança e eficiência energética, com expansão da produção e incentivo ao consumo racional da energia disponível no Estado.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Taxa de crescimento da infraestrutura de distribuição do gás natural (%)	6,65	9,55	6,66	4,56
Ineficiência da gestão energética dos prédios públicos estaduais (%)	11,51	5,87	6,17	ND

Fonte: Cegás e Seinfra.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

ND: Dados não disponíveis pelas fontes oficiais de pesquisa.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

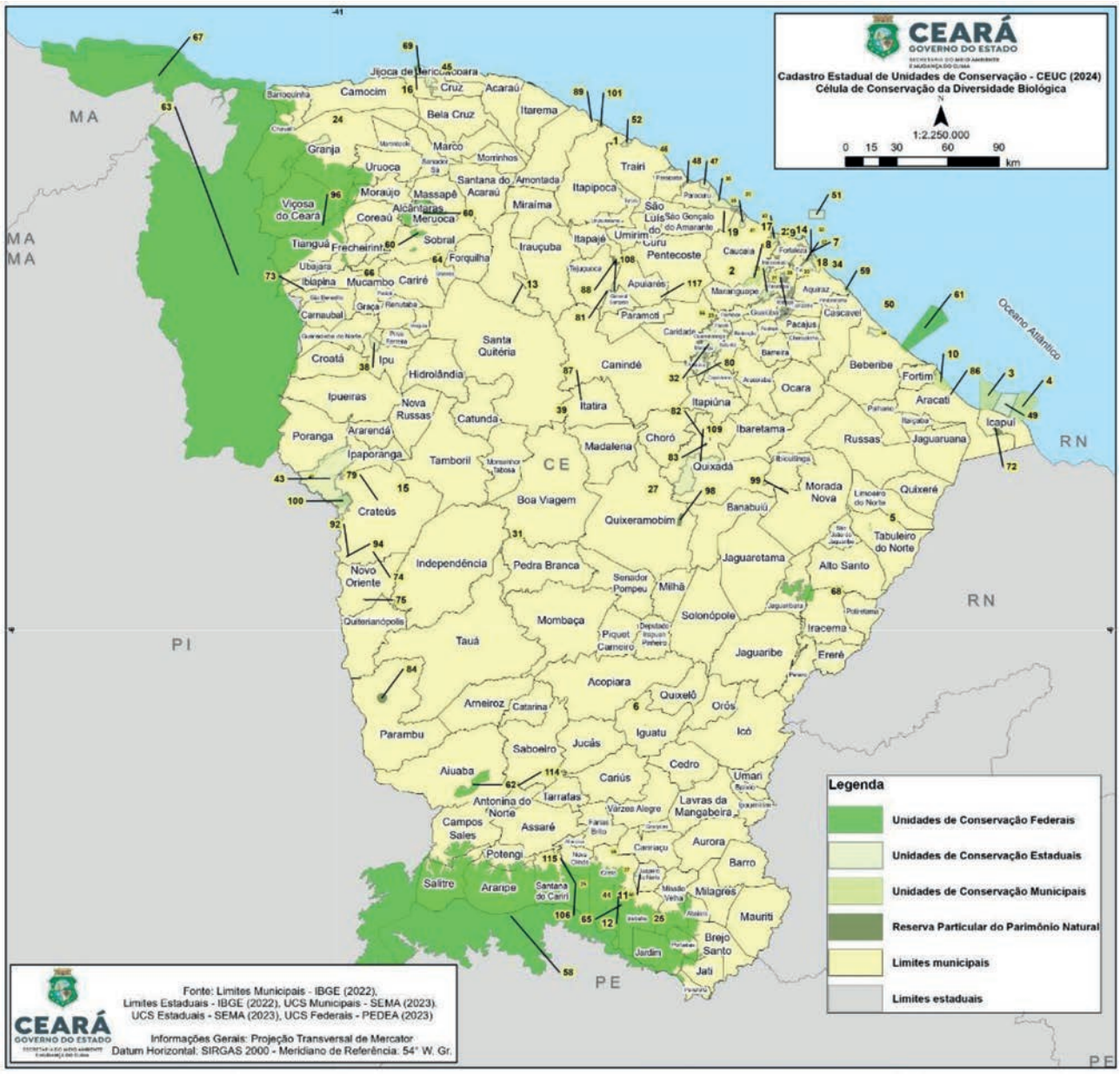
- Implantação de sistemas de geração distribuídos por meio de painéis de energia solar fotovoltaica em 14 escolas da rede pública estadual, localizadas nas regiões do Cariri, Centro Sul, Grande Fortaleza, Litoral Leste, Litoral Oeste/Vale do Curu, Sertão Central, Sertão de Canindé e Sertão dos Crateús, totalizando 824,7 kWp (quilowatt pico) de potência instalada.
- Ampliação da rede de distribuição da Cegás em 55,11 km, para atendimento a novos clientes industriais, automotivos, comerciais e residenciais de Fortaleza e Região Metropolitana.
- Distribuição de 75.744 m³/dia de Gás Natural Renovável (GNR) em Fortaleza e Região Metropolitana.

TEMA – MEIO AMBIENTE

A Política Estadual do **Meio Ambiente** orienta e desenvolve ações visando à utilização racional, conservação e preservação do ambiente. A temática priorizou ações relacionadas à educação ambiental, avançou no Programa Selo Escola Sustentável e concentrou esforços na manutenção de 37 unidades de conservação estaduais, com a prestação de serviços à sociedade, em 10 regiões do Estado.

O Estado do Ceará possui um total de 117 Unidades de Conservação (UC), sendo 12 federais, 39 estaduais, 19 municipais e 47 particulares, abrangendo uma área total de 1.289.372,875 hectares, que representam 8,66% de áreas protegidas em UC. Em 2023, foram reconhecidas mais quatro RPPNs (Reserva Particular do Patrimônio Natural): a RPPN Mundo Livre, com área de 3,27 ha; a RPPN Oásis Baturité, com 13,05 ha, no município de Guaramiranga; a RPPN Aldeia da LUZ, no Crato, com 6,6 ha; e a RPPN Hugo Pereira, com 41,07 ha, em Apuiarés.

FIGURA 6 – CADASTRO ESTADUAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – CEUC



UNIDADES DE CONSERVAÇÃO MUNICIPAIS		28	ARIE DO SÍTIO CURIÓ
ID	Nome	29	ARIE FAZENDA RAPOSA
1	APA DA PRAIA DE MUNDAÚ, EMBOACA E FLECHEIRAS	30	ARIE DO CAMBEBA
2	MONUMENTO NATURAL DA SERRA DA RAJADA	31	ARIE DAS AGUAS EMENDADAS DOS INHAMUNS
3	APA DA PRAIA DE PONTA GROSSA	32	APA DA SERRA DE BATURITÉ
4	APA DO MANGUEZAL DA BARRA GRANDE	33	APA DA SERRA DA ARATANHA
5	APA DA LAGOA DE SACO DO BARRO	34	APA DO RIO PACOTI
6	APA DA LAGOA DA BASTIANA	35	APA DO LAGAMAR DO CAUÍPE
7	APA DE SABIAGUABA	36	APA DAS DUNAS DO LITORAL OESTE
8	APA DA SERRA DE MARANGUAPE	37	PARQUE ESTADUAL SÍTIO FUNDÃO
9	APA DA LAGOA DA MARAPONGA	38	APA DA BICA DO IPU
10	APA DE CANOA QUEBRADA	39	MONUMENTO NATURAL GRUTA CASA DE PEDRA
11	PARQUE NATURAL MUNICIPAL DAS TIMBAÚBAS	40	APA DO ESTUÁRIO DO RIO CEARÁ
12	REVIS SOLDADINHO-DO-ARARIPE	41	PARQUE ESTADUAL BOTÂNICO DO CEARÁ
13	REVIS PEDRA DA ANDORINHA	42	PARQUE ESTADUAL DO CÂNION CEARENSE DO RIO POTI
14	PARQUE NATURAL MUNICIPAL DAS DUNAS DA SABIAGUABA	43	APA DO BOQUEIRÃO DO POTI
15	MONUMENTO NATURAL MUNICIPAL CAVALEIROS DA ESPERANÇA	44	ARIE RIACHO DA MATINHA
16	ARIE JERI	45	APA DA LAGOA DA JUOCA
17	ARIE DA MATINHA DO PICI	46	APA DAS DUNAS DA LAGOINHA
18	ARIE PROF. ABREU MATOS	47	APA DAS DUNAS DE PARACURU
19	PARQUE NATURAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE	48	APA DO ESTUÁRIO DO RIO CURU
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS		49	APA BERÇÁRIO DA VIDA MARINHA
ID	Nome	50	MONUMENTO NATURAL DAS FALÉSIAS DE BEBERIBE
20	ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO PECÉM	51	PARQUE ESTADUAL MARINHO DA PEDRA DA RISCA DO MEIO
21	PARQUE ESTADUAL DAS ÁGUAS	52	APA DO ESTUARIO DO RIO MUNDAÚ
22	APA DO RIO MARANGUAPINHO	53	PARQUE ESTADUAL DO COCÓ
23	REVIS PERIQUITO CARA-SUJA	54	APA DA LAGOA DO URUAÚ
24	PARQUE ESTADUAL DAS CARNAÚBAS	55	PARQUE ESTADUAL DO CALDEIRÃO
25	MONUMENTO NATURAL SÍTIO RIACHO DO MEIO	56	PARQUE ESTADUAL DO PICO ALTO
26	MONUMENTO NATURAL SÍTIO CANA BRAVA	57	APA DA LAGOA DA PRECABURA
27	MONUMENTO NATURAL DOS MONÓLITOS DE QUIXADÁ	58	APA DO HORTO DO PADRE CÍCERO

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS		86	RPPN ILHA ENCANTADA
ID	Nome	87	RPPN LUIZINHO ALENCAR
59	APA DA CHAPADA DO ARARIPE	88	RPPN MÃE DA LUA
60	RESEX DO BATOQUE	89	RPPN MERCÊS SABIAQUABA E NAZÁRIO
61	APA SERRA DA MERUOCA	90	RPPN MONTE ALEGRE
62	RESEX PRAINHA DO CANTO VERDE	91	RPPN NATURAL SERRA DA PACAVIRA
63	ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE AIUABA	92	RPPN NENÉM BARROS
64	APA SERRA DA IBIAPABA	93	RPPN OÁSIS ARARIPE
65	FLORESTA NACIONAL DE SOBRAL	94	RPPN OLHO D' ÁGUA DO TRONCO
66	FLORESTA NACIONAL DO ARARIPE-APODI	95	RPPN PASSAREDO
67	PARQUE NACIONAL DE UBAJARA	96	RPPN PAULINO VELÔSO CAMÊLO
68	APA DELTA DO PARNAÍBA	97	RPPN RESERVA NATURAL SÍTIO PALMEIRAS
69	ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO CASTANHÃO	98	RPPN RIO BONITO
70	PARQUE NACIONAL DE JERICOACOARA	99	RPPN SAMUEL NOBRE
RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL		100	RPPN SERRA DAS ALMAS
ID	Nome	101	RPPN SÍTIO AMEIXAS - POÇO VELHO
71	RPPN AMBIENTALISTA FRANCY NUNES	102	RPPN SÍTIO LAGOA
72	RPPN FAZENDA BELÉM	103	RPPN VÓ BELÃ
73	RPPN MALHADINHA	104	RPPN ALDEIA DA LUZ
74	RPPNFRANCISCO BRAZ DE OLIVEIRA	105	RPPN AQUIRAZ RIVIERA
75	RPPN ALMIRANTE RENATO DE MIRANDA MONTEIRO	107	RPPN CHANCELER EDSON QUEIROZ
76	RPPN ARAÇÁ	108	RPPN CICERO ALMEIDA
77	RPPN ARAJARA PARK	109	RPPN FAZENDA FONSECA
78	RPPN BELO MONTE	110	RPPN MUNDO LIVRE
79	RPPN CHICO BIMBINO	111	RPPN OÁSIS ARARIPE II
80	RPPN DA CULTURA PERMANENTE	112	RPPN OÁSIS BATURITÉ
81	RPPN ELIAS ANDRADE	113	RPPN OÁSIS BATURITÉ
82	RPPN FAZENDA ARIZONA	114	RPPN SÃO PEDRO
83	RPPN FAZENDA NÃO ME DEIXES	115	RPPN AZEDOS
84	RPPN FAZENDA OLHO D'ÁGUA DO URUCU	116	RPPN NATURAL SERRA DA PACAVIRA
85	RPPN GÁLIA	117	RPPN HUGO PEREIRA

Fonte: Cadastro Estadual de Unidades de Conservação – CEUC. Elaboração: Célula de Conservação da Diversidade Biológica da Coordenadoria de Biodiversidade-Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

O reflorestamento é uma iniciativa que vem sendo efetivada no Estado, anualmente, no âmbito do Programa de Florestamento, Reflorestamento e Educação Ambiental do Estado do Ceará. Em 2023, foram produzidas 206.015 mudas de espécies vegetais nativas e 100 hectares foram contemplados com ações do referido Programa. Desses, 17 ha correspondem a novas áreas de plantio nas Unidades de Conservação, Parque Estadual das Águas, Parque Estadual Botânico do Ceará e Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie) Fazenda Raposa e cerca de 5 ha de áreas beneficiadas com o plantio de mudas no bioma Mata Atlântica, contribuindo para a ampliação de sua cobertura florestal, que é imprescindível, considerando que o Estado do Ceará, atualmente, preserva apenas 7% de área originalmente ocupada por Mata Atlântica, o correspondente a 64 mil ha. Foram beneficiados os seguintes municípios inseridos neste Bioma (incluindo ecossistemas associados): Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Baturité, Caucaia, Guaramiranga, Itaitinga, Itapiúna, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção.

O trabalho de preservação e conservação só se torna realmente eficaz a longo prazo, com um trabalho de conscientização constante. Dessa forma, no ano de 2023, foram realizadas mais de 3.000 ações e capacitações em educação ambiental no Estado do Ceará. O Programa Jovem Ambiental também visa à promoção dessa conscientização de forma mais atuante em jovens. Assim, incentiva uma mudança social pró-meio ambiente nas pequenas comunidades, enquanto auxilia os jovens participantes em situação de vulnerabilidade por meio de bolsas. Em 2023, foram 11.622 jovens beneficiados.

Além dessas ações, o incentivo aos Selos Escola Sustentável e Município Verde visam incentivar gestores a observarem ações sustentáveis em suas gestões. Dessa forma, em 2023, 16 escolas do Estado alcançaram a certificação Escola Sustentável e 16 seminários foram promovidos aos gestores municipais para divulgação da certificação.

Com a finalidade de mitigar os impactos ambientais causados pelo lixo, na mesma ideia do programa Agente Jovem Ambiental, realiza-se também o Programa Auxílio Catador, que visa auxiliar catadores registrados por meio de uma bolsa de ajuda financeira, enquanto aumenta a quantidade de produto reciclável. Em 2023, foram beneficiados 3.655 catadores e coletadas 28.710,52 toneladas de produto reciclável.

Ainda na política de resíduos sólidos, em 2023 foram entregues sete Centrais Municipais de Reciclagem nos municípios de Forquilha, Graça, Groaíras, Iracema, Potiretama, Santana do Acaraú e São João do Jaguaribe.

PROGRAMAS E PRINCIPAIS REALIZAÇÕES – 2023

PROGRAMA 721 – CEARÁ CONSCIENTE POR NATUREZA				
Objetivo: Ampliar a promoção da educação ambiental com foco na mudança de atitudes e valores e no fortalecimento da gestão ambiental municipal.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Municípios com capacitação em educação ambiental (%)	24,00	36,41	23,37	21,74
Municípios com gestão ambiental descentralizada (%)	-	32,59	47,28	52
Escolas públicas estaduais com certificação Selo Escola Sustentável (%)[2]	-	-	2	3,42

Fonte: Sema.

[1]Dados parciais, sujeitos a alterações.

[2] Dados atualizados em 2023.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização de 3.080 ações de educação ambiental em 17 Unidades de Conservação Estaduais: 218 ações na Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra de Baturité; 34 ações no Refúgio de Vida Silvestre (Revis) Periquito Cara-Suja; quatro ações no Parque Estadual (Pares); 45 ações na ARIE Sítio Curió, Parque Estadual Marinho Pedra da Risca do Meio e Parque Estadual das Águas; 2.214 ações no Parque Estadual do Cocó; 35 ações na APA do Estuário do Rio Curu; 40 ações na APA das Dunas de Paracuru; 6 ações na ARIE do Cambeba; 353 ações no Parque Estadual Botânico; 5 ações na Estação Ecológica do Pecém; 9 ações na APA da Lagoa de Jijoca; 8 ações na APA das Dunas do Litoral Oeste; 83 ações na APA Horto Padre Cícero; 19 ações na APA da Bica do Ipu; e 7 ações no Parque Estadual do Cânion Cearense do Rio Poti.

- Certificação a 16 Escolas pelo Programa Escola Sustentável: Centro de Educação de Jovens e Adultos (Ceja) Guilherme Gouveia, em Granja; Escola de Ensino de Educação Profissional – Ceja de Senador Pompeu, em Senador Pompeu; Centro de Educação de Jovens e Adultos (Ceja) João Ricardo da Silveira, em Quixadá; Escola de Ensino de Educação Profissional (EEEP) Salaberga Torquato Gomes de Matos, em Maranguape; EEEP Antônio Tarcísio Aragão, em Ipu; EEEP Edson Queiroz, em Cascavel; EEEP Marta Maria Giffoni de Sousa, em Acaraú; EEEP Pedro de Queiroz Lima, em Beberibe; Centro de Educação de Jovens e Adultos (Ceja) Monsenhor Pedro Rocha de Oliveira, no Crato; EEEP Professora Alda Façanha, em Aquiraz; EEEP Florestan Fernandes, em Monsenhor Tabosa; EEEP Monsenhor Odorico de Andrade, em Tauá; EEEP Darcy Ribeiro, em Fortaleza; EEEP Dr. José Alves da Silveira, em Quixeramobim; EEEP Dom Walfrido Teixeira Vieira, em Sobral; EEEP Dr. Napoleão Neves da Luz, em Jardim.

- Realização de 52 capacitações nos municípios de Arneiroz, Aquiraz, Barro, Crateús, General Sampaio, Groaíras, Ipueiras, Reriutaba, São Benedito, Jucás, Icó, Choró, Itapiúna, Icapuí, Redenção, Paracuru, Itarema, Acaraú, Marco, Itaitinga, Fortaleza, Milhã, Brejo Santo, Tarrafas, Pindoretama, Várzea Alegre, Santa Quitéria, Forquilha, Mombaça, Quixeramobim, Baturité, Miraíma, Amontada, Uruburetama, Irauçuba, Sobral, Maracanaú, Barbalha, Juazeiro do Norte e Quixadá, alcançando 21,74% dos municípios cearenses com capacitações em 2023.

- Realização de 16 seminários regionais do Selo Município Verde, para capacitação dos gestores ambientais municipais, visando avaliação dos municípios na 15ª edição do Selo Município Verde.

- Benefício a 11.622 jovens nos 184 municípios cearenses por meio do Agente Jovem Ambiental (AJA), que estimula a participação de jovens em situação de vulnerabilidade social em projetos de protagonismo pró-ambiental em suas comunidades locais.

PROGRAMA 722 – REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS URBANAS DEGRADADAS				
Objetivo: Melhorar as condições socioambientais da população nas áreas urbanas degradadas.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Áreas de risco eliminadas (%)	87,50	90,63	93,76	93,76

Fonte: SCidades.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Conclusão da obra de urbanização das margens do Rio Maranguapinho, do Trecho IV, em Maracanaú.

PROGRAMA 723 – CEARÁ DA PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL				
Objetivo: Reduzir a população de animais domésticos abandonados em condições de maus tratos e o número de espécies ameaçadas de extinção no Estado do Ceará.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Animais silvestres reabilitados e devolvidos à natureza (%)	-	12,41	63,57	82,64
Municípios com políticas públicas de proteção e bem-estar animal (%)	3	3,26	-	-
Atendimento de denúncias relacionadas a crimes ambientais praticados contra a fauna (%)	342	10	13,36	14

Fonte: Sema e Semace.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

[2] Dados atualizados em 2023.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- No período de janeiro a setembro de 2023 foram realizadas 819 solturas de animais da natureza e 172 animais ainda estão sendo mantidos em cativeiro, totalizando 991 atendimentos.
- Atendimento a 14% de denúncias relacionadas a crimes ambientais praticados contra a fauna do total de denúncias existentes.

PROGRAMA 724 – CEARÁ MAIS VERDE: CONSERVAR E PROTEGER OS RECURSOS NATURAIS E BIODIVERSIDADE DO CEARÁ				
Objetivo: Ampliar a conservação, recuperação e proteção dos recursos naturais e a biodiversidade do Ceará.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Atendimento das ocorrências de fiscalização ambiental registradas (%)	81,03	81,24	89,67	82
Taxa de crescimento de visitação em Unidades de Conservação Estaduais (%)	10	47,53	103,5	80,97
Áreas protegidas por Unidades de Conservação Municipais (%)[2]	-	3,67	4,14	4,15
Áreas protegidas por Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) (%)[2]	1,37	1,37	1,38	1,24
Área de Mata Atlântica protegida no Estado do Ceará (ha)[2]	16	5,11	6,52	5
Incremento de área florestada e reflorestada no estado do Ceará (ha)	10	19,38	30,25	17

Fonte: Sema.

[1]Dados parciais, sujeitos a alterações.

[2] Dados atualizados em 2023.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Formação de uma brigada de incêndio florestal na região da Grande Fortaleza, contendo 20 brigadistas capacitados pelo curso, realizado em parceria com a Preufogo.

- Realização de 39 Cadastros Ambientais Rurais, distribuídos em 14 regiões, atendendo 18 municípios, com destaque para os municípios de Itapipoca, Canindé, Potiretama e Cedro.

- Realização de uma capacitação para o monitoramento participatiuo da pesca artesanal/ espécies ameaçadas de extinção no período, com fins de fortalecimento das organizações comunitárias, educação ambiental e ualorização da cultura das comunidades tradicionais, inclusão e empoderamento de jouens para integrar a comunidade de pescadores artesanais e marisqueiras da Colônia de Pescadores Z-8, com a gestão do Parque Estadual Marinho da Pedra da Risca do Meio (PEMPRIM/ Fortaleza).

- Produção de 206.015,00 mudas de espécies uegetais natiuas por uiueiros estaduais (Unidades do Parque Estadual Botânico do Ceará, Parque Estadual do Cocó (Área Adahil Barreto) e APA da Serra de Baturité), uiueiros regionais (Redenção, General Sampaio, Cruz, Morada Noua, Santa Quitéria, Acopiara, Campos Sales, Croatá, Jardim e Tauá), bem como mudas natiuas disponibilizadas no Programa Hora de Plantar.

- Realização dos plantios de mudas natiuas em uma área total de 100 ha, abrangendo as 14 regiões que compõem o Estado do Ceará: Cariri, com 33,42 hectares; Centro-Sul, com 1,21 hectares; Grande Fortaleza, com 49,83 hectares; Litoral Leste, com 0,46 hectare; Litoral Norte, com 1,75 hectares; Vale do Curu, com 1,99 hectares; Maciço do Baturité, com 2,27 hectares; Serra da Ibiapaba, com 0,5 hectare; Sertão Central, com 1,3 hectares; Sertão de Canindé, com 0,85 hectare; Sertão de Sobral, com 2,15 hectares; Sertão dos Crateús, com 2,43 hectares; Sertão dos Inhamuns, com 0,22 hectare; e Vale do Jaguaribe, com 1,61 hectares.

- Elaboração de seis Planos Norteadores para a promoção da proteção da Mata Atlântica no Ceará, abrangendo quatro regiões no estado.

- Realização de seis capacitações, em quatro regiões do estado, uisando mitigar e euitar os danos causados pelos incêndios florestais e melhorar o tempo de resposta quando das ocorrências, tendo como público-aluo gestores das Unidades de Conseruação Estaduais (UCs) e secretarias municipais nas regiões do Cariri (Juazeiro, Crato e Barbalha), Grande Fortaleza (Fortaleza); Vale do Curu (Amontada) e Serra da Ibiapaba (Ipu).

- Estruturação de 13 unidades de conseruação estaduais em cinco regiões do Estado: APA das Dunas de Paracuru (Paracuru), APA do Rio Pacoti (Aquiraz), ARIE Fazenda Raposa (Maracanaú), ARIE do Sítio Curió (Fortaleza), Parque Estadual das Carnaúbas (Viçosa do Ceará), Parque Estadual do Cânion Cearense do Rio Poti (Crateús), e das sedes administratiuas de Unidades de Conseruação: Parque Estadual do Cocó na sede Adahil Barreto e sede Au. Padre Antônio Tomás, Parque Estadual Botânico do Ceará (Caucaia), Parque Estadual Sítio Fundão (Crato), APA da Serra de Baturité (Guaramiranga), APA da Lagoa de Jijoca (Jijoca de Jericoacoara) e ESEC do Pecém (São Gonçalo do Amarante).

- Finalização de três planos de manejo (APA do Lagamar do Cauípe, Mona Monólitos de Quixadá e Pares Cânion Cearense do Rio Poti), com a publicação e implementação de ações de sete Planos de Manejo que já estauam uigentes.

PROGRAMA 725 – CEARÁ NO CLIMA: MITIGANDO E SE ADAPTANDO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS				
Objetivo: Reduzir as emissões de gases de efeito estufa no estado do Ceará e minimizar os efeitos negativos das mudanças climáticas				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Veículos do ciclo diesel fora do padrão da legislação vigente vistoriados em blitz (%)[2]	-	7,04	2,1	4,04
Densidade de monitoramento da balneabilidade das praias de Fortaleza (ponto por praia)	2,66	2,66	2,75	2,75

Fonte: Semace.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

[2] Dados atualizados em 2023.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização de 13 blitzes e vistoria de 569 veículos, dos quais apenas 23 apresentaram-se fora dos padrões da legislação vigente, representando 4,04% da amostra fiscalizada.
- Monitoramento de 35 praias do interior do Estado do Ceará, sendo 18 na Grande Fortaleza, nove no Litoral Leste, 6 no Litoral Norte e 2 no Litoral Oeste.
- Publicação de 47 boletins de balneabilidade das praias de Fortaleza.

PROGRAMA 726 – RESÍDUOS SÓLIDOS				
Objetivo: Reduzir os impactos negativos da geração e da disposição inadequada de resíduos sólidos no meio ambiente e sobre a saúde humana.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Instituições públicas envolvidas com a Coleta Seletiva Solidária (%)	-	3,08	7,7	6,16
Municípios com coleta seletiva (%)	8	1,08	1,08	25
Municípios com disposição final adequada de resíduos sólidos urbanos (%)	15,76	8,7	14,46	15,21
Municípios consorciados para a gestão integrada de resíduos sólidos (%)	29	91,84	92,39	93,47

Fonte: SCidades, Sema e Semace.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Contemplados 3.655 catadores com o Programa Auxílio Catador – PAC, Edição 2023, distribuídos em 122 municípios do Estado, sendo coletadas 28.710,52 toneladas de produto reciclável.
- Entrega de sete Centrais Municipais de Reciclagem: quatro na região Sertão de Sobral (em Groaíras, Graça, Santana do Acaraú e Forquilha) e três na Região Vale do Jaguaribe (em Potiretama, Iracema e São João do Jaguaribe).
- Implementação de 37 Centrais Municipais de Resíduos (CMRs) em sua primeira fase para o desenvolvimento das ações mitigadoras aos impactos dos lixões, buscando executar a Política Estadual de Resíduos Sólidos.

- Inserção de 101 associações para monitoramento da produtividade da coleta de material reciclado com pagamento por serviço ambiental aos beneficiários do Programa Auxílio Catador (PAC).

- Apoio a 21 consórcios de gestão de resíduos sólidos com plano de coleta seletiva.

- Assinatura de cinco Termos de Compromisso de Coleta Seletiva Solidária com os seguintes órgãos: Funceme, Metrofor, Seinfra, Seplag e SRH.

TEMA – RECURSOS HÍDRICOS

Nos últimos anos, as políticas públicas em **Recursos Hídricos** apresentaram grandes avanços no aumento da oferta de água no Ceará. Sabendo que o Ceará é um estado de clima semiárido, com tendência à estiagem, torna-se extremamente necessário um planejamento, acompanhamento e gestão eficiente dessas políticas.

Por conta desses avanços em planejamento e gestão, nos últimos anos foram obtidos resultados satisfatórios na política de recursos hídricos. A exemplo, o total de municípios cearenses com criticidade de abastecimento urbano, que em 2023 alcançou o percentual de 4,35%. Ao observarmos a série histórica, percebe-se uma redução da criticidade a cada ano, alcançando em 2023 o menor resultado dos últimos quatro anos.

As reuniões do Conselho de Recursos Hídricos do Ceará (Conerh) são realizadas ordinariamente, no mínimo quatro vezes por ano, com a participação da sociedade organizada. São 12 Comitês de Bacias Hidrográficas, criados por Decreto Estadual, e um Conselho Estadual, com 494 membros nos Comitês de Bacia e 24 membros no Conselho, que estão sempre a pensar nas necessidades mais estratégicas para a tomada de decisão rumo à suficiência hídrica do Estado.

Nos últimos anos, houve também um aumento da acumulação da capacidade e transferência hídrica no Estado por meio de investimentos na construção de barragens, adutoras, canais, perfuração e instalação de poços. Tais investimentos e estruturas só são possíveis graças à inteligência nos estudos desenvolvidos anteriormente. Somente em 2023, foram realizados estudos e projetos que tiveram como entregas:

Monitoramento de focos de calor no Ceará e elaboração de metodologia para identificar e estimar as áreas das cicatrizes de queimadas em imagens de satélite.

Medidas e produção de conhecimento técnico-científico voltado ao aumento da resiliência e convivência com as secas, por meio do monitoramento das secas do estado do Ceará e da elaboração dos planos de secas de hidrossistemas e regiões hidrográficas.

Desenvolvimento de estudos sobre a governança de água ao nível local, em um contexto Água – Agricultura – Energia, com apoio do governo francês, destacando-se a análise de impactos das trajetórias agrícolas, a tipologia dos açudes não monitorados na Bacia Hidrográfica do Banabuiú, a concepção preliminar de sistema de inteligência territorial voltado à gestão territorial da água e o diagnóstico rural participativo para o Vale do Forquilha-Quixeramobim.

Ampliação das informações para orientar futuros investimentos no setor de recursos hídricos e saneamento, entre estes os referentes ao Programa Malha D'água, a partir de vários mapeamentos ao nível estadual, incluindo barramentos, áreas irrigadas, infraestrutura de saneamento, cisternas, instalações prediais rurais, entre outros.

Mapeamento das áreas ocupadas com a aquicultura nas bacias hidrográficas do Rio Jaguaribe, Metropolitana, Curu, Litoral, Acaraú e Coreaú.

Análise temporal e mapeamento dos solos expostos suscetíveis à desertificação no Estado do Ceará.

Complementação do levantamento de média intensidade dos solos do Estado do Ceará.

Estruturação e ampliação da rede de monitoramento hidro-agro-meteorológico e geração de dados e informações voltadas ao uso racional da água nos setores de agricultura e recursos hídricos.

Graças a tais esforços, aliada à execução da capacidade de investimento do Estado, foi possível alcançar resultados satisfatórios e significativos na política de recursos hídricos nos últimos anos.

PROGRAMAS E PRINCIPAIS REALIZAÇÕES – 2023

PROGRAMA 731 – PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA DOS RECURSOS HÍDRICOS				
Objetivo: Promover a utilização múltipla e eficiente dos recursos hídricos, numa perspectiva de sustentabilidade ambiental, contemplando a ampliação do conhecimento técnico-científico, o aperfeiçoamento do planejamento e da gestão integrada e participativa.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023[1]**
Acesso às informações hidrometeorológicas e ambientais (número)	3.034.158	2.084.404	2.350.563	1.837.983
Açudes com aplicação do Índice de Qualidade de Água de Reservatórios (IQAR) (%)	38,89	25,81	28,66	ND
Barragens com manutenção satisfatória (%)	83	85,39	82,02	73,26

Fonte: Cogerh, Funceme, Sohidra e SRH.

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

ND: Dados não disponíveis pelas fontes oficiais de pesquisa.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização de 37 Campanhas de Fiscalização, que geraram 15 Relatórios de Vistoria, 204 Autos de Infrações, 36 Termos de Lacres e 14 Termos de Embargos. As campanhas de regularização visam à autorização dos usos dos recursos hídricos para todos os setores usuários distribuídos nas 12 bacias hidrográficas do Estado do Ceará, através da implantação dos instrumentos de fiscalização, outorga e cobrança pelo uso da água bruta.

- Realização de 30 Campanhas de Outorgas, que geraram 5.410 Outorgas de uso dos recursos hídricos e 695 Outorgas de Execução de Obra de Recursos Hídricos.

- Instalação de 69 medidores: 34 em Maracanaú, 13 em Caucaia, 5 em Pacatuba, 8 em Aquiraz e 9 em Horizonte, com fins de quantificar a demanda hídrica, promovendo um maior controle e o uso mais eficiente dos recursos hídricos.

- Publicação de 919 informações hidrometeorológicas: 567 boletins diários de previsão de tempo; 6 prognósticos mensais de clima do primeiro semestre, 334 calendários de chuvas, 1 monitoramento anual dos espelhos d'água e 11 mapas mensais de monitoramento de secas.

- Conclusão de três estudos/projetos: 1) Preparação aos extremos hidrológicos, visando aumentar a resiliência; 2) Organização das Bases de Dados com aderência ao Programa Malha D'água e 3) Consolidação do levantamento de solos do Estado do Ceará.

- Emissão de 269 laudos de monitoramento dos recursos hídricos, fundamentais para o monitoramento da qualidade dos recursos hídricos das bacias hidrográficas.

PROGRAMA 732 – OFERTA HÍDRICA PARA MÚLTIPLOS USOS				
Objetivo: Garantir a oferta de água para o abastecimento humano, agropecuário, industrial e de empreendimentos turísticos para centros urbanos e rurais.				
Indicador	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Capacidade de acumulação hídrica dos açudes estaduais (m³)	18.617.000.000	18.691.980.000	19.204.084.203	19.204.084.203
Capacidade de transferência hídrica (m³/s)	-[2]	-[2]	102,83[2]	102,83[2]
Índice de poços instalados (%)	46,93	98,2	64,39	19,44
Índice de poços produtivos (%)	62,82	60	55	69,36
Quantidade de poços conservados (nº)	47	82	91	97

Fonte: Cogerh, Funceme, Sohidra e SRH

[1] Dados parciais, sujeitos a alterações.

[2] Dados atualizados em 2023.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Execução de 23,26 km de assentamentos dos tubos do Sistema adutor Malha D'água – Banabuiú Sertão Central.
- Construção de 3,18 km de canais, sifões, tubulações e túneis, do Lote 4 do Cinturão das Águas (CAC).
- Perfuração de 673 poços.
- Instalação de 188 sistemas com chafariz/dessalinizador, beneficiando 4.876 famílias.
- Entrega dos estudos e projetos da Barragem de Berê, no município de Jardim, com capacidade de 2,05 milhões de metros cúbicos, que beneficiará uma população de 27.181 habitantes.
- Realização de 252 manutenções corretivas e preventivas nos 252 dessalinizadores do Programa Água Doce (PAD).

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO